



# Agenda Legislativa da Indústria 2018



App da AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA disponível nas lojas:







# Agenda Legislativa da Indústria 2018

#### CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

**PRESIDENTE** 

Robson Braga de Andrade

1° VICE-PRESIDENTE

Paulo Antonio Skaf

2° VICE-PRESIDENTE

Antônio Carlos da Silva

**3° VICE-PRESIDENTE** 

Paulo Afonso Ferreira

**VICE-PRESIDENTES** 

Paulo Gilberto Fernandes Tigre

Flavio José Cavalcanti de Azevedo

Glauco José Côrte

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

Edson Luiz Campagnolo

Jorge Parente Frota Júnior

Eduardo Prado de Oliveira

Jandir José Milan

José Conrado Azevedo Santos

Antonio José de Moraes Souza Filho

Marcos Guerra

Olavo Machado Júnior

1° DIRETOR FINANCEIRO

Francisco de Assis Benevides Gadelha

2° DIRETOR FINANCEIRO

José Carlos Lyra de Andrade

**3° DIRETOR FINANCEIRO** 

Alexandre Herculano Coelho de Souza

Furlan

1º DIRETOR-SECRETÁRIO

Jorge Wicks Côrte Real

2° DIRETOR-SECRETÁRIO

Sérgio Marcolino Longen

3° DIRETOR-SECRETÁRIO

Antonio Rocha da Silva

**DIRETORES** 

Heitor José Müller

Carlos Mariani Bittencourt

Amaro Sales de Araúio

Pedro Alves de Oliveira

Edílson Baldez das Neves

Roberto Proenca de Macêdo

Roberto Magno Martins Pires

Rivaldo Fernandes Neves

Denis Roberto Baú

João Francisco Salomão

Julio Augusto Miranda Filho

Roberto Cavalcanti Ribeiro

Ricardo Essinger

CONSELHO FISCAL

**TITULARES** 

João Oliveira de Albuquerque

José da Silva Nogueira Filho

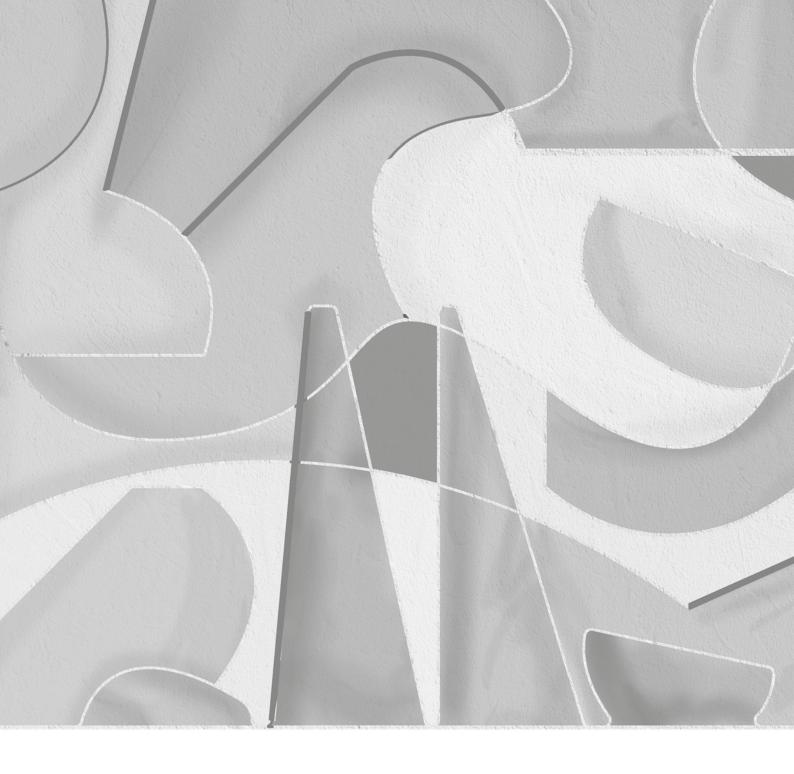
Francisco de Sales Alencar

**SUPLENTES** 

Célio Batista Alves

José Francisco Veloso Ribeiro

Clerlânio Fernandes de Holanda





# Agenda Legislativa da Indústria 2018



#### @ 2018. CNI - Confederação Nacional da Indústria.

É autorizada a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

#### PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI

Robson Braga de Andrade

#### CONSELHO TEMÁTICO PERMANENTE DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS - CAL

Presidente: Paulo Afonso Ferreira

Vice-Presidente: Edson Luiz Campagnolo

Conselheiros: Affonso Taboza Pereira, Carlos Antônio de Borges Garcia, Cláudio Affonso Amoretti Bier, Cláudio Donisete Azevedo, Decio Sande, Delile Guerra de Macêdo Junior, Edmundo Klotz, Eduardo Leão de Sousa, Egídio Malanquini, Elizabeth de Carvalhaes, Erick Camarano, Fernando Pimentel, Germano Rigotto, Humberto Barbato, João Lima Romeiro, José Carlos Martins, José Eugênio Souza de Bueno Gizzi, José Marcondes Cerrutti, Júlio César dos Reis Vasconcelos, Leandro Simões de Araújo, Márcio João de Andrade Fortes, Marcos de Castro Lima, Mariana da Frota Brasil, Marina Mattar, Mário Sérgio Ainsworth F. Ferreira Lopes, Pedro Daniel Bittar, Ralph Lima Terra, Reginaldo Almeida de Medeiros, Ricardo Carvalho Maia, Rômulo Rodrigues Rocha, Walid de Melo Pires Sariedine, Walter Batista Alvarenga e Wilson de Oliveira.

Secretário-Executivo: Marcos Borges de Castro.

#### UNIDADE DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS - COAL

Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro Gerente Executivo Adjunto: Godofredo Franco Diniz

Gerente de Estudos e Formulação: Frederico Gonçalves Cezar Gerente de Articulação no Senado Federal: Pedro Aloysio Kloeckner Gerente de Articulação na Câmara dos Deputados: Beatriz Lima

Gerente de Informação e Comunicação Legislativa: Brenda Parada Granados

#### C748a

Confederação Nacional da Indústria. Unidade de Assuntos Legislativos

Agenda Legislativa da Indústria 2018 / Organizadores: Marcos Borges de Castro,-Godofredo Franco Diniz, Frederico Gonçalves Cezar, Brenda Parada Granados – Brasília: CNI. 2018.

315 p.

Inclui lista de siglas e índice.

ISBN 978-85-7957-165-7

1. Sistema tributário 2. Regulamentação da economia 3. Legislação trabalhista 4. Infraestrutura 5. Infraestrutura social 6. Ambiente institucional 7. Proposições legislativas 8. Brasil

CDU 338.45

#### CNI / CAL, COAL

SBN – Quadra 1 – Bloco C – 10° andar CEP 70040-903 – Brasília/DF

Tel.: (61) 3317 9060

E-mail: agendalegis2018@cni.com.br

#### SAC - Serviço de Atendimento ao Cliente

SBN – Quadra 1, Bloco C, 14° andar CEP 70040-903 – Brasília/DF Tel.: (61) 3317 9992 e 3317 9989

iei.. (61) 3317 9992 e 3317 8

E-mail: sac@cni.org.br

Site: www.portaldaindustria.com.br

# Lista de Siglas

**CD** Câmara dos Deputados

SF Senado Federal

**CN** Congresso Nacional

**ECD** Emendas da Câmara dos Deputados tramitando no Senado Federal

**EMS** Emenda/Substitutivo do Senado Federal tramitando na Câmara dos Deputados

MPV Medida Provisória

**PDC** Projeto de Decreto Legislativo tramitando na Câmara dos Deputados

PDS Projeto de Decreto Legislativo tramitando no Senado Federal

PEC Proposta de Emenda à Constituição

**PL** Projeto de Lei Ordinária tramitando na Câmara dos Deputados

PLC Projeto de Lei da Câmara tramitando no Senado Federal

**PLS** Projeto de Lei Ordinária tramitando no Senado Federal

**PLS-C** Projeto de Lei Complementar tramitando no Senado Federal

**PLP** Projeto de Lei Complementar tramitando na Câmara dos Deputados

PLV Projeto de Lei de Conversão

SCD Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado





#### **COMISSÕES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**CAPADR** Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural

**CCTCI** Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

**CCJC** Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

**CCULT** Comissão de Cultura

**CDC** Comissão de Defesa do Consumidor

**CDEICS** Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

**CDHM** Comissão de Direitos Humanos e Minorias

**CDU** Comissão de Desenvolvimento Urbano

**CE** Comissão de Educação

**CESP** Comissão Especial

**CESPO** Comissão do Esporte

**CFT** Comissão de Finanças e Tributação

**CFFC** Comissão de Fiscalização Financeira e Controle

**CIDOSO** Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

CINDRA Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia

**CLP** Comissão de Legislação Participativa

**CMADS** Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

**CME** Comissão de Minas e Energia

**CMULHER** Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

**CPD** Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

**CREDN** Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

**CSPCCO** Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

**CSSF** Comissão de Seguridade Social e Família

CTASP Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

**CTUR** Comissão de Turismo

**CVT** Comissão de Viação e Transportes

#### **COMISSÕES DO SENADO FEDERAL**

**CAE** Comissão de Assuntos Econômicos

**CAS** Comissão de Assuntos Sociais

**CCC** Comissão Temporária para Reforma do Código Comercial

**CCJ** Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**CCT** Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

**CDH** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

**CDIR** Comissão Diretora

**CDR** Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

**CE** Comissão de Educação, Cultura e Esporte

**CEDN**<sup>(1)</sup> Comissão Especial de Desenvolvimento Nacional

CI Comissão de Serviços de Infraestrutura

**CMA** Comissão de Meio Ambiente

**CRA** Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

**CRE** Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**CSF** Comissão Senado do Futuro

CTFC Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e

Defesa do Consumidor

#### **COMISSÕES DO CONGRESSO NACIONAL**

**CMMC** Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas

**CMIST** Comissão Mista

**CMO** Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização



<sup>(1)</sup> Comissão encerrada em 22/12/2016.

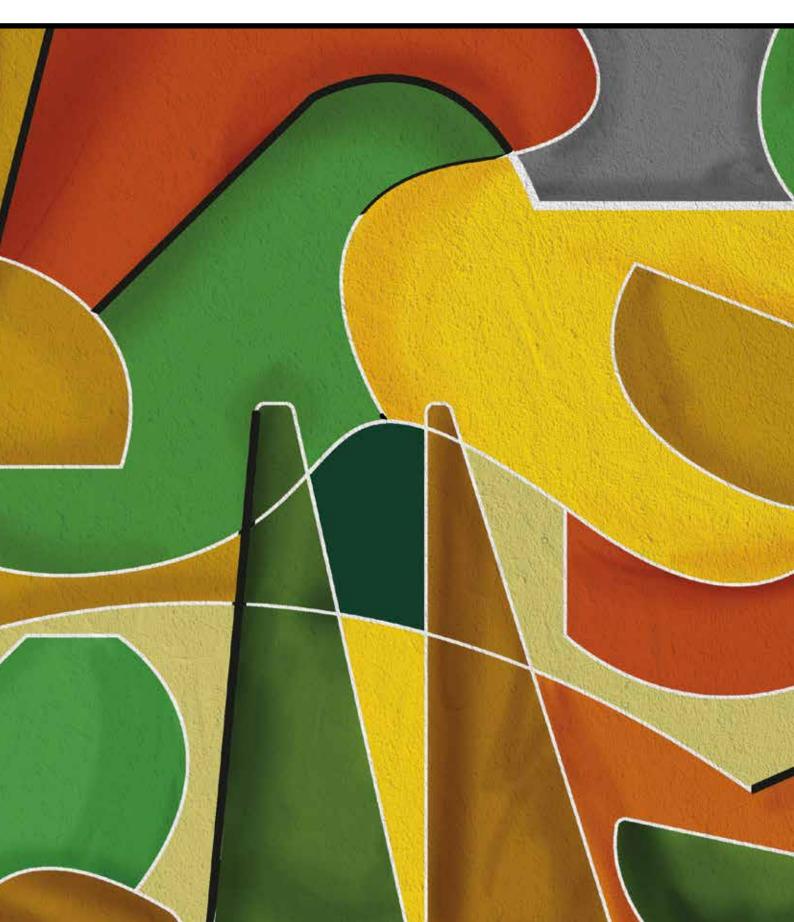
# Sumário

## Apresentação

Foco 2018	14
Pauta Mínima	18
Regulamentação de Economia	19
Questões Institucionais	32
Meio Ambiente	34
Legislação Trabalhista	37
Infraestrutura	40
Sistema Tributário	42
Infraestrutura Social	48
Regulamentação da Economia	52
Direito de Propriedade e Contratos	54
Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação	67
Comércio Exterior e Negociações Internacionais	75
Microempresas e Empresas de Pequeno Porte	82
Integração Nacional	86
Relações de Consumo	92
Questões Institucionais	98
Meio Ambiente	114
Legislação Trabalhista	134
Sistema de Negociação e Conciliação	136
Adicionais	137
Segurança e Saúde do Trabalho	139
Dispensa	142

Justiça do Trabalho	147
Outras Modalidades de Contratos	152
Benefícios	157
FGTS	159
Relações Individuais de Trabalho	162
Custo de Financiamento	166
Infraestrutura	174
Sistema Tributário	194
Reforma Tributária	196
Carga tributária, criação de tributos e vinculação de receitas	197
Desoneração das Exportações	212
Desburocratização Tributária	213
Defesa do Contribuinte	219
Infraestrutura Social	222
Seguridade Social	224
Interesse Setorial	226
Índice	276
Lista de Colaboradores	284
Federações das Indústrias	285
Associações Nacionais de Indústrias	294
Confederação Nacional da Indústria – CNI	311
Conselhos Temáticos Permanentes	312
Agenda Legislativa da Indústria	313

# Apresentação



O Brasil passa por uma gradual recuperação econômica, verificável em quase todas as áreas, com melhora dos principais indicadores do setor industrial. As expectativas negativas do empresariado foram revertidas, e as intenções de investimentos se ampliaram.

A manutenção desse cenário positivo e a abertura de um novo ciclo de expansão exigem persistência na busca pela maior competitividade das empresas brasileiras.

A Agenda Legislativa da Indústria de 2018 visa apresentar, ao Congresso Nacional, aos demais órgãos e entidades do Poder Público e à sociedade civil, as principais proposições legislativas em tramitação que, na visão da indústria, promovem ou prejudicam a competitividade das empresas.

O documento é fruto de um processo de consulta, debates e consolidação de resultados que envolveu as 27 Federações Estaduais das Indústrias e as Associações Setoriais da Indústria de abrangência nacional.

Neste ano, priorizamos 129 proposições, das quais 94 têm impacto sobre toda a indústria e 35, sobre determinados segmentos industriais. Entre as propostas de interesse geral, 14 são destacadas na Pauta Mínima. O posicionamento do setor é explicitado em cada uma das matérias.

A indústria brasileira continua alerta e vigilante na necessária defesa dos interesses legítimos de todos aqueles que buscam o crescimento da economia. Nossa atuação é transparente, tecnicamente qualificada e implementada mediante o trabalho conjunto da Confederação Nacional da Indústria (CNI), das Federações e das Associações da Indústria.

A Agenda Legislativa da Indústria é o documento fundamental que vai orientar as ações do setor no Congresso Nacional, em 2018, em favor da segura retomada do caminho para o desenvolvimento do Brasil.

Robson Braga de Andrade

Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)



# Foco 2018



Em 2018, a CNI prioriza na Pauta Mínima 14 proposições consideradas de maior impacto sobre a competitividade das empresas.

**Desconsideração da Personalidade Jurídica (PLC 69/2014**) – o projeto define com clareza quando e como os bens particulares dos sócios podem ser acionados em ações judiciais ou em processos administrativos, conferindo maior segurança jurídica aos empreendedores e estimulando a abertura de novas empresas.

**Tratamento de Dados Pessoais (PLS 330/2013)** – esta regulamentação permitirá o desenvolvimento de produtos dentro de processos de manufatura avançada, com a integração digital de diferentes etapas da cadeia de valor.

**Nova Lei de Licitações (PL 6814/2017)** – o texto aprovado no Senado contempla a modernização e a desburocratização de procedimentos administrativos. O novo marco legal irá melhorar a qualidade das contratações com o poder público e criar novas oportunidades de negócios.

Recomposição dos vetos ao Código de Ciência, Tecnologia e Inovação (PLS 226/2016) – o projeto restitui dispositivos vetados no Código e contribui para desburocratizar as parcerias entre a iniciativa privada e órgãos públicos de pesquisa e conferir maior efetividade à aplicação da lei.

Alterações na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (PLP 341/2017) — o Simples Nacional contribui para o desenvolvimento das pequenas empresas no País, que exercem papel estrutural na economia nacional, obtendo expressiva participação na geração de empregos. As alterações promovidas nesse marco legal deixam claro que o Simples é um regime tributário e não um incentivo fiscal e permitem que as MPEs possam aderir a regimes aduaneiros especiais ou a incentivos à exportação.

**Prorrogação da redução do IR nas áreas da Sudam e Sudene** (**PLS 656/2015)** – tendo em vista o espaço ainda existente para o desenvolvimento e a diversificação da economia das regiões e o caráter de longo prazo de investimentos em projetos industriais, a prorrogação desse incentivo fiscal mostra-se imprescindível.

**Regulamentação do Lobby (PL 1202/2007)** – a regulamentação da atividade disciplina a conduta e a atuação dos profissionais da área de relações institucionais e governamentais, garantindo representação qualificada e ética.

**Licenciamento Ambiental (PL 3729/2004)** – o substitutivo apresentado na Comissão de Finanças e Tributação reduz a burocracia e confere maior transparência e padronização aos processos de licenciamento, sem fragilizar a proteção ambiental.



Competência para embargar ou interditar estabelecimento (PL 6897/2013) – os requisitos objetivos estabelecidos pelo projeto para definir conceitos e procedimentos conferem maior segurança jurídica e previsibilidade aos atos de fiscalização e à imposição de sanções. Além disso, a oportunidade oferecida à empresa de se adequar antes do embargo ou da interdição tem como função primordial orientar e educar o empregador sem desproteger os trabalhadores.

**Aperfeiçoamento da NR 12 (PDS 43/2015)** – a NR 12 extrapolou seu alcance ao gerar efeitos retroativos que alcançam o parque industrial instalado, ocasionando altos custos de adaptação de máquinas adquiridas dentro da regra vigente à época. Ao estabelecer uma linha de corte temporal, a proposta soluciona o problema e traz segurança jurídica para empresas em que a adaptação das máquinas é técnica ou economicamente inviável.

Marco Legal das Agências Reguladoras (PL 6621/2016) – o texto aprovado pelo Senado Federal reforça o princípio da autonomia decisória das agências e o caráter eminentemente técnico da sua atribuição regulatória. Tais aspectos são fundamentais para conferir segurança jurídica a investimentos privados em setores de capital intensivo.

**Nova Proposta de Reforma Tributária (PEC 31/2007)** – a Comissão criada em 2015 para propor novo modelo de Sistema Tributário tem demonstrado compromisso com a simplificação tributária e a desoneração de investimentos. O avanço da reforma no Congresso Nacional representa importante estímulo à atividade produtiva no País.

**Direitos e Garantias do Contribuinte (PLS-C 298/2011)** – o projeto reduz a excessiva fragilidade do contribuinte perante o Fisco e diminui a insegurança jurídica quanto a obrigações e direitos tributários.

**Reforma da Previdência (PEC 287/2016)** – é necessário que a reforma avance devido à transição demográfica enfrentada pelo país e pela trajetória crescente e insustentável do gasto previdenciário. Adiá-la coloca em risco o sistema de proteção social e a capacidade de investimento do Estado Brasileiro.



# Pauta Mínima



## Regulamentação de Economia

## Desconsideração da Personalidade Jurídica

**PLC 69/2014** (PL 3401/2008 do deputado Bruno Araújo – PSDB/PE), que "Disciplina o procedimento de declaração judicial de desconsideração da personalidade jurídica e dá outras providências".

Foco: desconsideração da personalidade jurídica.

# O QUE É

Institui procedimento judicial específico para desconsideração da personalidade jurídica. A lei será aplicada às decisões ou aos atos judiciais de quaisquer dos órgãos do Poder Judiciário que imputarem responsabilidade direta, em caráter solidário ou subsidiário, a membros, instituidores, sócios ou administradores pelas obrigações da pessoa jurídica.

**Requerimento para desconsideração da personalidade jurídica** – a parte que solicitar a desconsideração da personalidade jurídica ou a responsabilidade pessoal de sócios ou administradores por obrigações da empresa deverá indicar, em requerimento específico, os atos por eles praticados que ensejariam a respectiva responsabilização, de acordo com a lei específica (Código Civil, CDC etc.).

**Garantia de defesa prévia** – o juiz não poderá decretar de ofício a desconsideração da personalidade jurídica. Ao receber a petição, antes de decidir sobre a decretação, deverá instaurar o incidente e determinar a citação das partes envolvidas (membros, sócios ou administradores da empresa para apresentação da defesa).

Pagamento da obrigação/inexistência de patrimônio – o juiz deverá facultar aos requeridos, previamente à decisão, a oportunidade de satisfazer a obrigação, em dinheiro, ou indicar os meios pelos quais a execução possa ser assegurada. A mera inexistência ou insuficiência de patrimônio para pagamento de obrigações contraídas pela empresa não autoriza a desconsideração da personalidade jurídica, quando ausentes os pressupostos legais.

**Efeitos da decisão** – quando decretada a desconsideração, estende a obrigação da empresa a seu membro, instituidor, sócio ou administrador. Os efeitos da decretação não atingirão, contudo, os bens particulares do membro, do instituidor, do sócio ou do administrador que não tenha praticado ato abusivo da personalidade em detrimento dos credores da pessoa jurídica e em proveito próprio.

**Desconsideração pela Administração Pública** – a desconsideração da personalidade jurídica por ato da Administração Pública, bem como a imputação de responsabilidade direta, em caráter solidário ou subsidiário a membros, a instituidores, a sócios ou a administradores da pessoa jurídica, deverá submeter-se à autorização judicial.



#### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

A aplicação inapropriada do instituto da desconsideração da personalidade jurídica desmonta o conceito de empresa.

A falta de uma definição clara de quando e como os bens particulares dos sócios podem ser acionados em ações judiciais ou em processos administrativos é fonte de insegurança jurídica para os empresários.

A despeito da previsão no novo Código de Processo Civil (CPC) de um incidente processual específico para aplicação da desconsideração da personalidade jurídica, a proposta em tramitação no Senado Federal é mais ampla e adequada para a regulação do tema, pois, além de proibir expressamente a decretação de ofício da desconsideração da personalidade jurídica:

- a. determina que o juiz deverá facultar aos requeridos, previamente à decisão, a oportunidade de satisfazer a obrigação, em dinheiro, ou indicar os meios pelos quais a execução possa ser assegurada;
- b. veda a aplicação do instituto ante a mera inexistência ou insuficiência de patrimônio da pessoa jurídica;
- c. limita os efeitos da desconsideração ao patrimônio daquele que tenha praticado o ato de abuso da personalidade jurídica; e
- d. deixa claro que a desconsideração da personalidade jurídica, por ato da Administração Pública, será objeto de provisão judicial para sua eficácia em relação à parte ou aos terceiros.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD (aprovado o projeto com substitutivo). **SF** – CCJ (aprovado o projeto), **CAS (aguarda designação de relator)**, CDH e Plenário.

#### Tratamento de Dados Pessoais

**PLS 330/2013** do senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE), que "Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências".

Foco: normas para proteção, tratamento e o uso de dados das pessoas naturais e jurídicas de direito público ou privado.

Obs.: tramita em conjunto com os PLSs 131 e 181/2014.

# O QUE É

O texto apresentado pelo relator na CAE promove, por meio de subemendas, diversas alterações nos substitutivos anteriormente aprovados pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Meio Ambiente, ao projeto original que estabelece o marco regulatório da proteção de dados pessoais.

Em destaque, no texto que deverá ser submetido à votação da Comissão de Assuntos Econômicos, há os seguintes pontos:

**Abrangência da regulamentação** - a nova lei aplica-se à: a) atividade realizada por pessoa jurídica sediada no exterior, desde que oferte serviço ao público brasileiro ou, pelo menos, um integrante do mesmo grupo econômico possua estabelecimento no Brasil; e b) à coleta, ao armazenamento ou à utilização dos dados pessoais quando ocorrer em local onde seja aplicável a lei brasileira por força de tratado ou convenção.

Não se aplica: a) aos bancos de dados mantidos pelo Estado, exclusivamente para fins de defesa nacional e segurança pública; b) à atividade de tratamento de dados realizada por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos; e c) à coleta e ao uso de dados anonimizados e dissociados.

**Dado pessoal** – considera como dado pessoal qualquer informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, inclusive números identificativos, dados locacionais ou identificadores eletrônicos.

**Dado pessoal sensível** – qualquer dado pessoal que revele a orientação religiosa, política ou sexual, a convicção filosófica, a procedência nacional, a origem racial ou étnica, a participação em movimentos políticos ou sociais, as informações de saúde, as genéticas ou biométricas do titular dos dados.

**Dado anonimizado ou anônimo** – dado relativo a um titular que não possa ser identificado, considerando a utilização dos meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de sua coleta ou tratamento.

**Dado desanonimizado** – dado originalmente anônimo que, após tratamento, permite a identificação do titular. Os dados desanonimizados terão a mesma proteção dos dados pessoais, aplicando-se aos responsáveis por sua coleta, armazenamento e tratamento o disposto na lei.

**Responsável/operador** – considera como **responsável** a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais e **Operador** a pessoa jurídica contratada pelo responsável pelo banco de dados, encarregada do tratamento de dados pessoais. O ônus da prova acerca do consentimento e da sua adequação aos critérios legais cabe ao responsável pelo tratamento dos dados.

**Tratamento de dados pessoais** – define o tratamento como qualquer operação ou conjunto de operações realizadas sobre dados pessoais ou banco de dados, com ou sem o auxílio de meios automatizados, tais como coleta, armazenamento, ordenamento, conservação, modificação, comparação, avaliação, organização, seleção, extração, utilização, bloqueio, cancelamento e fornecimento a terceiros, por meio de transferência, comunicação, interconexão ou difusão.

Ao tratamento de dados pessoais aplicam-se, entre outros, os seguintes princípios: a) acesso do titular a informações sobre o tratamento de seus dados; b) consentimento livre e inequívoco do titular de dados como requisito à coleta de dados pessoais, quando se tratar de dados sensíveis ou de interconexão internacional de dados realizada por banco de dados privado; e c) transparência no tratamento de dados, por meio inclusive da comunicação ao titular de todas as informações relevantes ao tratamento dos seus dados, tais como finalidade, forma de coleta e período de conservação, entre outras.

**Direitos do titular** – são direitos básicos do titular, entre outros: a) consentimento livre, específico, inequívoco e informado sobre coleta, armazenamento e tratamento de dados pessoais, que deverá sempre ocorrer de forma destacada; b) oposição ao tratamento dos seus dados pessoais, salvo quando indispensável para o cumprimento de obrigação legal ou contratual; c) autodeterminação quanto ao tratamento dos seus dados, incluindo a confirmação da existência do tratamento de dados pessoais, o acesso aos dados, a correção gratuita de dados pessoais inverídicos, inexatos, incompletos ou desatualizados e o cancelamento de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a lei.

O titular poderá requerer do responsável o acesso à integralidade de seus dados pessoais, assim como a confirmação acerca do seu tratamento, bem como requerer, justificadamente, a elaboração de relatório que contenha todas as informações necessárias sobre o tratamento. O requerimento do titular será atendido no prazo de 30 dias, de forma gratuita. O responsável deverá, no prazo de 30 dias, corrigir os dados pessoais e comunicar o fato a terceiros que tenham tido acesso aos dados.

**Bloqueio** – constatado o tratamento inadequado de dados, o titular poderá requerer, sem qualquer ônus, o seu imediato bloqueio, cancelamento ou dissociação, que será realizado pelo responsável no prazo de 30 dias.

**Responsabilidade civil** – aquele que, por tratamento inadequado de dados pessoais, causar dano a outrem, comete ato ilícito e obriga-se a ressarci-lo. As pessoas envolvidas na mesma atividade ou em atividades sucessivas de tratamento de dados que provocarem dano ao titular responderão solidariamente por sua reparação, assegurado o direito de regresso.

**Comunicação e interconexão** – a comunicação, a difusão ou a interconexão de dados pessoais somente poderão ser realizadas quando o titular consentir de forma inequívoca. Em caso de dano decorrente ou associado à comunicação, à difusão ou à interconexão, respondem todos aqueles que fizeram mau uso dos dados ou permitiram que terceiros fizessem mau uso dos mesmos. Os critérios adicionais para a comunicação, a difusão e a interconexão de dados pessoais serão definidos em regulamento.

**Fiscalização/fim da interconexão** – a fiscalização da comunicação e a interconexão de dados pessoais serão realizadas pelas autoridades administrativas competentes, que poderão determinar, mediante processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, o cancelamento dos dados, o fim da interconexão ou outras medidas que garantam os direitos dos titulares.

**Transferência internacional de dados** – a transferência internacional de dados pessoais poderá ser realizada nas seguintes hipóteses: a) para países ou organizações internacionais que proporcionem grau de proteção de dados adequado ao previsto na lei; b) quando o titular, após ser devidamente informado do caráter internacional do tratamento e dos riscos existentes no tratamento de dados no país de destino, consentir de forma específica e própria; e c) quando a transferência for necessária para a cooperação jurídica internacional entre órgãos públicos de inteligência, de investigação e de persecução criminal.

O grau de proteção de dados dos países de destino ou da organização internacional será analisado por meio de critérios definidos em regulamento, assegurado à Procuradoria-Geral da República, à Advocacia-Geral da União, ao Ministério das Relações Exteriores e ao Ministério da Justiça a prerrogativa de requerer à autoridade competente a avaliação do nível de proteção a dados pessoais conferido por país ou organização internacional.

**Autoridade nacional de proteção de dados** – autoriza o Poder Executivo a criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, com jurisdição em todo o território nacional. A União fiscalizará o cumprimento da lei, por meio de órgão nacional

competente, com as seguintes atribuições e competências, além de outras previstas em lei: a) zelar pela proteção de dados pessoais; b) realizar auditoria nos tratamentos de dados pessoais e processos envolvidos com dados pessoais, podendo aplicar as sanções administrativas; c) editar normas complementares para a proteção de dados pessoais. No exercício de suas atribuições, o órgão federal competente deverá zelar pela preservação do segredo industrial e do sigilo das informações, quando assim for atribuído em lei, sob pena de responsabilidade.

**Penalidades** – serão responsáveis as empresas ou as entidades que praticarem infrações à lei. Sujeita o responsável por tratamento inadequado de dados, conforme o caso, às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo das de natureza civil, penal e das definidas em normas específicas: a) advertência, com indicação de prazo para a adoção de medidas corretivas; b) alteração, retificação ou cancelamento do banco de dados; c) multa de até 100 salários mínimos por infração; d) suspensão parcial e específica das atividades de tratamento de dados pessoais; e e) proibição parcial e específica das atividades de tratamento de dados pessoais.

**Vigência** – a lei entra em vigor depois de decorrido 365 dias da data de sua publicação oficial.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA

Para a indústria, os dados podem ser encarados como insumos vitais para a tomada de decisão, num cenário em que a imensa quantidade de informação disponível permite que a concepção dos produtos, o design, os testes com novos materiais, os protótipos, a arquitetura da fábrica, a organização da linha de produção, o estoque de materiais, o manual dos equipamentos, estejam todos conectados. Além disso, o tratamento de dados em aplicações de Internet das Coisas tem contribuído com o aumento da produtividade, com a redução dos custos de operação e com o aumento da segurança do trabalhador.

O relatório apresentado à CAE trouxe inúmeros aprimoramentos em relação ao texto aprovado nas Comissões anteriores, especialmente no tocante aos seguintes pontos: a) novas regras relacionadas ao consentimento; b) prevalência da lei específica sobre proteção de dados pessoais em relação a outras normas legais, tais como o Marco Civil da Internet ou outras de amplitude genérica; c) estabelecimento de responsabilidade civil subjetiva. Quando houver mais de um agente no desempenho da mesma ação de uso dos dados pessoais, fixa, imputa somente a eles a responsabilidade solidária; d) autorização para a criação da Autoridade de Proteção de Dados e para a definição das atribuições de referido órgão; e e) vacatio legis de um ano.

A despeito dos avanços, é desejável aprimorar as regras relacionadas à transferência internacional de dados, para deixar claro no texto que a transferência internacional de dados pessoais poderá ser realizada livremente quando o responsável oferecer e comprovar garantias de cumprimento dos princípios, dos direitos do titular e do regime jurídico de proteção de dados previsto nesta lei.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**SF** – CCT (aprovado o projeto com substitutivo), CMA (aprovado o projeto nos termos do substitutivo da CCT), **CAE (aguarda parecer do relator, senador Ricardo Ferraço - PSDB/ES)**, CCJ e Plenário. CD.

Obs: na CAE, foram apresentadas as subemendas n°s 7 a 14 à Emenda n° 31-CCT-CMA ao PLS.

#### Nova Lei de Licitações

**PL 6814/2017** (PLS 559/2013 da Comissão de Modernização da Lei de Licitações e Contratos do SF), que "Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e revoga a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dispositivos da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011".

Foco: nova Lei de Licitações.

Obs.: apensado ao PL 1292/1995.

#### ° O QUE É

O substitutivo aprovado no Senado Federal prevê normatização única para licitações e contratos da Administração Pública. Entre as principais novidades, destacam-se:

**Agente de licitação** – cria a figura do agente de licitação para conduzir o processo licitatório, que será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido ao erro.

**Modalidade de pregão** – determina que a modalidade pregão não se aplicará às contratações de obras e serviços especiais de engenharia e às obras, serviços e fornecimentos de grande vulto. Para obras e serviços comuns de engenharia, estabelece-se o limite de R\$ 150.000,00.

**Modalidade de diálogo competitivo** – modalidade em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados com o intuito de desenvolver

uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades. Os licitantes devem apresentar proposta final após o encerramento do diálogo.

**Contratação semi-integrada** – regime de execução em que o contratado fica responsável pela elaboração, pelo desenvolvimento do projeto executivo, pela execução de obras e serviços de engenharia, pelo fornecimento de bens ou serviços especiais, pela montagem, pela realização de testes e demais operações necessárias à entrega final do objeto. Sua remuneração será mista, em função dos quantitativos apurados em medições das prestações executadas ou em função das fases de avanço das etapas de execução, conforme definido no edital de licitação.

**Meios alternativos de resolução de conflitos** – o contrato administrativo poderá prever meios alternativos de solução de controvérsias, inclusive quanto ao equilíbrio econômico-financeiro e à rescisão, por meio do estabelecimento de cláusula arbitral e de mediação.

**Garantia da proposta** – elevação da garantia de proposta para até 5% do valor estimado para a contratação.

**Definição de seguro garantia - performance bond** – para obras, serviços e fornecimento, a garantia não poderá exceder a 20% do valor inicial do contrato, devendo este percentual ser justificado mediante análise de custo-benefício que considerará os fatores presentes no contexto da contratação. Nas obras e serviços de engenharia de grande vulto, exigir-se-á seguro garantia com cláusula de retomada no percentual de 30% do valor inicial do contrato, hipótese em que o edital poderá prever a obrigação de apresentação de seguros adicionais.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA

A criação de novo marco legal para licitações e contratos da Administração Pública mostra-se adequada para melhorar a qualidade das contratações com o Poder Público e criar novas oportunidades de negócios.

Ademais, a unificação dos diplomas legais é oportuna na medida em que traz para uma só lei o regime do pregão, do RDC, do registro de preços e de pré-qualificação, conferindo maior segurança jurídica aos intérpretes de uma legislação que passará a ser consolidada.

Vale ressaltar a necessidade de aprimoramentos ao texto, notadamente no que se refere: a) à adequação dos valores ofertados como garantia; b) previsões sobre licenciamento ambiental, determinando que a obtenção da licença ambiental prévia é condição para a publicação do edital e a obtenção da licença de instalação é condição para a emissão da ordem de serviço;

c) habilitação econômico-financeira; d) subsidiariedade da orçamentação Sicro/Sinapi (parametrização dos orçamentos de referência dos contratos); e) processamento de medições; f) previsões de processos de licitações de obras ou serviços de engenharia exclusivamente pelo modo fechado; g) inclusão do detalhamento dos reajustes e encargos de mora, nos contratos.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF (aprovado o projeto com substitutivo). **CD: Apensado ao PL 1292/1995 – CESP (aguarda parecer do relator, deputado João Arruda - MDB/PR)** e Plenário.

#### Recomposição dos vetos ao Código de Ciência, Tecnologia e Inovação

**PLS 226/2016** do senador Jorge Viana (PT/AC), que "Altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, para aprimorar a atuação das ICTs nas atividades de ciência, tecnologia e inovação, e dá outras providências".

Foco: incentivos à pesquisa e inovação tecnológica.

# O QUE É

Promove alterações no Código de Ciência, Tecnologia e Inovação, para restituir dispositivos que foram objeto do Veto Presidencial nº 01, de 2016.

**Cobertura de despesas operacionais** – os instrumentos firmados com Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTs), empresas, fundações de apoio, agências de fomento e pesquisadores voltados à pesquisa e inovação poderão prever o repasse de recursos para a cobertura de despesas operacionais e administrativas, podendo ser aplicada taxa de administração, nos termos do regulamento.

**Regime tributário de bolsas** – equipara os regimes tributários e de contribuição previdenciária incidentes sobre bolsas de pesquisa e estudo concedidas por instituições públicas e privadas.

**Desoneração de importações** – isenta a importação de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos destinados à pesquisa científica, tecnológica e de inovação dos seguintes tributos: a) Imposto de Importação (II); b) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); e c) Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).

Também dispensa esses materiais de exame de similaridade e de controle prévio ao despacho aduaneiro.

Emendas aprovadas na Comissão de Ciência e Tecnologia do Senado – foram aprovadas quatro emendas na CCT, com destaque para as seguintes matérias que se correlacionam com o setor privado: a) permissão aos Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) para negociarem e gerirem acordos de transferência de tecnologia oriundos de outra ICT pública; e b) dispensa de realização de licitação nas contratações de empresas incubadas em ICT pública para o fornecimento de produtos ou a prestação de serviços inovadores.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA

A capacidade de inovação é fundamental para a retomada do crescimento da indústria nacional, com o aumento da produtividade, da competitividade e de sua inserção nas cadeias de valor globais. Nesse sentido, o projeto restitui dispositivos que foram objeto de veto no Código de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCT&I) e contribui para ampliar a segurança jurídica, desburocratizar as parcerias entre a iniciativa privada e os órgãos públicos de pesquisa e conferir maior efetividade à aplicação da lei.

Contudo a proposta é passível de aprimoramento no item que trata de dispensa de licitação de pequenas empresas em encomendas tecnológicas, pois restringe o benefício somente para empresas incubadas em ICTs públicas.

### ONDE ESTÁ? COM QUEM?

**SF** – CCT (aprovado o projeto com substitutivo), **CCJ (aguarda designação de relator)** e CAE. CD.

### Alterações na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas

**PLP 341/2017** do deputado Jorginho Mello (PR/SC), que "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006".

Foco: alterações na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

Obs: apensado ao PLP 420/2014.

# O QUE É

Altera a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) da seguinte forma:

**Reajustes** – os valores relativos à receita bruta que enquadra a empresa como micro ou pequena, o valor limite para recolhimento "por dentro" de ICMS e ISS e o sublimite serão reajustados anualmente pelo IPCA ou índice de preços que vier a substituí-lo.

**Regime geral tributário** – determina que o Simples Nacional integra o regime geral tributário, inclusive para fins de contabilidade pública.

**Substituição tributária** – os produtos ou as mercadorias sujeitos à substituição tributária, adquiridos por MPE ou EPP enquadrada no Simples Nacional, terão incidência do ICMS à alíquota de 3,95%.

**Incentivos fiscais** – as empresas optantes pelo Simples Nacional poderão utilizar regimes aduaneiros especiais ou de incentivos à exportação.

**Isenção** – as MPEs optantes pelo Simples Nacional são isentas do pagamento de valores, taxas, emolumentos ou remunerações para fins de obtenção de anuências de exportação.

**Transferência de bens e serviços** – as operações de transferência de bens e serviços entre os sócios da sociedade de propósito específico serão consideradas como deslocamento entre estabelecimentos do mesmo contribuinte para fins tributários.

**Linhas de crédito** – as linhas de crédito para MPEs e EPPs devem estar disponíveis, com tratamento simplificado e ágil e com divulgação ampla das respectivas condições e exigências, observadas as seguintes disposições: a) concessão de aval pelo sócio pessoa física para a pessoa jurídica; b) prazo máximo de 12 meses; c) valor de, no mínimo, R\$5.000,00 e, no máximo, R\$100.000,00; d) taxa de juros com valor máximo vinculado ao da taxa anual da Selic.

**Instituição da Empresa Simples de Crédito** – destina-se à realização de operações de empréstimos, financiamento e descontos de títulos de crédito perante pessoas jurídicas, exclusivamente com recursos próprios. A Empresa Simples de Crédito deverá ser constituída sob a forma de empresa individual de responsabilidade limitada, empresário individual ou sociedade limitada constituída por pessoas naturais.



#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA

O Simples Nacional contribui para o desenvolvimento das pequenas empresas no país, onde exercem papel estrutural na economia nacional, obtendo expressiva participação na geração de empregos. Com a Lei Geral, os benefícios vão além dos tributários, ficando mais simples obter crédito, tecnologia, exportar, vender para o governo, abrir empresas e se formalizar. Entretanto o regime carece de alguns aprimoramentos, trazidos pelo projeto.

O projeto traz mudanças positivas na sistemática do Simples principalmente no que tange à:

- a. determinação de que o Simples Nacional integra o regime geral tributário, inclusive para fins de contabilidade pública. Trata-se de importante mudança conceitual. A alteração visa deixar claro que o Simples Nacional é um regime tributário e não um benefício fiscal;
- b. permissão para que as MPEs possam aderir a regimes aduaneiros especiais ou incentivos à exportação. Hoje, as MPEs optantes pelo Simples Nacional estão impedidas de utilizar qualquer tipo de incentivo fiscal. Essa vedação cria tratamento diferenciado, mas prejudicial às MPEs, contrapondo-se ao tratamento favorecido previsto na Constituição Federal; e
- c. determinação de que os produtos ou as mercadorias sujeitos à substituição tributária, adquiridos por MPE ou EPP enquadrada no Simples Nacional terão incidência do ICMS à alíquota de 3,95%. Hoje, as MPEs pagam, no caso de aquisição de mercadorias ou insumos submetidos à substituição tributária, a mesma alíquota aplicável às demais pessoas jurídicas de porte superior, impedindo o implemento efetivo dos benefícios previstos pelo Simples.

No entanto deve-se levar em consideração que dispositivos do projeto que podem reduzir contribuições voltadas à educação profissional dos trabalhadores brasileiros podem prejudicar, justamente, as micro e pequenas empresas que são as principais beneficiárias desses serviços.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD - Apensado ao PLP 420/2014: CESP (aguarda parecer do relator, deputado Otávio Leite - PSDB/RJ) e Plenário. SF.

### Prorrogação da redução do IR nas áreas da Sudam e Sudene

PLS 656/2015 do senador Eunício Oliveira (MDB/PE), que "Altera o art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com redução do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene".

Foco: prorrogação da redução de imposto de renda para projetos na Sudene e Sudam.

## O QUE É

Prorroga de 2018 para 2023 o prazo para que as pessoas jurídicas protocolizem projetos para empreendimentos enquadrados nos setores da economia considerados prioritários ao desenvolvimento regional, nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), caso este em que terão direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais, bem como do benefício fiscal de 30% para aplicação de parcela do imposto de renda em empreendimentos dos setores da economia que venham a ser considerados, em ato do Poder Executivo, prioritários ao desenvolvimento regional.

Estabelece a reversão à União dos depósitos efetuados para reinvestimento dos empreendimentos que, até 31 de dezembro de 2018, não tenham tido seus projetos apresentados à Sudam ou à Sudene há mais de cinco anos.

Possibilita, ainda, que as empresas com projetos de Reinvestimento do Imposto de Renda aprovados pela Sudam ou pela Sudene pleiteiem até 50% dos valores depositados para investimentos em capital de giro, desde que o percentual restante seja destinado à aquisição de máquinas e equipamentos novos que façam parte do processo produtivo.



#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

O benefício fiscal ofertado faz parte do conjunto de instrumentos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional que visa estimular a formação do capital fixo e social nas regiões da Amazônia e do Nordeste.

Resultados significativos foram alcançados por meio de estímulos fiscais ao setor produtivo nessas regiões. A participação das regiões Norte e Nordeste no PIB, ainda, tem espaço para crescimento.

A prorrogação dos incentivos fiscais é desejável, uma vez que, além da insegurança jurídica provocada pelo término do prazo para aprovação dos empreendimentos, a perspectiva de extinção de benefícios fiscais gera tendência de migração dos investimentos.

## **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF - CDR (aprovado o projeto) e CAE (aguarda apreciação do parecer do relator, senador Armando Monteiro - PTB/PE, favorável ao projeto com emendas). CD.

## Questões Institucionais

### Regulamentação do *Lobby*

**PL 1202/2007** do deputado Carlos Zarattini (PT/SP), que "Disciplina a atividade de 'lobby' e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências".

Foco: disciplinamento do Lobby.

Obs.: apensado a este o PL 1961/2015.

## ° O QUE É

O substitutivo aprovado na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados disciplina a atividade de representação de interesses nas relações governamentais, exercidas por entidades representativas de interesse coletivo dos setores econômico e social e por pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, inclusive instituições e órgãos públicos.

**Atividade de representação de interesses** – considera a atividade como ostentação de posições próprias ou de terceiro, autorizado por esse, perante tomadores de decisão, ou que acompanhe processos de decisão política para o fim de registro, análise ou divulgação a seus representados.

Não será considerada representação de interesse, entre outras atividades: a) o exercício eventual do direito de petição no curso de processo de decisão política, em nome próprio e sem remuneração; b) o acompanhamento de sessões públicas, ainda que realizadas no âmbito de processo de decisão política, como exercício de cidadania e sem a finalidade de sugerir, criar, modificar, interpretar, revogar ou extinguir norma

jurídica; c) o envio de informações ou documentos a tomadores de decisão em resposta ou cumprimento de solicitação ou determinação dessas autoridades.

**Agentes de relações governamentais** – consideram-se agentes de relações governamentais aqueles que realizarem práticas relacionadas à representação de interesses em processo de decisão política no intuito de: a) oferecer modelo mais equilibrado de norma ou política pública; b) monitorar a atividade legislativa ou normativa e apresentar sugestões para o melhoramento dessas proposições; e c) apresentar fatos, dados e informações importantes para subsidiar a tomada de decisão política.

**Cadastramento** – os agentes de relações governamentais poderão requerer seu credenciamento, perante os órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo na forma do regulamento. Ao se dirigirem a agente público ou político, os credenciados junto aos órgãos da Administração Pública declinarão a pessoa física, a pessoa jurídica ou o grupo de pressão ou de interesse que representam.

Os agentes poderão ser ouvidos pelos tomadores de decisão, a convite ou mediante solicitação, em audiência formal ou nas reuniões de audiência pública.

Será negado o registro perante os órgãos dos Poderes Legislativo e Executivo ao agente de relações governamentais que tenha sido condenado por ato de corrupção, tráfico de influência, concussão, advocacia administrativa ou improbidade administrativa, enquanto durarem os efeitos da condenação.

**Prerrogativas** – garante ao agente de relações governamentais, entre outros direitos, apresentar aos membros dos Poderes Legislativo e Executivo: a) análises de impacto de proposição legislativa ou regulatória; b) estudos, notas técnicas, pareceres e similares, com vista à instrução do processo decisório; c) sugestões de emendas, substitutivos, requerimentos e demais documentos no âmbito do processo legislativo ou regulatório; e d) sugestão de requerimento de realização ou de participação em audiências públicas.

As sugestões apresentadas pelos agentes de relações governamentais não serão vinculativas e sua utilização será discricionária por parte dos membros do Poder Legislativo e Executivo, resguardada a exclusividade das prerrogativas constitucionais desses membros.

**Penalidades** – considera ato de improbidade (art. 12, I, da Lei nº 8.429/1992) a percepção, por tomador de decisão ou pessoa em seu nome ou a ele vinculada, de qualquer vantagem, doação, benefício, cortesia ou presente com valor econômico que possa influenciar processo de decisão, sem prejuízo das demais sanções penais, civis e administrativas cabíveis. Estende a punição ao agente de relações governamentais que induza à prática do ato de improbidade ou para ele concorra ou dele se beneficie, de qualquer forma direta ou indireta.



#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

A atividade de relações governamentais está diretamente ligada ao exercício da democracia, que permite a grupos de pressão e de interesse de diversos setores da sociedade atuarem de forma organizada, com transparência e fazendo uso de estruturas profissionais para levar opiniões e posicionamentos a tomadores de decisão.

A regulamentação da atividade deve conduzir a um modelo que discipline a conduta e a atuação dos profissionais, de forma a garantir representação qualificada e ética. O substitutivo em discussão atende a este objetivo ao estabelecer regras claras para cadastro de profissionais e impõe sanções em casos de condutas inapropriadas.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**CD:** tramita em regime de urgência – CTASP (aprovado o projeto), CCJC (aprovado o projeto com substitutivo) e **Plenário (aguarda inclusão na Ordem do Dia)**. SF.

## Meio Ambiente

#### Licenciamento Ambiental

**PL 3729/2004** do deputado Luciano Zica (PV/SP), que "Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1° do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências".

Foco: normas para o licenciamento ambiental.

Obs.: apensados a este 20 projetos.

# O QUE É

Estabelece Lei Nacional de Licenciamento Ambiental. A seguir são destacados os principais pontos do último substitutivo apresentado pelo relator na Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

**Empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental** – é sujeito ao licenciamento ambiental o empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente causador de poluição ou outra forma de degradação do meio ambiente. Caberá aos órgãos licenciadores definirem as tipologias de atividades sujeitas ao licenciamento ambiental.

**Prazos de validade das licenças** – Licenças Prévias e de Instalação, entre três e seis anos e Licenças Ambiental Única e de Operação, mínimo de cinco anos.

**Renovação das licenças** – estabelece prazo mínimo de solicitação de renovação por parte do empreendedor de 120 dias antes do vencimento da licença e a prorrogação automática até manifestação definitiva da autoridade licenciadora.

**Empreendimentos isentos de licenciamento** – a) atividades agropecuárias em áreas de uso alternativo do solo em imóveis regulares ou em regularização nos termos estabelecidos pelo Código Florestal; b) silvicultura; c) pesquisa agropecuária, desde que não implique risco biológico; e d) serviços e obras de melhoria, modernização, manutenção e ampliação de capacidade em instalações preexistentes ou em faixas de domínio e de servidão de atividades ou empreendimentos já licenciados com essa previsão, inclusive dragagens de manutenção.

**Condicionantes ambientais** – o estabelecimento de condicionantes ambientais deve ter fundamentação técnica e relação direta com os impactos ambientais identificados nos estudos que compõem o processo de licenciamento.

**Procedimentos de licenciamento** – o procedimento de licenciamento e o estudo ambiental a ser exigido serão definidos pela relação da localização da atividade com seu potencial poluidor ou degradador, levando em consideração sua tipologia.

**Componente locacional** – ato do chefe do Poder Executivo Federal, mediante proposta da Comissão Tripartite Nacional, regulamentará os critérios básicos do componente locacional.

**Potencial poluidor** – o potencial poluidor, considerando a natureza e o porte do empreendimento, será definido pelos entes federativos, por meio dos órgãos colegiados deliberativos do Sisnama.

#### Modalidades de licenciamento:

a. **Procedimento trifásico** – processo de licenciamento que abrange a emissão sequencial de três licenças: 1) Licença Prévia (LP); 2) Licença de Instalação (LI); e 3) Licença de Operação (LO). Em caso de significativa poluição, será exigido Estudo de Impacte Ambiental (EIA).

- b. **Licenciamento simplificado** o licenciamento simplificado poderá ser: a) bifásico; b) em fase única; ou c) por adesão e compromisso.
- c. **Procedimento por adesão e compromisso –** os empreendimentos sujeitos ao procedimento serão definidos em ato específico dos órgãos colegiados deliberativos do Sisnama.

**EIA e estudos ambientais** – a autoridade licenciadora deverá elaborar Termo de Referência (TR) padrão para o EIA e os demais estudos ambientais, específico para cada tipologia de atividade ou empreendimento.

**Audiência pública** – prevê a realização de ao menos 1 audiência pública presencial para empreendimentos sujeitos à elaboração de EIA.

**Participação das autoridades envolvidas** – a participação das autoridades envolvidas ocorrerá no âmbito de suas competências e terá caráter consultivo, com exceção dos órgãos gestores de unidades de conservação (UCs), que terão caráter vinculante nos casos de licenciamento ambiental com EIA, sempre que a área de influência da atividade sobrepor unidade de conservação, com exceção de Áreas de Proteção Ambiental (APAs).

**Prazo para manifestação dos órgãos envolvidos** – autoridade envolvida apresentará manifestação conclusiva para subsidiar a autoridade licenciadora no prazo máximo equivalente à metade do prazo concedido para a autoridade licenciadora.

**Prazos máximos de emissão de licenças** – a) dez meses para LP quando for exigido EIA; b) seis meses para LP sem EIA; c) quatro meses para LI, LO, LOC e LAU; d) 30 dias para LAC.



## NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

O **Mapa Estratégico da Indústria 2013-2022**, elaborado pela CNI, identificou a falta de ordenamento e previsibilidade do licenciamento ambiental como um dos principais problemas estruturantes que reduzem a competitividade e ampliam os custos dos investimentos no país.

O substitutivo apresentado na Comissão de Finanças é fruto de amplo acordo de instituições representativas dos setores privado e público e contempla grande parte dos elementos previstos nos textos aprovados nas Comissões de Agricultura e de Meio Ambiente.

O texto reduz a burocracia e confere maior transparência e padronização à tramitação administrativa dos processos de licenciamento, com a previsão de ritos diferenciados de acordo com a localização e o potencial poluidor dos empreendimentos, conforme enquadramento a ser definido pelo órgão licenciador competente.

Diversas outras medidas, previstas no texto, contribuem para o aprimoramento do processo, tais como: a) previsão de ritos simplificados; b) compartilhamento de estudos por empreendimentos da mesma natureza; c) estabelecimento de prazos para manifestação dos órgãos licenciadores e autoridades envolvidas; d) maior autonomia ao órgão licenciador em relação às autoridades envolvidas; e e) criação de mecanismos de incentivos à melhoria voluntária da gestão ambiental dos empreendimentos.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD - CAPADR (aprovado com substitutivo), CMADS (aprovado com substitutivo), CFT (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Mauro Pereira - MDB/RS, favorável com substitutivo), CCJC (aguarda parecer do relator, deputado Marcos Rogério - DEM/RO) e Plenário.

## Legislação Trabalhista

### Competência para embargar ou interditar estabelecimento

PL 6897/2013 do deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS), que "Dá nova redação ao art. 161 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), visando estabelecer competências e critérios para embargo de obra, interdição de estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento que demonstre grave e iminente risco para o trabalhador ou trabalhadores".

Foco: fixação de competências e critérios para embargo de obra e interdição de estabelecimentos.

Obs.: apensado ao PL 6742/2013.

# O QUE É

Define a competência privativa do Superintendente Regional do Trabalho e Emprego, para realizar embargo de obra ou interditar estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento.

Cria as Comissões de Padronização de Orientações Técnicas (CT-POT), com o intuito de padronizar as orientações referentes à fiscalização do trabalho, por segmento produtivo.



#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

A competência exclusiva dos Superintendentes Regionais do Trabalho para interditar ou embargar estabelecimentos, setor de serviços, máquinas ou equipamentos que representem risco para o trabalhador e a vedação expressa para delegação dessa competência devem ser apoiadas.

Atualmente, essa delegação ocorre com muita frequência por meio de normativos infralegais (portarias) aos auditores-fiscais do Trabalho, resultando na proliferação de autos de infração e embargos muitas vezes abusivos, efetuados sem observância do princípio da legalidade e da ampla defesa.

O substitutivo apresentado pelo relator, deputado Lucas Vergílio, na Comissão de Trabalho, em setembro de 2015, aprimora a proposta, contemplando: a) a exigência de requisitos objetivos e técnicos para o embargo ou interdição; b) a dupla visita, com caráter educativo e preventivo antes do embargo; e c) a necessidade de se objetivar a definição de grave e iminente risco.

Os requisitos objetivos para definir conceitos e procedimentos, assim como a comissão de padronização, conferem maior segurança jurídica e previsibilidade dos atos de fiscalização e imposição de sanções.

Além disso, a oportunidade de a empresa se adequar antes do embargo ou da interdição tem como função primordial orientar e educar o empregador sem desproteger os trabalhadores. Essa possibilidade de adequação das empresas às normas trabalhistas assegura melhores condições de saúde e segurança no trabalho, conforme estabelece a Convenção nº 81 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD – Apensado ao PL 6742/2013: CTASP (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Lucas Vergílio – SD/GO, pela rejeição do PL 6742/2013, principal, e pela aprovação deste PL com substitutivo e do voto em separado da deputada Erica Kokay - PT/DF, favorável ao PL 6742/2013 com substitutivo) e CCJC. SF.

### Aperfeiçoamento da NR 12

PDS 43/2015 do senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), que "Susta a aplicação da Norma Regulamentadora NR-12, do Ministério do Trabalho e Emprego, que trata da Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos".

Foco: aperfeiçoamentos na NR 12.

#### ° O QUE É

Foi apresentado pelo relator na CCJ substitutivo que susta parcialmente a Norma Regulamentadora (NR) 12, que trata da segurança no trabalho em máquinas e equipamentos, retirando sua incidência para as máquinas usadas, produzidas antes da entrada em vigor da norma.

Também susta a portaria que instituiu a NR 3, que trata de embargo e interdição para dispor que a interdição só poderá ocorrer quando comprovado o grave e iminente risco, após análise de laudo técnico pericial elaborado por auditor-fiscal do trabalho com especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho ou Medicina do Trabalho, em nível de pós-graduação.



## NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

A Portaria do MTE nº 197/2010, que alterou a NR 12, tinha como objetivo alinhar o padrão brasileiro de segurança em máquinas e equipamentos aos praticados por países europeus. Ocorre que a norma deixou de atender às premissas mínimas de separação de obrigações de usuários e fabricantes, de criação de uma linha de corte temporal com obrigações diferenciadas para máquinas usadas e novas, entre outras, criando um ambiente de insegurança jurídica e elevados custos para adaptação dos maquinários já instalados no parque fabril nacional ou para alterações dos projetos das máquinas novas.

O substitutivo, que foi apresentado em agosto de 2016 pelo relator na CCJ, senador Armando Monteiro, soluciona esses problemas ao sustar parcialmente a NR 12 para estabelecer uma linha de corte temporal para atendimento à nova regulamentação, excluindo as máquinas usadas de sua incidência, eliminando o ambiente de insegurança jurídica e o consequente custo para adaptação.

O aprofundamento da discussão no Legislativo sobre a NR 12 incentivou o avanço das negociações no Ministério do Trabalho com a edição da Instrução Normativa (IN) nº 129/2017

da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), que estabelece o Procedimento Especial para Fiscalização (PEF) da NR 12 e a revisão de diversos anexos da NR 12 quanto ao limite temporal de aplicação da norma e à distinção entre fabricantes e usuários. Apesar desses avanços, a norma, ainda, requer revisões que harmonizem a integridade e segurança dos trabalhadores com a manutenção das atividades produtivas e a competitividade das empresas.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**SF – CCJ (aguarda novo parecer do relator, senador Armando Monteiro – PTB/PE)** e Plenário. CD.

## Infraestrutura

#### Marco Legal das Agências Reguladoras

**PL 6621/2016** (PLS 52/2013 do senador Eunício Oliveira - MDB/CE), que "Dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e a Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e dá outras providências".

Foco: estabelecimento do marco legal das Agências Reguladoras.

O texto dispõe sobre as regras de gestão, organização e mecanismos de controle social, aplicáveis às agências reguladoras.

**Autonomia das agências** – a natureza especial conferida às agências reguladoras é caracterizada pela ausência de tutela ou subordinação hierárquica, por investidura a termo dos dirigentes e estabilidade durante os mandatos e autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira.

**Supressão do contrato de gestão** – o parecer aprovado pela CEDN suprime a figura do contrato de gestão e desempenho ao qual seriam submetidas as agências reguladoras. Foram criados o Plano Estratégico, que terá duração quadrienal e estabelecerá previsões sobre

metas, objetivos e resultados esperados da agência reguladora, e o Plano de Gestão Anual, que terá por objetivo identificar as metas anuais para o conjunto de temas prioritários que serão regulamentados, estipulando os recursos e processos necessários para sua consecução.

**Avaliação de Impacto Regulatório (AIR)** – as propostas de alterações de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, de consumidores ou usuários dos serviços prestados serão precedidas da realização de AIR que analisará os impactos do ato normativo.

**Nomeação para os cargos de dirigentes nas agências** – estabelece que a indicação para os cargos de direção das agências reguladoras será precedida da formulação de uma lista tríplice por uma comissão de seleção, cuja composição e procedimento serão fixados em regulamento.

**Qualificação dos candidatos** – os candidatos deverão ter experiência mínima de dez anos, no setor público ou privado, no campo de atividade da agência reguladora ou, ainda, quatro anos ocupando cargo de direção ou de chefia superior em empresa no campo de atividade da agência reguladora.



#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

O projeto aprovado no Senado Federal traz avanços importantes quando comparado ao texto original, como a melhoria do processo de audiência pública com a livre participação e expressão de opinião e a supressão da obrigação de as agências arcarem com os custos de consultores externos, que contraria os pressupostos de independência e legitimidade dos atos regulatórios.

Reforça o princípio de autonomia decisória das agências, com a supressão da necessidade de submissão dos planos de gestão à aprovação dos Ministérios Setoriais e do Planejamento.

Institui a necessidade de o plano de gestão ser apresentado ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados e ao Tribunal de Contas da União (TCU). Porém define que os órgãos de fiscalização devem se ater a questões orçamentárias, e não influenciar ou alterar decisões regulatórias de caráter técnico.

Retira a obrigação de as agências reguladoras solicitarem parecer ao órgão de defesa da concorrência do Ministério da Fazenda sobre as minutas e propostas de alterações de atos normativos.

Garante que as próprias agências reguladoras serão responsáveis pela regulamentação e operacionalização da Avaliação de Impacto Regulatório (AIR), conferindo-lhe caráter eminentemente técnico, desvinculado de posicionamento político, não permitindo sua revisão por parte do Governo Federal.



### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF (aprovado o projeto com substitutivo). CD – CESP (aguarda constituição).

## Sistema Tributário

#### Nova Proposta de Reforma Tributária

**PEC 31/2007** do deputado Virgílio Guimarães (PT/MG), que "Altera o Sistema Tributário Nacional, unifica a legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, dentre outras providências".

Foco: nova Proposta de Reforma Tributária.

Obs: apensados a este 17 projetos.

# O QUE É

Propõe a reestruturação do Sistema Tributário Nacional na forma que se segue:

#### **Tributos federais**

**IVA-Federal** – cria "imposto sobre operações com bens e prestações de serviços" com as seguintes características:

- Incidência sobre importações a qualquer título.
- Não cumulatividade nos termos da lei.
- Não incidência nas exportações, garantida a manutenção e o aproveitamento do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores.
- Inclusão do imposto na base de cálculo.
- Parcela da arrecadação destinada ao financiamento da seguridade social.
- Não incorporação do IPI (o IPI é mantido nos moldes atuais).

#### **Tributos estaduais**

**Novo ICMS** – regulamentação única, sendo vedada adoção de norma estadual.

#### Alíquotas:

- Definidas por resolução do Senado federal.
- Enquadramento de mercadorias e serviços em alíquotas diferentes do padrão por resolução do Senado aprovada por maioria absoluta.
- Faculdade atribuída ao Confaz de reduzir e restabelecê-las.
- Possibilidade de diferenciação com base em quantidade ou tipo de consumo.
- Definição por lei complementar de mercadorias e serviços cujas alíquotas poderão ser aumentadas ou reduzidas por lei estadual.

#### Benefícios e incentivos fiscais:

- Definição pelo Confaz, desde que uniformes em todo o território nacional.
- Possibilidade de definição por lei complementar de benefícios e incentivos em favor de micro e pequenas empresas ou em atendimento a regimes aduaneiros.

#### Matérias para lei complementar

Fatos geradores, base de cálculo (com adição do próprio imposto); regime de compensação, aproveitamento de crédito, substituição tributária, processo administrativo fiscal, entre outras.

Também remete para lei complementar o estabelecimento de limites e mecanismos de ajuste da carga tributária em relação ao IR, ao IVA-Federal e ao novo ICMS.

#### Nova proposta

No dia 22 de agosto de 2017, o deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR) apresentou, no âmbito da Comissão Especial destinada a analisar, estudar e formular proposições relacionadas à Reforma Tributária, nova proposta de Reforma Tributária.

A proposta tem dois eixos: a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), espécie de IVA; e a criação do Imposto Seletivo (IS).

Com a criação desses dois impostos ficam extintos: IPI, IOF, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, Salário-Educação, Cide-Combustíveis, todos federais; ICMS estadual; e ISS municipal.

Há também alteração do produto da arrecadação do ITCMD e do IPVA para os municípios.

O IBS incidirá sobre o valor adicionado em cada etapa da cadeia produtiva, com direito a crédito do imposto incidente em todas as aquisições necessárias à atividade da empresa (crédito financeiro). Ele será calculado "por fora" (sem a incidência do imposto sobre ele mesmo) e irá gerar crédito imediato nas aquisições de bens destinados a ativos fixos (investimento). Será recolhido de forma centralizada, mas a receita de cada operação será destinada ao estado de destino da mercadoria. A proposta abre a possibilidade de o recolhimento por estabelecimento ser mantido e, nesse caso, será criada uma câmara de compensação entre os estados.

O IS incidirá, em uma única fase, sobre os seguintes produtos: petróleo e seus derivados, combustíveis e lubrificantes de qualquer origem, cigarros, energia elétrica, telecomunicações, bebidas, veículos automotores novos, terrestres, aquáticos e aéreos, bem como pneus e autopeças.



## NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA

O substitutivo aprovado pela CESP da Câmara dos Deputados apresenta melhorias em relação ao sistema tributário atual em termos de simplificação e desoneração da atividade produtiva, notadamente:

- Desoneração do investimento cronograma de redução do prazo de utilização dos créditos de ICMS e do IVA-F sobre bens de capital.
- Desoneração das exportações recolhimento do ICMS no estado de destino.
- Transferência a terceiros de saldos credores de ICMS e IVA-F após implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).
- Desoneração da folha de salários cronograma de redução da contribuição patronal ao INSS e extinção do Salário-Educação.
- Simplificação redução do número de tributos (extinção da CSLL, Cofins e PIS) e unificação da legislação do ICMS.
- Não cumulatividade uso de créditos sobre bens de uso e consumo no IVA-F.

A proposta, contudo, deve ser revisada para assegurar efetiva neutralidade do novo modelo quanto à carga tributária e garantir amplo direito de apropriação de créditos tributários do IVA-F e do ICMS no texto constitucional.

Quanto à neutralidade, são inaceitáveis aumentos de tributação decorrentes da definição de novas alíquotas, bem como do aumento da CFEM.

Nesse sentido, são necessários os seguintes aperfeiçoamentos:

- Assegurar a não cumulatividade do IVA-F no texto constitucional.
- Impedir a cobrança por dentro de tributos.
- Eliminar a possibilidade de a lei fixar ressalvas para o aproveitamento de créditos sobre bens de uso e consumo.
- Garantir a transferência de créditos a terceiros no IVA-F.
- Reforçar a garantia de neutralidade tributária da reforma.
- Eliminar a majoração da base de cálculo e de alíquotas da CFEM.
- Garantir o crédito imediato do IVA-F sobre aquisição de bens destinados ao ativo permanente.
- Permitir o aproveitamento imediato de saldos credores do IVA-F e do ICMS de contribuintes que usarem o SPED.
- Assegurar o aproveitamento de créditos do IVA-F e do ICMS no caso de operações sujeitas à isenção.
- Suprimir a competência residual para criação de novas contribuições sociais.
- Não convalidar os benefícios fiscais para importações.
- Aplicar o princípio da anterioridade ao novo ICMS (majorações do imposto só devem produzir efeitos no exercício financeiro seguinte).

O substitutivo citado acima foi aprovado em novembro de 2008. Em 2015, foi criada outra CESP para propor novo modelo de Reforma Tributária. Atualmente, o relator é o deputado Luiz Carlos Hauly. Em relação à minuta de PEC disponibilizada pelo parlamentar:

O Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) avança no quesito simplificação, que sempre foi bandeira defendida pela CNI quando de uma Reforma Tributária, uma vez que: a) permite a adoção ao direito do crédito amplo; b) elimina os tributos cumulativos; c) reduz o custo tributário sobre investimentos, com o creditamento imediato do IBS proveniente das aquisições de bens para o ativo fixo; d) aumenta a transparência do sistema tributário, com a cobrança do IBS sem inclusão do próprio tributo na sua base de cálculo; e e) simplifica o sistema tributário, com a substituição de diversos tributos incidentes sobre bens e serviços por apenas dois e com o fim da incidência de um tributo sobre o outro.

Entretanto o Imposto Seletivo (IS) apresenta problemas no quesito competitividade, outro eixo defendido pela CNI quando de uma Reforma Tributária, uma vez que coloca importantes insumos da cadeia produtiva sobre o regime cumulativo.

Uma possível solução para o problema apresentado – aumento da cumulatividade – seria a incidência do IS apenas sobre cigarros e bebidas. Nesse caso, as demais atividades (energia elétrica, combustíveis, telecomunicação, veículos automotores e suas peças) passariam a ser tributadas pelo IBS.

Assim, deveria ser feita uma adequação da repartição de receita entre os três níveis de governo para compensar a menor arrecadação com o IS, preponderantemente federal, e a maior arrecadação com o IBS, preponderantemente estadual e municipal.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**CD** – CCJC (aprovado o projeto), CESP (aprovado o projeto com substitutivo) e **Plenário** (aguarda inclusão em Ordem do Dia). SF.

#### Direitos e Garantias do Contribuinte

**PLS-C 298/2011** da senadora Kátia Abreu (Sem partido/TO), que "Estabelece normas gerais sobre direitos e garantias do contribuinte".

Foco: direitos e garantias do contribuinte.

#### ° O QUE É

O substitutivo aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) cria o Código de Defesa do Contribuinte. Este regula direitos e garantias aplicáveis na relação tributária do contribuinte com as administrações fazendárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, entre as quais se destacam:

**Presunção da boa-fé do contribuinte** – presume-se a boa-fé do contribuinte até que a Administração Fazendária prove o contrário.

**Sanções em decorrência de recurso ao Judiciário** – não admite a aplicação de multas ou encargos de índole sancionatória em decorrência do acesso à via judicial por iniciativa do contribuinte.

**Proibição de limitações ao recurso administrativo** – qualquer tipo de limitação ou obstáculo à interposição de recurso administrativo fica proibido, salvo as exigências de prazo, forma e competência. Com isso, fica revogada tanto a exigência de arrolamento, quanto a de depósito prévio.

**Sanções em decorrência de recurso ao Judiciário** – veda, para fins de cobrança extrajudicial de tributos, a adoção de meios coercitivos contra o contribuinte tais

como: a interdição de estabelecimento, a imposição de sanções administrativas ou a instituição de barreiras fiscais. Permite à Administração dispor de outros meios para cobrança do devedor contumaz de tributo que afete a concorrência.

Fruição de benefícios e incentivos fiscais – o contribuinte não será impedido de fruir de benefícios e incentivos fiscais, ainda que possua crédito tributário cuja exigibilidade esteja suspensa. Declarada a inconstitucionalidade, por decisão transitada em julgado, de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, referente a benefício ou incentivo fiscal, não serão cobrados juros de mora do período e não haverá atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.

**Penalidades** – as penas pecuniárias pelo descumprimento das obrigações principal e acessórias não poderão ser superiores ao valor do tributo devido e não pago, salvo nos casos de crimes contra a ordem tributária, definidos na legislação específica, atendidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

**Compensação de créditos** – o crédito tributário devidamente reconhecido em decisão administrativa definitiva ou sentença judicial transitada em julgado poderá, por opção do contribuinte, ser compensado com débitos próprios relativos a quaisquer tributos e contribuições administrados pelo mesmo órgão arrecadador. Institui o prazo mínimo de 60 dias para pagamento do crédito tributário.

**Vedações à Administração Fazendária** – proíbe as seguintes condutas por parte da Administração Fazendária: a) recusar, em razão da existência de débitos tributários pendentes, autorização para o contribuinte imprimir documentos fiscais necessários ao desempenho de suas atividades; b) induzir, por qualquer meio, a autodenúncia ou a confissão do contribuinte, por meio de artifícios ou prevalecimento da boa-fé, temor ou ignorância; c) reter, além do tempo estritamente necessário à prática dos atos assecuratórios de seus interesses, documentos, livros e mercadorias apreendidos dos contribuintes, nos casos previstos em lei; e d) divulgar, em órgão de comunicação social, o nome de contribuintes em débito.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

O projeto tem o intuito de regulamentar direitos e garantias do contribuinte frente aos interesses arrecadatórios do Estado. Com isso, busca reforçar a posição do contribuinte, reduzindo uma excessiva fragilidade deste nas relações com o Fisco, que existe em prejuízo da segurança jurídica quanto às obrigações e direitos tributários e, consequentemente, de investimentos no setor produtivo brasileiro.

Merecem apoio, no sentido do aperfeiçoamento da relação entre Fisco e contribuinte, especialmente, as seguintes inovações: a) manutenção da ideia original de criação de um Código de Defesa do Contribuinte e não de alterações pontuais no CTN; b) supressão da regra de não utilização de operações ou negócios jurídicos sem propósito negocial; e c) eliminação da necessidade de as empresas identificarem sócios com sede em países com tributação favorecida, sob pena de terem de conferir tratamento de receita ao valor da inversão financeira.

#### ONDE ESTÁ? COM QUEM?

**SF:** tramita em regime de urgência – CCJ (aprovado o projeto com substitutivo), CAE (aprovado o projeto com substitutivo), **Plenário (emendado)**, **CCJ (aguarda parecer do relator, senador Armando Monteiro - PTB/PE), CAE (aguarda designação de relator)** e Plenário. CD.

## Infraestrutura Social

#### Reforma da Previdência

**PEC 287/2016** do Poder Executivo, que "Altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências".

Foco: Reforma da Previdência Social.

# O QUE É

A emenda aglutinativa (EA) apresentada pelo relator em 23/11/2017 promove alterações importantes no texto da Comissão Especial com o objetivo de viabilizar a aprovação da PEC.

Principais pontos do texto que deverão ser encaminhados à votação do Plenário da Câmara dos Deputados:

• **Idade mínima para aposentadoria** – mantida a idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres, para trabalhadores do setor privado e público.

- Regra de transição/setor privado prevê uma regra de transição para trabalhador da iniciativa privada para o Regime Geral Previdência Social (RGPS) em que o aumento, para requerer a aposentadoria, será progressivo começando em 55 (homem) e 53 anos (mulher), na data da promulgação da emenda e passará a subir em um ano a cada biênio a partir de 2020.
- Regra de transição/setor Público no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e para quem entrou no serviço público antes de 2003, as mulheres poderão requerer aposentadoria a partir dos 55 anos e homens aos 60 anos e fazer opção pela integralidade e paridade. Poderão também optar pela média dos salários de contribuição a partir de julho de 1994, com reajuste anual do INPC. Quem ingressou após 2003 receberá o benefício correspondente à média dos salários de contribuição a partir de julho de 1994.
- Tempo mínimo de contribuição a Emenda alterou a regra anteriormente estabelecida no texto da Comissão Especial para o RGPS: 25 anos para homens e mulheres. O tempo mínimo de contribuição para aposentadoria no RGPS foi reduzido para 15 anos. O tempo mínimo de contribuição para aposentadoria no Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) permaneceu em 25 anos. Foi mantido o pedágio de 30% sobre o tempo de contribuição que falta para requerer o benefício, de acordo com as regras atuais.
- Aposentadoria do servidor público/limitação os proventos de aposentadoria do servidor público não poderão ser superiores ao limite máximo estabelecido para o RGPS.
- Cálculo do benefício (acima de um salário mínimo) também foi modificado o cálculo do benefício. Ele será igual a 60% da média do salário de contribuição quando atingir os 15 anos de contribuição. Será ampliado para 70%, quando alcançar 25 anos. Será necessário contribuir 40 anos para ter acesso a 100% da aposentadoria superior a um salário mínimo.
- **Aposentadorias diferenciadas** estabelece regras diferenciadas para professores, policiais militares e trabalhadores em condições prejudiciais à saúde. Docentes poderão se aposentar com 60 anos. Para a Polícia Militar e empregados em posições com riscos à saúde, a idade mínima é de 55 anos. Pessoas portadoras de deficiência não possuem idade mínima para requisição de aposentadoria. No caso dos segurados especiais, a regra continua a mesma em vigor atualmente: 55 anos para mulher e 60 para homem.
- **Benefício da Prestação Continuada (BPC)** a emenda aglutinativa suprimiu do texto da Comissão Especial a regra que ampliava de 65 para 75 anos a idade mínima necessária para receber o BPC. Mantida, portanto, a norma em vigor que

- garante o valor de um salário mínimo mensal ao idoso e à pessoa portadora de deficiência que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção.
- **Aposentadoria Rural** também foi excluída do texto da Comissão Especial a regra que alterava a aposentadoria do trabalhador rural, ou seja, ele poderá se aposentar com idade de 60 anos, se homem, e 55 anos, se mulher, com 15 anos de contribuição.
- Pensão veda o recebimento conjunto: a) de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro, no âmbito do RPPS ou entre este regime e o RGPS; b) de pensão por morte e de aposentadoria no âmbito do RPPS ou entre este regime e o RGPS, cujo valor total supere dois salários mínimos. Na concessão do benefício de pensão por morte, será respeitado o limite máximo dos benefícios do RGPS, sendo o valor equivalente a uma cota familiar de 50% acrescida de cotas de 10% por dependente, até o limite de 100%.
- Lei de Responsabilidade Previdenciária prevê a elaboração de uma lei de responsabilidade previdenciária, que disporá sobre os critérios a serem utilizados para a avaliação permanente do equilíbrio financeiro e atuarial indispensável à sustentabilidade do RGPS.
- Responsabilidade patrimonial de acionistas e administradores os acionistas controladores, os administradores, os gerentes, os diretores e os prefeitos responderão solidariamente, com seu patrimônio pessoal, pelo inadimplemento das contribuições sociais incidentes sobre a folha de salários, receita e lucro, desde que comprovados dolo ou culpa.
- Regimes especiais de parcelamento e benefícios fiscais veda a inclusão de contribuições sociais do empregador incidentes sobre a folha de salários, receita ou o faturamento em parcelamentos especiais que concedam prazo superior a 60 meses, remissão ou anistia, e quitação com prejuízo fiscal ou base de cálculo negativa.



#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

A emenda aglutinativa à PEC nº 287/2016 apresentada preserva as linhas gerais da proposta original. Mantém um dos eixos principais da proposta: a combinação da idade mínima e do tempo de contribuição para a solicitação de aposentadoria.

Alguns pontos polêmicos – como as regras estabelecidas no substitutivo da Comissão Especial para a concessão de Benefício de Prestação Continuada (BPC) aos idosos e portadores de deficiência e aposentadoria rural – foram suprimidos do novo texto no intuito de viabilizar a aprovação da PEC.

A urgência devido tanto à transição demográfica enfrentada pelo país quanto à trajetória crescente do gasto previdenciário em percentual do produto interno bruto (PIB) torna aceitáveis as modificações adotadas pela emenda aglutinativa.

O equilíbrio do sistema e a consequente diminuição do déficit previdenciário dependem da adoção de critérios objetivos que valorizem a forma de trabalho e garantam o direito dos trabalhadores.

Adiar a reforma significa privilegiar a geração atual de trabalhadores em detrimento daqueles que ainda entrarão no mercado de trabalho. Quanto mais tarde vierem as alterações, maior será o custo suportado pela nova geração.

O novo texto suaviza a reforma e aumenta sua chance de aprovação. Ressalta-se a necessidade da aprovação da reforma sem uma nova rodada de flexibilizações a fim de contribuir efetivamente para o equilíbrio das contas públicas.

Como ponto de atenção, destacamos a inclusão do parágrafo 11-C no art. 195 da Constituição Federal, que atribui responsabilidade solidária dos acionistas das empresas, controladores, diretores e gerentes, com seu patrimônio pessoal, pelo inadimplemento das contribuições sociais.

Ressalte-se que o tema já está regulado no art. 135, inciso III do CTN, em relação a esse tema o STJ sedimentou entendimento de que, se o empresário ou o administrador agir dentro da lei e do contrato social ou estatuto e, por outras circunstâncias, a empresa não cumprir com suas obrigações tributárias, seus bens particulares não respondem pela dívida tributária. Trata-se do caso de simples inadimplência de tributos, e não de sonegação ou infração à lei.

Nesse sentido, a nova disposição do § 11-C no artigo 195 da Constituição Federal, poderá reverter tais entendimentos, em razão da amplitude que o vocábulo "culpa" pode assumir para o legislador ordinário.

Introduzir a disposição, que, em essência, já se encontra abrangida pelo CTN, gera dúvida e insegurança jurídica.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD – CCJC (aprovado o projeto), CESP (aprovado o projeto com substitutivo) e Plenário (aguarda inclusão em Ordem do Dia). SF.





## O funcionamento eficiente do setor privado pressupõe a existência de normas claras e estáveis que garantam segurança ao investidor.

O processo de regulamentação da economia deve ter como referência:

- Ações preventivas e educativas.
- Proporcionalidade e precisão.
- Efeitos sobre os custos das empresas e da sua capacidade de adaptação ao tempo.
- Participação das partes afetadas.
- Respeito às normas, aos contratos e aos acordos internacionais.
- Baixo custo de transação da economia.
- Eficiência na alocação de recursos.
- Processo ágil de adaptação do setor produtivo às inovações tecnológicas e institucionais.
- Competitividade e direitos de propriedade.

## Direito de Propriedade e Contratos

Mecanismos eficazes e de baixo custo para garantia de contratos e do direito de propriedade são pré-requisitos para investimentos na atividade produtiva

A legislação deve oferecer garantias rápidas e efetivas de proteção ao direito de propriedade e reduzir as incertezas quanto ao cumprimento de contratos para:

- Estimular decisões de investimento.
- Criar ambiente propício e estável à realização de negócios.
- Coibir práticas ilícitas.
- Desonerar os valores dos contratos de sobrepreços, que antecipam riscos de mora e de despesas jurídicas pelo não cumprimento do contrato.

**PLC 69/2014** (PL 3401/2008 do deputado Bruno Araújo – PSDB/PE), que "Disciplina o procedimento de declaração judicial de desconsideração da personalidade jurídica e dá outras providências".

Foco: desconsideração da personalidade jurídica.

#### PROJETO CONSTANTE DA PAUTA MÍNIMA. VIDE PÁGINA 19.

**PLS 330/2013** do senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE), que "Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências".

Foco: normas para proteção, tratamento e o uso de dados das pessoas naturais e jurídicas de direito público ou privado.

Obs.: tramita em conjunto com os PLSs 131 e 181/2014.

#### PROJETO CONSTANTE DA PAUTA MÍNIMA. VIDE PÁGINA 21.

**PLS 441/2017** do senador José Medeiros (Podemos/MT), que "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para dispor sobre a paralisação de obras públicas".

Foco: estabelecimento de critérios para a paralisação de obras públicas.

## O QUE É

Altera a lei de licitações para determinar que, se constatadas irregularidades no procedimento licitatório ou na execução contratual, não sendo possível o saneamento, a decisão, administrativa ou judicial, sobre a paralisação da obra somente será adotada na hipótese em que se revelar como medida de interesse público, observados, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a. impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento;
- b. riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do empreendimento;
- c. motivação social e ambiental do empreendimento;
- d. custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;
- e. despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;
- f. despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;
- g. medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou da entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;
- h. custo total e estágio de execução física e financeira dos contratos, dos convênios, das obras ou das parcelas envolvidas;
- i. empregos diretos e indiretos perdidos em razão da paralisação;
- j. custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato; e
- k. custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

Caso a paralisação não se revele como medida de interesse público, o Poder Público deverá optar pela continuidade do contrato e pela solução da irregularidade por meio de cobrança de indenização por perdas e danos, sem prejuízo da aplicação de penalidades e da apuração de responsabilidades.



## NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

A proposição pretende impor a análise de custo, risco e benefícios da suspensão provisória de obras públicas. Assim, vem em boa hora porquanto se faz necessária a definição de condições para o exercício desse poder, até mesmo por meio da técnica da ponderação entre os bens jurídicos envolvidos.

Não se trata aqui de impedir, por exemplo, a concessão de cautelares judiciais ou administrativas que paralisem obras, mas apenas dar instrumentos às instâncias decisórias para que analisem outras possibilidades menos gravosas ao interesse público e, muitas vezes, mais efetivas.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF - CCJ (aguarda designação de relator). CD.

**PL 333/1999** do deputado Antônio Kandir (PSDB/SP), que "Altera e acrescenta artigos à Lei n° 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. EMENTA DO SUBSTITUTIVO DO SENADO FEDERAL: Altera a Lei n° 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial".

Foco: majoração das penas para crimes contra propriedade intelectual.

# O QUE É

Amplia as penas para crimes contra a propriedade intelectual.

**Aumento e uniformização das penas** – aumenta e uniformiza as penas dos crimes contra registro de marca, indicações geográficas e concorrência desleal. Majora de 1 a 4 para 2 a 4 anos.

**Crimes com penas majoradas** – amplia de 1 a 3 meses para 2 a 4 anos as penas previstas na Lei de Propriedade Industrial (LPI), para os crimes de usos não autorizados de: a) patente de invenção ou de modelo de utilidade; b) fornecimento sem licenciamento de componentes de produto patenteado; c) fabricação de produto que incorpore desenho industrial registrado; d) desenho industrial registrado; e) marcas, título de estabelecimento e sinal de propaganda; f) indicações geográficas; e g) concorrência desleal.

**Agravantes** – inclui os crimes contra as indicações geográficas no rol dos crimes passíveis de majoração de pena em função da presença de agravantes.

**Apreensão, destruição e perdimento de bens pirateados** – o juiz poderá determinar, a requerimento do Ministério Público, da autoridade policial ou do titular do direito violado: a) a apreensão da totalidade dos bens que incorporem violações de direitos de propriedade industrial; b) apreensão e perdimento dos equipamentos

quando estes se destinarem, precipuamente, à prática do ilícito; e c) destruição dos bens que incorporem a violação do direito de propriedade industrial, a qualquer momento, quando não for possível determinar a autoria do ilícito.

Atualmente, a lei prevê que o interessado poderá requerer a apreensão da marca falsificada, antes de ser utilizada para fins criminosos, e sua destruição antes de ser distribuída.



## NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

O projeto visa conferir eficácia à repressão de crimes contra marcas e indicações geográficas e equipar a pena desses crimes com a pena aplicada a crimes contra o direito autoral. Essa equiparação viabilizará a persecução penal (procedimento preliminar que busca reunir provas) que, em função das penas atuais e de sua análise em juizado especial, hoje não ocorre.

De acordo com a Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei nº 9.099, de 1995), crimes com penas máximas não superiores a 2 anos são considerados de menor potencial ofensivo e remetidos a juizados especiais. Porém o Código de Processo Penal continua a exigir na persecução penal de crimes contra a propriedade imaterial provas periciais elaboradas por dois peritos a serem nomeados por juiz. Essa exigência é incompatível com os princípios da oralidade, simplicidade e informalidade que norteiam a ação do juizado especial.

Adicionalmente, a propositura de queixa-crime em juizado especial resulta na suspensão condicional do processo, sem a perda da primariedade e com pagamento de cestas básicas, que aliada à falta de estrutura dos juizados resultam na inviabilidade da persecução penal dos crimes contra a propriedade industrial.

As alterações propostas irão reduzir a impunidade que tem colocado o Brasil no topo dos *rankings* de pirataria em diversos setores, como *softwares*, vestuário e cigarros, o que gera prejuízos e evasão fiscal de aproximadamente R\$100 e R\$30 bilhões, respectivamente. Apesar de viabilizar a instrução processual desses crimes, a medida não acarretará ampliação do encarceramento. Isso não ocorrerá, pois, em função dos altos custos de instrução processual e pelo fato de as infrações não envolverem violência, os processos serão remetidos para audiências de custódia com aplicação de penas alternativas.

#### ONDE ESTÁ? COM QUEM?

CD (aprovado o projeto com emendas). SF (aprovado o projeto com substitutivo). **CD** – CDC (aprovado o substitutivo do SF); CDEICS (aprovado o substitutivo do SF); CCJC (aprovado o substitutivo do SF) e **Plenário (aguarda inclusão na Ordem do Dia)**.



**PL 2289/2007** do deputado Beto Faro (PT/PA), que "Regulamenta o art. 190 da Constituição Federal, altera o art. 1º da Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, e dá outras providências".

Foco: aquisição e arrendamento de imóvel rural por pessoas estrangeiras.

Obs.: apensados a este 6 projetos.

# O QUE É

O substitutivo aprovado na Comissão de Agricultura (CAPADR) estabelece novas regras para aquisição de terras por estrangeiros. Exclui da abrangência e das restrições impostas pela lei as pessoas jurídicas brasileiras, ainda que constituídas ou controladas direta ou indiretamente por pessoas privadas, físicas ou jurídicas estrangeiras.

#### **Outras inovações**

**Proibição para aquisição de imóveis rurais** – estabelece que não poderão adquirir imóveis rurais, mediante a aquisição direta ou indireta de controle societário, a constituição de fundo de investimento imobiliário ou a contratação de consórcios – as seguintes pessoas jurídicas:

- a. Organização não governamental (ONG) com atuação no território brasileiro que tenha sede no exterior ou estabelecida no Brasil, cujo orçamento anual seja proveniente, na sua maior parte, de uma mesma pessoa física estrangeira ou empresa com sede no exterior ou, ainda, de mais de uma dessas fontes quando coligadas.
- b. Fundação particular quando os seus instituidores forem: 1) pessoas físicas estrangeiras; 2) empresa com sede no exterior; 3) empresas estrangeiras ou empresas estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil com sede no exterior.
- c. Fundos soberanos constituídos por estados estrangeiros.

Ressalva que a proibição não se aplica às companhias de capital aberto com ações negociadas em bolsa de valores no Brasil ou no exterior.

**Limitação de área** – a soma das áreas rurais pertencentes e arrendadas a pessoas estrangeiras não poderá ultrapassar a um quarto da superfície dos municípios onde se situem. As pessoas da mesma nacionalidade não poderão ser proprietárias ou arrendatárias, em cada município, de mais de 40% desse limite.

**Implantação de projeto agroindustrial** – atribui ao Congresso Nacional, mediante decreto legislativo, por manifestação prévia do Poder Executivo, competência para autorizar a aquisição de imóvel por pessoa estrangeira além dos limites fixados,

quando se tratar da implantação de projeto agroindustrial que agregue valor, gere renda e emprego.

**Aquisição por sociedade estrangeira/vinculação** – imóveis rurais adquiridos por sociedade estrangeira no país deverão ser associados a projeto agroindustrial que agregue valor, gere renda e emprego à região e que obedeçam aos princípios da função social da propriedade, desde que autorizados expressamente por ato do Poder Executivo (Código Civil, art. 1.134).

**Revogação/convalidação das aquisições** – revoga a lei em vigor que dispõe sobre aquisição de terras por estrangeiros (Lei nº 5.709/1971) e convalida as aquisições e os arrendamentos de imóveis rurais celebrados por pessoas físicas ou jurídicas brasileiras durante sua vigência.



#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA

A discussão da aquisição de terras por estrangeiros veio à tona com a dúvida a respeito da recepção do art. 1°, § 1°, da Lei n° 5.709/1971, pela CF/88, que restringia a aquisição de terras rurais no Brasil por pessoa física ou jurídica estrangeira, bem como por empresa brasileira da qual participem empresas estrangeiras.

O atual entendimento da AGU, ao equiparar empresas brasileiras com maioria de capital estrangeiro a pessoas físicas estrangeiras, para o fim de vetar a compra ou o arrendamento de terras no país, vem causando sérias barreiras ao investimento produtivo no Brasil, seja por perda de investimentos diretos, seja por ter fechado o mercado de crédito internacional para os negócios que dependem da terra, em especial nos setores de agronegócio, biocombustíveis, floresta plantada, mineração e empreendimentos no setor elétrico.

A perda ou suspensão de investimentos ou de linhas de créditos internacionais para atividades produtivas no Brasil impacta diretamente no recolhimento de impostos, na criação de empregos diretos e indiretos, na balança comercial e em toda a cadeia produtiva, além de ir contra o movimento de todos os países na atração de investimentos estrangeiros produtivos em seus territórios.

O substitutivo aprovado confere tratamento adequado para a matéria, pois não impede os investimentos no país por diversas atividades empresariais produtivas.

#### Pontos positivos:

 Permite a aquisição e arrendamento de terras por estrangeiros pelas pessoas jurídicas brasileiras, ainda que constituídas ou controladas, direta ou indiretamente, por pessoas privadas, físicas ou jurídicas, estrangeiras e companhias de capital aberto com ações negociadas em bolsa de valores no Brasil ou no exterior.

- Mantém as limitações às aquisições de terras por ONGs estrangeiras, conforme preocupação manifestada em parecer da AGU.
- Convalida as aquisições e os arrendamentos de imóveis rurais celebrados por pessoas físicas ou jurídicas brasileiras durante a vigência da lei que regula a aquisição de terras por estrangeiros.

Apesar de positiva a convalidação, a redação proposta não confere a segurança jurídica necessária às empresas brasileiras controladas por capital estrangeiro. Não se pode afirmar, com certeza, que a expressão pessoas físicas brasileiras abrangerá "empresas brasileiras controladas por capital estrangeiro".

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**CD:** tramita em regime de urgência – CREDN (aprovado o projeto com substitutivo), CAPADR (aprovado o projeto com substitutivo), **CESP (aguarda constituição) e Plenário aguarda inclusão na Ordem do Dia). SF.** 

**PL 7477/2014** do deputado Antonio Balhmann (PDT/CE), que "Dispõe sobre a relação de revenda e distribuição entre fornecedores e distribuidores de produtos industrializados e dá outras providências".

Foco: regulação da relação contratual de distribuição de produtos industrializados.

# O QUE É

Regula a relação contratual de distribuição de produtos industrializados para definir os objetos, os elementos obrigatórios e as cláusulas inerentes ao contrato de distribuição, as obrigações e as práticas vedadas ao fornecedor e ao distribuidor. Determina que o lucro do distribuidor deve ser contratualmente garantido pelo fornecedor.

O projeto não abrange os veículos automotores, que estão sujeitos à legislação própria.

**Elementos obrigatórios ao contrato de distribuição** – estabelece que a especificação dos produtos a serem distribuídos, a delimitação do território destinado à atuação do distribuidor e a descrição dos investimentos, das instalações de acomodação e de armazenamento e dos equipamentos necessários para a implementação do negócio são elementos obrigatórios aos contratos de distribuição.

**Uso da marca** – o uso da marca do fornecedor pelo distribuidor como instrumento de estratégia comercial deve ser obrigatoriamente livre de cobranças adicionais. É vedado o uso de marca que possa causar prejuízo ao fornecedor ou denegrir seu conceito.

**Critério da territorialidade** – as distâncias mínimas entre os estabelecimentos dos distribuidores devem ser fixadas no contrato de distribuição.

**Venda direta pelo fornecedor** – proíbe a venda direta do fornecedor ao varejista ou consumidor sem a prévia e expressa autorização do distribuidor responsável por aquele território caso não haja entendimento prévio no contrato celebrado entre as partes. Nessa hipótese, o fornecedor fica obrigado a remunerar o distribuidor mediante pagamento de comissão sobre as vendas realizadas.

**Redução espacial do território de atuação do distribuidor** – durante a relação contratual, o fornecedor poderá solicitar ao distribuidor a redução espacial de seu território de atuação, desde que regulamentada contratualmente entre as partes e mediante pagamento de comissão.

**Preços de venda ao distribuidor** – estabelece como responsabilidade do fornecedor a manutenção do mesmo padrão de preços e condições de pagamento para toda a rede de distribuidores. Veda práticas de preço ao distribuidor que promova concorrência desleal entre este e os demais agentes econômicos do setor de varejo.

**Vigência e extinção do contrato de distribuição** – o contrato de distribuição terá vigência mínima de cinco anos e poderá ser extinto, por ambas as partes, desde que observada a comunicação por escrito com prazo mínimo de 90 dias.

Caso o fornecedor opte por extinguir o contrato, de maneira imotivada, ficará obrigado a: a) adquirir pelo preço de mercado todo o estoque em poder do distribuidor, bem como todos os bens, equipamentos, maquinários e instalações destinados à distribuição dos produtos; b) indenizar o distribuidor em valor correspondente ao investimento realizado cujo retorno não tenha ocorrido durante a vigência do contrato; c) arcar com os custos inerentes à descaracterização de suas marcas; d) arcar com todo o passivo trabalhista causado ao distribuidor em razão da dispensa de funcionários voltados à distribuição de seus produtos e decorrente da extinção imotivada do contrato; e) indenizar o distribuidor por perdas e danos.



#### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

A proposta mostra-se prejudicial ao setor produtivo, pois apresenta viés interventivo na relação contratual, desconsidera as características contemporâneas do contrato de distribuição, definindo, de forma rígida e inflexível, diversos elementos do contrato. As alterações propostas impõem vários e



severos ônus aos fabricantes e produtores, que culminarão por inviabilizar o modelo de negócio com distribuidores autônomos. Esses ônus aumentarão o custo de transação na cadeia comercial e prejudicarão a comercialização, gerando aumento do preço final dos produtos.

Ademais, o projeto desconsidera o caráter colaborativo dos contratos empresariais, desprestigiando os princípios da liberdade contratual e da autonomia da vontade.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD - CDC (aguarda parecer do relator, deputado Cabo Sabino - PR/CE), CDEICS e CCJC. SF.

**PL 3406/2015** (PLS 316/2013 do senador Paulo Paim – PT/RS), que "Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para definir prazo máximo para o exame de pedidos de registro de marcas e de patentes".

Foco: prazo para exame de pedidos de registro de marcas e patentes.

# O QUE É

Altera a lei que cria o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi) para vincular as receitas obtidas pelo instituto à prestação de serviços no cumprimento de suas finalidades institucionais.

**Autonomia** – o instituto gozará dos privilégios da União no que se refere ao patrimônio, à renda, à autonomia administrativa e financeira e à vinculação da aplicação das receitas obtidas à execução dos serviços vinculados às suas finalidades essenciais ou delas decorrentes.

**Finalidades** – o Inpi terá por finalidades essenciais executar, com autonomia e independência, no âmbito nacional, os serviços e as normas, que regulam a propriedade industrial, tendo em vista a sua função social, econômica, jurídica e técnica, bem como pronunciar-se quanto à conveniência de assinatura, ratificação e denúncia de convenções, tratados, convênios e acordos sobre propriedade industrial.

**Planos de metas** – prevê que o Inpi publicará, anualmente, o Plano de Aplicação de Recursos e Investimentos, necessários para o cumprimento de suas finalidades essenciais, que deverá incluir o estabelecimento de metas, visando à melhoria permanente de processos e à redução gradual dos prazos de execução dos serviços que tem por finalidade executar.

**Contingenciamento** – as despesas relativas à aplicação das receitas geradas pela prestação dos serviços de concessão de patentes e do registro de marcas não serão objeto de limitação de empenho e de movimentação financeira, devendo tal ressalva constar da Lei de Diretrizes Orçamentárias.



#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

O texto aprovado na CDEICS apresenta solução adequada, pois suprime a previsão de estabelecimento em lei, de um prazo incompatível com a estrutura do órgão e com os padrões internacionais. Como alternativa, promove alterações pontuais à lei de criação do Inpi para lhe conferir maior autonomia financeira, administrativa e orçamentária e garantir que a integralidade dos valores arrecadados pela retribuição de seus serviços será aplicada no cumprimento de suas atribuições legais com efeitos diretos na redução de prazos para análises de pedidos de patentes.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF (aprovado o projeto com emendas). **CD -** CDEICS (aprovado o projeto com substitutivo) e **CCJC (aguarda parecer do relator, deputado Antônio Bulhões - PRB/SP).** 

**PL 4860/2016** da deputada Christiane de Souza Yared (PR/PR), que "Institui normas para regulação do transporte rodoviário de cargas em território nacional e dá outras providências".

Foco: regulação do transporte rodoviário de cargas.



#### Regulação do Transporte Rodoviário de Cargas (TRC)

O TRC é atividade de natureza comercial, aberto à exploração por pessoa física ou jurídica, nas seguintes modalidades: a) por conta de terceiros e mediante remuneração; e b) de carga própria, em veículo próprio, sem remuneração.

#### Categorias econômicas do TRC:

 Transportador Autônomo de Cargas (TAC) – pessoa física que exerce habitualmente atividade profissional de transporte rodoviário de cargas, por sua conta



e risco, como proprietária, coproprietária ou arrendatária, em qualquer caso, de no mínimo um e no máximo três veículos automotores de carga, registrados no órgão de trânsito na categoria "aluguel".

- Empresa de Transporte Rodoviário de Cargas (ETC) pessoa jurídica que tenha no transporte rodoviário de cargas sua atividade principal e seja proprietária de, no mínimo, 11 veículos automotores de carga ou de frota cuja capacidade somada de transporte seja de, no mínimo, 180 toneladas de capacidade dinâmica, registrados em seu nome no órgão de trânsito, na categoria "aluguel".
- Cooperativa de Transporte Rodoviário de Cargas (CTC) sociedade cooperativa constituída por pessoas físicas e/ou jurídicas, que exerça atividade de transporte rodoviário de cargas.
- Empresa de Transporte Rodoviário de Cargas de Pequeno Porte (ETPP) pessoa jurídica que tenha no transporte rodoviário de cargas sua atividade principal e seja proprietária de, no mínimo, 1 automotor de carga, registrado em seu nome no órgão de trânsito, na categoria "aluguel".
- Transportador Rodoviário de Carga Própria (TCP) pessoa física ou jurídica que exerça, em veículo próprio, registrado na categoria "particular", a atividade de transporte de carga própria.
- Operador Logístico (OL) pessoa jurídica que tenha o transporte rodoviário de cargas como atividade econômica, prestando serviços logísticos, tais como transporte, armazenagem e gerenciamento de estoques, inclusive por meio de multimodalidade, diretamente ou por intermédio de terceiros, e seja proprietária de, no mínimo, 11 veículos automotores de carga ou de frota cuja capacidade somada de transporte seja de, no mínimo, 180 toneladas de capacidade dinâmica, registrados em seu nome no órgão de trânsito, na categoria "aluguel".

#### Documentação

Cria o Documento Eletrônico de Transporte (DT-e), de registro obrigatório nas operações de transporte rodoviário de cargas.

A ANTT e as Fazendas Públicas da União, dos Estados e do Distrito Federal poderão firmar convênio para compartilhamento, sem ônus financeiro, das informações contidas no DT-e, no Manifesto Eletrônico de Documento Fiscal (MDF-e), no Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), na Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), na Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e) e na Nota Fiscal Eletrônica ao Consumidor (NFC-e).

#### Seguros obrigatórios de viagem

Além dos seguros cuja contratação é determinada por acordos, tratados, convenções internacionais ou por leis especiais, as pessoas físicas ou jurídicas que prestem serviço de transporte rodoviário de cargas são obrigadas a contratar os seguros de: a) responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário de Carga (RCTR-C), para cobertura de danos ou prejuízos causados à carga transportada, em decorrência de acidentes rodoviários: ETC, OL e CTC; b) Responsabilidade Civil-Desaparecimento de Carga (RC-DC), para cobertura de assalto, roubo ou furto da carga: ETC, OL e CTC; e c) Responsabilidade Civil por Veículos/Danos Materiais e Danos Corporais (RCV-DM/DC), para cobertura de danos causados a terceiros pelo veículo automotor e utilizado no transporte rodoviário de carga.

A responsabilidade pela contratação dos seguros de que tratam os tópicos a e b, acima, é do transportador ou da cooperativa, conforme o caso, cabendo exclusivamente a estes a escolha da seguradora, sendo vedada a estipulação de apólice pelo contratante do serviço de transporte.

A imposição pelo contratante do serviço de transporte de contratação de seguros de seguradora específica constitui infração à ordem econômica.

A imposição pelo contratante do serviço de transporte de contratação de seguros adicionais contra riscos já cobertos pelas apólices do transportador terão os custos suportados diretamente pelo contratante do serviço e, nesse caso, fica expressamente proibida qualquer outra obrigação por parte do transportador, inclusive de Plano de Gerenciamento de Risco (PGR).

#### Relações contratuais do serviço de transporte

Quando não previsto em contrato o tempo de serviço de transporte, independentemente da quantidade ou do volume, a duração mínima será de: 24 meses, quando se tratar de serviço com equipamentos que o transportador ou seus subcontratados já possuam e padrão de mercado; b) 48 meses, quando se tratar de serviço que demande a aquisição de equipamento específico ou novo, para atender ao referido contrato. No transporte de insumos e produtos agrícolas, serão admitidos contratos com prazo menor, desde que previamente estipulado e de acordo com a sazonalidade da demanda.

Em caso de subcontratação, o contrato a ser celebrado entre o transportador contratante e o subcontratado definirá a forma de prestação de serviço do subcontratado como agregado ou independente.

Denomina-se "agregado" o TAC que coloca, com exclusividade, mesmo que periodicamente, veículo de sua propriedade ou de sua posse, a ser dirigido por ele próprio ou por seu empregado, a serviço do contratante, mediante remuneração certa.

Denomina-se "independente" o TAC que presta serviços de transporte de carga em caráter eventual e sem exclusividade, mediante frete ajustado a cada viagem.

A relação decorrente do contrato de transporte de cargas independente, com exclusividade ou não, ainda que feita habitualmente, é sempre de natureza empresarial e comercial, não constituindo relação de trabalho, e, portanto, não ensejando, em nenhuma hipótese, a caracterização de vínculo de emprego.

As condições do contrato de transporte de carga de que trata esta lei poderão ser ajustadas mediante acordos individuais ou coletivos celebrados entre contratante e contratado, cuja validade exige homologação nos sindicatos das categorias envolvidas, ou entre os sindicatos das categorias envolvidas.

#### Tempo de operação de carga e descarga

O prazo máximo para carga ou descarga do veículo será de 5 horas, contadas da chegada ao endereço de carregamento ou descarga, após o qual será devido ao transportador a importância equivalente a R\$1,59 por tonelada/hora ou fração. No caso de bem perecível, mercadoria com validade expirando ou produto perigoso, poderá ser ajustado prazo máximo de descarregamento reduzido, conforme a natureza da mercadoria, mediante ajuste entre as partes.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA

O texto contribui para a modernização do setor, ao definir norma geral aplicável ao transporte rodoviário de cargas em todo o país.

São necessários ajustes para garantir maior isonomia às partes contratantes, em benefício da segurança jurídica e da redução de custos com o transporte de mercadorias. Os principais pontos que requerem alteração são:

Contratação de Seguro – ao excluir do dono da carga o direito de contratar o seguro, o projeto incorre em três problemas: a) aumento de custo, uma vez que o dono da carga normalmente tem melhores condições econômicas para negociar preço com seguradora; b) insegurança no transporte, uma vez que o dono da carga é quem detém informações precisas sobre as mercadorias transportadas; c) insegurança no ressarcimento em caso de sinistro, já que não há garantias de que a seguradora contratada ressarcirá o dono da carga ou mesmo que o transportador contratará uma seguradora idônea.

- **Tempo de estadia** o tempo de estadia previsto no texto é baixíssimo para a realidade brasileira de descarga. O ideal é que isso seja estabelecido em contrato ou um tempo de pelo menos 16 horas total (carga e descarga).
- Reservas de mercado as definições de categorias de transporte estabelecem que quase todas têm de ser feitas por empresas que tenham o serviço de transporte como "atividade principal". A obrigatoriedade impede ganhos de eficiência e serve de barreira para novos entrantes.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**CD -** CESP (aprovado o projeto com substitutivo) e **Mesa Diretora (aguardando delibera- ção de recursos no sentido de apreciação pelo Plenário).** SF.

**PL 6814/2017** (PLS 559/2013 da Comissão de Modernização da Lei de Licitações e Contratos do SF), que "Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e revoga a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e dispositivos da Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011".

Foco: normatização única para as modalidades de licitação e contratos da Administração Pública.

Obs.: apensado ao PL 1292/1995.

PROJETO CONSTANTE DA PAUTA MÍNIMA. VIDE PÁGINA 25.

## Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação

Estimular a inovação nas empresas é essencial para o aumento da competitividade e produtividade

O conjunto de marcos legais que sustentam as políticas voltadas ao desenvolvimento de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) propiciou a ampliação da cooperação entre as esferas pública e privada, o aumento dos incentivos para investimentos em inovação, a redução de custos associados à infraestrutura de pesquisa e à desburocratização do acesso aos ativos da biodiversidade.

O fortalecimento dessa agenda refletiu-se no esforço de integração da política tecnológica a estratégias mais amplas voltadas ao desenvolvimento industrial e à ampliação do volume de recursos públicos destinados ao fomento e financiamento das atividades empresariais de inovação.

Contudo a melhoria do arcabouço legal voltado à inovação e a ampliação dos investimentos e pesquisa e desenvolvimento (P&D) não têm refletido, de forma proporcional, na participação do país nas cadeias globais de valor e na competitividade da indústria nacional.

Para que isso ocorra, é importante a efetivação e a ampliação de parcerias entre institutos públicos e privados, o direcionamento de políticas industriais e investimentos para a geração de bens e serviços inovadores e a manutenção do sistema de proteção aos direitos de propriedade.

O uso do grande volume de informações disponíveis, a integração entre equipamentos e usuários, o desenvolvimento de novos modelos de negócio e de tecnologias disruptivas indicam o caminho para um novo ciclo de industrialização, mais competitivo e eficiente, a Indústria 4.0.

Avanços em políticas públicas e nos marcos legais voltados para a PD&I devem estar associados à melhoria de eficiência e à desburocratização de processos, como o de registro de patentes, de instalação de centros internacionais de pesquisa, compra de materiais e equipamentos e a eficiente operacionalização dos marcos legais existentes, como as leis de acesso à biodiversidade, de cultivares, de potencialização do Programa Espacial Brasileiro e de instrumentos de fomento ao P&D relativo às indústrias aeroespacial e de defesa, e o recém-aprovado Código Brasileiro de Ciência e Tecnologia.

**PLS 226/2016** do senador Jorge Viana (PT/AC), que "Altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e a Lei nº 8.032, de 12 de abril de 1990, para aprimorar a atuação das ICTs nas atividades de ciência, tecnologia e inovação, e dá outras providências".

Foco: incentivos à pesquisa e inovação tecnológica.

#### PROJETO CONSTANTE DA PAUTA MÍNIMA. VIDE PÁGINA 27.

PLS-C 315/2017 do senador Otto Alencar (PSD/BA), que "Altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade, bem como altera a Lei nº 11.540, de 12 de novembro de 2007, para modificar a natureza e as fontes de receitas do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT - e elevar o percentual de empréstimo à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP".

Foco: vedação de contingenciamento do FNDCT.

# O QUE É

Transforma o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que originariamente possui natureza contábil, para um fundo de natureza financeira, com o objetivo de impedir o contingenciamento de seus recursos.

**Vedação de contingenciamento** – altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para vedar a limitação de empenho e movimentação financeira das despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade.

**Aplicações financeiras do FNDCT** – constituem receitas do FNDCT os resultados de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades, que serão mantidas em estabelecimentos oficiais de crédito.

Ampliação de investimentos em empresas – aumenta o limite do montante anual da aplicação de recursos destinados a projetos de desenvolvimento tecnológico de empresas, sob a forma de empréstimo à Finep, que passa de 25% para 50% das dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA) ao FNDCT. Observando o limite de 25% das dotações consignadas na lei orçamentária anual ao FNDCT, os recursos também poderão ser utilizados em fundos de investimentos autorizados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), para aplicação em empresas inovadoras, desde que o risco assumido seja limitado ao valor da cota.

Cláusula de vigência – estabelece a vigência a partir do ano de 2020.



## NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA

A proposição fortalece a operação do principal fundo de financiamento de ciência e tecnologia do país. A mudança da natureza do fundo, de contábil para financeiro, permite que os recursos permaneçam no fundo ao término de cada exercício orçamentário.

Outro aspecto positivo da proposta é a ampliação do limite máximo de valores a serem destinados para o financiamento de projetos de inovação em empresas de 25% para 50%, o que amplia seu caráter de agente de fomento a pequenas empresas inovadoras. Contudo é importante que o texto também preveja o estabelecimento de um percentual mínimo para aplicações dessa natureza.



#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF - CCT (aprovado o projeto com emenda), CAE (aguarda apreciação do parecer do relator, senador Omar Aziz - PDS/AM, favorável ao projeto adotando a emenda da CCT) e Plenário. CD.

**PL 139/1999** do deputado Alberto Goldman (PSDB/SP), que "Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que 'regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial', modificando dispositivos que dispõem sobre direitos conferidos pela patente e a concessão de licença compulsória".

Foco: comercialização no Brasil de produto colocado em outro mercado pelo titular da patente e ampliação das hipóteses de Licença Compulsória.

Obs: apensados a este 17 projetos.

# O QUE É

O substitutivo apresentado na CCJC altera a Lei de Propriedade Industrial.

**Exaustão internacional de direitos** – permite que o produto colocado no mercado, interno ou externo, pelo titular da patente ou por terceiro com seu consentimento, seja livremente comercializado no Brasil, inserindo no Direito brasileiro o instituto da exaustão internacional de direitos.

**Eliminação de prazo mínimo de vigência** – suprime da lei dispositivo que garante prazo mínimo de vigência para patentes de invenção e de modelo de utilidade.

**Ampliação do que não é considerado invenção** – inclui no rol do que não é considerado invenção ou modelo de utilidade: a) qualquer nova propriedade ou novo uso de uma substância conhecida, ou o mero uso de um processo conhecido, a menos que esse processo resulte em um novo produto; e b) novas formas de substâncias conhecidas, que não resultem no aprimoramento da eficácia da substância.

**Definição de invenção e modelo de utilidade** – inclui nos conceitos de invenção e de modelo de utilidade a necessidade de os mesmos representarem avanços técnicos significativos em relação ao estado da técnica.

**Manifestação de oposição a depósito** – amplia as hipóteses e os procedimentos para apresentação de oposição a pedido de patente, incluindo: a) a intimação do depositante com prazo de 60 dias para resposta; b) a possibilidade de o órgão examinador

solicitar esclarecimentos adicionais a órgãos especializados e ao depositante; e c) a obrigação de o examinador se manifestar para cada oposição apresentada.

**Ampliação da licença compulsória** – permite a licença compulsória de produto que não é explorado no país por questões de inviabilidade econômica. Hoje, a lei, nesses casos, permite a importação do produto, mas não o licenciamento compulsório.

**Sanções** – retira do rol de crimes de concorrência desleal a utilização de resultados de testes ou outros dados não divulgados, por entidades governamentais, para aprovação de comercialização de produtos equivalentes ao produto para o qual foram inicialmente apresentados.

**Anuência da Anvisa** – inclui na anuência prévia da Anvisa a análise do objeto do pedido de patente à luz da saúde pública e considera as seguintes hipóteses para negação do pedido: a) o produto ou o processo farmacêutico contido no pedido de patente apresentar risco à saúde; ou b) o pedido de patente de produto ou de processo farmacêutico ser de interesse para as políticas de medicamentos ou de assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

**Uso público não autorizado** – o Poder Público, mediante portaria do Ministro de Estado interessado, poderá fazer uso público não comercial do objeto de patentes ou pedidos de patentes, sem o consentimento ou a autorização do titular, para fins de interesse público.



## NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE

As inovações acolhidas pelo substitutivo apresentado na CCJC são desnecessárias e incompatíveis com os objetivos estratégicos de maior inserção do Brasil no mercado internacional, de estímulo ao inventor nacional e de desenvolvimento do setor industrial no país.

Tais disposições são prejudiciais, pois, ao ampliarem as hipóteses de licença compulsória, geram insegurança jurídica ao detentor da patente; desestimulam a atração de investimentos e a formação de *joint ventures* ao abrir o mercado brasileiro à importação indiscriminada; e não criam condições objetivas para a produção local.

Também não merecem acolhidas – por gerarem insegurança jurídica e tornarem ainda mais lento e burocrático o processo de concessão de patentes no Brasil, em desestímulo à inovação e ao desenvolvimento da indústria brasileira – as seguintes medidas:

a. Imposição de novo requisito subjetivo de patenteabilidade denominado "avanço técnico significativo".

- b. Criação de etapa formal de oposição durante o processamento do pedido de patente, alongando, ainda mais, o processo de análise para a concessão.
- c. Autorização pelo Poder Público de uso público não comercial do objeto de patentes sem o consentimento do titular da patente para fins de interesse público, retirando do Poder Judiciário a prerrogativa para reavaliar a decisão.
- d. Revogação do prazo mínimo de proteção da patente, atualmente estabelecido em dez anos para a patente de invenção e 7 anos para a patente de modelo de utilidade.
- e. Exclusão da proteção de dados confidenciais.
- f. Anuência prévia da Anvisa quanto aos requisitos de patenteabilidade para produtos e processos farmacêuticos.
- g. Vedação à patente de segundo uso e de polimorfos.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**CD -** CSSF (rejeitado o projeto), CDEICS (rejeitado o projeto), **CCJC (aguarda parecer do relator, deputado André Moura - PSC/SE)** e Plenário. SF.

**PL 827/2015** do deputado Dilceu Sperafico (PP/PR), que "Altera a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, que institui a Lei de Proteção de Cultivares e dá outras providências".

Foco: ampliação do controle sobre cultivares protegidas.

# O QUE É

O substitutivo nº 4 apresentado na Comissão Especial prevê o pagamento sobre sementes salvas e cria os Grupos Gestores de Cultivares (GGCs).

**Pagamento sobre semente própria** – remete aos GGCs a competência para definir os parâmetros para o pagamento sobre semente ou muda própria.

Violação de direito de propriedade – torna mais rígida a lista de situações que ferem o direito de propriedade sobre cultivar, com destaque para as seguintes situações: a) a venda como alimento ou matéria de sementes salvas; e b) multiplicação de sementes, para doação ou troca, exclusivamente entre pequenos produtores rurais, no âmbito de programas de financiamento ou de apoio a pequenos produtores rurais, conduzidos por órgãos públicos ou organizações não governamentais, autorizados pelo Poder Público.

**Limites ao uso não oneroso de sementes salvas** – o uso não oneroso de sementes salvas fica restrito aos seguintes sujeitos: a) agricultor que tenha obtido receita bruta com a atividade rural até o limite estabelecido anualmente pela Receita Federal para fins de desobrigação de entrega de declaração de imposto de renda; e b) extrativistas, indígenas e remanescentes de comunidades de quilombos rurais.

**Regras para cana-de-açúcar** – somente poderá ser utilizado, de forma não onerosa, material propagativo de cana-de-açúcar para fonte de variação no melhoramento genético ou na pesquisa científica. Condiciona a multiplicação não onerosa para uso próprio para propriedades menores de dois módulos fiscais.

**Prazos** – amplia os prazos de proteção de 15 para 20 anos, com exceção de árvores ornamentais e da cana-de- açúcar, para os quais o prazo aumentará de 18 para 25 anos.

**Uso público restrito** – amplia o uso público restrito retirando a exigência que ocorra somente de acordo com o exclusivo interesse público para atender às situações de extrema urgência. O texto proposto prevê que o uso poderá ocorrer sem exclusividade do Poder Público, sem autorização do detentor e por prazo de até seis anos.

**Exclusão de registro** – exclui do Cadastro Nacional de Cultivares Registradas (CNCR) o mantenedor que, de forma contínua e deliberada, deixar de suprir o mercado com material de propagação de categoria superior ou de assegurar as características declaradas.

**Medidas antimonopólio** – estabelece que a comercialização de cultivar não poderá constituir reserva de mercado e nem ser objeto de monopólios e vincula a atividade à lei de prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica.

**Sanções** – amplia o rol de sanções e medidas contra o uso irregular de cultivares como: a) obrigar o ofensor a indenizar independentemente da comprovação específica e material dos prejuízos causados ao ofendido; b) inclui a sanção por lucros cessantes; c) quadruplica o valor da sanção em caso de reincidência (a lei vigente prevê o dobro); e d) determina que os órgãos de fiscalização do uso de sementes e mudas ficam obrigados a comunicarem qualquer violação ao direito de propriedade intelectual aos ofendidos, sob pena de corresponsabilidade.

**Criação dos Grupos Gestores de Cultivares (GGCs)** – institui os GGCs por espécie ou grupo de espécies formados por representantes de obtentores, produtores de sementes e mudas e agricultores. Os grupos definirão, mediante acordos realizados anualmente, o valor, a forma eficiente de cobrança e o momento em que se dará o exercício e a destinação dos direitos pecuniários pelo uso da semente ou muda própria.

**Ausência de acordo** – na eventual falta de acordo no âmbito do GGC, caberá às entidades representativas dos agricultores a definição do valor e da forma de cobrança

dos direitos pecuniários. Na falta de acordo nos anos subsequentes, ficam referendadas as decisões do ano anterior.

**Destinação dos direitos pecuniários** – define que os direitos pecuniários pelo uso da semente ou muda própria terão a seguinte destinação: a) no mínimo, 70% para o titular dos direitos sobre a cultivar; e b) o percentual remanescente será destinado à pesquisa e ao melhoramento vegetal, segundo premissas e critérios estabelecidos pelos respectivos GGCs.

**Cobrança sobre o uso próprio** – o valor dos direitos pecuniários incidentes sobre a semente ou muda para uso próprio ou sobre o produto da colheita deverá ser de, no mínimo, 80% do valor dos *royalties* incorporado no preço final da semente ou da muda comercializada.

**Responsabilização** – a responsabilização não será repassada às cooperativas, aos cerealistas, às indústrias de processamento e/ou exportação quando da aquisição, do acondicionamento ou do armazenamento do produto da colheita.



#### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

Apesar de a proposição ampliar os direitos e as fontes de receitas dos obtentores vegetais ao prever a compensação pelo uso próprio de sementes e a ampliação dos prazos de proteção, o projeto contraria princípios fundamentais da proteção da propriedade industrial e intelectual.

Previsões como a atribuição aos usuários da palavra final sobre os valores e a forma de cobrança a ser efetuada pelo uso de uma cultivar protegida. Também retira do detentor do direito de propriedade a prerrogativa de definir o valor pelo uso de sua tecnologia e de exercer a exclusividade sobre o seu licenciamento.

Outros elementos presentes no texto também geram precedentes perigosos contra todo o sistema nacional de defesa da propriedade industrial, colocando em dúvidas o comprometimento do país com a defesa desses direitos. Essa situação pode gerar reflexos diretos no fluxo de investimentos em pesquisas e em denúncias e retaliações comerciais no âmbito dos sistemas internacionais de comércio e de proteção de direitos intelectuais.

#### ONDE ESTÁ? COM QUEM?

CD - CESP (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Nilson Leitão - PSDB/MT, favorável ao projeto com substitutivo) e Plenário. SF.

### Comércio Exterior e Negociações Internacionais

A maior e melhor inserção do país nos fluxos de comércio e investimentos internacionais é chave para a retomada do crescimento econômico

Além dos permanentes esforços empresariais na busca de produtividade e eficiência, o Brasil precisa implementar uma agenda de política comercial que permita maior e melhor inserção nos fluxos de comércio e investimentos internacionais, que promova mais acesso a mercados, inclusão nas cadeias globais de valor e melhoria nas condições de competitividade dos produtos brasileiros.

A expansão do comércio, bem como dos fluxos de investimentos, é fator essencial para a ampliação da competitividade da indústria nacional, tanto pelo acesso a mercados, quanto pelo acesso a novas tecnologias.

A política comercial brasileira deve estar em sintonia com a nova realidade do comércio internacional, incluindo a emergência e a expansão das cadeias globais de valor, a convergência entre indústria e serviços e a nova economia digital. Para tanto, a política comercial deve incluir:

- Internacionalização das empresas brasileiras, por meio de políticas de apoio à exportação, à importação e ao investimento no exterior.
- Ampliação do acesso a mercados no exterior, com a celebração de novos acordos de livre comércio e com o aprimoramento dos acordos já existentes, incluindo temas, como serviços, investimentos e compras governamentais.
- Promoção dos investimentos estrangeiros no Brasil e de brasileiros no exterior, por meio de assinatura de acordos para evitar a dupla tributação, acordos de cooperação e facilitação de investimentos, acordos previdenciários e reformulação das leis de tributação de lucros no exterior e de expatriação de mão de obra.
- Modernização e implementação adequada dos instrumentos de defesa comercial, tais como medidas compensatórias, *antidumping* e de salvaguardas.
- Promoção do acesso a insumos estratégicos e conexão às cadeias globais de valor.
- Desburocratização e simplificação das leis, dos regulamentos, dos regimes aduaneiros e dos processos de controles administrativos e alfandegários assim como maior segurança jurídica para as operações do comércio exterior de bens e serviços.
- Promoção de políticas alinhadas com as práticas e compromissos internacionais do país nos temas de tributação, câmbio, logística, financiamento, seguro e crédito no comércio exterior.

 Ações de cooperação e convergência regulatória para remoção de barreiras tarifárias e não tarifárias, tais como aduaneiras, técnicas, sanitárias e fitossanitárias.

**EMS ao PL 717/2003** do deputado Antônio Carlos Mendes Thame (PV/SP), que "Dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal".

Foco: sujeição dos produtos importados a normas de certificação de conformidade.

# O QUE É

Aplica aos produtos importados para comercialização no país as mesmas regras de avaliação de conformidade aplicadas aos produtos similares nacionais para a conformação do atendimento da Regulamentação Técnica Federal.

**Licenciamento para importação** – a importação de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal, listados em regulamento, poderá estar sujeita ao regime de licenciamento não automático, garantindo-se sua conformidade. Esses produtos deverão ser relacionados por classificação tarifária nas respectivas regulamentações.

**Recinto alfandegado** – os órgãos responsáveis pela Regulamentação Técnica poderão atuar no recinto alfandegado onde o produto estiver armazenado.

**Retenção de produtos** – o produto importado que se apresente em desconformidade será retido pela autoridade aduaneira por prazo não superior a 60 dias, a ser determinado pelo órgão fiscalizador. Nesse período, o importador deverá promover a adequação ou providenciar a repatriação do produto. As custas de armazenagem, de perdimento ou de destruição dos bens ficarão por conta do importador. Caso esgotado o prazo, sem as devidas providências, será aplicada a pena de perdimento.

**Sanções** – sem prejuízo do perdimento dos bens, inclui entre as sanções aplicáveis ao importador, nos casos de apresentação de documentação falsa ou declaração dolosa, a possibilidade de suspensão ou cancelamento da habilitação ou credenciamento para operar como importador.



#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA

O procedimento proposto não configura barreira não tarifária ao comércio, mostrando-se em conformidade com os objetivos do Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT) da Organização Mundial de Comércio (OMC) que já vincula os produtos nacionais por força do regulamento técnico federal.

O maior beneficiário da nova norma é o consumidor final, que terá a segurança de que o regulamento técnico federal – erigido para proteger a segurança e a saúde humana, vegetal e animal, assim como o meio ambiente – será obrigatoriamente observado tanto por produtos nacionais, quanto por importados.

Contudo a efetiva apuração dessa adequação seria dada se fosse obrigatória, e não facultativa, a sujeição dos produtos regulamentados ao licenciamento não automático, assegurando, assim, tratamento isonômico entre produtos nacionais e importados.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD (aprovado o projeto com substitutivo). SF (aprovado o projeto com emendas). CD – tramita em regime de urgência: CDEICS (aprovadas as emendas do SF), CMADS (aprovadas as emendas do SF), CDC (aprovadas as emendas do SF), CCJC (aguarda designação de relator para apreciação das emendas do SF) e Plenário (aguarda inclusão na Ordem do Dia).

PDC 773/2017 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da CD, que "Aprova o texto do Protocolo de Revisão da Convenção Internacional para a Simplificação e a Harmonização dos Regimes Aduaneiros (Convenção de Quioto Revisada), celebrada em 18 de maio de 1973, e emendada em 26 de junho de 1999, composto do texto revisado da Convenção (Apêndice I), do Anexo Geral à Convenção (Apêndice II), e dos Anexos Específicos e Capítulos que constam do Apêndice III: A - Capítulo 1 (Chegada da Mercadoria ao Território Aduaneiro), B - Capítulo 1 (Importação Definitiva), C (Exportação Definitiva), D - Capítulo 1 (Depósitos Aduaneiros) e J - Capítulo 1 (Viajantes)".

Foco: revisão da Convenção Internacional para a Simplificação e a Harmonização dos Regimes Aduaneiros.

# O QUE É

O projeto visa ratificar o Protocolo de Revisão da Convenção Internacional para a Simplificação e a Harmonização dos Regimes Aduaneiros (Convenção de Quioto Revisada), celebrada em 18 de maio de 1973. O protocolo estabelece normas de controle aduaneiro, com objetivo de diminuir as disparidades existentes entre os regimes e as práticas aduaneiras dos países signatários, simplificando-as e adequando-as às alterações significativas ocorridas no comércio internacional e nos métodos e técnicas administrativas aduaneiras.

**Informações aduaneiras** – será disponibilizada toda informação necessária às partes interessadas, quanto à legislação, à regulamentação, às diretivas administrativas, aos regimes aduaneiros e às práticas aduaneiras.

**Comitê de Gestão** – é instituído um Comitê de Gestão para acompanhar a aplicação da convenção e estudar qualquer medida necessária para garantir a uniformidade na sua interpretação e aplicação, bem como qualquer proposta de alteração. Disciplina também que as partes contratantes serão membros do Comitê de Gestão.

**Cooperação** – as Administrações deverão, oficialmente, estabelecer e manter relações de consulta com o comércio, objetivando reforçar a cooperação e facilitar a participação, promovendo, no quadro das disposições nacionais e dos acordos internacionais, os métodos de trabalho mais eficazes.

**Aduanas** – as administrações aduaneiras deverão designar as Aduanas onde as mercadorias poderão ser apresentadas ou liberadas, assim como determinar a competência, a localização, e os dias e períodos de funcionamento de acordo com as necessidades do comércio.

**Declarante** – qualquer pessoa que tenha o direito de dispor das mercadorias poderá atuar como declarante. Este será responsável, perante as administrações aduaneiras, pela exatidão das informações fornecidas na declaração de mercadorias e pelo pagamento dos direitos comerciais correspondentes.

O declarante que, por razões consideradas pertinentes pelas Administrações, não dispuser de todas as informações necessárias para elaborar a declaração de mercadorias, deverá ser autorizado a entregar uma declaração provisória ou incompleta, desde que esta contenha os elementos considerados necessários e que o declarante se comprometa a completar a declaração em prazo determinado.

**Análise documental** – a análise documental da declaração de mercadorias deverá ser efetuada no momento da aceitação ou, logo que possível, após a sua aceitação.

**Prazo para verificação das mercadorias** – sempre que as Administrações decidirem submeter as mercadorias declaradas à verificação, deverá esta ser efetuada o mais breve possível após a aceitação da declaração de mercadorias. No agendamento das verificações, deverá ser dada prioridade aos animais vivos e às mercadorias perecíveis, bem como a outras mercadorias cujo caráter de urgência seja reconhecido pelas administrações.

**Autorização** – a autorização de entrega deverá ser concedida às mercadorias declaradas logo que as administrações aduaneiras tenham terminado a sua verificação ou tenham tomado a decisão de não as submeter à verificação, na condição de que: a) nenhuma infração tenha sido detectada; b) a licença de importação ou exportação ou quaisquer outros documentos necessários tenham sido apresentados; c) todas as autorizações relacionadas ao regime em causa tenham sido apresentadas; d) os direitos e as demais imposições tenham sido pagos ou tenham sido tomadas as medidas necessárias com vista a assegurar a sua cobrança e entrega das mercadorias.

Abandono ou destruição das mercadorias – quando as mercadorias não tenham ainda recebido a autorização de entrega para a importação definitiva ou tenham sido colocadas sob outro regime aduaneiro e desde que nenhuma infração tenha sido constatada, o interessado deverá ser dispensado do pagamento dos direitos e das demais imposições ou deverá poder obter o seu reembolso: a) quando, a seu pedido e por decisão das administrações, as mercadorias forem abandonadas a favor da Fazenda Pública, destruídas ou tratadas de forma a privá-las de qualquer valor comercial, sendo os custos decorrentes suportados pelo interessado; b) quando essas mercadorias forem destruídas ou irremediavelmente perdidas em virtude de acidente ou por motivo de força maior, na condição de que tal destruição ou perda sejam devidamente estabelecidas a contento das administrações.

**Garantias contratuais** – a legislação nacional deverá enumerar os casos em que é exigida uma garantia e especificar as formas de sua prestação. As administrações aduaneiras deverão fixar o montante da garantia, que deverá ser a mais baixa possível e, relativamente a direitos e demais imposições, não deverá exceder o montante eventualmente exigível.

**Movimentação de mercadorias** – a legislação interna designará os locais de introdução das mercadorias no território aduaneiro, sendo que as administrações indicarão os itinerários a seguir para a movimentação das mercadorias à Aduana ou a qualquer outro local por ela designado, levando em consideração as necessidades do comércio.

**Depósitos aduaneiros** – a legislação também deverá prever depósitos aduaneiros, públicos ou privados, utilizáveis por qualquer pessoa que tenha o direito de dispor das mercadorias. As medidas a tomar relativamente ao armazenamento das mercadorias

nos depósitos aduaneiros, ao controle de existências e à contabilidade serão submetidas à aprovação das administrações aduaneiras.

O prazo máximo de armazenagem em depósito aduaneiro será definido pelas administrações em função das necessidades do comércio. No caso de mercadorias não perecíveis, o prazo não será inferior a um ano.



#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

A adesão do Brasil à Convenção de Quioto Revisada (CQR) transmite mensagem positiva à comunidade do comércio internacional como uma espécie de reconhecimento do país à adoção de boas práticas aduaneiras e à harmonização para facilitar o comércio entre nações. Além disso, percebe-se que a CQR é cada vez mais utilizada pela OMC como parâmetro a ser seguido no que se refere a procedimentos aduaneiros e a tendência é que passe a ter caráter normativo.

Deve-se, também, levar em consideração que outros programas de cunho internacional – como o Portal Único de Comércio Exterior e o de Operador Econômico Autorizado (OEA) – não foram projetados para ficarem isolados, mas para interagir com outros programas e, também, para compartilhar processos e informação comum que devem ser tratados de forma integrada e adequada para se conseguir os máximos benefícios.

Ressalte-se que a Receita Federal do Brasil (RFB) já vem se adequando às práticas internacionais, prova de que o país reconhece a importância de harmonização legislativa e procedimental para tornar o comércio internacional mais simples, aumentando, por conseguinte, o volume de operações com investimentos externos. Ademais, o fato de a RFB, ainda, não estar plenamente adequada às disposições da CQR não impede a sua adoção imediata, uma vez que o art. 13 da Convenção estabelece prazo de 36 meses, após a sua entrada em vigor, para a parte contratante fazer as alterações necessárias em seus processos aduaneiros internos.

#### ONDE ESTÁ? COM QUEM?

CD - Tramita em regime de urgência: CREDN (aprovado o projeto), CDEICS (aguarda parecer do relator, deputado Jorge Côrte Real - PTB/PE), CFT (aguarda designação de relator), CCJC (aprovado o projeto) e Plenário (aguarda inclusão na Ordem do Dia). SF.

PDC 860/2017 da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da CD, que "Aprova os textos do Protocolo referente ao Acordo de Madri relativo ao Registro Internacional de Marcas, adotado em Madri, em 27 de junho de 1989, e do respectivo Regulamento Comum do Acordo de Madri relativo ao Registro Internacional de Marcas e do Protocolo concernente a esse Acordo, bem como a formulação das declarações e notificações que especifica".

Foco: ratificação do Acordo de Madri relativo ao registro internacional de marcas.

# O QUE É

Submete à ratificação do Congresso Nacional a proposta de adesão do Brasil ao "Protocolo referente ao Acordo de Madri relativo ao Registro Internacional de Marcas", adotado em Madri em 1989, e seu respectivo regulamento.

O Protocolo de Madri tem por objetivo habilitar pessoas físicas e jurídicas de um membro a solicitar, por intermédio da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (Ompi), em Genebra, o registro de uma marca, já pedida ou registrada em seu país de origem. Esse processo permite que seu pedido garanta a prioridade da marca e simplifica o processo de cessão do registro na jurisdição das partes contratantes. No total, são 97 membros (113 territórios), que representam mais de 80% do comércio mundial.



#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

Um sistema eficiente de concessão de títulos e registros de propriedade industrial é fundamental para impulsionar e atrair investimentos em inovação e desenvolvimento tecnológico. Nesse sentido, a iniciativa do Poder Executivo de solicitar a ratificação do Acordo de Madri, relativo ao registro internacional de marcas, junta-se a amplo conjunto de medidas em andamento que visam reduzir os prazos de análise de depósitos e pedidos de direitos de propriedade industrial no país.

O Acordo de Madri, assinado em 1989, visa unificar os procedimentos para o registro internacional de marcas e gera ganhos significativos em termos de economia de tempo de espera e de custos financeiros e econômicos, com estimativa de redução de aproximadamente 90% de custos associados ao registro de marcas. Adicionalmente, fortalece o sistema de proteção de marcas do país e amplia sua integração com o regime internacional.

Sua ratificação pelo Brasil, mesmo com uma defasagem de mais de duas décadas, insere o sistema nacional de proteção a marcas, e consequentemente as empresas nacionais, em

um regime que congrega 97 países, que representam mais de 80% do comércio mundial e amplia a integração comercial e econômica do país.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD - Tramita em regime de urgência: CREDN (aprovado o projeto), CDEICS (aguarda parecer do relator, deputado Lucas Vergílio - SD/GO), CCJC (aguarda designação de relator) e Plenário (aguarda inclusão na Ordem do Dia). SF.

### Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

A lei deve reforçar o estímulo ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas (MEPs), assegurando a elas o tratamento diferenciado, favorecido e simplificado, além de fomentar o empreendedorismo

As micro e pequenas empresas (MPEs) têm papel fundamental na geração de empregos, no desenvolvimento regional e na inovação tecnológica. As particularidades e as vulnerabilidades dessas empresas demandam políticas de apoio específicas, conforme determina a Constituição brasileira.

Apesar dos avanços resultantes da aprovação da Lei Geral das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, ainda é necessário aperfeiçoar e/ou construir políticas de apoio a essas empresas, notadamente quanto:

- à facilitação do acesso ao crédito, com menor exigência de garantias;
- à garantia constitucional de tratamento diferenciado e preferencial, nela incluído o acesso aos programas de regularização tributária oferecidos pelo Estado;
- à simplificação dos encargos e da legislação trabalhista;
- ao estímulo à inserção internacional;
- ao estímulo à inovação, ao empreendedorismo e à produtividade;
- à redução da burocracia;
- ao estímulo à capacitação gerencial e dos funcionários;
- à simplificação e à redução da carga tributária; e
- ao estímulo ao associativismo.

**PLP 471/2018** (PLS-C 476/2017 da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal), que "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para dispor sobre o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)".

Foco: restrição da aplicação da substituição tributária no Simples.

# O QUE É

Faz alterações no regime de substituição tributária para optantes do Simples Nacional, no sentido de restringi-la, da seguinte forma:

**Escala industrial relevante** – determina que a escala industrial relevante não poderá ser inferior ao limite de enquadramento do Simples Nacional. Determina ainda que sorvetes, cafés, mates, produtos de cutelaria, micro e pequenas cervejarias, vinícolas, destilarias e produtores de licores enquadram-se nessa condição para efeito de inclusão no regime de substituição tributária.

**Exclusão do regime da substituição tributária** – exclui a venda de mercadorias porta a porta do rol de produtos sujeitos ao regime de substituição tributária.

**Alteração de classificação** – dentro do rol de produtos sujeitos ao regime de substituição tributária altera "obras de metal e plástico para construção" por "estruturas de metal e plástico para construção".



#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

O projeto, ao restringir o uso do instituto da substituição tributária no Simples Nacional, corrige alguns dos muitos efeitos negativos que o uso indiscriminado do regime provoca nas micro e pequenas empresas.

O principal efeito negativo é que a inclusão de um produto no regime de substituição tributária equipara, no que diz respeito ao ICMS, as empresas optantes pelo Simples Nacional às demais empresas que operam na produção desse produto. Além disso, outros malefícios são o custo financeiro representado pelo recolhimento antecipado do imposto e a maior complexidade para o recolhimento do ICMS, no caso das empresas que atuam como substitutas tributária.

Primeiramente, o projeto resolve a questão da má utilização do critério da escala industrial relevante, ao determinar que o valor para que as empresas se encaixem neste critério é o valor do limite de enquadramento do Simples. O critério foi criado como forma de proteção das indústrias optantes do Simples frente ao custo financeiro determinado pela antecipação

do recolhimento do imposto e aos custos administrativos provocados pela complexidade para realização do recolhimento por meio da substituição tributária.

Além disso, foram incluídos outros produtos na regra da escala industrial relevante, justificada pela pouca relevância que os pequenos fabricantes têm na receita bruta total e, portanto, na base tributável.

Adicionalmente, este projeto de lei promove melhorias na redação da relação de produtos sujeitos ao regime de substituição tributária, de forma a reduzir os eventuais desvios interpretativos e garantir a segurança jurídica e administrativa da aplicação desse dispositivo.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF (aprovado o projeto com emendas). CD - Aguardando despacho inicial.

PLP 351/2013 do deputado Eduardo da Fonte (PP/PE), que "Altera a Lei Complementar nº 123, de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte para estabelecer que as multas aplicadas pela legislação fiscal não poderão exceder a 2% (dois por cento)".

Foco: limitação a 2% da incidência de multa de mora e ofício aplicadas pela legislação do Simples Nacional.

# O QUE É

Estabelece que as multas de mora e de ofício para as micro e pequenas empresas (MPEs) não poderão exceder o limite de 2%.



#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

A aplicação de multas deve ter caráter meramente disciplinador e não arrecadatório. Nesse sentido, é positiva a proposta de teto diferenciado para as multas de mora e de ofício aplicadas às MPEs. A multa de mora, por exemplo, atualmente calculada à taxa de 0,33%, por dia de atraso, até o limite máximo de 20%, pode comprometer o fluxo de caixa, inviabilizando a atividade produtiva do micro e pequeno empresário.

A redução de custos é essencial à sustentabilidade desse estrato de empresas em nosso país. Nos últimos dez anos (2007 a 2017), as MPEs geraram mais de 10 milhões de empregos e arrecadaram aos cofres públicos mais de R\$600 bilhões. Hoje, estão sob a proteção do Simples Nacional mais de 11 milhões de empresários, incluindo os microempreendedores individuais (MEIs).

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD – CDEICS (aprovado o projeto), CFT (aguarda parecer do relator, deputado Fernando Monteiro - PP/PE) e Plenário. SF.

**PLP 329/2016** do deputado Laercio Oliveira (SD/SE), que "Altera o *caput* do artigo 55 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte".

Foco: Fiscalização prioritariamente orientadora para MPEs, em questões tributárias.

### O QUE É

Quando se tratar de MPEs, determina-se que a fiscalização deverá ser prioritariamente orientadora também no que se referir aos aspectos tributários.

Hoje, a fiscalização prioritariamente orientadora diz respeito aos aspectos trabalhista, metrológico, sanitário, ambiental, de segurança, de relações de consumo e de uso e ocupação do solo, quando a atividade ou a situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.



#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

A Lei Complementar (LC) nº 147/2014, que alterou a LC nº 123/2006, trouxe uma novidade benéfica para as empresas optantes pelo Simples Nacional, que, ao optarem pelo Regime, têm direito a uma visita orientadora antes de serem autuadas pela fiscalização nos aspectos trabalhista, metrológico, sanitário, ambiental, de segurança, de relações de consumo e de uso e ocupação do solo. Caso não seja observado o critério da dupla visita, o auto de infração pode, inclusive, ser anulado.

A mudança é extremamente salutar e serve para cumprir a previsão constitucional do art. 179 de que MPEs devem ter um tratamento diferenciado. O projeto amplia o conceito da fiscalização orientadora (dupla visita) para os aspectos tributários da empresa.

Muitas empresas, sobretudo as de pequeno porte, não cumprem determinadas normas por falta de conhecimento em meio a um ambiente de grande complexidade, e não por má-fé. A fiscalização orientadora em todos os aspectos só traz benefícios para as MPEs, viabilizando as atividades da empresa e a manutenção de emprego e de renda em um momento de baixa atividade econômica.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD – CDEICS (aprovado o projeto), CFT (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Covatti Filho - PP/RS, pela aprovação do projeto), CCJC e Plenário. SF.

**PLP 341/2017** do deputado Jorginho Mello (PR/SC), que "Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006".

Foco: alterações na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

Obs: apensado ao PLP 420/2014.

PROJETO CONSTANTE DA PAUTA MÍNIMA. VIDE PÁGINA 28.

### Integração Nacional

Promover a política de desenvolvimento regional que garanta a redução das desigualdades regionais com inclusão social

Fomentar o desenvolvimento das regiões e áreas com menor vigor econômico e integrá-las ao espaço econômico brasileiro devem ser aspectos prioritários de um programa nacional que busque desenvolvimento com inclusão social.

A política de desenvolvimento regional deve:

- adequar o sistema tributário brasileiro para o desenvolvimento regional;
- investir em infraestrutura, de forma a atrair o capital privado;

- criar condições para o atendimento de carências básicas, dando atenção especial às políticas de desenvolvimento e capacitação de recursos humanos, o que exige investimentos em educação e saúde;
- oferecer condições de financiamento adequadas às peculiaridades regionais;
- promover a governança, a articulação das políticas de desenvolvimento regional e a cooperação federativa; e
- renovar os incentivos fiscais regionais.

PLS 656/2015 do senador Eunício Oliveira (MDB/PE), que "Altera o art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para fixar novo prazo para a aprovação de projetos beneficiados com redução do imposto sobre a renda e adicionais nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene".

Foco: prorrogação da redução de imposto de renda para projetos na Sudene e Sudam.

#### PROJETO CONSTANTE DA PAUTA MÍNIMA, VIDE PÁGINA 31.

**PL 1241/2015** do deputado Jorge Côrte Real (PTB/PE), que "Altera o art. 4º da Lei nº 9.808, de 20 de julho de 1999, que define 'diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências'".

Foco: Isenção do AFRMM para as regiões Norte e Nordeste.

### O QUE É

Retoma a isenção do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) para as atividades produtivas nas regiões Norte e Nordeste.

Em 31 de dezembro de 2015, acabou a isenção do AFRMM para as empresas estabelecidas nas regiões Norte e Nordeste e amparadas pela Lei nº 9.808/1999.



#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

A isenção do AFRMM representa redução de 25% no valor do frete das mercadorias importadas pelas empresas no modal marítimo. Especialmente para os insumos e mercadorias de baixo valor agregado, o seu impacto não será nada desprezível.

Tais isenções justificam-se pelo fato de o Norte e o Nordeste apresentarem menor desenvolvimento econômico que as demais regiões do Brasil.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**CD -** CVT (aprovado o projeto), CINDRA (aprovado o projeto com emenda), **CFT (aguarda** apreciação do parecer da relatora, senadora Simone Morgado - MDB/PA, favorável ao projeto com a emenda adotada na CINDRA) e CCJC. SF.

**PL 5992/2016** do deputado Jorge Côrte Real (PTB/PE), que "Estabelece condições para renegociação de débitos em operações com os Fundos Constitucionais de Financiamento FNO, FNE e FCO, bem com os Fundos de Investimentos Regionais FINAM e FINOR".

Foco: renegociação de dívidas com recursos do FNO, FNE, FCO, FINAM e FINOR.

# O QUE É

Autoriza a repactuação de dívidas oriundas de operações de crédito, contratadas junto às instituições financeiras administradoras, com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento FNO, FNE e FCO e com os Fundos de Investimentos da Amazônia (Finam) e do Nordeste (Finor).

A renegociação abrangerá dívidas relativas a contratos de financiamento celebrados até a promulgação da lei. A amortização dos novos saldos devedores apurados dar-se-á em até 12 anos, a partir da data da repactuação, de acordo com a capacidade de pagamento do devedor.

Os mutuários interessados na repactuação terão 180 dias para formalizar junto às instituições financeiras sua intenção, que formalizará o instrumento de repactuação em até 180 dias.

Ficam excluídas da renegociação as dívidas oriundas de operações de crédito rural anteriormente negociadas.

#### Condições da renegociação

Para os contratos celebrados entre 28 de setembro de 1989 e 30 de junho de 1994, o saldo devedor da operação deverá ser recalculado, até a data de formalização da repactuação, aplicando-se os índices de atualização monetária originalmente estabelecidos em contrato, acrescidos de uma taxa máxima de juros efetiva de 3% ao ano (a.a.), sem computar encargos por inadimplemento, multas, mora e honorários advocatícios e sem prejuízo de rebates ou outras condições favorecidas fixadas em contrato.

Para os contratos celebrados entre 1º de julho de 1994 e a data de promulgação da lei, o saldo devedor da operação deverá ser recalculado até a data de formalização da repactuação, aplicando-se como índice de atualização monetária a variação do IPCA no período, acrescido de uma taxa máxima de juros de 3% a.a., sem computar encargos por inadimplemento, multas, mora e honorários advocatícios e sem prejuízo de outras condições favorecidas fixadas em contrato.

Permite que sejam utilizados na renegociação precatórios federais, créditos fiscais junto a SRFB passíveis de restituição, Títulos da Dívida Agrária (Toda) ou de outros títulos de créditos não prescritos de responsabilidade do Banco Central do Brasil (BCB) ou do Tesouro Nacional (TN).

**Rebates** – sobre os saldos devedores das operações apurados na data da repactuação serão aplicados rebates equivalentes aos seguintes percentuais:

- a. Para micro e pequenas empresas: 50%.
- b. Para empresas de médio e grande porte: 25%.

A partir da data da repactuação, sobre os novos saldos devedores apurados conforme os critérios acima, incidirão os encargos financeiros fixados pela lei que regulamenta os Fundos Constitucionais, com a incidência do bônus de adimplência de 25% para mutuários que desenvolvem suas atividades na região do semiárido nordestino e de 15% para as demais regiões, desde que a parcela da dívida seja paga até o vencimento.

O valor resultante da diferença entre o saldo devedor atual e o saldo devedor apurado de acordo com a lei será utilizado na amortização da própria dívida repactuada.

**Mutuários adimplentes que não optarem pela renegociação** – os mutuários adimplentes que não optarem pela repactuação farão jus ao bônus de adimplência

de 50% no caso de pagamento total de seus débitos, a qualquer época do prazo de amortização de suas operações.

#### Finam e Finor

As empresas titulares de projetos aprovados pelas extintas Sudene e Sudam, beneficiárias de recursos incentivados sob a forma de debêntures, conversíveis ou não conversíveis, subscritas em favor do Finor ou do Finam, vencidas e vincendas, terão direito à dispensa dos juros moratórios e das multas previstos nas respectivas escrituras de emissão, para renegociação da seguinte forma:

- a. Para quitação, total ou parcial do saldo atualizado das debêntures, haverá redução de 40% sobre o montante de pagamento à vista ou redução de 25% sobre o montante parcelado no prazo máximo de dez anos.
- b. Possibilidade de quitação total ou parcial do montante dos encargos contratuais incorporados ao saldo devedor, mediante a utilização de Precatórios Federais, Créditos Fiscais com a Receita Federal do Brasil passíveis de restituição, Títulos da Dívida Agrária (TDA) ou de outros títulos de créditos não prescritos de responsabilidade do Banco Central do Brasil ou do Tesouro Nacional, próprios ou de terceiros.
- c. Conversão em ações preferenciais nominativas, total ou parcialmente, do saldo devedor inadimplido e do vincendo.
- d. Renegociação, total ou parcial, do saldo devedor inadimplido e do vincendo mediante a emissão de novas debêntures não conversíveis, com prazo de carência e de amortização máximos de dois a dez anos, aplicando-se a taxa de juros praticada por FNE, FNO e FCO aplicáveis aos empreendimentos de médio porte, na ocasião da formalização do novo contrato.
- e. Resgate das debêntures não conversíveis mediante nova emissão de debêntures conversíveis para, simultaneamente, converter estas ações em preferenciais.

O prazo para pedidos de repactuação será de até 180 dias. A conversão das debêntures em ações terá prazo de 1 (um) ano.

Aplica-se o disposto acima, no que couber, ao Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (Funres) e ao Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Espírito Santo (Geres).

As emendas aprovadas na Cindra promovem as seguintes alterações no texto original:

a. Permissão para que, nas operações com Fundos Constitucionais, sejam utilizados na renegociação precatórios federais, créditos fiscais junto a SRFB passíveis de

- restituição, TDA ou de outros títulos de créditos não prescritos de responsabilidade do Banco Central do Brasil ou do Tesouro Nacional.
- b. Ampliação de 35% para 50% do rebate concedido para MPEs, garantindo o tratamento diferenciado.
- c. Ampliação de 40% para 50% do bônus de adimplência para os mutuários adimplentes que não optarem pela renegociação prevista como forma de incentivar o adimplemento.
- d. Permissão para que contratos firmados até a data de promulgação da lei possam aderir à renegociação, que atualmente só contempla contratos firmados até 1999.
- e. Alteração redacional para suprimir o termo "extinta" quando em referência à Sudam e à Sudene.



#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

O subsídio às atividades instaladas em regiões menos desenvolvidas do país atende a uma previsão constitucional. Nesse sentido, 3% da arrecadação do IR e do IPI são destinados aos Fundos Constitucionais de Financiamento. Tais fundos têm o objetivo de oferecer recursos com encargos privilegiados para financiar atividades empresariais localizadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil.

Assim, muitas empresas que hoje operam e empregam em diversos segmentos nessas regiões só puderam ser implantadas por terem tido acesso aos recursos financeiros desses fundos. Ocorre que as incertezas dos planos econômicos dos anos 1990, que resultaram em elevados encargos financeiros praticados nas operações com Fundos Constitucionais, acarretaram um crescimento das dívidas muito acima do faturamento e da capacidade de pagamento das empresas.

Foi somente a partir de janeiro de 2001 (Lei nº 10.177), que as taxas de juros incidentes sobre os empréstimos concedidos com recursos dos Fundos Constitucionais passaram a ser prefixadas. Em julho de 2003, a Lei nº 10.696 propiciou a renegociação de operações de crédito rural por meio do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera). Posteriormente, a Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, voltou a instituir medidas de estímulo à liquidação ou à regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário.

Porém as renegociações das dívidas ainda não foram ampliadas para todos os setores, como é o caso das empresas industriais. O não enfrentamento adequado dessa questão mantém um ônus do passado de instabilidade do país que ameaça a viabilidade das empresas que



se financiaram com recursos dos fundos. A inadimplência também inviabilizou o início de novos projetos, dada a impossibilidade de as empresas conseguirem novos empréstimos.

Nesse sentido, o projeto merece apoio, pois possibilita a renegociação das dívidas dessas empresas e sua recuperação fiscal, permitindo sua atuação no mercado local, garantindo a manutenção de empregos e a renda.

Ademais, a proposição resgata o objetivo de a Constituição Federal reservar recursos orçamentários para o financiamento em condições favorecidas à atividade produtiva nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Cabe ressaltar que merecem apoio as emendas 1 e 6 apresentadas na CFT, que, respectivamente, alteram o período de enquadramento das renegociações e unificam as condições de renegociação independentemente da data da contratação da operação, respeitando o limite máximo de encargos financeiros de 12% a.a. Esses aperfeiçoamentos conferem maior segurança jurídica aos contratantes que aderirem à renegociação.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**CD** – CINDRA (aprovado o projeto com emendas), CDEICS (aprovadas as emendas adotadas pela CINDRA), **CFT (aguarda parecer do relator, deputado Aelton Freitas - PR/MG)** e CCJC. SF.

### Relações de Consumo

Compatibilizar a necessidade de desenvolvimento econômico e tecnológico, de modo a viabilizar os princípios nos quais se fundam a ordem econômica, com a proteção do consumidor

A proteção ao consumidor qualifica-se como valor constitucional e representa um dos princípios básicos da ordem econômica, "fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa" (art. 170, V, da CF).

As propostas de alterações no CDC, portanto, devem buscar o equilíbrio entre os interesses de consumidores e de empresas, levando em consideração a importância de ações preventivas e educativas. Os efeitos sobre os custos das empresas e sua capacidade de adaptação

no tempo devem ser precedidos de ampla consulta aos segmentos empresariais direta e indiretamente interessados no tema.

Para que se evite burocratização e insegurança jurídica, o Código deve se ater a normas gerais, aplicadas uniformemente. Questões tipicamente regulamentares devem ser objeto de estudo e deliberação dos órgãos legalmente criados para esse fim (Anvisa, Anac, Anatel etc.), de modo a se evitar que o CDC se transforme em um catálogo de casuísmos.

A sobreposição de normas do Poder Legislativo, do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e dos órgãos reguladores e de fiscalização pode trazer enormes prejuízos aos consumidores e à sociedade, engessando e onerando as relações jurídicas e econômicas. Devem ser priorizadas políticas públicas já em vigor, que atendem satisfatoriamente ao objetivo de proteção do consumidor, sem excessos regulatórios.

PL 2010/2011 (PLS 536/2009 do senador Paulo Paim – PT/RS), que "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para obrigar a disponibilização de meios eficazes para viabilizar o reparo em garantia de produtos".

Foco: novas regras de garantia contra vícios do produto.

Obs.: apensados a este 38 projetos.

# O QUE É

Na ausência de serviço de assistência técnica autorizada em município de sua área de atuação, o fornecedor imediato deverá receber o produto defeituoso, se dentro do prazo de garantia legal ou do prazo de garantia complementar. Nesse caso, o fornecedor deverá:

- a. remeter o produto à assistência técnica autorizada de outra localidade, por sua própria conta e risco;
- b. entregar imediatamente ao consumidor a respectiva ordem de serviço, que deverá conter a data, a descrição do defeito e o estado de conservação do produto; e
- c. responsabilizar-se pela entrega do referido produto consertado ao consumidor, respeitado o prazo fixado no CDC (30 dias).

Não sanado o vício no prazo estabelecido, o consumidor poderá exigir uma das opções previstas no CDC: a) a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; b) a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; ou c) o abatimento proporcional do preço.

Durante a tramitação do projeto na Câmara, foram a ele apensados dezenas de proposições legislativas que visam, entre outros temas, alterar o Código de Defesa do Consumidor para incluir regras como, por exemplo, a definição de bens essenciais.



#### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

O projeto principal e os seus apensados trazem um conjunto de regras para redefinir direitos e deveres no Código de Defesa do Consumidor (CDC) que implicam efeitos negativos, do ponto de vista logístico e contratual, sobre toda a cadeia produtiva.

São estabelecidos prazos exíguos para cumprimento de obrigações e procedimentos inadequados, que não contemplam as especificidades de cada produto e que ainda podem ser agravados frente a fatores externos que inviabilizem a sua execução.

As regras estabelecidas nas diversas proposições poderão, também, gerar insegurança jurídica, não somente por conta da subjetividade de algumas disposições, como também por engessar em lei procedimentos próprios da livre negociação entre fornecedores, vinculando as partes a condições que, não raro, não conseguirão cumprir.

Não se pode, ainda, descartar o fato de que a reacomodação dos procedimentos de acesso e atendimento ao consumidor poderão trazer novos custos a fornecedores e, por isso, ao próprio consumidor.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF (aprovado o projeto com emendas). **CD – CESP (aguarda instalação da Comissão)** e Plenário.

**PL 1412/2015** da deputada Maria Helena (PSB/RR), que "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que "dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências", para dispor sobre a aplicação da multa civil".

Foco: aplicação da multa civil nas relações de consumo.

Obs.: apensados a este os PLs 3343 e 3616/2015, 5221/2016.

O substitutivo aprovado na Comissão de Defesa do Consumidor estabelece que o descumprimento reiterado dos deveres do fornecedor poderá ensejar a aplicação pelo Poder Judiciário de multa civil, em valor adequado à gravidade da conduta e suficiente para inibir novas

violações, sem prejuízo das sanções penais e administrativas cabíveis e de indenização por perdas e danos, patrimoniais e morais, ocasionados aos consumidores.

A multa será fixada de acordo com a gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor.

Prevê, ainda, pena de detenção de seis meses a dois anos e multa para quem praticar, de forma reiterada, pelo mesmo fato ou não, as condutas a seguir contra um ou mais consumidores:

- a. deixar de sanar, no prazo de 30 dias, vícios de qualidade ou quantidade dos produtos que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como os decorrentes da disparidade com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, da rotulagem ou da mensagem publicitária, nos termos do CDC;
- b. recusar o cumprimento à oferta, a apresentação ou a publicidade;
- c. incorrer em práticas abusivas; e
- d. submeter o consumidor inadimplente ao ridículo, ao constrangimento ou à ameaça quando da cobrança de débitos.

Nas ações cujo dano causado ao consumidor seja por má-fé ou pelo descumprimento reiterado dos artigos do CDC, o juiz, independentemente de pedido, condenará o fornecedor ao pagamento de multa, a favor do consumidor, não inferior a um salário mínimo e não superior a dois salários mínimos, sem prejuízo da indenização por perdas e danos patrimoniais e morais decorrente da relação jurídica estabelecida.



#### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

Pelo projeto e substitutivo apresentado na Comissão de Defesa do Consumidor, além do ressarcimento pelos danos morais, estéticos e materiais, o fornecedor ainda terá que arcar com uma multa civil, eminentemente punitiva, não vinculada à recomposição das lesões eventualmente experimentadas pelos consumidores.

Deve-se ressaltar que a legislação em vigor já dispõe de sanções adequadas para punir os fornecedores pelo descumprimento das normas consumeristas e proteger os direitos do consumidor, como se verifica nos artigos 56, 57 e 84 do CDC.

Não há, também, como justificar a multa civil pela inação dos consumidores, que já têm ampla regulamentação de seus direitos, inclusive com instrumentos absolutamente protetivos, tais como a inversão do ônus da prova e a ampla legitimação para propositura de ações coletivas com fundamento na Lei de Ação Civil Pública.

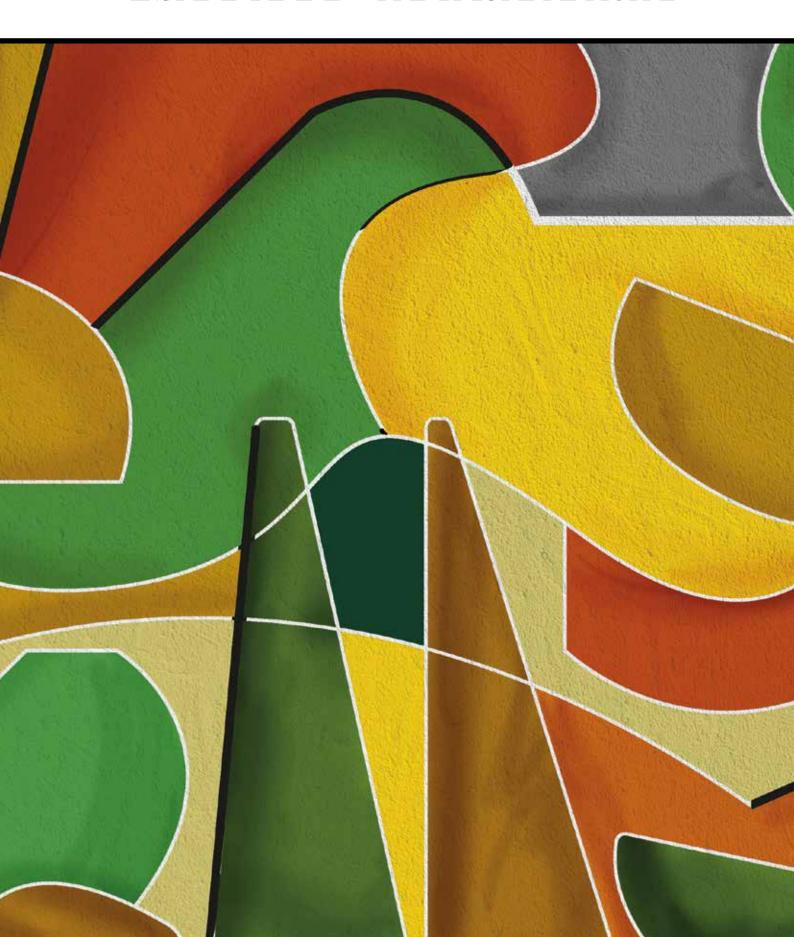
O exagero na expedição de normas pode causar um desequilíbrio severo nas relações de consumo. A aplicação de multa de grandes proporções a um agente econômico, adicionada a outras punições cumulativas, poderá criar uma animosidade desnecessária levando prejuízos a toda a sociedade e elevando os riscos da atividade produtiva.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CDC (aprovado o projeto com substitutivo), **CCJC (aguarda parecer do relator, deputado Paes Landim - PTB/PI)** e Plenário. SF.



# Questões Institucionais



# Avanços no ambiente institucional criam melhores condições para o desenvolvimento

A construção de um ambiente institucional favorável depende de aperfeiçoamentos nos sistemas político, eleitoral e judiciário.

A indústria e o país precisam de regras claras para crescer, pois a segurança jurídica é um dos fatores determinantes na tomada de decisões empresariais sobre investimentos em negócios, países ou regiões.

O acesso à Justiça continua caro, moroso e repleto de obstáculos que dificultam a eficaz prestação jurisdicional. A almejada celeridade dos processos judiciais não deve, contudo, vulnerar princípios jurídicos e garantias fundamentais inerentes ao Estado Democrático de Direito, tais como a imparcialidade do juiz, a ampla defesa, o acesso à Justiça e a isonomia das partes.

As iniciativas que trazem insegurança jurídica, a exemplo da constrição administrativa de bens, devem ser rejeitadas, pois violam a Constituição Federal. A autorização judicial é imprescindível para que se evite a ação arbitrária por parte das administrações tributárias.

Deve-se ter cautela na edição de novas codificações. A mudança de códigos gera alterações bruscas. O mais adequado à segurança jurídica dos investimentos é a manutenção dos Códigos em vigor, cujas interpretações divergentes já se encontram consolidadas na jurisprudência. As atualizações necessárias devem ser objeto de alterações pontuais.



**PLS 487/2013** do senador Renan Calheiros (MDB/AL), sobre "Reforma o Código Comercial".

Foco: novo Código Comercial.

## O QUE É

Institui o novo Código Comercial que regula, entre outras matérias, por meio de princípios e regras próprias do direito comercial:

- o negócio jurídico empresarial, os contratos empresariais, as redes negociais, a documentação eletrônica, os atos societários eletrônicos, os títulos de crédito em suporte eletrônico; comércio eletrônico empresarial, duplicata mercantil e de prestação de serviços, exercício da empresa em regime fiduciário;
- a desconsideração da personalidade jurídica de sociedades, prazos de prescrição, contratualidade dos procedimentos judiciais, demonstrações contábeis;
- agronegócio, direito comercial marítimo; contrato fiduciário (*trust*), logística, distribuição, fomento mercantil (*factoring*) e *shopping center*;
- sociedades limitadas, liquidação da quota em razão de falecimento, expulsão ou retirada de sócio, apuração de haveres, responsabilidade civil do empresário.

O novo Código dispõe que a sociedade anônima rege-se por lei especial, aplicando-lhe, somente nos casos omissos, as disposições do novo Código. O projeto também não trata da matéria relativa à falência e recuperação de empresas, disciplinada na Lei nº 11.101/2005, limitando-se a dispor sobre os princípios aplicáveis a este sub-ramo do direito comercial e à falência transnacional, estabelecendo os mecanismos de cooperação dos juízos falimentares.

Estabelece, ainda, que qualquer que seja o objeto social ou a forma de exploração, a sociedade estará sempre sujeita ao direito comercial, com as consequências decorrentes em relação ao registro, aos deveres, ao regime de insolvência e sua prevenção etc. – mesmo a sociedade de profissão intelectual ou regulamentada passa a submeter-se ao direito comercial.

Outros pontos de destaque:

**Princípio da autonomia patrimonial** – de acordo com o princípio da autonomia patrimonial, a sociedade é sujeito de direito diverso de seus sócios e, em consequência, estes respondem apenas pelas obrigações que o Código ou a lei expressamente lhes atribui. Quando a lei atribui a sócio responsabilidade por obrigação da sociedade, esta tem sempre caráter subsidiário, pressupondo que o patrimônio social está prévia e completamente exaurido, e não podendo ultrapassar os limites previstos no Código ou na lei.

**Desconsideração da personalidade jurídica** – o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da empresa, mediante requerimento da parte interessada ou do Ministério Público, para imputar a responsabilidade ao sócio ou administrador, em caso de confusão patrimonial, desvio de finalidade, abuso da forma societária ou de fraude perpetrada por meio da autonomia patrimonial da sociedade.

A imputação de responsabilidade ao sócio ou administrador, ou a outra sociedade, em decorrência da desconsideração da personalidade jurídica, só pode ser determinada pelo juiz, para qualquer fim, em ação ou incidente próprio, depois de assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório. A simples insuficiência de bens no patrimônio da sociedade para a satisfação de direito de credor não autoriza a desconsideração.

**Função econômica e social da empresa** – a empresa cumpre sua função econômica e social ao gerar empregos, tributos e riqueza, ao contribuir para o desenvolvimento econômico da comunidade onde atua, ao adotar práticas empresariais com observância de toda legislação aplicável à sua atividade, em especial aquela voltada à proteção do meio ambiente, dos direitos dos consumidores e da livre competição.

**Prescrição** – prescreve, em geral, no prazo de cinco anos, contados da data em que poderia ter sido exercida, a pretensão relativa à aplicação das normas previstas no Código ou da legislação comercial.

**Tipos societários** – tipos de sociedade previstos no Código: sociedade limitada; sociedade anônima; sociedade em nome coletivo; e sociedade em conta de participação. As regras aplicáveis a um tipo só se estendem a outro quando expressamente previstas em lei. Suprime tipos societários em desuso (sociedade em comandita e da sociedade simples).

**Agronegócio** – princípios aplicáveis ao agronegócio e sistemas agroindustriais: sustentabilidade das atividades do agronegócio; integração e proteção das atividades da cadeia agroindustrial; intervenção mínima nas relações e parassuficiência dos que inserem sua atividade no agronegócio.

O agronegócio deve ser desenvolvido de forma sustentável, mediante o uso adequado do solo, da água e dos recursos animais e vegetais, inclusive materiais genéticos e cultivares, com processos tecnicamente apropriados e economicamente equilibrados, visando ao contínuo desenvolvimento da produção de alimentos, bioenergia e resíduos de valor econômico.

**Princípios do direito comercial marítimo** – são princípios do direito comercial marítimo: a) princípio do risco marítimo – por esse princípio reconhecem-se os riscos próprios à navegação aquaviária, associados à empresa marítima e aos empresários que dela dependem, direta ou indiretamente; b) princípio da garantia patrimonial – pelo princípio da garantia patrimonial, associado ao princípio do risco marítimo,

reconhecem-se a mobilidade e a volatilidade patrimonial dos sujeitos do comércio marítimo, a impor a necessidade da prestação de garantias sempre que houver a possibilidade de se tornar não efetiva ou inócua futura decisão judicial ou arbitral; c) de acordo com o princípio da limitação de responsabilidade, reconhece-se a necessidade de incentivo à navegação comercial, mediante o abrandamento do dever de reparação integral no âmbito da responsabilidade civil do empresário, nos casos expressamente previstos; e d) pelo princípio da origem costumeira, a formação, a validade e os efeitos das relações jurídicas, no âmbito do comércio marítimo, devem ser interpretados de acordo com seus usos e costumes.

Exceto em contratos de adesão, é lícito às partes pactuar que cada contratante, reciprocamente, arque com as próprias perdas e danos, independentemente de quem seja o causador do dano. Os expostos aos riscos da navegação aquaviária têm o dever de mitigar os prejuízos, na forma estabelecida no Código.

**Crise da empresa** – por adotar o princípio da inerência do risco a qualquer atividade empresarial, o Código reconhece que a crise pode sobrevir à empresa mesmo nos casos em que o empresário e o administrador agiram em cumprimento à lei e aos seus deveres e não tomaram nenhuma decisão precipitada, equivocada ou irregular. Em razão do impacto social da crise da empresa, sua prevenção e solução serão destinadas não somente à proteção dos interesses do empresário, seus credores e empregados, mas também, quando necessário e possível, à proteção dos interesses metaindividuais relacionados à continuidade da atividade empresarial.

A prevenção e a solução da crise na atividade empresarial serão transparentes, preservadas as informações estratégicas cuja divulgação possa comprometer a competitividade da empresa.

**Empresa individual de responsabilidade limitada** – a empresa individual de responsabilidade limitada será exercida: a) pelo empresário individual em regime fiduciário; ou b) pela sociedade limitada unipessoal.

Inscrição de empresas – a sociedade limitada ou anônima pode requerer que a sua instrução no Registro Público de Empresas seja concedida imediatamente após o protocolo do ato constitutivo, desde que apresente, com este, além dos documentos exigidos pelas normas legais aplicáveis ao respectivo tipo societário, uma garantia bancária à primeira solicitação, ou garantia equivalente, definida em decreto, em valor correspondente a 150 salários mínimos, em nome de seu sócio ou acionista controlador e em benefício da fazenda federal. A inscrição feita nesses termos valerá por seis meses e o exame da regularidade do ato constitutivo e dos documentos exigidos por lei para a constituição da sociedade será feito posteriormente ao arquivamento, no prazo de 90 dias.

Cancelamento do registro – o empresário individual ou a sociedade que não proceder a qualquer arquivamento no período de cinco anos consecutivos deve comunicar ao Registro Público de Empresas que deseja manter-se em funcionamento. Na ausência dessa comunicação, a empresa será considerada inativa e o Registro Público de Empresas promoverá o cancelamento do registro. O cancelamento por inatividade acarreta a imediata perda da proteção do nome empresarial. O Registro Público de Empresas comunicará o cancelamento por inatividade às autoridades arrecadadoras nos dez dias seguintes.



#### NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE COM RESSALVAS

A CNI entende que a legislação aplicável às relações empresariais deve ser aprimorada, contudo as propostas em tramitação no Congresso Nacional, que pretendem reformar o Código Comercial, não traduzem o meio mais adequado a esse fim, em virtude de sua amplitude no trato de diversos institutos, muitos deles que não reclamam alteração legislativa na forma proposta.

Em destaque os principais pontos negativos do PLS 487/2013, em tramitação no Senado Federal:

- a. a definição proposta para "função econômica e social da empresa" e os diversos requisitos a serem observados geram insegurança jurídica sobre como e quais requisitos devem ser atendidos por cada empresa;
- b. a publicação obrigatória das demonstrações contábeis das sociedades limitadas de grande porte em veículos eletrônicos gera uma obrigação de divulgação que pode não ser de interesse de muitas sociedades limitadas;
- c. a conceituação dos atos que representam a prática de concorrência desleal e conduta parasitária, que vem sendo discutida e refinada pela doutrina e jurisprudência ao longo dos anos, dadas as especificidades e complexidade do assunto, é matéria de difícil codificação;
- d. a proteção ao contratante economicamente mais fraco em relações contratuais, a fim de mitigar assimetria de informações, gera insegurança jurídica e dúvida sobre quem poderia ser considerado economicamente mais fraco;
- e. a permissão para que um sócio minoritário, com apenas 5% de participação, requeira intervenção judicial, inclusive em caso de fundado receio de que a administração possa vir a praticar atos em prejuízo da sociedade, bem como a possibilidade de que o interventor judicial pratique atos ordinários de administração representam gestão indevida na administração da empresa;

#### Questões Institucionais

- f. a possibilidade da condenação do empresário ao pagamento de uma "razoável indenização punitiva", destinada a desestimular o descumprimento do dever de boa-fé nos negócios, é prevista sem parâmetros para fixação do valor e sem que haja uma definição do que é "dever de boa-fé"; e
- g. a utilização de conceitos vagos, que não deixam claro se o significado é taxativo ou apenas demonstrativo.

A apresentação de projetos de leis específicos são mecanismos mais eficientes para tratar dos assuntos que merecem ajustes na legislação empresarial, como é o caso, por exemplo, das sociedades limitadas no Código Civil.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**SF - Comissão Temporária (aguarda parecer do relator, senador Pedro Chaves - PSC/MS)** e Plenário. CD.

**PLS 320/2017** do senador Roberto Muniz (PP/BA), que "Altera o art. 3º da Lei Nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para estabelecer concretude ao devido processo legal nos processos administrativos sancionadores".

Foco: regras gerais para a instauração do processo administrativo.

# O QUE É

O projeto original e o parecer da relatora na CCJ dispõem sobre processos administrativos de caráter punitivo a fim de conferir maior segurança jurídica à matéria.

**Direitos do sujeito passivo do processo** – estabelece como direitos do sujeito passivo no processo administrativo de caráter punitivo de que resulte a imposição de multa pecuniária, cumulada ou não com obrigação de fazer ou não fazer:

- a. Constituição do processo por decisão motivada e formal de autoridade competente.
- b. Amplo acesso aos autos e aos atos processuais, em todas as fases, diretamente ou mediante representante habilitado no processo.
- c. Formulação de alegações, apresentação de documentos e produção de todas as provas que entender cabíveis.
- d. Cientificação, pessoal ou por representante, de todas as decisões proferidas.

e. Acesso amplo, com direito de vistas, cópias e traslado, de toda a documentação de instrução ou probatória reputadas importantes.

**Fundamentação das decisões** – consideram-se decisões não fundamentadas as que apresentarem as seguintes características:

- a. Limitarem-se à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicarem objetivamente sua relação com a causa ou a questão decidida.
- b. Empregarem conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso.
- c. Não enfrentarem todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo agente público.
- d. Limitarem-se a invocar precedente ou enunciado de súmula ou coletânea análoga, sem identificar, objetivamente, os seus motivos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento atrai a incidência do precedente ou enunciado alegado.
- e. Deixarem de seguir precedente, enunciado de súmula ou coletânea análoga alegado pelo sujeito passivo, sem demonstrarem, objetiva e fundamentadamente, a existência de elementos distintivos no caso em julgamento ou a superação do entendimento.

**Órgão colegiado** – a execução da sanção imposta depende de reexame necessário por órgão colegiado superior, podendo o ente federado estabelecer, por lei própria, valor de alçada para esse fim, não superior a 100% da menor multa pecuniária prevista para a espécie. Obriga a publicização, com frequência, no máximo mensal, em *sites* oficiais abertos à consulta pública, de ementário detalhado relativo aos elementos fáticos e jurídicos considerados em todas as decisões.

# 1

#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA

O projeto pretende incluir na legislação regras específicas de Direito Administrativo. São instituídas garantias no sentido de: a) reforçar o exercício da ampla defesa e do contraditório; b) assegurar a publicidade dos atos decorrentes da fiscalização; c) exigir fundamentação de toda e qualquer decisão; e d) assegurar o duplo grau de jurisdição administrativa.

Conforme justifica o autor, a ausência dessas regras e limites faz com que o cidadão brasileiro e as empresas se deparem com autos de infração sem sequer ter ciência da motivação, o que gera uma verdadeira celeuma na sociedade brasileira, que rotineiramente se empenha



#### Questões Institucionais

em buscar o Poder Judiciário para estancar determinado abuso, ilegalidade ou efeitos de decisão desmotivada ou infundada."

Muitas sanções aplicadas pela Administração Pública podem ser tão graves quanto às penas aplicadas pela Justiça nas ações penais pelo mesmo fato. Todavia, ao contrário do Direito Penal, o Direito Administrativo Sancionador não dispõe de legislação, jurisprudência nem doutrina tão evoluídos, sendo corriqueiro o surgimento de conflitos teóricos nesse tipo de processo. A própria Lei do Processo Administrativo Federal (9.784/1999) é tímida ao tratar do poder administrativo sancionador.

As alterações apresentadas pela relatora da matéria na CCJ aperfeiçoam o projeto. Deve-se, contudo, deixar claro no texto que, em sede de processo administrativo de caráter sancionador, o sujeito passivo somente deve ser sancionado quando tiver agido com dolo ou culpa.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF - CCJ (aguarda apreciação do parecer da relatora, senadora Simone Tebet - MDB/MS, favorável ao projeto com emendas). CD.

PLS 423/2017 da CPI da Previdência do Senado Federal, que "Altera a Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar as penas e eliminar, no caso de pagamento do tributo devido, a possibilidade de extinção de punibilidade dos crimes contra a ordem tributária e para criar causas de redução de pena".

Foco: exclusão da possibilidade de extinção de punibilidade para crimes contra o sistema tributário.

# O QUE É

Propõe mudanças no tratamento de crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo. Aumenta penas por crimes tributários e transforma o pagamento em causa de redução de pena e não mais causa de extinção da punibilidade.

**Revogação da possibilidade de extinção da punibilidade** – suprime do ordenamento jurídico disposições legais em vigor que permitem a extinção de punibilidade para os crimes contra a ordem tributária.

**Aumento de pena** – os crimes contra a ordem tributária bem como os crimes de apropriação indébita previdenciária e de sonegação de contribuição previdenciária passam a ter como penalidade reclusão de 2 a 12 anos e multa, em substituição à previsão atual de 2 a 5 anos e multa.

Crimes menores contra a ordem tributária terão aumento de pena para 1 a 4 anos de reclusão e multa em substituição à previsão atual de 6 meses a 2 anos e multa.

**Condições para redução da pena** – as penas previstas para os crimes contra a ordem tributária serão reduzidas em: a) 1/2, se o pagamento integral do crédito tributário ocorrer antes do recebimento da denúncia; b) 1/3, se o pagamento integral do crédito tributário ocorrer após o recebimento da denúncia e antes da sentença condenatória de primeira instância; c) 1/4, se o pagamento integral do crédito tributário ocorrer após a sentença condenatória de primeira instância e antes do trânsito em julgado.

Entende-se por pagamento integral o valor correspondente ao tributo, aos juros, às multas e aos demais encargos legais.

**Programas de parcelamento** – os sujeitos passivos beneficiados até a data de publicação da lei em razão de adesão a programas especiais de parcelamento e regularização tributária terão preservadas as relações jurídicas estabelecidas à época da adesão, inclusive no tocante à suspensão da pretensão punitiva do Estado, desde que continuem sendo adimplidas as parcelas restantes.

**Prescrição** – a prescrição criminal não corre durante o período de suspensão da pretensão punitiva.



#### NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE

O Brasil tem uma carga tributária pesada e uma das mais complexas. Estão longe de serem raros os erros que são feitos de boa-fé, além dos erros que são, no mínimo, excesso da fiscalização. Não podem ser chamados de raros os casos em que a escrituração de um crédito que a empresa entende existir é autuado como declaração falsa ou como inserção de elementos inexatos e, ainda, lamentavelmente, são frequentes os casos em que as representações penais são utilizadas como meio de cobrança.

O direito empresarial tem como uma de suas vertentes a preservação da empresa. Se o pagamento significar o encarceramento ou mesmo a condenação criminal do empreendedor, isto dificilmente ocorrerá. O direito penal caminha fortemente para a revisão das políticas de encarceramento. O projeto vai no sentido oposto ao potencializar um aumento do encarceramento.

O que inibe o delito é menos a gravidade da pena, que a certeza de que seja ela aplicada. As novas tecnologias de fiscalização, com a escrituração digital, somadas às multas tributárias, já constituem forte elemento de inibição. A extinção da punibilidade pelo pagamento serve também para um grande número de casos em que a classificação da infração, pelo Fisco, é duvidosa.

#### Questões Institucionais

Assim, por questões de política criminal, entende-se que deve ser mantida no ordenamento jurídico a extinção da punibilidade pelo pagamento até o recebimento da denúncia.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**SF - CCJ (aguardando designação de relator)** e Plenário. CD.

**PL 1202/2007** do deputado Carlos Zarattini (PT/SP), que "Disciplina a atividade de 'lobby' e a atuação dos grupos de pressão ou de interesse e assemelhados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, e dá outras providências".

Foco: disciplinamento do Lobby.

Obs.: apensado a este o PL 1961/2015.

PROJETO CONSTANTE DA PAUTA MÍNIMA. VIDE PÁGINA 32.

**PL 7448/2017** (PLS 349/2015 do senador Antonio Anastasia – PSDB/MG), que "Inclui no Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público".

Foco: inclusão de disposições sobre segurança jurídica e eficiência na aplicação do direito público na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

# O QUE É

Inclui na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657, de 1942) disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e aplicação do direito público.

**Princípios gerais/motivação das decisões** – prevê, em relação às decisões nas esferas administrativa, controladora e judicial, o seguinte: a) não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem medir as consequências práticas da decisão; e b) a motivação demonstrará a necessidade e adequação da medida, inclusive em face das possíveis alternativas.

**Criação da ação declaratória de validade** – se necessário, por razões de segurança jurídica de interesse geral, poderá ser proposta ação declaratória de validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, com efeitos *erga omnes*. A declaração de validade poderá abranger a adequação e a economicidade dos preços ou valores previstos em ato, contrato ou ajuste.

Celebração de Compromisso / negociação entre autoridades públicas e particulares - para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive quando da expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após consulta pública e oitiva do órgão jurídico e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicidade, na forma dos atos oficiais.

**Responsabilidade do agente público** – o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro. Não se considera erro grosseiro a decisão ou opinião baseada em jurisprudência ou doutrina, ainda que não pacificadas, em orientação geral ou, ainda, em interpretação razoável, mesmo que não venha a ser posteriormente aceita por órgãos de controle ou judiciais.

**Efeitos da invalidação de atos em geral** – estabelece que a decisão, controladora ou judicial, que decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar, de modo expresso, suas consequências jurídicas e administrativas e, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional, equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor, aos sujeitos atingidos, ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos.

**Revisão de validade de contratos e processos** – a revisão, na esfera administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, não podendo, com base em mudança posterior de orientação geral, considerar como inválidas as situações plenamente constituídas.

**Compensação por benefícios indevidos** – a decisão do processo, na esfera administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos. A decisão sobre a compensação será motivada, ouvidas previamente as partes sobre seu cabimento, sua forma e, se for o caso, seu valor. Para prevenir ou regular a compensação, poderá ser celebrado compromisso processual entre os envolvidos.





#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

O projeto pretende conferir maior segurança jurídica e qualidade às decisões públicas. A proposta contém dispositivos elogiáveis e diversas regras estão alinhadas ao posicionamento da CNI acerca do tema.

Dá maior efetividade ao princípio da motivação ao determinar que as decisões administrativas e judiciais deverão ser tomadas considerando as consequências práticas e ponderando as alternativas possíveis.

Prevê, de forma adequada, que, no caso de novas interpretações ou orientações sobre determinada norma que interfiram na validade de atos ou contratos, sejam preservadas situações já devidamente constituídas no tempo e garantida uma transição razoável quando inevitável a exigência do novo dever ou do novo condicionamento de direito.

Um dos principais pontos do texto é a solução da incerteza jurídica em torno das licitações. Em geral, os licitantes inabilitados, desclassificados ou não declarados vencedores judicializam a discussão sobre a validade do procedimento e do próprio contrato. Para reduzir a incerteza jurídica da administração, o ajuizamento da ação visa obter, com efeito *erga omnes*, a declaração de que o ato ou o contrato é válido.

O mecanismo é semelhante à Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), só que voltada à validade dos atos ou contratos, para que o Judiciário reconheça sua legalidade e permita o bom andamento das atividades administrativas.

Outro dispositivo do projeto delimita a responsabilidade do agente público aos casos de dolo ou culpa grave (erro grosseiro). Para resolver um problema da incerteza do direito, a proposta exclui a responsabilização em caso de adoção de entendimento dominante à época da prática do ato.

Outro ponto positivo do projeto é a previsão de assinatura de compromisso entre a Administração Pública e os interessados para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público. A assinatura deverá ser precedida de consulta pública e oitiva do órgão jurídico. Entre outras finalidades, o compromisso deverá buscar uma solução jurídica proporcional, equânime, eficiente e compatível com os interesses gerais.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF (aprovado o projeto com emendas). **CD -** CCJC (aprovado o projeto) e **Plenário (a recurso interposto contra decisão terminativa. Aguarda inclusão na Ordem do Dia).** 

PL 9623/2018 da deputada Tereza Cristina (DEM/MG), que "Revoga o § 3° do art. 20-B da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002".

Foco: revogação do bloqueio de bens na esfera administrativa.

### O QUE É

Revoga o § 3° do art. 20-B da Lei nº 10.522/2002, que permite que bens de devedores e contribuintes sejam declarados indisponíveis pela Fazenda Pública Federal mediante averbação da certidão de dívida ativa nos órgãos de registro de bens e direitos sujeitos a arresto e penhora.



#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

A principal modificação introduzida na Lei nº 10.522/2002, pela Lei nº 13.606/2018, foi a instituição de procedimento de constrição de bens que será realizada pelo credor, Fazenda Pública, previamente ao ajuizamento da execução, independentemente de qualquer autorização judicial. Tal previsão dá margem a arbitrariedades por parte da Administração Pública, haja vista que, hoje, os procedimentos de constrição de bens são de reserva do Poder Judiciário.

Pelas modificações introduzidas na Lei nº 10.522, após inscrição do crédito em dívida ativa da União, o devedor será notificado para, em até cinco dias, efetuar o pagamento do valor atualizado monetariamente, acrescido de juros, multa e demais encargos nela indicados. Se não efetuado nesse prazo o pagamento do débito inscrito, a Fazenda Pública poderá averbar, por meio eletrônico, a Certidão de Dívida Ativa (CDA) nos órgãos de registro de bens e direitos sujeitos a arresto ou penhora, tornando-os indisponíveis.

A inovação mostra-se inconstitucional por violação direta às seguintes garantias constitucionais:

- (i) Art. 5°, XXXV, que garante o amplo acesso ao Judiciário diante de lesão ou ameaça de lesão;
- (i) Art. 5°, LIV, que estabelece que ninguém será desprovido de seus bens sem o devido processo legal;
- (i) Art. 5°, LV, que garante a ampla defesa e o contraditório.

A autorização judicial é imprescindível para que se evite a ação arbitrária por parte das administrações tributárias na prática de atos de constrição. A alteração proposta pela nova lei permitirá, por exemplo, na hipótese de erros da Fazenda Pública no processamento de



#### Questões Institucionais

parcelamentos, bloquear os bens dos contribuintes e gerar diversos embaraços aos seus negócios até a impugnação do ato que os bloqueou.

Não se afigura, portanto, conveniente, nem constitucional, a inovação instituída pela nova lei, notadamente por transferir à Fazenda Pública as atribuições conferidas ao Poder Judiciário de constrição do patrimônio do devedor, desafiando exame de sua constitucionalidade. Atribui-se poder excessivo à Fazenda Pública, acentuando-se a desigualdade no processo fiscal, tornando-o mais suscetível a desmandos do Poder Público e sujeitando o contribuinte a cobranças indevidas.

A revogação proposta preserva o direito constitucional à ampla defesa e ao contraditório, bem como o direito ao processo judicial.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD - CFT (aguarda designação de relator) e CCJC. SF.



# Meio Ambiente



## Marcos legais em matéria ambiental devem conciliar as dimensões econômica, social e ambiental

Estabilidade regulatória, previsibilidade e objetividade são fundamentais para gerar um ambiente de negócios propício à indução de novos investimentos e à adoção de boas práticas de gestão ambiental.

Legislação e regulamentação adequadas sobre o tema pressupõem:

- diplomas legais eficientes que conciliem segurança jurídica para os investimentos produtivos e empreendimentos industriais, com a sustentabilidade do uso dos recursos naturais;
- adoção de parâmetros econômicos e de avaliação de impacto regulatório na elaboração das normas ambientais;
- estímulo aos investimentos produtivos sustentáveis e à inovação, como estratégia de incremento da competitividade da indústria e da otimização do uso dos recursos naturais;
- adoção de mecanismos de mercado que remunerem os serviços ambientais prestados pelos agentes econômicos e ampliem a oferta e a qualidade destes serviços;
- estímulo à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação associados ao uso e à gestão dos recursos naturais;
- promoção do uso eficiente dos recursos naturais por meio de sistemas de gestão ambiental nos processos industriais, mediante incentivos diretamente associados a investimentos produtivos;
- estímulo às cadeias produtivas que promovem a racionalização do uso dos recursos naturais e o reaproveitamento de materiais; e
- manutenção da estabilidade da legislação ambiental como mecanismo de segurança jurídica e fortalecimento da implementação de seus principais marcos legais.

São temas prioritários da **Agenda Legislativa de Meio Ambiente** da CNI:

**Licenciamento ambiental** – disciplinar o processo de licenciamento ambiental, com vistas a sua racionalidade, simplificação, agilidade e efetividade. É necessária a elaboração de uma norma nacional que possa estabelecer diretrizes gerais para aumentar o grau de conformidade entre as normas aplicadas em todo o território nacional e diminuir a incerteza, a subjetividade e a judicialização dos processos de licenciamento.

**Recursos hídricos** – aperfeiçoar as normas legais para incentivar e tornar competitivo o uso de fontes alternativas de água para abastecimento industrial e definir regras que confiram previsibilidade à cobrança pelo uso dos recursos hídricos e a eficiência na aplicação dos recursos arrecadados. Qualificar a implementação e aumentar a eficiência dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e reduzir a exposição do setor aos riscos associados

à oferta e à qualidade da água. Aprimorar a gestão de bacias hidrográficas e planejamento dos usos e da conservação da água, bem como ampliar a infraestrutura hídrica e a adoção de tecnologias voltadas à otimização do aproveitamento dos recursos hídricos.

**Resíduos sólidos** – eliminar desequilíbrios tributários que implicam a sobretaxação de resíduos sólidos, evitar proposições legislativas que deslegitimem os acordos setoriais e onerem determinados elos da cadeia de logística reversa em favor de outros, além de gerar mecanismos econômicos e administrativos para viabilizar as diferentes alternativas tecnológicas para a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos.

MPV 809/2017 do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, que dispõe sobre a tabela de Pessoal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama".

Foco: permissão para o ICMBio gerir os recursos da compensação ambiental.

### O QUE É

Altera a Lei de Criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Natureza (ICMBio), para permitir que o instituto gerencie os recursos da compensação ambiental, prevista no art. 36 da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

**Gestão de fundo privado** – autoriza o ICMBio a selecionar instituição financeira oficial, dispensada a licitação, para criar e administrar fundo privado a ser integralizado com recursos oriundos da compensação ambiental, destinados às unidades de conservação instituídas pela União.

**Obrigações da instituição** – a instituição financeira oficial será responsável pela execução, direta ou indireta, e pela gestão centralizada dos recursos de compensação ambiental destinados às unidades de conservação instituídas pela União.

**Depósito da compensação** – o depósito integral do valor fixado pelo órgão licenciador desonera o empreendedor das obrigações relacionadas à compensação ambiental.

**Órgãos estaduais** – estende aos órgãos estaduais, aos gestores de unidades de conservação a mesma prerrogativa de selecionar instituição financeira oficial para gestão de fundo com os recursos das compensações ambientais de licenciamentos de competência estadual.

**Atualização financeira** – os valores devidos a título de compensação ambiental serão atualizados pelo índice do IPCA-E, a partir da data de fixação do valor pelo órgão licenciador.



#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

A operacionalização da compensação ambiental sempre enfrentou desafios de ordem burocrática e jurídica, prejudicando o alcance de seus objetivos e gerando atrasos aos processos de licenciamento ambiental de grandes obras. A Medida Provisória vem suprir essas lacunas com a autorização formal de constituição de um fundo privado integralizado com recursos da compensação ambiental, o que irá conferir agilidade e ganho de escala na aplicação dos recursos e permitir a quitação das obrigações dos empreendedores públicos e privados quanto ao cumprimento da condicionante de compensação ambiental em seus respectivos processos de licenciamento.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**CN - CMIST (aguarda parecer do relator, senador Jorge Viana - PT/AC ).** CD (Plenário). SF (Plenário).

Obs.: apresentadas 31 emendas. Prazo no CN: 14/05/2018.

**PLS 368/2012** da senadora Ana Amélia (PP/RS), que "Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, para dispor sobre as Áreas de Preservação Permanentes em áreas urbanas".

Foco: autonomia do município para disciplinar dimensões das APPs em áreas urbanas.

### O QUE É

Altera o Código Florestal para determinar que, no caso de áreas urbanas e regiões metropolitanas, a delimitação das Áreas de Preservação Permanente (APPs) será de competência dos municípios por meio dos respectivos Planos Diretores de Ordenamento Territorial (PDOT) e das leis de uso do solo, respeitando-se ainda, no que couber, o plano de defesa civil aplicável.





#### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

A proposição está alinhada à disposição constitucional que estabelece como competência dos municípios a promoção, no que couber, do adequado ordenamento territorial e da ocupação do solo urbano. Também corrige distorções associadas à unificação das medidas de proteção entre as áreas rurais e urbanas, independentemente de suas peculiaridades e diferentes dinâmicas ambientais, históricas, sociais e econômicas.

Apesar do texto vincular a autonomia municipal à presença de instrumentos de planejamento territorial, a gestão das APPs ainda carece de mecanismos específicos. Por essa razão é recomendável que a transferência da atribuição esteja associada a um plano de gerenciamento das APPs urbanas.

O substitutivo aprovado na CRA promoveu adequações conceituais e de técnica legislativa, tornando o texto mais objetivo, com a citação expressa da competência associada à largura das áreas de preservação permanente marginais aos corpos d'água.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**SF** – CCJ (aprovado o projeto com emenda), CRA (aprovado o projeto com emenda), **CMA** (aguarda nova designação de relator). CD.

**PLS 276/2013** do senador Blairo Maggi (PP/MT), que "Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PNPSA)".

Foco: instituição da Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais.

### O QUE É

Institui a Política Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais (PNPSA), que visa disciplinar a atuação do Poder Público em relação **aos** serviços ambientais em todo o território nacional.

**Beneficiários** – considera como beneficiários de bens e serviços ambientais todos os que dele usufruem, direta e indiretamente, conforme estabelecido em regulamento específico.

**Objetivos** – a PNPSA tem os seguintes objetivos: a) a regulamentação do registro e o inventário dos bens e serviços ambientais e a sua valoração; b) o incentivo aos

integrantes das cadeias produtivas para a adoção de ações de produção de bens e serviços ambientais; e c) o estabelecimento de mecanismos de financiamento do pagamento por serviços ambientais.

**Pagamento por Serviço Ambiental** – define-se como Pagamento por Serviço Ambiental (PSA) a retribuição, monetária ou não, às atividades humanas que resultem na oferta de bens e serviços ambientais.

**Fornecedores** – considera como fornecedores de serviços ambientais as pessoas físicas e jurídicas que atuam nos setores de indústria, comércio, transportes, resíduos, construção civil, agricultura, florestas e outros que impliquem o uso de recursos naturais.

**Principais diretrizes para o PNPSA** – a) o controle social e a transparência sobre a existência e o valor dos bens e serviços ambientais e sobre os pagamentos realizados; b) a inclusão social e a regularização ambiental de populações rurais em situação de vulnerabilidade; c) a manutenção e a recuperação dos recursos hídricos; d) a prioridade ao pagamento por serviços ambientais prestados por agricultores familiares; e e) a participação voluntária de cidadãos, empresas e outras organizações no financiamento da produção de bens ambientais ou na remuneração de serviços ambientais prestados.

**Regulamentação** – o Poder Público encarregar-se-á pela regulamentação do processo de Certificação de Bens e Serviços Ambientais.

**Aprovação de metodologias** – inclui entre as competências do Conama, a avaliação e aprovação de metodologias de inventários, avaliação, mensuração e valoração de bens e serviços ambientais.

**Fundo Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais** – cria o Fundo Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (FNPSA) de natureza contábil, com a finalidade de financiar as ações do PNPSA, com as seguintes principais fontes de recursos: a) até 40% dos valores destinados aos estados onde ocorrer a produção de petróleo e gás natural, referente à participação especial, definida na Lei da Política Energética Nacional; b) dotações consignadas na Lei Orçamentária da União; c) rendimentos que o fundo venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações de seu patrimônio; e d) valores arrecadados em pagamentos de multas por infração ambiental, conforme dispuser o órgão arrecadador federal.



#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVAS

O pagamento por serviços ambientais é importante instrumento econômico para incentivar e remunerar a adoção de práticas conservacionistas e produtivas mais sustentáveis e assegurar a provisão desses serviços para toda a sociedade. Nesse sentido, o texto acerta ao garantir o caráter voluntário desse mercado e não prever nenhum tipo de contribuição compulsória.

Contudo uma política de PSA deve conter mais incentivos para participação da iniciativa privada, tanto como provedora, quanto como beneficiária desses serviços. Para isso, é importante que o projeto estruture uma base regulatória, que confira maior segurança aos seus operadores. Essa base regulatória permitiria a ampliação dos incentivos previstos para agentes privados que operam de forma voluntária no polo pagador do processo.

Também se sugere a ampliação desses incentivos, com a adoção de um modelo associado às desonerações do IRPJ, similar ao utilizado para incentivo a projetos culturais e esportivos, sem ampliar a soma dos percentuais já previstos na referida legislação.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**SF -** CCJ (aprovado o projeto com emendas), **CAE (aguarda parecer do relator, senador Roberto Rocha - PSB/MA)**, e CMA. CD.

**PLS 214/2015** do senador Alvaro Dias (Podemos/PR), que "Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais".

Foco: exclusão da silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras.

#### ° O QUE É

Altera a Política Nacional de Meio Ambiente para retirar a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais.



#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

O Brasil é líder mundial em silvicultura, posição alcançada em função dos maciços investimentos em desenvolvimento tecnológico e melhoramento genético realizados pelo setor privado. Apesar de possuir alta produtividade, o setor enfrenta entraves burocráticos associados à morosidade dos processos de licenciamento ambiental e às restrições à ampliação e reforma das áreas plantadas.

O projeto sinaliza na direção correta, ao propor medida que visa desonerar e desburocratizar o plantio de florestas, com sua retirada do rol de atividades potencialmente poluidoras e

utilizadoras de recursos ambientais. Com isso, alinha o regramento nacional ao adotado pelos principais países produtores de madeira de reflorestamento que competem com o Brasil no mercado internacional.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF – CRA (aprovado o projeto) e CMA (aguarda apreciação do parecer do relator, senador Acir Gurgacz – PDT/RO, favorável ao projeto com emenda). CD.

**PLS 428/2015** do senador Valdir Raupp (MDB/RO), que "Institui a Política Nacional de Desmatamento Líquido Zero da Amazônia Legal e do Cerrado".

Foco: desmatamento líquido zero na Amazônia Legal e no Cerrado.

### O QUE É

Institui a Política Nacional de Desmatamento Líquido Zero da Amazônia Legal e do Cerrado.

**Requisito para novos desmatamentos** – exige o reflorestamento de área equivalente à desmatada, localizada no mesmo bioma, com vistas a alcançar a meta de desmatamento líquido zero.

**Objetivos** – cita entre os principais objetivos da política: a) zerar a diferença entre o desmatamento de novas áreas e o reflorestamento de áreas, preferencialmente degradadas; b) eliminar o desmatamento ilegal; c) incentivar a promoção do reflorestamento e restauração florestal na Amazônia Legal e no Cerrado; d) proteger os recursos hídricos; e) estimular a pesquisa e difusão de tecnologias de manejo; e f) fomentar atividades públicas e privadas sustentáveis.

**Princípios** – entre os princípios da política, destacam-se: a) o da prevenção e precaução; b) o do poluidor-pagador e o do protetor-recebedor; c) a da cooperação entre as esferas do Poder Público; d) o da responsabilidade pela reparação integral do dano; e e) o da função socioambiental da propriedade.

**Principais ações** – cita como principais ações: a) exigência, pelo órgão ambiental licenciador, de reflorestamento de área equivalente em caso de autorização de supressão de vegetação; b) programas de redução da degradação florestal e de prevenção do desmatamento; c) promoção de investimentos no uso sustentável de florestas; d) estímulo ao pagamento por serviços ambientais; e) criação de instrumentos financeiros a ações para o fortalecimento da economia de baixo carbono.



#### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

O projeto não contribui para consolidação dos instrumentos de conservação e promoção do desenvolvimento sustentável presentes na sólida legislação ambiental nacional. Pelo contrário, introduz elementos estranhos que subvertem a lógica desses instrumentos e geram insegurança jurídica. O conceito de desmatamento líquido zero é incompatível com o Código Florestal, que estabelece limites ambientais ao uso econômico de propriedades privadas e foi fruto de um intenso debate legislativo.

O referido código encontra-se em fase de implantação de seus mecanismos de gestão e recuperação florestal, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e os planos de recuperação de áreas degradadas, que irão proporcionar a recuperação de mais de 10 milhões de hectares de vegetação nativa.

Pelas razões expostas, é que a CNI defende a implementação do Código Florestal e não recomenda a aprovação de textos legislativos que enfraqueçam sua aplicação e gerem insegurança em relação às regras para mudança de uso do solo.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF – CMA (aguarda apreciação do parecer do relator, senador Jorge Viana – PT/AC, favorável ao projeto com emendas). CD.

**PLS 495/2017** do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), que "Altera a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para introduzir os mercados de água como instrumento destinado a promover alocação mais eficiente dos recursos hídricos".

Foco: criação do mercado de outorgas pelo uso da água.

#### Y O QUE É

Introduz os mercados da água como instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos.

**Planos de recursos hídricos** – inclui entre o conteúdo mínimo dos planos de recursos hídricos a criação de mercados de água.

**Prioridades de uso** – permite a alteração das prioridades de uso definidas nos planos de recursos hídricos, para permitir a alocação eficiente dos recursos hídricos, no caso de implantação de mercado de água na bacia ou sub-bacia hidrográfica.

**Transferência do direito de uso** – o direito de uso poderá ser cedido entre usuários de recursos hídricos, no âmbito dos mercados de água, desde que atendidos os requisitos estabelecidos na Política Nacional de Recursos Hídricos.

**Mercado de água** – os mercados de água funcionarão mediante a cessão onerosa dos direitos de uso de recursos hídricos entre usuários da mesma bacia ou sub-bacia hidrográfica, por tempo determinado, voltados à alocação eficiente dos recursos hídricos. Entende-se por alocação eficiente aquela que otimiza os benefícios socioambientais e econômicos gerados pela utilização da água na área da bacia hidrográfica.

**Autorização** – o pedido de autorização será elaborado pelo Comitê de Bacia Hidrográfica e encaminhado aos órgãos e ás entidades outorgantes, que decidirão sobre a criação do mercado de água, cada qual em sua área de competência.

**Cessão dos direitos** – a cessão do direito de uso de recursos hídricos será registrada junto ao Comitê de Bacia Hidrográfica e encaminhada ao órgão ou entidade outorgante, que avaliará a disponibilidade hídrica no local da nova interferência e concluirá sobre a viabilidade da operação. Veda operações que possam prejudicar a vazão ecológica nos cursos d'água, os usos prioritários e os direitos de uso de terceiros.

**Custo administrativo** – a cessão de direito de uso fica condicionada ao pagamento do valor de 5% sobre o preço da outorga negociada, destinado ao respectivo Comitê de Bacia Hidrográfica, a fim de custear a operação e o aperfeiçoamento do sistema de gestão do mercado de água.

**Transparência** – os órgãos e entidades outorgantes e os Comitês de Bacia Hidrográfica devem disponibilizar, em seus sítios eletrônicos, informações e mapas sobre as bacias e sub-bacias hidrográficas, com a indicação da demanda, disponibilidade hídrica, distribuição espacial dos usuários outorgados, vazões outorgadas, tipos de outorga e demais informações necessárias para orientar a operação no mercado de água.

**Penalidades** – infrações à disposição legal ou à regulamentação da execução de obras e serviços hidráulicos, derivação ou utilização de recursos hídricos de domínio ou administração da União, gestão e participação nos mercados de água sujeitarão o infrator, a critério da autoridade competente, às seguintes penalidades:

- a. multa simples, de R\$500,00 a R\$50.000.000,00, proporcional à gravidade da infração;
- b. multa diária, de R\$500,00 a R\$50.000,00, proporcional à gravidade da infração, aplicável quando seu cometimento se prolongar no tempo;
- c. suspensão da operação do mercado de água; e
- d. encerramento da operação do mercado de água.



#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA

A criação de mercados de água a serem definidos pelo Poder Concedente, a pedido dos respectivos Comitês de Bacia, amplia o conjunto de instrumentos de gestão dos recursos hídricos a serem empregados em situações específicas e temporárias de escassez. A proposta é oportuna e permite a adoção de critérios de eficiência e sustentabilidade econômica na alocação dos recursos hídricos, sem comprometer o uso humano e a dessedentação de animais, usos prioritários estabelecidos em lei.

Contudo a proposta deveria explicitar que o mercado de águas não se restringe somente à cessão integral da vazão outorgada, pois tal medida incentivaria, além do aspecto econômico, a eficiência operacional dos recursos hídricos, pois cada agente outorgado teria estímulos para reduzir e otimizar seu uso, com vistas à cessão onerosa de parte de sua vazão.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF - CCJ (aguarda parecer do relator, senador Armando Monteiro - PTB/PE) e CMA. CD.

**PLP 404/2014** do deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA), que "Altera a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, para assegurar a participação do ente federativo impactado no licenciamento ambiental de competência da União".

Foco: anuência dos entes federados em licenciamentos ambientais de competência federal.

Obs.: apensado a este o PLP 183/2015.

### O QUE É

Altera a LC nº 140 de 2011, que define as competências administrativas dos entes da Federação em matérias ambientais, para exigir a anuência dos entes federativos que sofrem os impactos socioambientais, em processos de licenciamento ambiental de competência da União.

O substitutivo apresentado pelo relator na Comissão de Meio Ambiente propõe um rito de consulta sem comprometer a autonomia decisória do órgão ambiental federal, além de promover as alterações apresentadas abaixo:

**Prazos** – a) 15 dias para o órgão licenciador federal encaminhar aos órgãos interessados dos entes federados requerimento de manifestação; b) 30 e 90 dias para a manifestação dos órgãos em processos sem e com exigência de elaboração de EIA/Rima, respectivamente.

**Manifestações** – as manifestações dos órgãos dos entes federados não vinculam a decisão do órgão licenciador, que deverá motivar o acolhimento ou a rejeição das manifestações recebidas. A ausência de manifestação não acarretará prejuízo ao andamento do processo.

**Supressão de vegetação** – determina que a supressão de vegetação decorrente de licenciamento ambiental será autorizada pelo ente federativo licenciador.



#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

O substitutivo apresentado pelo relator na CMADS equaciona, de forma equilibrada, a participação dos entes federados em processos de licenciamento ambiental sob responsabilidade da União. O texto permite o aporte de contribuições dos entes aos processos sem que o mesmo comprometa sua eficiência administrativa e a autonomia do órgão licenciador.

#### ONDE ESTÁ? COM QUEM?

CD – CMADS (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Roberto Balestra – PP/GO, favorável com substitutivo), CCJC e Plenário. SF.

**PL 3729/2004** do deputado Luciano Zica (PV/SP), que "Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1° do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências".

Foco: normas para o licenciamento ambiental.

Obs.: apensados a este 20 projetos.

PROJETO CONSTANTE DA PAUTA MÍNIMA, VIDE PÁGINA 34.

**PL 2732/2011** do deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP), que "Estabelece diretrizes para a prevenção da contaminação do solo, cria a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico sobre Substâncias Perigosas e o Fundo Nacional para a Descontaminação de Áreas Órfãs Contaminadas e altera art. 8º da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010".

Foco: diretrizes nacionais para a prevenção e gerenciamento de áreas contaminadas.

## O QUE É

Estabelece regras e padrões para identificação e mitigação de riscos em áreas contaminadas.

**Categorias de níveis de contaminação** – define as diferentes categorias de contaminação do solo que orientarão as ações de agentes públicos e privados.

**Valores de referência** – prevê, por meio de regulamentação, o estabelecimento de valores de referência que serão utilizados para orientar a política de prevenção e de controle das funções do solo. Esses valores são associados à quantidade de substâncias químicas presentes, a partir dos quais se pode considerar o ambiente como contaminado e que irão desencadear medidas de prevenção e controle.

**Gerenciamento de áreas contaminadas** – define as fases de gerenciamento de áreas contaminadas, desde a avaliação preliminar até o monitoramento de uma área reabilitada. Repassa a responsabilidade pela reabilitação de áreas órfãs contaminadas para o Governo Federal, que a executará em articulação com os órgãos estaduais e municipais de meio ambiente.

**Instrumentos financeiros** – o Poder Público poderá estabelecer diferenciação tributária para atividades voltadas ao gerenciamento das áreas contaminadas órfãs e linhas de financiamento para compensar as medidas direcionadas tanto à prevenção quanto à reabilitação dessas áreas.



#### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

O substitutivo aprovado na CDEICS promove adequações técnicas que harmonizam a proposta às modernas práticas de gestão de áreas contaminadas e conferem maior clareza sobre as responsabilidades de agentes públicos e privados. O texto prioriza a prevenção e o gerenciamento das áreas contaminadas e as medidas de incentivo voltadas à adoção de boas práticas e à atenuação dos custos a elas associados.

Outro aprimoramento introduzido pelo substitutivo é a supressão da criação de uma nova Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico (Cide), que incidiria diretamente sobre 43 substâncias químicas, e a criação de seguros de responsabilidade civil por danos ambientais, que, por serem muito amplos, acarretam elevados prêmios por parte das seguradoras.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**CD** – CDEICS (aprovado o projeto com substitutivo), **CMADS (aguarda nova designação de relator),** CFT e CCJC. SF

**PL 25/2015** do deputado Sarney Filho (PV/MA), que "Dispõe sobre a conservação e a utilização sustentável da vegetação nativa do Bioma Cerrado".

Foco: instituição de uma Política de Conservação do Cerrado.

### O QUE É

Dispõe sobre a conservação e a utilização sustentável da vegetação nativa do bioma Cerrado e da flora e fauna associadas a essa vegetação.

**Principais instrumentos da lei** – entre os instrumentos previstos no projeto estão: a) mapeamento dos remanescentes de vegetação nativa; b) zoneamento ecológico-econômico; c) criação de unidades de conservação; d) avaliação ambiental estratégica; e e) pagamentos por serviços ambientais.

**Metas de conservação** – definem-se as seguintes metas de conservação, a serem alcançadas em um prazo de cinco anos: a) 17% da área do bioma protegida por unidades de conservação de proteção integral; e b) desmatamento zero no bioma, entendido como a ausência de corte raso da vegetação nativa, exceto nos casos de interesse social, utilidade pública e baixo impacto ambiental.

**Atividades de baixo impacto** – define-se como atividades de baixo impacto, entre outras: a) abertura de pequenas vias; b) instalações para captação e condução de água e efluentes tratados; c) trilhas para ecoturismo; e d) construção de moradia de agricultores familiares.

**Zoneamento ecológico-econômico** – o zoneamento irá determinar a localização das seguintes intervenções: a) implantação de infraestrutura econômica; b) desenvolvimento da agropecuária, produção florestal e de outras atividades econômicas; e c) conservação da biodiversidade, implantação de unidades de conservação e de corredores de biodiversidade.

**Vedação de desmatamentos** – determina diversas situações de proibição da supressão de vegetação nativa tais como: a) em tipologias vegetais como campos rupestres, cerradão; floresta estacional decidual ou semidecidual; b) implantação de novas pastagens; e c) expansão urbana, em regiões metropolitanas. Também veda o carvoejamento, independentemente da origem da matéria-prima.

**Exigências para novos empreendimentos** – a implantação de novos empreendimentos deverá observar: a) a localização prioritária em áreas já desmatadas ou substancialmente degradadas; e b) a apresentação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental para supressão de vegetação nativa para atividades de utilidade pública.

**Incentivos para conservação em terras privadas** – prevê mecanismos de incentivos tais como: a) apoio à criação e à implantação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs); b) implantação do cadastro ambiental rural; c) pagamento por serviços ambientais; e d) incentivos tributários para aumento da sustentabilidade ecológica nas atividades produtivas.



#### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

O estabelecimento de regimes jurídicos específicos para cada bioma subverte a lógica da legislação ambiental brasileira, organizada por temas, como florestas, recursos hídricos, biodiversidade e planejamento do uso solo. A adoção de recortes regionais descaracteriza e fragmenta os marcos legais associados à gestão dos recursos naturais, o que gera distorções e insegurança jurídica.

Adicionalmente, o projeto apresenta disposições pouco razoáveis para uma região que responde por aproximadamente 65% da produção agropecuária do país. A proibição de ampliação da área agrícola e de instalação de atividades econômicas, independentemente do processo de licenciamento ambiental e do percentual de vegetação nativa das propriedades, conflita com a legislação ambiental vigente e não está alinhada aos preceitos do desenvolvimento sustentável.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD – CAPADR (rejeitado o projeto), CMADS (aguarda nova designação de relator), CFT e CCJC. SF.

**PL 5262/2016** do deputado Sarney Filho (PV/MA), que "Altera dispositivos da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012".

Foco: critérios de compensação da Reserva Legal para regularização de imóveis rurais.

### O QUE É

Torna mais rígidos os critérios para a compensação de Reserva Legal para fins de regularização de imóveis rurais que detinham, em 22 de julho de 2008, área de Reserva Legal em extensão inferior aos limites estabelecidos no Código Florestal.

Novos requerimentos para compensação de Reserva Legal – a) inclui a equivalência de importância ecológica entre as áreas a serem compensadas; b) exige que a área utilizada seja localizada na mesma microbacia da área a ser compensada; e c) no caso de impossibilidade de compensar na mesma microbacia, estabelece a obrigação de ser na mesma bacia hidrográfica, bem como em áreas identificadas como prioritárias pela União ou pelos estados.



#### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

O Código Florestal, aprovado em 2012, resultou de amplo processo de debate que mobilizou diversos setores da sociedade brasileira e seu texto representa uma medida de equilíbrio entre os interesses e as forças políticas que atuaram durante sua tramitação.

Apesar de não contemplar integralmente nem a visão do setor privado, nem a visão das entidades ambientalistas, ele propõe soluções adequadas para conferir exequibilidade, segurança jurídica, viabilidade técnica e política ao processo de regularização de passivos em propriedades privadas.

Por essas razões, a CNI apoia a manutenção da estabilidade da norma, em especial às associadas à regularização ambiental, como o Plano de Regularização Ambiental (PRA), e a dos mecanismos que permitem a compensação ambiental entre propriedades. Nesse sentido, propor normas mais rígidas para o estabelecimento de PRAs irá gerar um desincentivo prévio para o cumprimento da lei e para a regularização ambiental das propriedades, o que vai de encontro ao interesse do setor produtivo e da sociedade como um todo.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD – CAPADR (rejeitado o projeto), CMADS (aguarda apreciação do parecer do relator, Deputado Nilto Tatto - PT/SP, pela aprovação, com emenda) e CCJC. SF.

**PL 5370/2016** do deputado Toninho Pinheiro (PP/MG), que "Dispõe sobre a zona de amortecimento das unidades de conservação; altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000".

Foco: regras para delimitação da zona de amortecimento e corredores ecológicos de unidades de conservação da natureza.

### O QUE É

Acrescenta que, no processo de criação de unidades de conservação (UCs), as zonas de amortecimento (ZAs) e os corredores ecológicos também devem ser precedidas de estudos técnicos e de consulta pública para definir a localização, a dimensão e os limites mais adequados.

**Criação de zonas de amortecimento** – quando as ZAs não forem definidas no ato de criação da UC, elas devem ser precedidas de estudos técnicos e audiência pública.

**Limites às zonas de amortecimento** – veda o estabelecimento de ZA de UC de proteção integral em área urbana consolidada.

**Área urbana consolidada** – define como área urbana consolidada aquelas que preencham, simultaneamente, os seguintes requisitos: a) inserção em perímetro urbano ou em zona de expansão urbana delimitada por Plano Diretor ou lei municipal; b) sistema viário implantado; c) oferta de serviços de ensino fundamental; e d) existência de, no mínimo, três dos seguintes equipamentos de infraestrutura urbana: 1) drenagem e manejo das águas pluviais; 2) esgotamento sanitário; 3) abastecimento de água potável; 4) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; ou 5) distribuição de energia elétrica.

**Prazo de adequação** – estabelece prazo de 1 ano para a adequação das ZAs que não atendem o disposto no projeto de lei.



#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

Diversas incertezas cercam o regime jurídico das ZAs de UCs, relativas tanto à sua extensão quanto às restrições de usos impostas às áreas nelas inseridas. Esta insegurança jurídica atinge não somente as atividades agrícolas, como também as atividades industriais, cujas licenças dependem da anuência do órgão gestor dessas áreas protegidas. Esta anuência, muitas vezes, é exercida pelo chefe da unidade que decide, com alto grau de discricionariedade, sobre a obtenção ou renovação do licenciamento ambiental.

Não raro, há exageros, como o estabelecimento de ZAs tão grandes quanto a própria unidade, sem fundamentação técnica ou científica que o justifique. A omissão do Poder Público em fixá-las, com objetividade e razoabilidade, permitiu que o Conama estabelecesse limites fixos para as UCs.

Por essas razões, o projeto acerta ao estabelecer regras para a criação destas zonas e garantir que áreas urbanas consolidadas não sofram as restrições à melhoria de sua infraestrutura por se encontrarem em ZAs de UCs.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD – CDU (aprovado o projeto), CMADS (aguarda apreciação do novo parecer do relator, deputado Roberto Balestra – PP/GO, favorável ao projeto) e CCJC. SF.

PL 8631/2017 do deputado Nilto Tatto (PT/SP), que "Modifica a Lei 6.803 de 2 de julho de 1980 e a Lei 9.985 de 18 de julho de 2000".

Foco: definição de distância mínima entre indústrias e áreas protegidas.

### O QUE É

Modifica a legislação que define as diretrizes básicas para o zoneamento industrial e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc).

**Distâncias mínimas** – determina que empreendimentos industriais, cujas plantas de produção emitam efluentes gasosos de óxido de nitrogênio (NOx) e óxido de enxofre (SO2 e SO3), deverão obedecer a distância mínima de 150 km de unidades de conservação de natureza, terras indígenas e quilombolas.





#### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

A proposição parte de premissas equivocadas e não leva em consideração o efeito de dispersão dos gases e das medidas mitigatórias associadas ao licenciamento ambiental, como a instalação de filtros, a modernização dos processos produtivos e os limites de emissão e concentração impostos pelos órgãos ambientais.

A medida também carece de uma análise de impacto regulatório para avaliar os efeitos práticos de sua adoção. Tendo por exemplo a APA Sul, que abrange Belo Horizonte, Itabirito e mais sete municípios da região denominada quadrilátero ferrífero, o projeto inviabilizaria a atividade industrial na principal região industrial de Minas Gerais. Situações semelhantes ocorreriam em todo país, o que demonstra a desproporcionalidade da proposta, que além de proibir a instalação, também proíbe a operação e a ampliação dos empreendimentos, o que levaria ao colapso a grande parte dos parques industriais do país.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

#### CD - CMADS (aguarda parecer do relator, deputado João Daniel - PT/SE) e CCJC. SF.

MSC 245/2012 do Poder Executivo, que "Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Nagoia sobre Acesso a Recursos Genéticos e Repartição Justa e Equitativa dos Benefícios Derivados de sua Utilização à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), concluído durante a 10ª Partes na Convenção, realizada em outubro de 2010 (COP-10), e assinado pelo Brasil no dia 2 de fevereiro de 2011, em Nova Iorque".

Foco: ratificação do Protocolo de Nagoia - acesso a recursos genéticos e repartição dos benefícios associados ao uso da biodiversidade.

### O QUE É

Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Protocolo de Nagoia sobre acesso a recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados e sobre repartição justa e equitativa dos benefícios derivados de sua utilização.

O Protocolo resultou da 10ª Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica (CDB), em Nagoia, Japão, em 2010, e foi firmado pelo Brasil e por outros países, em fevereiro de 2011. Entre seus principais pontos, destacam-se:

Acesso aos recursos genéticos e ao conhecimento tradicional – o acesso estará sujeito ao consentimento prévio e informado da parte provedora dos recursos e do conhecimento. Remete à legislação nacional de cada parte a definição de medidas que assegurem a obtenção desse consentimento por parte das comunidades indígenas e locais, de acordo com os direitos nacionalmente estabelecidos.

**Repartição dos benefícios** – os benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, bem como das aplicações e comercializações subsequentes, serão repartidos de maneira justa e equitativa com a parte provedora, que poderá ser monetária ou não. Nacionalmente, a repartição deve ocorrer de acordo com os marcos legais, normativos e administrativo de cada país.

**Pontos focais nacionais** – cada parte designará uma ou mais autoridades nacionais competentes em acesso e repartição de benefícios, que, de acordo com a legislação nacional, serão responsáveis por outorgar o acesso ou, conforme o caso, fornecerem comprovante escrito de que os requisitos de acesso foram cumpridos.



#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

O Brasil tem interesse no estabelecimento de um regime de governança internacional que resguarde seu direito de proteger e acessar benefícios oriundos do uso de seus ativos naturais e confira segurança comercial aos seus produtos agrícolas, oriundos, em grande parte, de espécies exóticas introduzidas no país antes da vigência do Protocolo de Nagoia.

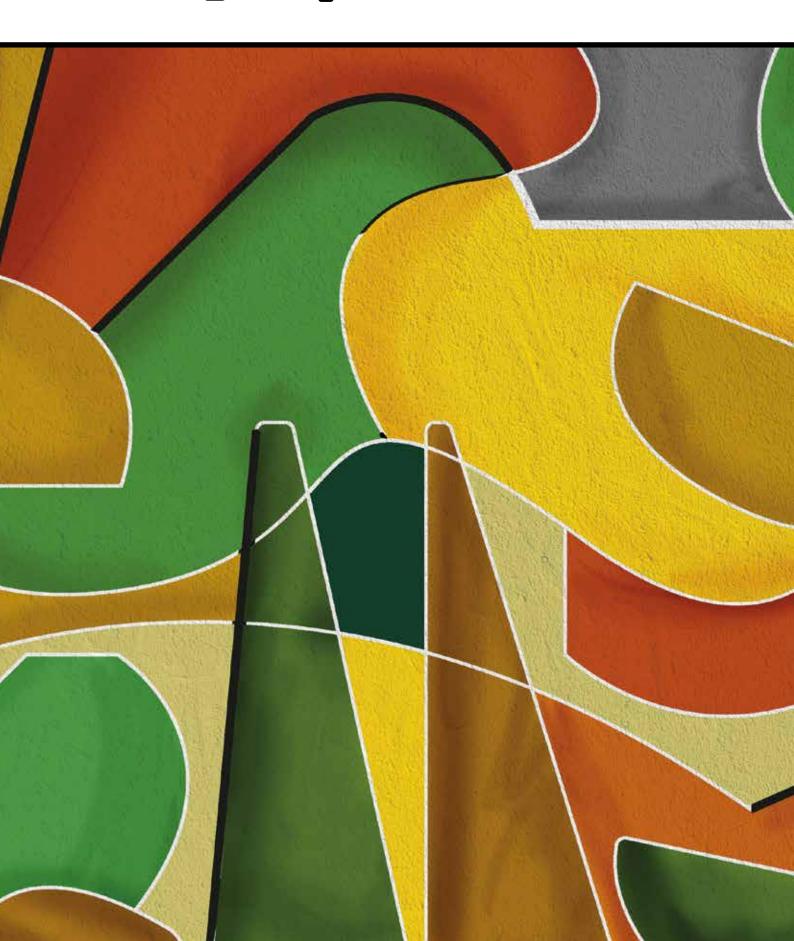
A entrada em vigor do protocolo, em outubro de 2014, reforçou a necessidade de o país ratificá-lo, pois disso dependerá sua participação nas negociações que irão definir as regras para sua implantação. Outro fator que contribui para sua ratificação é a aprovação do marco legal nacional que regulamenta a aplicação da Convenção da Biodiversidade no país, o que gera maior segurança ao setor produtivo em relação à aplicação do protocolo.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD – CESP (aguarda constituição) e Plenário. SF.



# Legislação Trabalhista



#### A modernização da legislação trabalhista foi importante avanço para o país. É fundamental impedir retrocessos e continuar avançando em outras melhorias necessárias

Muito se avançou com a regulamentação da terceirização e com a Reforma Trabalhista. No entanto, ainda, há desafios a serem enfrentados e vencidos. Deve haver a implementação, de fato, das mudanças alcançadas sem deixar que haja retrocessos nas conquistas que garantem segurança jurídica e melhores condições de trabalho.

A Modernização Trabalhista buscou aliar duas exigências do mundo atual: a proteção ao trabalhador e a demanda por novas regras que atendam às mudanças da sociedade e aos imperativos de produtividade e competitividade.

Esse avanço ocorreu porque se reconheceu que as regras que regem as relações entre trabalhadores e empregadores são determinantes para o bom funcionamento do mercado de trabalho, devendo estimular contratações, conferir eficiência, segurança jurídica e flexibilidade para todos.

Além da preservação das melhorias obtidas, é necessário continuar aperfeiçoando a legislação e as políticas trabalhistas, para:

- desonerar o trabalho formal e ter medidas que aumentem a produtividade e a competitividade;
- melhorar a capacidade de gestão das empresas e reduzir a burocracia no trabalho e a insegurança jurídica;
- reduzir os encargos e outros custos do trabalho;
- não impor as obrigações adicionais, como criações de cotas e demais situações que venham causar dificuldades operacionais, de contratação e de custos; e
- incentivar o desenvolvimento tecnológico e a capacitação dos trabalhadores de forma a estimular a competitividade das empresas, aumentar a produtividade e o crescimento, com equilíbrio econômico e social.

### Sistema de Negociação e Conciliação

A Reforma Trabalhista fortalece o sistema de negociação e conciliação há muito almejado, buscando trazer eficiência, qualidade e aumento de produtividade

Com a edição da Lei nº 13.467/2017, foram criadas as possibilidades legais de o Brasil possuir um sistema adequado de relações de trabalho, que incentiva e prioriza a negociação voluntária e descentralizada, reduzindo a intervenção no acordo livre e voluntário entre empresas, empregados e entidades sindicais.

Tais mecanismos têm ampla relevância no mundo atual, pois permitem o ajuste de vontades com fins a uma regulação do trabalho adequada a cada realidade produtiva, conjugando interesses legítimos de trabalhadores e empresas.

Priorizam-se, com isso, soluções que têm potencial para reduzir conflitos, aumentar a produtividade, melhorar o clima organizacional e a harmonia no ambiente de trabalho.

Por isso, é necessário efetivar a Modernização Trabalhista aprovada, mantendo as conquistas e estimulando propostas que contribuam para o ambiente de negócios, o crescimento econômico, a competitividade e a produtividade.

**PLS 252/2017** do senador Paulo Paim (PT/RS), que "Revoga os art.611-A e 611-B, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovado pelo Decreto-Lei n° 5.452, com a redação dada pela Lei n° 13.467, de 13 de julho de 2017, a fim de revogar a prevalência da Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho sobre a Lei".

Foco: revogação dos dispositivos que conferem força de lei às negociações coletivas.

### O QUE É

Altera a Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) para revogar os dispositivos que conferem força de lei às negociações coletivas.



#### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

A revogação dos dispositivos que conferem força de lei às negociações coletivas, contempladas na Lei nº 13.467/2017, é inadequada, pois caminha em sentido inverso ao da modernização das relações de trabalho. A valorização da negociação coletiva prestigia a liberdade de contratação e confere segurança jurídica.

Essa é uma conquista que precisa ser mantida. Isso permite a adaptação das relações de trabalho à dinâmica do mundo moderno e às especificidades dos diversos interesses e anseios de categorias profissionais e empresas das diferentes regiões do país. Assim, podem ser alcançados os objetivos de maior segurança jurídica nas relações trabalhistas.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**SF - CAE (aguarda designação de relator)**, CCJ e CAS. CD.

#### **Adicionais**

A imposição de novos adicionais onera o contrato de trabalho e inibe a geração de empregos

A legislação deve privilegiar instrumentos que estimulem as empresas a reduzir os riscos à saúde e à segurança dos trabalhadores. Isso interessa ao trabalhador, à empresa e, também, ao governo, que terá menos custos com saúde e previdência.

Isso significa impedir a criação de novos adicionais, ou a majoração dos já existentes. Eventuais discussões nesse sentido devem se limitar à livre negociação entre empregados e empregadores, os quais poderão realizar ajustes nas condições de trabalho de maneira equilibrada, considerando os interesses e as necessidades das partes, sem perder de vista a necessária proteção à segurança e à saúde do trabalhador.



#### Legislação Trabalhista

PLS 294/2008 do senador Paulo Paim (PT/RS), que "Altera o art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a base de cálculo do adicional de insalubridade".

Foco: atualização de valores do adicional de insalubridade.

### O QUE É

O projeto eleva para 50%, 30% e 20% os percentuais referentes ao adicional de insalubridade, conforme o grau de risco máximo, médio e mínimo, respectivamente. O percentual incidirá sobre o salário pago ao empregado. Atualmente, os percentuais são de 40%, 20% e 10%, incidentes sobre o salário mínimo.



#### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

A alteração da base de cálculo do adicional de insalubridade é medida que se impõe em decorrência da Súmula Vinculante nº 04 do STF, que veda a utilização do salário mínimo como indexador de base de cálculo de vantagem de servidores públicos ou de empregado, bem como a sua substituição por decisão judicial.

A proposta, no entanto, ao determinar a incidência do percentual do adicional sobre o salário do empregado e aumentar as alíquotas, descuida dos impactos negativos na atividade econômica que esse aumento repentino e substancial representaria na folha salarial das empresas, com riscos de obstar a continuidade de empreendimentos empresariais.

Diferentemente do projeto original, o substitutivo apresentado, em abril de 2016, na CAS pelo relator, senador Vicentinho Alves, adequadamente, remete para negociação coletiva a definição do valor-base para cálculo do adicional de insalubridade, para que trabalhadores e empregadores, por meio de seus sindicatos representativos, regulem suas relações de trabalho, adaptando as necessidades e os interesses a suas realidades. Na ausência de negociação coletiva, o cálculo deverá incidir sobre o valor de R\$950,00, atualizado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

O substitutivo também mantém os percentuais aplicáveis aos graus máximo, médio e mínimo de insalubridade em 40%, 20% e 10%, respectivamente. Nas hipóteses em que o trabalhador tenha direito a mais de um fator de insalubridade, será considerado o maior grau identificado, sem percepção cumulativa, evitando a judicialização do tema.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**SF** – CAE (aprovado o projeto com emendas) e **CAS (aguarda parecer do relator, senador Vicentinho Alves – PR/TO).** CD.

### Segurança e Saúde do Trabalho

A lei deve privilegiar a cooperação entre empregados e empregadores e adotar fiscalização mais orientadora que punitiva

A proteção ao trabalhador é irrenunciável, porém a lei deve dar ênfase a uma fiscalização mais orientadora que punitiva. Para isso, são necessários: simplificação da legislação; procedimentos mais claros, objetivos e uniformes; ampliação do critério da dupla visita; fixação de prazos condizentes para adequação das empresas à legislação vigente, com respeito aos princípios da segurança jurídica e da irretroatividade das normas; e estímulo à cooperação entre empregados e empregadores.

É imprescindível que as normas de segurança e saúde no trabalho equilibrem a necessária proteção ao trabalhador e seus impactos sociais e econômicos.

A regulamentação da segurança e saúde no trabalho aplicável diretamente às operações deve estar vinculada a uma harmonização com as legislações trabalhistas e previdenciárias, primando pela aplicação de critérios objetivos previstos em lei, fundamentados e respaldados tecnicamente.

Também é fundamental que a elaboração e a revisão das normas regulamentadoras sejam precedidas de estudos de impactos socioeconômicos de acidentalidade, de sinistralidade e peculiaridades regionais.

Permitir a adoção de metas em segurança e saúde é estratégico para a construção de um ambiente que desperte na relação de trabalho o sentimento de maior cuidado e atenção com saúde e higidez. Estudos de diversas empresas mostram a existência de correlação direta entre a adoção de cláusulas de saúde e segurança no trabalho vinculadas aos programas de PLR com a queda significativa do número de acidentes nas empresas.

É também necessário restringir a extensa regulação existente sobre segurança e saúde no trabalho a normas essenciais, privilegiando a negociação coletiva, capaz de atender, com eficácia, às questões específicas de cada setor.

#### Legislação Trabalhista

Normas que, aparentemente, representam maior segurança para o trabalhador podem implicar prejuízos financeiros desproporcionais às empresas, bem como ameaçar a sua sobrevivência e a consequente manutenção dos empregos, inibindo, ainda, a abertura de novos postos de trabalho.

PLS 58/2014 do senador Paulo Paim (PT/RS), que "Acrescenta § 5° ao art. 58 da Lei n° 8.213 de 24 de julho de 1991, para dispor que o fornecimento de Equipamento de Proteção Individual - EPI, por si só, não descaracteriza o trabalho em condições especiais que justifiquem a concessão de aposentadoria especial e dá outras providências".

Foco: concessão de aposentadoria especial independentemente do fornecimento de Equipamento de Proteção Individual.

Obs.: tramita em conjunto com 8 PLSs.

### O QUE É

O projeto acrescenta à Lei de Benefícios da Previdência Social que o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), pelo empregador, e o seu uso, pelo empregado, não eliminam os agentes nocivos ou o risco que caracteriza o trabalho em condições especiais para fins de concessão de aposentadoria especial, devendo ser considerados também outros fatores ambientais, sociais e psicológicos na elaboração do perfil profissiográfico.



#### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

O art. 201 da CF/88 autoriza a concessão de aposentadoria especial aos trabalhadores que exercerem atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, ou seja, o segurado, para ter direito ao benefício, deverá estar efetivamente exposto aos agentes nocivos. Assim, se o fornecimento e o uso de equipamentos de proteção acabarem com o risco, não há que se falar em concessão de aposentadoria especial.

Faz-se necessário que sejam utilizados critérios objetivos para a aferição do direito à aposentadoria especial. Critérios sociais e psicológicos são complementares e servem de base para concessão de outros benefícios, típicos de afastamento provisório, como auxílio-doença, mas não para aposentadoria especial.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF – CAS (aprovado o projeto com emenda), <u>Plenário (apresentadas emendas)</u>, **CRA (aguarda parecer do relator, senador Ronaldo Caiado - DEM/GO)**, CE, CAE, CAS e Plenário. CD.

PL 6897/2013 do deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS), que "Dá nova redação ao art. 161 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), visando estabelecer competências e critérios para embargo de obra, interdição de estabelecimento, setor de serviço, máquina ou equipamento que demonstre grave e iminente risco para o trabalhador ou trabalhadores".

Foco: fixação de competências e critérios para embargo de obra e interdição de estabelecimentos.

Obs.: apensado ao PL 6742/2013.

#### PROJETO CONSTANTE DA PAUTA MÍNIMA. VIDE PÁGINA 37.

**PL 811/2015** do deputado Jorge Côrte Real (PTB/PE), que "Altera a redação da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, dispondo sobre o efeito suspensivo dos recursos administrativos em matéria acidentária".

Foco: efeito suspensivo do recurso da decisão do acidente de trabalho.

### O QUE É

O projeto determina que a decisão da perícia médica do INSS, que caracteriza o acidente do trabalho, poderá ser objeto de recurso administrativo, com efeito suspensivo, por parte do empregador direcionado ao Conselho de Recursos da Previdência Social.



#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

O auxílio-doença e o auxílio-doença acidentário distinguem-se pelas implicações trabalhistas. O auxílio-doença acidentário traz maiores consequências para o empregador tais como: o depósito do FGTS durante o afastamento; a estabilidade provisória; a inclusão dessa ocorrência no FAP; e o eventual ingresso de ação regressiva pela Previdência Social.

#### Legislação Trabalhista

A lei já concede efeito suspensivo ao recurso da empresa na caracterização da natureza acidentária do trabalho pela aplicação do nexo técnico epidemiológico. Razoável, portanto, que se estenda tal efeito para as demais hipóteses de caracterização do acidente de trabalho e concessão de benefício previdenciário de natureza acidentária, sob pena de se manter esvaziado o efeito prático do recurso administrativo interposto pela empresa contra a decisão da caracterização acidentária, e que pelos comandos atuais acarretam danos irrecuperáveis às empresas. Assim, é necessário que o recurso contra a caracterização deste benefício previdenciário possua um efeito suspensivo, para possibilitar o contraditório.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD – CSSF (aprovado o projeto) e CCJC (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Gonzaga Patriota – PSB/PE, pela constitucionalidade do projeto). SF.

PDS 43/2015 do senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB), que "Susta a aplicação da Norma Regulamentadora NR-12, do Ministério do Trabalho e Emprego, que trata da Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos".

Foco: aperfeiçoamentos na NR 12.

PROJETO CONSTANTE DA PAUTA MÍNIMA. VIDE PÁGINA 39.

### Dispensa

A autonomia da gestão é essencial para que as empresas se adaptem às mudanças do mercado

Propostas que comprometem o poder diretivo dos empregadores, como no caso das limitações para a dispensa de empregados, impedem a adaptação das empresas às mudanças do ambiente de negócios, decorrentes de variações no ciclo econômico ou mudanças tecnológicas.

O aumento de restrições à dispensa de empregados, sobretudo os relativos à permanência no emprego, engessa as relações de trabalho e impede a adequação às flutuações do mercado.

O Brasil, assim como a maior parte dos países, confere às empresas liberdade para contratar e dispensar empregados, prevendo mecanismos de proteção ao trabalhador.

A Reforma Trabalhista avançou em mudanças culturais nas relações de trabalho no país. Nesse sentido, a ampliação das possibilidades de dispensa, com o acréscimo da extinção do contrato de trabalho por acordo entre empregado e empregador, e o afastamento de restrições à realização de dispensas coletivas aumentam a segurança jurídica para quem promove a geração de empregos.

Deve-se, portanto, preservar as melhorias trazidas pela modernização trabalhista, evitando alterações que restrinjam dispensas e a capacidade de gestão das empresas, engessando em consequência o mercado de trabalho.

**PLS 173/2015** da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), que "Regulamenta o § 4º do art. 239 da Constituição, para dispor sobre a contribuição adicional para custeio do seguro desemprego em função de rotatividade da mão de obra".

Foco: contribuição adicional para custeio do FAT em função da rotatividade de mão de obra.

### O QUE É

Estabelece que os empregadores que tenham índice de rotatividade da mão de obra maior que o índice médio de rotatividade de seu setor de atividade econômica deverão recolher contribuição adicional para o custeio do FAT, com percentual de 2% a 5%, dependendo do índice da rotatividade.

**Base de cálculo** – a contribuição incidirá sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos empregados que lhe prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, inclusive as gorjetas, os ganhos habituais sob a forma de utilidades e os adiantamentos decorrentes de reajuste salarial, quer pelos serviços efetivamente prestados, quer pelo tempo à disposição do empregador.

**Proporcionalidade da alíquota** – a alíquota da contribuição adicional dar-se-á na seguinte proporção:

- a. 5% para os empregadores com índice de rotatividade, pelo menos, 50% superior ao índice médio;
- b. 3% para os empregadores com índice de rotatividade entre 30% e 49% superior ao índice médio; e
- c. 2% para os empregadores com índice de rotatividade até 29% superior ao índice médio.

#### Legislação Trabalhista

Esses percentuais serão acrescidos de 2% se o empregador possuir pelo menos 10% dos trabalhadores a seu serviço cuja contratação não tenha sido comunicada ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). O projeto apresenta hipóteses de extinção do contrato de trabalho que não serão computadas no índice de rotatividade.



#### NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE

Diferentemente do que propõe o projeto, criar a contribuição adicional não beneficia o trabalhador, tampouco serve para combater a rotatividade, visto que pode gerar o enrijecimento do mercado de trabalho, dificultando a entrada de trabalhadores em empregos formais, além de aumentar o custo da atividade com mais uma contribuição obrigatória ao empregador.

Embora exista previsão constitucional sobre a criação de uma taxa de rotatividade para financiamento do seguro-desemprego, na atual conjuntura, seria mais adequado promover um melhor aproveitamento dos recursos já existentes do que aumentar a já alta carga tributária.

A proposta também representa uma interferência direta e indevida na livre gestão da empresa e no poder decisório do empregador, que é tecnicamente responsável pela manutenção da atividade e dos postos de trabalho existentes.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF – CAE (aguarda novo parecer do relator, senador Armando Monteiro – PTB/PE, devido a apresentação de uma emenda na Comissão) e CAS. CD.

**PL 6630/2016** do deputado Tampinha (PSD/MT), que "Altera o § 2°, do Art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452 de 1º maio de 1943".

Foco: eficácia liberatória geral na quitação de qualquer causa ou forma de dissolução do contrato.

Obs: apensado a este o PL 7107/2017.

### O QUE É

Insere no instrumento de rescisão ou recibo de quitação, independente da causa ou da forma de dissolução do contrato, a quitação de eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas, desde que o empregado esteja devidamente assistido e cientificado pelo Sindicato de Classe, acompanhado de patrono constituído ou preste declaração expressa acerca do conhecimento de seus direitos, mediante duas testemunhas.



#### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA

O projeto confere segurança jurídica e plena eficácia aos efeitos da quitação passada pelo empregado, uma vez que abrange todos os direitos oriundos do contrato de trabalho, mesmo que não especificados no termo de rescisão. A restrição atual, que permite eficácia liberatória apenas em relação aos valores constantes do termo de rescisão, é um entrave para o empregador e serve para simulação de ações para obtenção de acordo perante a Justiça do trabalho.

No entanto merece ressalva a exigência de o empregado estar assistido pelo Sindicato de Classe, acompanhado de advogado, ou de prestar declaração expressa acerca do conhecimento de seus direitos, mediante duas testemunhas. Ademais, a busca do ato assistencial resulta em perda de tempo para os sujeitos da relação de emprego, dado que há grandes dificuldades para agendamentos de datas e horários, com muitas limitações, em todo o território nacional, quanto ao número diário ou semanal de atendimentos. Essa disposição constitui um ato meramente burocrático e oneroso, que enrijece ainda mais as relações de trabalho e vai na contramão da recente aprovação da Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017).

#### ONDE ESTÁ? COM QUEM?

CD – CTASP (aguarda parecer do relator, deputado Jorge Côrte Real PTB/PE) e CCJC. SF.

**MSC 59/2008** do Poder Executivo, que "Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Convenção nº 158, de 1982, da Organização Internacional do Trabalho – OIT, sobre Término da Relação de Trabalho por iniciativa do Empregador".

Foco: adoção da Convenção 158 da OIT (extinção da possibilidade de demissão imotivada).



### O QUE É

Propõe a adoção interna da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Essa convenção estabelece que, para desligar um empregado sem justa causa, a empresa tem de comunicar os motivos do desligamento. Somente três motivos seriam aceitos como justificativa para dispensa: a) dificuldades econômicas da empresa; b) mudanças tecnológicas; e c) inadequação do empregado a suas funções.

De acordo com a convenção, o empregado pode contestar os motivos alegados para a dispensa, inclusive com a ajuda de seu sindicato. O ônus da prova cabe ao empregador ou ao órgão incumbido para julgar os recursos.



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

A adoção da Convenção 158 da OIT limita a liberdade empresarial e impacta negativamente na gestão independente dos negócios ao exigir justificativa para a dispensa sem justa causa. O Brasil, assim como a maior parte dos países, confere às empresas liberdade para contratar e dispensar empregados e, também, confere mecanismos de proteção ao trabalhador, que são: o aviso prévio indenizado, o saque do FGTS e a multa indenizatória de 40% incidente sobre o saldo do FGTS e o seguro-desemprego.

A ratificação da Convenção 158 trará impactos indesejáveis tais como:

- incentivo à informalidade no mercado de trabalho;
- discriminação no acesso ao mercado de trabalho, na medida em que, ao pretender proteger irrestritamente o contingente de trabalhadores empregados, cria obstáculos ao acesso de outros grupos, como jovens em busca do primeiro emprego;
- estabelecimento de conflitos (por discordância dos motivos da dispensa) que, no Brasil, dada a lentidão da Justiça, podem se arrastar anos a fio, criando um clima de desconfiança e mal-estar no ambiente de trabalho;
- maior rigidez das regras para contratação e dispensa de empregados, comprometendo os investimentos no setor produtivo, o empreendedorismo e a abertura de novas empresas, em especial de pequeno e médio porte;
- desestímulo ao aperfeiçoamento e ao crescimento profissional;
- restrição à adaptação das empresas às mudanças tecnológicas, por dificultar a adoção de novos comportamentos de mercado, a exemplo do trabalho a distância e da terceirização de atividades;

- redução das possibilidades de adaptação das empresas nacionais às exigências de competitividade dos mercados em que operam; e
- dificuldade de realização das negociações coletivas.

A questão também está sendo debatida pelo Judiciário. Na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 1.625, que questiona a constitucionalidade do Decreto nº 2.100/1996, que denunciou a Convenção 158 da OIT, o ministro Teori Zavascki julgou o pedido da ação improcedente, mas acompanhou a orientação de que é necessária a participação do Poder Legislativo na revogação dos próximos tratados, com a modulação dos efeitos da decisão. A matéria continua em discussão no Supremo Tribunal Federal (STF).

Se optar por ratificar a Convenção 158 da OIT, o Brasil sairá de um enorme grupo de 149 países que não ratificaram a convenção, juntando-se a uma minoria de 35 países que adotam a Convenção 158 da OIT.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD – CREDN (rejeitado o projeto); CTASP (rejeitado o projeto); CCJC (aguarda parecer do relator, deputado Luiz Fernando Faria - PP/MG) e Plenário. SF.

### Justiça do Trabalho

É importante avançar na proteção à segurança jurídica e aos princípios do devido processo legal e da ampla defesa, zelando prioritariamente pela manutenção das conquistas trazidas pela modernização trabalhista

As regras processuais trabalhistas têm grande influência na segurança jurídica, que é vital para um ambiente de negócios competitivo e favorável a investimentos e à geração de renda, de empregos e de desenvolvimento.

A Modernização Trabalhista (Lei nº 13.467/2017) realizou diversos avanços no caminho da segurança jurídica: diminuiu os incentivos à litigiosidade; reduziu o espaço do ativismo judicial; valorizou e protegeu a negociação individual e coletiva; e aumentou a responsabilidade das partes que litigam perante a Justiça do Trabalho.

É prioridade, portanto, envidar esforços no sentido de manter os avanços conquistados pela nova lei, sem se esquecer de que melhorias pontuais podem aumentar a segurança jurídica e reforçar os princípios do devido processo legal e da ampla defesa.

**PLS 432/2013** da Comissão ATN nº 2 – Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de dispositivos da CF, que "Dispõe sobre a expropriação das propriedades rurais e urbanas onde se localizem a exploração de trabalho escravo e dá outras providências".

Foco: definição objetiva do que vem a ser trabalho escravo.

### O QUE É

Regulamenta a expropriação de imóveis rurais e urbanos, onde for identificada a exploração de trabalho escravo. As propriedades serão destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário que foi condenado, em sentença transitada em julgado. O processo e o julgamento da ação de que trata esta lei são de competência da Justiça Federal Comum e não correrão em segredo de justiça.

**Definição de trabalho escravo** – define como trabalho escravo: a) submissão a trabalho forçado, exigido sob ameaça de punição, com uso de coação, ou com restrição da liberdade pessoal; b) cerceamento do uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; c) manutenção de vigilância ostensiva no local de trabalho ou a apropriação de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; e d) restrição, por qualquer meio, da locomoção do trabalhador em razão de dívida contraída com empregador ou preposto.

Estabelece que o descumprimento da legislação trabalhista não caracteriza o trabalho escravo.

Os bens de valor econômico, apreendidos em decorrência da exploração de trabalho escravo, serão confiscados e revertidos ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).



### **NOSSA POSIÇÃO:** CONVERGENTE

A proposta, na sua versão original, bem como o texto aprovado na Comissão Mista, possui o mérito de conceituar objetivamente o trabalho escravo e de condicionar o ato expropriatório ao prévio trânsito em julgado da sentença condenatória.

A adequação do conceito de trabalho análogo ao escravo é necessária para afastar os riscos de aplicação da sanção excepcional a julgamentos subjetivos, carentes de critérios definidos e, sobretudo, à margem da observância do direito de defesa e das garantias constitucionais.

De outra forma, o substitutivo apresentado pelo relator, senador Paulo Paim (PT/RS), na Comissão de Justiça, traz previsões despidas de critérios objetivos para enquadramento do tipo penal e, por esse motivo, podem acarretar insegurança jurídica e enquadramentos indevidos de trabalho degradante.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CN – CMIST (aprovadas parcialmente as emendas apresentadas em Plenário). **SF – CCJ** (aguarda apreciação do parecer do relator, senador Paulo Paim – PT/RS, favorável ao projeto com substitutivo) e Plenário. CD.

**PL 5140/2005** do deputado Marcelo Barbieri (MDB/SP), que "Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a execução trabalhista e a aplicação do princípio da desconsideração da personalidade jurídica".

Foco: penhora *on-line* e desconsideração da personalidade jurídica nas execuções trabalhistas.

Obs: apensados a este os PLs 5328/2005 e 870/2007.

### O QUE É

O substitutivo aprovado na CCJC dispõe sobre a penhora *on-line* nas execuções de sentenças trabalhistas e os limites da desconsideração da personalidade jurídica.

**Penhora** *on-line* – a decretação judicial do bloqueio de conta corrente ou aplicação financeira e a penhora sobre o dinheiro nelas depositado somente ocorrerá na execução definitiva, devendo se limitar ao valor da condenação, atualizado e acrescido das despesas processuais. Limita o bloqueio e a penhora sobre o dinheiro ao percentual que não prejudique a gestão da empresa. Considera impenhoráveis a conta-corrente destinada ao pagamento de salários dos empregados da empresa executada e o bem de família.

**Desconsideração da personalidade jurídica** – permite a desconsideração da personalidade jurídica, em caráter excepcional, por ato cauteloso e motivado do juiz, nos casos de ilicitude, estado de insolvência ou manipulação fraudulenta ou abusiva da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.

A desconsideração será cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial, devendo o requerimento demonstrar o preenchimento dos pressupostos legais específicos.

O pedido de desconsideração exige a notificação do sócio ou da pessoa jurídica que deverá se manifestar no prazo de oito dias, após o qual o juiz proferirá a decisão.

Ressalva da constrição, o bem do sócio que tiver sido incorporado ao seu patrimônio pessoal anteriormente ao seu ingresso na sociedade executada.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA

A proposta disciplina o instituto da penhora *on-line*, protegendo harmoniosamente os interesses das empresas e dos empregadores com a adoção de regras já existentes no âmbito do processo civil e da jurisprudência consolidada nos Tribunais Superiores, em especial no Tribunal Superior do Trabalho (TST).

No que se refere à desconsideração da personalidade jurídica, o substitutivo da CCJC é muito abrangente ao permitir a superação da autonomia da pessoa jurídica tanto pela prática de atos ilícitos (imputação direta), quanto pela simples insuficiência de bens (estado de insolvência), permitindo ampla subjetividade do juiz.

Para conferir segurança jurídica à desconsideração, é necessário disciplinar adequadamente seus pressupostos de aplicação, garantindo a exata construção dogmática que amparou e deve amparar a doutrina da desconsideração, qual seja: a configuração do abuso da personalidade jurídica caracterizado a partir de sua formulação subjetiva (desvio de finalidade) e objetiva (confusão patrimonial).

Ressalta-se que a Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista) já em muito avançou nesse tema ao definir o procedimento do novo Código de Processo Civil para a desconsideração da personalidade jurídica. No entanto, para garantir segurança jurídica, é necessário que a desconsideração da personalidade jurídica seja um instituto excepcional e exija, para sua aplicação, a comprovação efetiva do abuso da personalidade, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, assim como disposto no Código Civil.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**CD:** tramita em regime de urgência - CDEICS (aprovado o projeto com substitutivo), CTASP (rejeitado o projeto), CCJC (aprovado o projeto com substitutivo) e **Plenário (aguarda inclusão na Ordem do Dia).** SF.

**PL 1981/2015** do deputado Silvio Costa (Avante/PE), que "Dispõe sobre juros de mora e atualização monetária dos débitos judiciais".

Foco: atualização monetária e juros de mora nos débitos judiciais.

Obs.: apensado a este o PL 7634/2017.

### O QUE É

O substitutivo apresentado, em agosto de 2017 na CTASP, pelo relator, deputado Lucas Vergílio, altera a lei que estabelece regras para a desindexação da economia para estabelecer que os débitos trabalhistas, de qualquer natureza, quando não satisfeitos pelo empregador, ou, então, pelo empregado, nos termos definidos em lei, convenção ou acordo coletivo, sentença normativa ou cláusula contratual, serão atualizados pela variação do IPCA-E, ou índice que venha substituí-lo, calculado pelo IBGE, no período compreendido entre o mês subsequente ao vencimento da obrigação e o seu efetivo pagamento, sem a incidência de juros de mora.

Aos débitos trabalhistas resultantes de condenação pela Justiça do Trabalho ou decorrentes dos acordos celebrados em ação trabalhista não pagos nas condições homologadas ou constantes do termo de conciliação, serão acrescidos juros de 0,3% ao mês, contados do ajuizamento da reclamatória e aplicados *pro rata die*, ainda que não explicitados na sentença ou no termo de conciliação.

Até a publicação da lei, os débitos judiciais trabalhistas pendentes de pagamento serão remunerados por juros de mora equivalentes à Taxa Referencial Diária (TRD), acumulada no período compreendido entre o mês subsequente ao do vencimento da obrigação e o seu efetivo pagamento, mediante utilização da Tabela Única para Atualização e Conversão de Débitos Trabalhistas, constante do Anexo I, da Resolução nº 8, de 27 de outubro de 2005, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

O TST posicionou-se pela inconstitucionalidade da utilização da Taxa Referencial (TR) para a correção dos débitos trabalhistas. No mesmo sentido, o STF manifestou-se em outras situações que a TR não é um índice idôneo para garantir recomposição inflacionária e o poder aquisitivo do valor devido de qualquer natureza.

Dessa forma, em face da insegurança jurídica decorrente da atual discussão quanto à constitucionalidade da TR como índice de correção para os débitos trabalhistas, é necessário fixar um novo índice capaz de garantir a recomposição do valor sem comprometer a atividade econômica e impactar negativamente na geração de emprego e renda.

O IPCA-E, índice que representa o balanço trimestral da inflação, já é utilizado para correção dos débitos judiciais da Fazenda Pública Federal, bem como das decisões administrativas do TST e do STF, e pode substituir a sistemática aplicada até então na Justiça do Trabalho (TR mais 1%) sem prejuízo ao trabalhador. O índice garante a recomposição financeira



utilizando como parâmetro a variação de preços de produtos e serviços consumidos/utilizados pela maioria dos trabalhadores brasileiros que são jurisdicionados da Justiça do Trabalho.

O parecer apresentado pelo relator na CTASP mostra-se conveniente na medida em que uniformiza os juros aplicáveis às condenações judiciais, oriundas de obrigações civis e trabalhistas, e toma idêntica providência em relação aos critérios de correção monetária. Desse modo, a proposição estabelece paridade de tratamento entre os juros suportados por agentes privados nas condenações cíveis e trabalhistas e aqueles que são pagos pela Fazenda Pública, o que atende ao princípio da isonomia.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD - CTASP (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Lucas Vergílio - SD/GO, favorável ao projeto com substitutivo) e CCJC. SF.

### Outras Modalidades de Contratos

Novas modalidades de contratação favorecem a geração de empregos formais

A Reforma Trabalhista regulamentou novas modalidades de contrato e aperfeiçoou outras já existentes, visando ao atendimento de novos modelos de produção e de novas formas de trabalho.

Deve-se preservar o avanço conquistado e buscar outras melhorias pontuais, tendo em vista: técnicas atuais de gestão; novas tecnologias de informação e comunicação; adequação à prática mundial nas relações de trabalho e à nova realidade da mobilidade global de pessoas.

Por um lado, é preciso impedir que o sistema estimule a informalidade, cujas consequências são, entre outras, a concorrência desleal para o empregador formal e o desamparo do trabalhador.

Por outro lado, a imposição de reserva de mercado para determinados grupos – a exemplo das cotas para portadores de deficiência e aprendizes – deve ser tratada com cautela pelo legislador e pelos demais formuladores de políticas públicas, de modo que considere as peculiaridades de cada empreendimento, região e as hipóteses de efetiva viabilidade do cumprimento dessas contratações.

**PLS 138/2017** do senador Armando Monteiro (PTB/PE), que "Altera a Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, para dispor sobre os trabalhadores contratados ou transferidos por seus empregadores para prestar serviços no exterior".

Foco: trabalhadores contratados no Brasil para prestar serviços no exterior.

### O QUE É

Dispõe sobre trabalhadores contratados ou transferidos por seus empregadores para prestar serviços no exterior.

**Leis aplicáveis** – legislação trabalhista do local da prestação de serviços e a lei brasileira em relação aos encargos previdenciários e trabalhistas enquanto perdurar o vínculo trabalhista nacional, tendo por base de cálculo o salário-base do trabalhador à época da transferência, com todas as alterações que advirem para a categoria.

**Direitos do empregado** – o empregado transferido terá direito às alterações ocorridas no salário-base da categoria profissional durante a transferência, com os respectivos recolhimentos das contribuições para a previdência social, FGTS e PIS.

**Adicional de transferência** – percentual de 25% do salário-base, de caráter indenizatório. Pode ser pago em espécie ou em benefícios como moradia, custeio da escola dos filhos, ou outras vantagens oferecidas pela empresa no exterior.

**Negociação entre empregado e empregador** - permite a negociação entre empregado e empregador tanto para ampliar os direitos do trabalhador previstos na lei, quanto para antecipar o pagamento pelas férias no Brasil por parte do empregador.

**Seguro de vida e acidentes pessoais** – o seguro é devido para o trabalhador e seus dependentes. Inclui a cobertura do traslado dos restos mortais do empregado em caso de comprovada morte em acidente de trabalho, cobrindo o período a partir do embarque para o exterior, até o retorno ao Brasil.

**Passagens de regresso ao Brasil** – as passagens ficarão sob às expensas do empregador em caso de retorno antecipado, por motivo de saúde, e também para os dependentes no caso de falecimento do empregado.

**Termo de compromisso** – as empresas deverão assinar termo de compromisso em que constem as condições de trabalho no exterior e os principais direitos trabalhistas previstos na legislação do local de prestação de serviços aplicável ao contrato do trabalhador.



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

A proposta moderniza a legislação da expatriação de trabalhadores, adequando-a à prática mundial nas relações de trabalho e à nova realidade da mobilidade global de pessoas, estabelecendo a aplicação da lei do país da prestação de serviço, que é a prática já adotada pelo Brasil em relação aos trabalhadores estrangeiros que aqui prestam serviços.

A fixação do caráter indenizatório das verbas de transferência (passagens, mudança, aluguel, escola, equalização de imposto de renda e o adicional de transferência, entre outros) evita a incidência de tributos e encargos sociais e trabalhistas sobre as verbas de transferência e a incorporação ao salário quando do retorno do trabalhador ao Brasil. Isso confere segurança jurídica para as contratações de trabalhadores no Brasil para prestar serviços no exterior.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF - CRE (aguarda parecer do relator, senador Jorge Viana - PT/AC) e CAS. CD.

**PL 1231/2015** do deputado Vicentinho Júnior (PR/TO), que "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para incluir mecanismos de facilitação da contratação de pessoas com deficiência na iniciativa privada e medidas de compensação a serem adotadas quando a cota mínima não puder ser alcançada por razões alheias à vontade do empregador".

Foco: compensação para cumprimento da cota de pessoas com deficiência.

Obs: apensados a este os PLs 6366 e 6709/2016.

### O QUE É

Altera a Lei de Benefícios da Previdência incluindo mecanismos para facilitar a contratação de pessoas com deficiência e implanta medidas de compensação a serem adotadas quando a cota mínima não puder ser alcançada por razões alheias à vontade do empregador.

#### A proposta:

a. Cria um banco nacional de currículos de pessoas com deficiência, com a inclusão de dados que permitam identificar o perfil profissional.

- b. Permite o acesso ao banco de currículos pelas empresas com a finalidade de localizar pessoas com interesse em preencher as vagas disponíveis e dar visibilidade às vagas disponíveis e às condições de contratação.
- c. Possibilita o acesso do Ministério Público e dos entes da Federação ao banco de currículos para estimular e fiscalizar sua utilização.

Além disso, o projeto estabelece que os percentuais de contratação de pessoas com deficiência serão aplicados sobre a totalidade dos trabalhadores que laborem na empresa, com exceção dos postos de trabalho submetidos a condições de periculosidade ou insalubridade.

Ainda, isenta de multa as empresas que não cumprirem a cota por razões alheias à sua vontade, desde que ofereçam: a) bolsas integrais para pessoas com deficiência, mediante seleção pública e em área compatível com o campo de atuação da empresa, para cursos de capacitação ou qualificação profissional; b) cursos regulares do ensino médio ou de formação técnica profissionalizante; c) cursos de graduação ou de pós-graduação; e d) doação para instituições de ensino, situadas na região onde se insere o estabelecimento empresarial, que contenham estudantes com deficiência matriculados.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA

O projeto confirma que a principal dificuldade encontrada pelos empresários no cumprimento da cota de contração de pessoas com deficiência está na carência desses trabalhadores qualificados e beneficiários reabilitados capacitados para o exercício de uma atividade profissional na região do estabelecimento em número suficiente.

Cumprir as cotas para pessoas com deficiência pelas grandes empresas já é difícil, quanto mais para as MPEs. Soma-se a isso o desestímulo ao trabalho das pessoas com deficiência, em razão dos obstáculos urbanísticos, de dificuldade de deslocamento e da falta de transporte acessível para o local de trabalho.

A isenção da multa aplicada ao empregador pelo não cumprimento do percentual da cota de contratação de pessoas com deficiência, pela impossibilidade de preenchimento do número de vagas suficientes, evita autuações das empresas, mesmo quando envidados todos os esforços necessários para a contratação de pessoas com deficiência sem êxito. Ademais, o financiamento ou a oferta de vagas para o aprendizado da pessoa com deficiência solucionam a questão da carência de pessoas capacitadas para o exercício de determinadas profissões.

Cabe, contudo, aperfeiçoamento na proposta para que se deixe mais claro que a totalidade da cota seja computada por toda a empresa, e não só por estabelecimento, e que abranja apenas

os empregados da empresa. Assim, o desconto do cômputo final do percentual para cálculo de contratação de pessoas com deficiência deve ser somente aplicado aos empregados de toda a empresa submetidos a condições de periculosidade e insalubridade. Não deve incluir os trabalhadores terceirizados, que farão parte do cômputo da empresa contratada, não podendo haver duplicidade no cômputo e no desconto.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**CD - CTASP (aguarda novo parecer do relator, deputado Benjamin Maranhão - SD/PB)**, CPD e CCJC. SF.

**PL 5260/2016** do deputado Carlos Bezerra (PSD/MT), que "Altera o § 3º do artigo 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para permitir que a contratação de aprendiz com deficiência seja considerada na verificação do cumprimento da reserva de vagas de emprego às pessoas com deficiência".

Foco: inclusão de aprendiz com deficiência para o cômputo da cota para pessoas com deficiência.

Obs: apensado a este o PL 6707/2016.

### O QUE É

Determina que a contratação de pessoa com deficiência na condição de aprendiz, até o limite de metade dos percentuais já previstos para reserva de vagas para pessoas com deficiência, será considerada para fins de verificação do cumprimento desta cota.

O texto substitutivo aprovado na CDEICS suprime a ressalva de que o contrato de aprendizagem para portador de deficiência pode ser estipulado por mais de dois anos. Altera o limite de contratação de pessoa com deficiência na condição de aprendiz de metade para dois quintos da reserva de vagas para pessoas com deficiência, para fins de verificação do cumprimento desta cota.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

O projeto ameniza as inúmeras dificuldades encontradas pelas empresas quanto ao preenchimento de vagas destinadas a pessoas com deficiência. São poucas as empresas que conseguem cumprir a cota já existente. Oferecer a oportunidade de especialização aos deficientes ou reabilitados, mediante contratação na condição de aprendizes, sem dúvida, tanto parece ser interessante para as empresas, tendo em mente o cumprimento da cota legal obrigatória, quanto para os deficientes ou reabilitados, que a partir de sua capacitação terão maiores chances concretas de absorção pelo mercado de trabalho.

Ainda, resolve o problema da não sobreposição de vagas entre as cotas de aprendizagem e as cotas com deficiência, orientação da Secretaria da Inspeção do Trabalho (SIT).

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD – CDEICS (aprovado o projeto com substitutivo), CPD (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Misael Varella - DEM/MG, que adota o substitutivo da CDEIC com subemenda global) e CCJC. SF.

### **Benefícios**

### A concessão de benefícios deve decorrer da negociação entre as partes

Iniciativas legislativas que imponham a concessão de novos benefícios inibem o pagamento de remunerações mais elevadas aos trabalhadores ou o fornecimento espontâneo de benefícios que melhor atendam ao planejamento gerencial das empresas e, realmente, se adequem aos interesses e às necessidades dos trabalhadores.

A intervenção estatal na gestão das empresas, com a imposição de benefícios definidos por lei, reforça um papel paternalista já ultrapassado e produz um efeito reverso para o ambiente de trabalho, pois não estimula, desafia ou valoriza os trabalhadores, e, muitas vezes, inibe a oferta ou negociação de outros benefícios e vantagens.

As empresas estão cientes de que a concessão de benefícios é importante mecanismo de retenção de talentos e de aumento de produtividade. Porém eles devem ser negociados entre as empresas, os empregados e as entidades sindicais diretamente, cabendo, inclusive, aos interessados a definição de sua natureza jurídica e de seu prazo de duração, em respeito ao negociado entre as partes. Essa foi a premissa adotada pela Modernização Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), a qual deve ser preservada, não devendo ser permitidos retrocessos nas melhorias alcançadas.

**PLS 79/2015** do senador Eduardo Amorim (PSDB/SE), que "Modifica a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a participação dos trabalhadores nos lucros e resultados da empresa, independentemente de negociação, e sobre as penalidades aplicáveis ao empregador que não os distribuir".

Foco: obrigatoriedade de participação nos lucros independentemente de negociação.

O projeto estabelece que, mesmo que não seja fixado o percentual de lucros e resultados a ser distribuído, a empresa deverá reservar, pelo menos, 5% do lucro líquido apurado no ano anterior para distribuição entre seus empregados, independentemente de negociação.

A empresa que, injustificadamente, deixar de distribuir aos empregados participação nos seus lucros e resultados durante o período de um ano-calendário não poderá:

- a. receber financiamento de instituição financeira ou de fomento controlada direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios;
- b. participar de licitações ou contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações, no âmbito dos órgãos da Administração direta, fundos especiais, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios; e
- c. participar de programas de incentivo de qualquer natureza, mantidos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios ou por órgãos por ele controlados direta ou indiretamente.



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

A proposta, ao tornar obrigatória a participação nos lucros e resultados, desconsidera que a realidade das empresas e dos vários setores econômicos no Brasil é distinta, desprestigia a livre negociação e acarreta uma ingerência desnecessária e indevida na gestão administrativa da empresa, dificultando o seu desenvolvimento sem contribuir para a melhoria da remuneração dos empregados.

A legislação atual já dispõe, de forma adequada, sobre a distribuição dos lucros e resultados das empresas aos seus empregados, pois prevê a necessária fixação por meio da negociação entre empregado e empregador, sem estabelecer nenhum repasse compulsório. O projeto vai no caminho inverso da recente aprovada Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista), que determina que a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho têm prevalência sobre

a lei quando dispuser sobre participação nos lucros ou resultados da empresa sem nenhuma compulsoriedade de repasse dos valores.

A negociação coletiva é o melhor instrumento para estimular a produtividade e trazer benefícios para trabalhadores e empresas, pois permite analisar as circunstâncias específicas de cada setor e empresa, bem como o momento econômico e a necessidade de investimento para aprimoramento e/ou manutenção da atividade empresarial.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**SF – CCJ (aguarda nova designação de relator**) e CAE. CD.

### **FGTS**

O FGTS é um dos principais instrumentos de poupança interna privada de longo prazo e de apoio ao desenvolvimento econômico e social

O FGTS é um fundo financeiro, contábil, formado por depósitos compulsórios nas contas individualizadas, vinculadas em nome de cada trabalhador, que permite a formação de um patrimônio pelo empregado.

O fundo é gerido pelo Conselho Curador do FGTS, órgão de composição tripartite, com funções consultivas e deliberativas, que, com gestão responsável, preserva uma das principais fontes de financiamento para as políticas nacionais de desenvolvimento urbano e políticas setoriais de habitação popular, saneamento básico e infraestrutura urbana.

Os recursos aplicados no fundo fomentam investimentos na indústria de materiais, de equipamentos para obras de edificações, saneamento, rodovias, portos, aeroportos e na geração e transmissão de energia.

Propostas que comprometam o equilíbrio das contas do FGTS, que não levem em consideração as condições de custo e saque nas suas operações ativas, bem como mudanças no seu passivo, poderão afetar a sua sustentabilidade atuarial, além de inviabilizar novas operações.



**PLC 103/2015** (PL 4566/2008, da Comissão de Legislação Participativa do Senado Federal), que "Dispõe sobre a remuneração das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; estabelece regime de transição para o aumento dessa remuneração; altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; e dá outras providências".

Foco: correção monetária dos depósitos do FGTS e movimentação das contas.

### O QUE É

Dispõe sobre atualização, distribuição e movimentação de recursos da conta vinculada ao FGTS, estabelecendo novo índice de correção para os valores depositados.



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

A proposta incentiva a desconcentração de recursos do FGTS colocando em risco o objetivo do investimento social em habitação, saneamento básico e infraestrutura urbana em benefício de toda a sociedade, uma vez que pulverizaria os recursos nas contas individuais em detrimento de uma concentração nos investimentos sociais do fundo.

Por sua vez, a imposição do novo índice de correção dos saldos vinculados representaria, na hipótese de despedida sem justa causa, acréscimo significativo no montante da multa de 50% (40% + 10% LC n° 110/2001) sobre o saldo dos depósitos do FGTS, em flagrante desestímulo à contratação formal.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD (aprovado o projeto com substitutivo). **SF – CCJ (aguarda designação de relator),** CDH, CAS, CAE e Plenário.

**PLP 340/2017** do Poder Executivo, que "Altera a Lei Complementar nº 110, de 29 de junho de 2001, para eliminar gradualmente a multa adicional da contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida de empregado sem justa causa".

Foco: extinção gradativa do adicional de 10% do FGTS.

Obs: apensado ao PLP 51/2007.

### O QUE É

O projeto extingue gradativamente a contribuição adicional de 10% ao FGTS, a partir de 2018. No exercício de 2018, a contribuição será de 9% com redução de 1% a cada ano nos exercícios posteriores até a extinção em 2027.

Isenta a contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida de empregado doméstico sem justa causa.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA

A contribuição adicional de 10% foi criada para finalidade já atingida e o FGTS não é mais deficitário. A contribuição onera em muito a carga tributária das empresas nacionais, refletindo negativamente na competitividade de produtos e serviços oferecidos por empresas do setor formal da economia. É necessário desonerar os empregadores da solução encontrada pelo governo para recuperar recursos do fundo, que foi instituído para restabelecer o equilíbrio das contas, afetadas pelas ações judiciais de atualização monetária.

É fundamental que não se perca de vista a razão pela qual a contribuição foi instituída, pois ela está intimamente ligada à continuidade da cobrança e não se confunde com os fundamentos e utilização do patrimônio do FGTS.

O projeto, ao estabelecer a extinção do adicional de 10% do FGTS de forma gradativa, considera o impacto fiscal e a consequente necessidade de adequação financeira e equilíbrio orçamentário, sem maiores impactos ao orçamento público. No entanto o prazo para extinção do adicional até 2027 é demasiadamente extenso considerando que há anos já houve a correção dos expurgos inflacionários do FGTS.

Assim, a extinção do adicional de 10% é medida urgente de justiça fiscal favorável à geração de empregos e renda em nosso país e permitirá que os empregadores antevejam uma redução dos encargos sociais e trabalhistas, o que colaborará com novos investimentos e contratações formais.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**CD - Apensado ao PLP 51/2007:** CD – CTASP (aprovado o PLP 340/2017, apenso, com substitutivo), **CFT (aguarda parecer do relator, deputado Alfredo Kaefer - PSL/PR)**, CCJC e Plenário. SF.



### Relações Individuais de Trabalho

### Ênfase nas negociações entre empregados e empregadores

As empresas e o sistema de relações do trabalho passam por profundas transformações nas economias industrializadas, provocadas pelas novas tecnologias e os novos métodos de produzir e vender.

A adequação do Brasil nesse novo ambiente passa pela implementação da Reforma Trabalhista, que permite aos atores sociais a estipulação de condições de trabalho, de acordo com as especificidades do setor, respeitados os direitos trabalhistas fundamentais.

Deve-se continuar a estimular a modernização do modelo de relações de trabalho, com:

- foco na sedimentação e no fortalecimento da negociação coletiva como instrumento adequado ao ajuste das condições de trabalho; e
- redução dos custos da contratação para eliminar a informalidade, gerar empregos e elevar o salário direto.

Também é necessário preservar os avanços realizados, não retrocedendo em pontos de melhorias alcançados pelas novas regras.

PLP 28/2015 do deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS), que "Altera a Lei Complementar nº 103/2000, a fim de dispor que convenção e acordo coletivos de trabalho devem observar o piso salarial nela instituído".

Foco: prevalência do piso salarial regional sobre o acordado em negociação coletiva.

### O QUE É

O projeto dispõe que o piso salarial regional prevalecerá sobre a negociação coletiva quando superior ao firmado em convenções ou acordo coletivo de trabalho.



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

O projeto revela-se inconstitucional ao indiretamente afastar o livre direito de negociação do piso salarial de uma categoria profissional, pois estabelece que, quando o piso salarial fixado em lei for superior ao estabelecido em negociação coletiva, prevalecerá o maior.

Esse comando restringe a prerrogativa de empregados e empregadores negociarem suas relações conforme seus respectivos interesses e em consonância com as conjunturas econômicas. A negociação coletiva é a melhor forma de solução para a modernização das relações de trabalho e está respaldada pela Constituição, que reconhece as disposições contidas em convenções e acordos coletivos como autênticas fontes formais de direito do trabalho, vinculando os seus subscritores com peso de lei.

Dessa forma, o projeto está na contramão do que foi aprovado na Reforma Trabalhista, que valoriza a negociação coletiva, como melhor caminho para atender às necessidades dos trabalhadores e das empresas.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD – CTASP (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Benjamin Maranhão – SD/PB, pela rejeição do projeto, e do VTS pela aprovação do projeto, da deputada Érika Kokay - PT/DF), CCJC e Plenário. SF.

**PL 7946/2017** do deputado Roberto de Lucena (PV/SP), que "Acrescenta artigo à Lei n° 4.503, de 30 de novembro de 1964, para determinar a cassação da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) de empresas que façam uso direto ou indireto de trabalho escravo".

Foco: cassação do CNPJ de empresas que fazem uso direto ou indireto do trabalho análogo ao escravo.

### O QUE É

Dispõe que as empresas que fizerem uso direto ou indireto de trabalho escravo ou análogo ao de escravo terão sua inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) cancelada, e seus dirigentes ficarão impedidos de atuarem no mesmo ramo de atividade por dez anos, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação.

Para as empresas que adquirirem, com conhecimento do fato, produtos oriundos da exploração, direta ou indireta, do trabalho escravo ou análogo ao de escravo, serão aplicadas as mesmas penalidades.



### NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE COM RESSALVA

O cancelamento do CNPJ sem trânsito em julgado, sem quaisquer garantias de prévia defesa ou oitiva da empresa, ofende os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório.

As etapas de industrialização dos produtos são, de modo geral, dissociadas da sua comercialização. É impossível que a empresa que comercializa tenha o conhecimento de todas as ações praticadas em quaisquer das etapas de industrialização.

Assim, há violação também do postulado constitucional da intranscendência da pena, que proíbe que os efeitos da pena passem a pessoa diversa do infrator, ao permitir grave punição (cassação do CNPJ) à pessoa jurídica, que, mesmo sem qualquer ciência do crime (elemento subjetivo da responsabilização), adquiriu produtos ou insumos do suposto criminoso.

Ainda, o projeto não define com clareza, objetividade e segurança o que sejam "condições degradantes de trabalho". Com isso, não permite o mínimo de previsibilidade àqueles que queiram atuar em conformidade com a lei.

O texto aprovado na Comissão de Trabalho avançou em relação ao texto original, dado que garantiu o trânsito em julgado de sentença condenatória em última instância, garantido o princípio do contraditório e da ampla defesa. Porém, ainda, restam ressalvas quanto à condenação de toda cadeia produtiva e a subjetividade do termo "condição degradante de trabalho".

### ONDE ESTÁ? COM QUEM?

CD - CTASP (aprovado o projeto), CDEICS (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Aureo - SD/RJ, favorável ao projeto com emendas) e CCJC. SF.



## Custo de Financiamento



# A redução do custo do financiamento no Brasil depende do desenvolvimento do sistema de financiamento de longo prazo, da desoneração tributária das operações financeiras e da redução do déficit público

O custo elevado do financiamento no Brasil é um dos fatores que limitam o crescimento da economia e aumentam a desvantagem competitiva das empresas nacionais.

As empresas menos capitalizadas e de pequeno porte são as mais prejudicadas, pois sofrem com a dificuldade de acesso a crédito em função da burocracia e do excesso de exigências de garantia, o que limita suas possibilidades de expansão e de captação de capital de giro.

O estímulo à concorrência bancária e à desoneração dos tributos incidentes sobre o crédito são caminhos promissores para o aumento da eficiência no sistema financeiro e para a redução do custo do capital no Brasil.

É essencial, também, o desenvolvimento de um mercado de capitais eficiente, que possibilite o acesso a fontes não bancárias de financiamento e facilite o equilíbrio financeiro das empresas. A legislação atual impõe ao mercado de capitais normas mais rigorosas do que as que são aplicadas aos créditos bancários, e o resultado é um mercado incipiente quando comparado a outros países.

A redução das necessidades de financiamento ao setor público, com a diminuição do déficit público, é também condição necessária. Além de contribuir para um ambiente macroeconômico mais favorável à redução de juros, possibilitar-se-á que a parcela maior dos recursos financeiros seja direcionada ao financiamento do setor privado.

É também necessária a redução da assimetria de informação. A falta de informação sobre o mutuário dificulta a distinção entre adimplentes e inadimplentes, resultando em um aumento do *spread* em todas as operações de crédito bancário.

A redução do custo do financiamento requer:

- expansão do mercado de capitais e do acesso das empresas a formas alternativas de financiamento não bancário;
- redução da cunha fiscal do spread bancário que onera a intermediação financeira;
- melhoria da gestão fiscal de modo a permitir que fatias maiores da poupança nacional sejam direcionadas ao financiamento do setor privado;
- estímulo à concorrência bancária; e
- desenvolvimento de novos mecanismos de garantia ao crédito para micro, pequenas e médias empresas.

### Custo de Financiamento

**PLP 441/2017** (PLS-C 212/2017 do senador Dalirio Beber – PSDB/SC), que "Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, e a Lei nº 12.414, de 9 de junho de 2011, para dispor sobre os cadastros positivos de crédito e regular a responsabilidade civil dos operadores".

Foco: inclusão automática no cadastro positivo e restrição de responsabilidade objetiva e solidária por danos ao cadastrado.

### O QUE É

O texto aprovado no Senado Federal altera as normas de formação e consulta a bancos de dados positivos para: determinar que a inclusão no cadastro independerá de consentimento do cadastrado; excluir a responsabilidade objetiva e solidária do banco de dados, da fonte e do consulente por danos ao cadastrado; e estabelecer que, além das instituições financeiras, também poderão fornecer informações do cadastrado os administradores de consórcio e instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Estabelece também que não configurará violação de sigilo pelas instituições financeiras o fornecimento de dados financeiros e de pagamentos relativos às operações de crédito e obrigações de pagamento adimplidas ou em andamento de pessoas físicas ou jurídicas, a gestores de bancos de dados, para formação de histórico de crédito.

#### Gestão do cadastro positivo

O gestor do banco de dados fica autorizado a:

- a. abrir cadastro em banco de dados com informações de adimplemento de pessoas naturais e jurídicas;
- b. compartilhar as informações cadastrais e de adimplemento armazenadas com outros bancos de dados; e
- c. disponibilizar a consulentes: a nota ou a pontuação de crédito elaboradas com base nas informações de adimplemento armazenadas; e o histórico de crédito, mediante prévia autorização específica do cadastrado.

O cadastrado deverá ser comunicado em até 30 dias, por escrito, por meio físico ou eletrônico, da abertura do seu cadastro em banco de dados e da possibilidade de compartilhamento de suas informações com outros bancos de dados.

Os gestores dos bancos de dados ficam obrigados a fornecer ao cadastrado a cópia de texto contendo sumário dos seus direitos, definidos em lei ou em normas infra legais

pertinentes à sua relação com gestores, bem como a lista dos órgãos governamentais aos quais poderá ele recorrer, caso considere que esses direitos foram infringidos.

Permite o compartilhamento de informação de adimplemento entre gestores, independentemente de autorização do cadastrado. O gestor que receber informações por meio de compartilhamento equipara-se, para todos os efeitos, ao gestor que anotou originariamente a informação, inclusive quanto à responsabilidade por eventuais prejuízos que der causa e ao dever de receber e processar impugnação ou cancelamento e realizar retificações.

O gestor originário é responsável por manter atualizadas as informações cadastrais nos demais bancos de dados com os quais compartilhou informações, sem quaisquer ônus para o cadastrado.

As instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil fornecerão as informações relativas a suas operações de crédito, de arrendamento mercantil, de autofinanciamento realizadas por meio de grupos de consórcio e de outras operações com características de concessão de crédito somente aos gestores registrados no Banco Central do Brasil.

#### Direitos do cadastrado

São direitos do cadastrado:

- a. obter o cancelamento ou a reabertura do cadastro, quando solicitado;
- acessar gratuitamente as informações sobre ele existentes no banco de dados, inclusive os seus históricos e a nota ou pontuação de crédito, cabendo ao gestor manter sistemas seguros, por telefone ou por meio eletrônico, de consulta às informações pelo cadastrado;
- c. solicitar a impugnação de qualquer informação sobre ele erroneamente anotada em banco de dados e ter, em até dez dias, sua correção ou seu cancelamento e comunicação aos bancos de dados com os quais a informação foi compartilhada; e
- d. ser informado previamente sobre o armazenamento, a identidade do gestor e o objetivo do tratamento dos dados pessoais.

#### Obrigações das fontes

Configuram obrigações das fontes de informações atualizar e corrigir informações enviadas aos gestores, em prazo não superior a dez dias.

É vedado às fontes estabelecer políticas ou realizar operações que impeçam, limitem ou dificultem a transmissão a banco de dados de informações de cadastrados.

#### Responsabilidade por danos ao cadastrado

Revoga o dispositivo que determina que o banco de dados, a fonte e o consulente são responsáveis, objetiva e solidariamente, pelos danos materiais e morais que causarem ao cadastrado.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

A inadimplência responde por parte considerável do custo de financiamento. A ausência de cadastros positivos fidedignos dificulta a redução do custo dos financiamentos nos casos de tomadores de empréstimo com longo histórico de adimplência.

Foi nesse contexto que a Lei nº 12.414, de 2011, instituiu o cadastro positivo, com o objetivo de favorecer hábitos de adimplência e estimular a análise de risco na concessão de empréstimos. Ocorre que, da forma como se encontra a legislação, ainda são necessários alguns aperfeiçoamentos para conferir maior efetividade aos cadastros positivos, tais como a inclusão automática de cadastrados independentemente de autorização específica e a exclusão da responsabilidade objetiva do consulente por danos ao cadastrado.

O projeto, ao retirar a necessidade de o cidadão autorizar a inclusão dos seus dados de adimplência no cadastro positivo, o que, nos termos da legislação atual, exige sua concordância prévia, e tratar do compartilhamento de informações de adimplemento (positivas) como regra, somente não ocorrendo quando o interessado expressamente assim requerer, dá fôlego ao cadastro que, atualmente, necessita de medidas de incentivo à sua utilização e disseminação.

Com a aprovação da matéria, a lógica da divulgação de informações positivas sobre os consumidores seria invertida, somente sendo vedada quando o indivíduo assim se manifestasse expressamente.

Por sua vez, a responsabilidade objetiva, que independe de culpa, somente pode ser estendida ao banco de dados e à fonte das informações e jamais ao consulente, que somente faz uso do cadastro para definir se concede ou não o crédito, sem ingerência sobre os dados dos cadastrados.

A presente proposta corrige a distorção apontada ao prever que a responsabilidade objetiva e solidária pelos danos materiais e morais causados ao cadastrado por inobservância das disposições legais se restringe ao banco de dados e à fonte.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF (aprovado o projeto com substitutivo). CD - CESP (aguarda constituição) e Plenário.

**PL 4085/2015** do deputado Jorge Côrte Real (PTB/PE), que "Altera a Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, com o objetivo de ampliar o escopo das debêntures incentivadas, com o fim da assimetria de tratamento entre as debêntures emitidas pelas empresas do segmento de infraestrutura e as demais corporações do setor industrial".

Foco: debêntures incentivadas para projetos de investimento industrial.

### O QUE É

O projeto determina que os incentivos fiscais para aquisição de debêntures não sejam restritos aos investimentos em infraestrutura, que eles se apliquem a todos os projetos de investimento industrial.

Revoga dispositivo que determinava limite temporal (até 2030) para concessão de incentivos fiscais citados acima.

Determina a redução a zero da alíquota de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre os rendimentos auferidos provenientes de emissão de debêntures por pessoas jurídicas.

O substitutivo aprovado na CDEICS determina ainda que, além dos projetos de investimento industrial e de infraestrutura, os fornecedores de materiais, produtos ou insumos destinados a projetos de investimento, ampliação ou modernização relacionados à infraestrutura e indústria também possam emitir debêntures incentivadas.

Atualmente, existem incentivos fiscais para investidores que adquiram debêntures, desde que os recursos captados por meio desses títulos ou valores mobiliários sejam alocados integralmente em projetos de investimento em infraestrutura.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

O projeto amplia a finalidade das debêntures incentivadas, estendendo para as demais corporações do setor industrial o tratamento dispensado atualmente apenas às debêntures emitidas pelas empresas do segmento de infraestrutura, oferecendo nova opção de financiamento.

### Custo de Financiamento

A literatura em finanças corporativas recomenda que as companhias busquem, na montagem de sua estrutura de capital, um equilíbrio eficiente entre recursos próprios, financiamento bancário e recursos de terceiros (ações e títulos de dívida). Nesse sentido, um mercado de títulos privados eficiente oferece novas formas de financiamento para o empresário, permitindo a opção pela mais adequada às suas necessidades.

Diante desse cenário, a Lei nº 12.431 introduziu incentivos fiscais (debêntures incentivadas) para investidores que adquiram títulos corporativos, porém limitando-os aos projetos de investimento em infraestrutura, inclusive os voltados à pesquisa. Essa mesma lei também eliminou entraves legais e tributários que afetavam o mercado secundário de debêntures, tais como o problema da bitributação dos rendimentos periódicos.

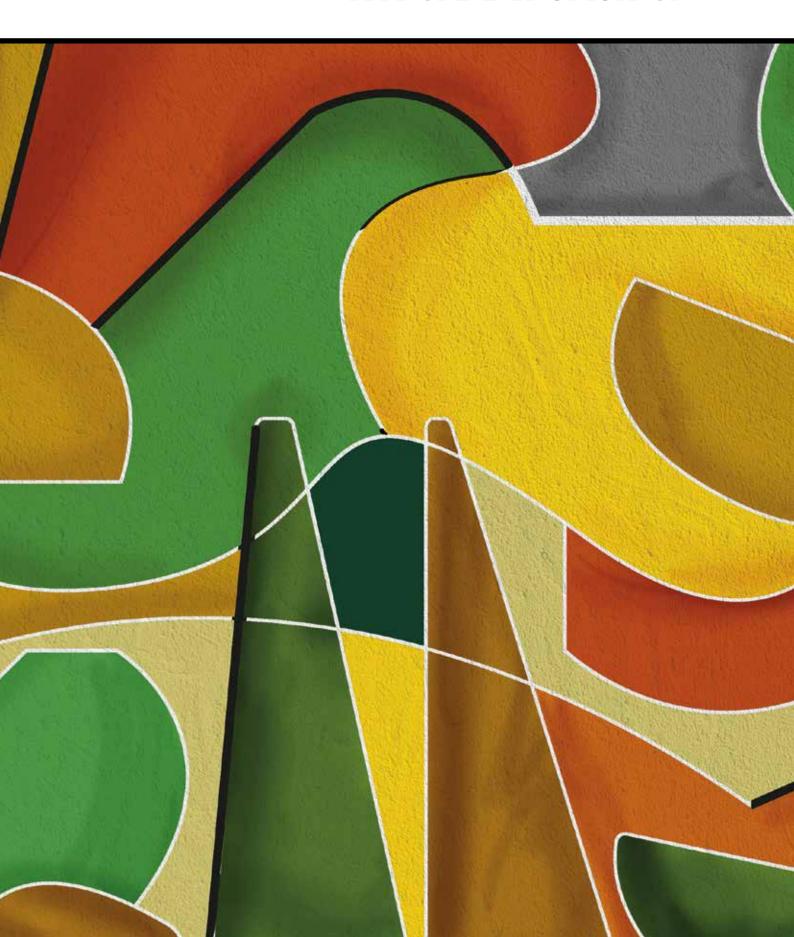
As debêntures incentivadas foram recebidas de forma muito positiva pelo mercado, por apresentarem prazos de emissões mais longos – de até 17 anos – e características mais adequadas ao financiamento de projetos de investimento. Assim, é positivo que essa medida não se limite a projetos de investimento em infraestrutura e possa ser acessado por qualquer empresa industrial, propiciando ganhos de competitividade e produtividade para o setor produtivo nacional.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**CD** – CDEICS (aprovado o projeto com substitutivo), **CFT (aguarda parecer do relator, deputado Fernando Monteiro - PP/PE)** e CCJC. SF.



# Infraestrutura



# Marcos regulatórios modernos e agências reguladoras independentes são importantes instrumentos para atrair investimentos e garantir a competitividade do país

O Brasil possui elevado déficit no setor de infraestrutura. A baixa qualidade desses serviços aumenta os custos de produção e representa uma desvantagem competitiva do país em relação a seus concorrentes no mercado internacional.

Apesar dos avanços com o Programa de Parceria de Investimentos (PPI), persistem sérios problemas na oferta dos serviços de áreas estratégicas, como saneamento básico, gás natural, energia elétrica, navegação de cabotagem, hidrovias, ferrovias, rodovias, portos e aeroportos. Essa situação compromete o esforço de adequação do setor produtivo aos padrões internacionais.

Assim, a **Agenda de Infraestrutura** deve promover soluções, notadamente, nas áreas de:

- **Agências reguladoras** a atração de capitais privados requer a combinação de segurança jurídica com marcos regulatórios bem definidos. Sem regras claras e confiança, o investimento privado não se materializa.
- Transportes estradas de má qualidade e falta de ferrovias e de áreas de armazenagem afetam a indústria e a sua capacidade de se integrar às cadeias globais de produção. A ampliação dos programas de concessão e das parcerias público-privadas (PPPs) é alternativa para o aumento e a conservação da infraestrutura de logística. A modernização da navegação de cabotagem e o aproveitamento de hidrovias permitem maior eficiência logística e redução de custos.
- **Portos** a maioria dos portos públicos convive com baixo grau de eficiência administrativa. A transferência dessas administrações para a iniciativa privada é a parte da lei que ainda não foi executada. As entidades administradoras de natureza pública encontram-se incapacitadas de realizar as transformações fundamentais para garantir a modernização dos portos em padrões internacionais.
- Energia é necessário assegurar o desenvolvimento do setor de energia de forma a
  garantir tanto a segurança energética quanto a modicidade tarifária. O elevado preço
  final da energia elétrica ao consumidor industrial retira a capacidade de crescimento da
  indústria. Nesse sentido, deve-se buscar ajustes no atual modelo do setor para que, no
  futuro, a energia elétrica volte a ser uma vantagem competitiva da economia brasileira.
- **Petróleo e gás natural** os mecanismos de estabelecimento de preços e o modelo de exploração para o gás natural precisam ser otimizados, de modo a ampliar a competitividade no setor.

**PLC 8/2013** (PL 1023/2011 do deputado Esperidião Amin (PP/SC), que "Altera a Lei nº 9.277, de 10 de maio de 1996, para dispor sobre a cobrança de pedágio".

Foco: isenção de pedágio para pessoas físicas.

### ○ O QUE É

Concede isenção de pagamento de pedágio aos que possuam residência permanente ou exerçam atividades profissionais permanentes no município em que se localiza praça de cobrança de pedágio.

**Condições para a isenção** – a) possuir residência ou exercer atividade profissional no município onde se localiza o pedágio; b) ter seu veículo credenciado pelo poder concedente e pelo concessionário, periodicamente; e c) manifestação do poder concedente em caso de pedido de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, por parte do concessionário.

**Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro** – o concessionário poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, por meio da revisão da tarifa de pedágio, se assim julgar necessário.

**Reequilíbrio econômico-financeiro** – o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos ocorrerá a partir do ano subsequente à aprovação da lei, com percentual de reajuste equivalente ao percentual de isenções em relação ao volume total de tráfego, podendo ser revisto anualmente.

**Aplicação** – aplica-se às rodovias federais e àquelas, tendo sido delegadas pela União ao Distrito Federal, aos Estados ou aos Municípios, sejam exploradas pela iniciativa privada, mediante concessão.



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

A iniciativa carece de fundamento técnico-jurídico, uma vez que é sabido que as tarifas de pedágio não incidem sobre pessoas e, sim, sobre as diversas categorias de veículos e espécies de semoventes.

Aceitar a premissa de que é possível isentar pessoas do pagamento de tarifa de pedágio é colocar o modelo regulatório rodoviário em colapso. Se isto acontecer, segundo estudo produzido em julho de 2016 pela consultoria Tectran, uma média de 20% do tráfego total de cada praça deixaria de pagar a tarifa de pedágio à respectiva concessionária.

A aprovação da proposta, portanto, caracterizaria violação unilateral dos contratos de concessão e afetaria diretamente o equilíbrio econômico-financeiro desses.

Não há tarifa possível para contemplar a isenção de pedágio para moradores e trabalhadores dos municípios onde existem praças de pedágio. O aumento produzido pelo reequilíbrio dos contratos afetados seria de tal ordem que inviabilizaria todas as concessões de rodovias.

Ainda, tem-se que estaríamos diante de flagrante violação à isonomia entre os usuários da rodovia, discriminando cidadãos por sua origem, o que é absolutamente vedado por nossa Constituição. Caso a ideia seja posta em prática, a isenção dada aos munícipes será repassada à tarifa e assumida pelos demais usuários das rodovias.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD (aprovado o projeto com emendas). **SF -** CCJ (aprovado o projeto), **CI (aguarda parecer do relator, senador Flexa Ribeiro - PSDB/PA)** e Plenário.

**PLC 79/2016** (PL 3453/2015 do deputado Daniel Vilela – MDB/GO), que "Altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, para permitir a adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações de concessão para autorização, e 9.998, de 17 de agosto de 2000; e dá outras providências".

Foco: permissão de alteração do licenciamento de telefonia fixa de concessão para autorização.

#### Ϋ́ O QUE É

Altera a lei geral de telecomunicações para permitir a adaptação da modalidade de licenciamento de serviço de telecomunicações de concessão para autorização.

**Condicionantes** – a faculdade de alteração na modalidade de licenciamento fica sujeita à constatação de competição efetiva e à comprovação do cumprimento das metas de universalização na prestação das diversas modalidades do serviço telefônico fixo.

**Contrato** – a substituição de modalidade de delegação de prestação descentralizada ensejará a assinatura de termo de autorização do serviço telefônico fixo comutado ou de aditivo aos existentes.

**Valores econômicos** – o valor econômico associado à substituição de modalidade de delegação de prestação descentralizada será determinado pelo Poder Concedente, com indicação da metodologia e dos critérios de valoração.

**Bens reversíveis** – para efeito do cálculo do valor econômico, serão considerados, na proporção de seu uso, os bens reversíveis, se houver, e os ativos essenciais efetivamente utilizados para a prestação do serviço telefônico fixo comutado.

**Regulamentação** – a agência publicará regulamento específico para substituição de modalidade de delegação de prestação descentralizada.

**Vedação da prestação do mesmo serviço nos regimes públicos e privados** – retira a proibição de que a mesma pessoa jurídica possa explorar, de forma direta ou indireta, uma mesma modalidade de serviço nos regimes público e privado.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

É necessária a revisão do modelo de telecomunicações a fim de direcionar recursos para viabilizar investimentos de infraestrutura relacionada à prestação dos serviços, como conexão à internet banda larga, internet móvel ou telefonia móvel, independente do regime de prestação do serviço.

Nesse sentido, o projeto define que a Agência Nacional de Telecomunicações poderá autorizar, mediante solicitação da concessionária, a adaptação do instrumento de concessão para autorização, condicionada à observância de alguns requisitos, dentre eles a manutenção da prestação do serviço adaptado e compromisso de cessão de capacidade que possibilite essa manutenção, nas áreas sem competição adequada, nos termos da regulamentação da agência.

A adaptação do instrumento de concessão para autorização condiciona o Requerente a estabelecer compromissos de investimentos, com apresentação de garantia que assegure o fiel cumprimento das obrigações.

Portanto, observa-se que o projeto pode acelerar o processo de massificação de banda larga, contribuindo para o desenvolvimento da Indústria 4.0.

### ONDE ESTÁ? COM QUEM?

CD (aprovado o projeto com substitutivo). **SF – Aguardando novo despacho inicial, devido liminar proferida pelo Ministro Luís Roberto Barroso, do STF.** 

Obs.: Em 06/12/2016, no SF, foi aprovado o projeto com emendas.

**PLC 121/2017** (PL 528/2015 do deputado Assis do Couto - PT/PR), que "Cria a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas".

Foco: criação da Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.

### O QUE É

Cria a Política de Preços Mínimos do Transporte Rodoviário de Cargas.

**Preços mínimos** – os preços mínimos serão fixados levando-se em conta, prioritariamente, a oscilação e a importância do valor do óleo diesel e dos pedágios na composição dos custos do frete.

**Regulamentação do preço mínimo** – o Ministério dos Transportes regulamentará, com base em proposta formulada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), os valores mínimos referentes ao quilômetro rodado na realização de fretes, por eixo carregado. A publicação deve ocorrer até o dia 20 dos meses de janeiro e julho de cada ano e terá validade para o semestre em que forem editados.

**Adoção dos preços** – os preços definidos pelo Ministério dos Transportes têm natureza vinculativa e a sua não observância sujeita o infrator às penalidades, a serem definidas em regulamento.

**Participação dos sindicatos** – determina que o processo de definição dos preços mínimos deve contar com a participação dos sindicatos de empresas de transportes e de transportadores autônomos de cargas, bem como com representantes das cooperativas de transporte de cargas.

**Valores mínimos** – até que seja editada norma do Ministério dos Transportes, definem-se os seguintes valores mínimos, por quilômetro rodado para cada eixo carregado, com aplicação imediata em âmbito nacional: a) carga geral, carga a granel e carga neogranel: R\$0,70; e b) carga frigorificada e carga perigosa: R\$0,90.

**Adicional para distâncias curtas** – nos fretes realizados em distâncias inferiores a 800 quilômetros, os valores mencionados ficam acrescidos de, no mínimo, 15%.

**Cooperativas** – do total de recursos financeiros aplicados pelo Governo Federal no pagamento de transporte rodoviário de cargas, no mínimo 40% deverão ser utilizados na contratação de fretes realizados por cooperativas de transporte rodoviário de cargas.



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

O contrato de transporte é eminentemente comercial, logo os valores do frete estão circunscritos a relações privadas definidas pelas forças de mercado. Ao retirar a possibilidade de livre negociação entre as partes, o disposto no projeto viola os princípios da ordem econômica e da livre iniciativa.

Ademais, a proposição, além de ser inconstitucional, também tem repercussão negativa sobre toda economia brasileira devido ao aumento dos custos de transporte, que estão na base de todas as cadeias produtivas, com reflexo direto sobre inflação. Adicionalmente, acarreta perda de competitividade das exportações, com impacto no saldo da balança de pagamentos.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD (aprovado o projeto com emendas). **SF - CAE (aguarda parecer do relator, senador Romero Jucá - MDB/RR)**, CDR, CI e Plenário.

PLS 401/2013 do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), que "Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental".

Foco: obrigação do edital de licitação conter como anexo a licença ambiental exigida para a instalação do empreendimento.

### O QUE É

Altera a Lei de Licitações para determinar que deverá integrar o edital de licitação, como anexo, a licença exigida pela legislação aplicável para sua instalação, no caso de empreendimento para o qual seja obrigatório o licenciamento ambiental.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

A proposta contribui para conferir aos processos licitatórios mais eficiência e rapidez na execução de seus objetos e evitar paralisações de contratos em seu transcurso. Vale ressaltar que tal medida converge com entendimento do TCU de que a licença ambiental deve preceder o início do processo licitatório para conferir segurança à sociedade e ao empreendedor em relação à sua viabilidade.

A alteração proposta retira o ônus de o agente privado provar a viabilidade de um projeto já contratado e de enfrentar as barreiras burocráticas e institucionais que caracterizam as etapas de licenciamento prévio e de instalação. Com isso, se evitaria a penalização de empresas pelo não cumprimento de prazos pelos órgãos públicos e os custos financeiros e operacionais decorrentes destes atrasos.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF – CMA (aprovado o projeto), CCJ (aguarda parecer do relator, Sen. Antonio Anastasia – PSDB/MG). CD.

PLS 352/2016 do senador Dalírio Beber (PSDB/SC), que "Altera a Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, que cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações e dá outras providências; a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações; e a Lei nº 10.052, de 28 de novembro de 2000, que institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - Funttel, e dá outras providências, para determinar a redução das alíquotas do Fistel, do Fust e do Funttel, no exercício fiscal subsequente, em caso de não aplicação dos recursos dos fundos no setor de telecomunicações".

Foco: redução das taxas e alíquotas do Fistel, Fust e Funttel.

#### Ϋ́ Ο QUE É

Altera a legislação dos fundos setoriais de telecomunicações (Fust, Funttel e Fistel) para determinar a redução de alíquotas, no exercício fiscal subsequente, em caso de não aplicação dos recursos no setor de telecomunicações. Em todos os casos, a redução será feita na mesma proporção da relação entre o volume de recursos não aplicados no setor de telecomunicações e o total arrecadado.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

Os três Fundos (FUST, FISTEL e FUNTTEL), criados para promover a expansão e o desenvolvimento do setor de telecomunicações, perderam, ao longo dos anos, a sua relevância devido ao contingenciamento e aplicação de recursos em finalidades diferentes aos objetivos definidos em lei.

A não aplicação dos fundos setoriais prejudica diretamente o consumidor, pois, além de pagar as taxas referentes aos serviços incidentes diretamente na conta de telefone, não tem recebido de volta os benefícios que deveriam vir da aplicação dos recursos em programas para expandir os serviços e facilitar o acesso, principalmente de camadas de renda mais baixas da população.



O desenvolvimento das novas tecnologias, com o avanço da Internet das Coisas (*Internet of Things- IoT*) e do conceito de Cidade Inteligente, também se insere nessa discussão. É preciso evitar que a alta carga tributária que incide no setor de telecomunicações dificulte a expansão do ambiente *IoT* no Brasil.

De acordo com levantamento da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil), a arrecadação dos fundos setoriais de telecomunicações em 2016 foi de R\$5,7 bilhões. Esses valores, somados a outros impostos, que pesam consideravelmente sobre o bolso do consumidor, chegam a uma cifra anual próxima de R\$60 bilhões. Essa carga tributária, além de penalizar o cidadão brasileiro, está minando a capacidade de investimento das prestadoras.

Os consumidores dos serviços de telecomunicações estão sendo penalizados, obrigados a pagar cada vez mais taxas que não trazem benefícios diretos a eles. Em vez de ver seu dinheiro retornando em expansão dos serviços, mais acesso e contas mais baratas, o consumidor está deixando de falar, de usar a internet e de se comunicar porque tem que pagar valores injustificáveis de impostos, contribuições e taxas.

A redução do recolhimento do Fust, do Fistel e do Funtell na proporção do uso de sua arrecadação tem o potencial de reduzir o custo dos serviços de telefonia e também de fomentar o uso desses recursos em massificação, fiscalização e desenvolvimento tecnológico em telecomunicações.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF – CAE (aguarda parecer do relator, Sen. José Agripino - DEM/RN) e Cl. CD.

**PL 6407/2013** do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PV/SP), que "Dispõe sobre medidas para fomentar a Indústria de Gás Natural e altera a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009".

Foco: nova Lei do Gás.

Obs: apensado a este o PL 6102/2016.

### O QUE É

O texto apresentado pelo relator, deputado Marcus Vicente PP/ES, à Comissão de Minas e Energia, dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, escoamento, tratamento, processamento, estocagem subterrânea, acondicionamento, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural e revoga a Lei nº 11.909/2009 (Lei do Gás).

A exploração das atividades decorrentes das autorizações de que trata a Lei correrá por conta e risco do empreendedor, não se constituindo, em qualquer hipótese, prestação de serviço público.

**Transporte de gás natural** – a atividade de transporte de gás natural será exercida em regime de autorização, abrangendo a construção, a ampliação, a operação e a manutenção das instalações.

A empresa ou o consórcio de empresas autorizado para o exercício da atividade de transporte somente poderá explorar as seguintes atividades: a) construção, ampliação, operação e manutenção de gasodutos de transporte; b) qualquer modalidade de transporte de petróleo, seus derivados, e gás natural, seja para suprimento interno ou para importação e exportação; c) acondicionamento ou estocagem subterrânea de gás natural; d) transporte de biocombustíveis; e) construção, ampliação e operação de terminais, inclusive terminais de GNL; f) construção, manutenção e operação de unidade de processamento ou tratamento de gás natural; e g) outras permitidas pela regulação da ANP.

**Obrigações do transportador** – o transportador deve construir, ampliar, operar e manter os gasodutos de transporte com independência e autonomia em relação aos agentes que exercem atividades concorrenciais da indústria de gás natural.

É vedada relação societária direta ou indireta de controle ou de coligação entre transportadores e empresas ou consórcio de empresas que atuem ou exerçam funções nas atividades de exploração, desenvolvimento, produção, importação, carregamento e comercialização de gás natural.

A empresa ou o consórcio de empresas que tenha obtido autorização para o exercício da atividade de transporte e não atenda aos requisitos e critérios de independência terá que submeter-se à certificação de independência expedida pela ANP.

O transportador deverá permitir a interconexão de outras instalações de transporte de gás natural, nos termos da regulação estabelecida pela ANP, respeitados os direitos dos carregadores existentes.

**Gasodutos de transporte** – serão considerados gasodutos de transporte aqueles que atendam a, pelo menos, um dos seguintes critérios: a) gasodutos com origem ou destino nas áreas de fronteira do território nacional, destinados à movimentação de gás para importação ou exportação; b) gasodutos interestaduais destinados à movimentação de gás natural; c) gasodutos com origem ou destino em terminais de GNL e ligados a outro gasoduto de transporte de gás natural; d) gasodutos com origem em instalações de tratamento ou processamento de gás natural e ligados a outro gasoduto de transporte de gás natural; e) gasodutos que venham a interligar um gasoduto de transporte ou instalação de estocagem subterrânea a outro gasoduto

de transporte; e f) gasodutos destinados à movimentação de gás natural, cujas características técnicas de diâmetro, pressão e extensão superem limites estabelecidos em regulação da ANP, ressalvados os serviços de distribuição a cargo dos estados.

#### Autorização para atividade de transporte de gás natural

A ANP, após realização de consulta pública, estipulará a receita máxima permitida de transporte, bem como os critérios de reajuste e revisão periódicos, nos termos da regulação, não sendo essa receita, em nenhuma hipótese, garantida pela União.

O processo de autorização para construção de gasoduto de transporte deverá prever, nos casos estabelecidos em regulamentação, período de contestação no qual outros transportadores poderão manifestar interesse na implantação de gasoduto com mesma finalidade.

Fica assegurado o direito de preferência ao transportador cuja instalação estiver sendo ampliada, nas mesmas condições da proposta vencedora.

As tarifas de transporte de gás natural serão propostas pelo transportador e aprovadas pela ANP, após realização de consulta pública, segundo os critérios por ela previamente estabelecidos. A ANP estabelecerá os critérios para revisão periódica e extraordinária das tarifas de transporte.

#### Sistemas de Transporte de Gás Natural

Os transportadores que operem em determinada área de mercado de capacidade deverão constituir gestor de área de mercado, nos termos da regulação da ANP. Nas hipóteses em que haja apenas um transportador na área de mercado, esse deverá atuar também como gestor da área de mercado.

Os serviços de transporte nas áreas de mercado de capacidade serão oferecidos no regime de contratação de capacidade por entrada e saída, em que a entrada e a saída podem ser contratada independentemente uma da outra.

Os carregadores deverão constituir conselho de usuários para monitoramento do desempenho, da eficiência operacional e de investimentos dos transportadores.

#### Acesso de terceiros aos gasodutos e da cessão de capacidade

A ANP deverá regular e fiscalizar o acesso de terceiros aos gasodutos de transporte, disciplinando a cessão de capacidade mediante a fixação de condições e critérios para sua liberação e contratação.

### Gasodutos de escoamento da produção e das unidades de processamento, tratamento, liquefação e regaseificação de gás natural

A regulação deverá estabelecer as normas sobre a habilitação dos interessados e as condições para a outorga da autorização, prevendo as condições para a transferência de sua titularidade, respeitados os requisitos de proteção ambiental e segurança das instalações.

O acesso não discriminatório de terceiros aos gasodutos de escoamento da produção, às instalações de tratamento ou processamento de gás natural, assim como aos terminais de GNL ocorrerá por meio de negociação entre as partes.

O agente interessado em atuar como entidade administradora do mercado de gás natural deverá celebrar acordo de cooperação técnica com a ANP, no qual serão estabelecidas minimamente as obrigações.

**Manutenção dos contratos vigentes** – fica assegurada a manutenção dos regimes de consumo de gás natural em unidades de produção de fertilizantes e instalações de refinação de petróleo nacional ou importado existentes em 5 de março de 2009. Fica assegurada a manutenção de regimes e modalidades de exploração dos gasodutos que, em 5 de março de 2009, realizassem o suprimento de gás natural em instalações de refinação de petróleo nacional ou importado e unidades de produção de fertilizantes.

As novas modalidades de serviço de transporte não prejudicarão os direitos dos transportadores decorrentes dos contratos vigentes na data da publicação desta lei. Os contratos de serviço de transporte vigentes na data de publicação serão adequados, no prazo de até cinco anos, contados da publicação, ou de até três anos, contados da edição de mencionada norma, o que expirar por último, de modo a refletir os novos regimes de contratação de capacidade, preservando a receita auferida pelos transportadores.

A ANP poderá considerar, no processo de definição ou revisão das tarifas de transporte, a compensação por eventuais prejuízos às partes, desde que devidamente comprovados.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

A CNI apoiou e participou, de forma ativa, das discussões de modernização da Lei do Gás, no âmbito da iniciativa Gás para Crescer do Ministério de Minas e Energia. Foi um trabalho árduo de vários meses que formatou e qualificou demandas de diversos setores em torno de uma agenda de mudanças capaz de: estimular a entrada de novos fornecedores de gás natural; tornar o setor de transporte mais transparente, independente e alinhado com as melhores práticas internacionais de gestão; promover a competitividade na comercialização de gás natural, especialmente para o consumidor industrial; regulamentar, em nível federal, atividade de comercialização de gás, deixando claro que a atividade de comercialização da molécula não se confunde com o serviço de distribuição de gás natural canalizado.

#### Infraestrutura

O último parecer apresentado pelo relator, na CME, está alinhado com essa agenda. Temos a certeza de que as mudanças propostas pelo texto contribuirão para a maior competitividade da economia brasileira.

O texto apresenta avanços significativos:

- A adoção de práticas legais que garantam maior transparência e a independência de interesses entre transportadores e carregadores é fundamental para o acesso de novos fornecedores de gás natural (produtores e importadores) ao mercado.
- A mudança do regime de concessão para autorização para o setor de transporte tem o potencial de desburocratizar e acelerar sua expansão. A proposta da expansão da malha de transporte diretamente por quem opera o sistema também trará maior racionalidade ao investimento.
- A criação da figura do "Gestor da área de mercado" tem potencial de, no médio e longo prazo, garantir as condições de acesso isonômicas e competitivas ao sistema de transporte a todos os fornecedores de gás natural.
- A imposição de medidas de transparência no processo de autorização da expansão da malha de transportes é uma das mais significativas mudanças propostas. A possibilidade de consumidores, usuários do sistema de transporte e, até mesmo, empresas concorrentes contestarem os valores de implantação de um novo gasoduto trará mais transparência, menores custos e, ao final, um gás natural mais competitivo.
- O estabelecimento de área de comercialização, com as tarifas de entrada e saída, permitirá uma utilização mais racional do sistema de transporte. O reconhecimento da realidade de como opera um sistema transporte trará mais segurança a todos os usuários da malha de transporte de gás natural.
- A clara separação entre as atividades de "serviço local de distribuição de gás natural canalizado" e a comercialização da molécula de gás natural tem o potencial de pacificar questões antigas. O estabelecimento de um mercado competitivo da "molécula de gás natural" depende especialmente dessa questão.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD - CME (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Marcus Vicente - PP/ES, favorável ao projeto com substitutivo), CDEICS, CFT e CCJC. SF.

**PL 1917/2015** do deputado Marcelo Squassoni (PRB/SP), que "Dispõe sobre a portabilidade da conta de luz, as concessões de geração de energia elétrica e a comercialização de energia elétrica, altera as Leis n. 12.783, de 11 de janeiro de 2013, 10.848, de 15 de março de 2004, 10.847, de 15 de março de 2004, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Medida Provisória n. 2.227, de 4 de setembro de 2001, e dá outras providências".

Foco: regulação das concessões de geração e distribuição de energia elétrica.

### O QUE É

#### Licitação das Concessões de Geração de Energia Hidrelétrica

Determina que as concessões de geração de energia hidrelétrica deverão ser objeto de licitação, nas modalidades leilão ou concorrência, pelo prazo de até 30 anos. A exigência também se aplica às usinas hidrelétricas cujas concessionárias não optaram pela prorrogação no regime de cotas.

A Lei não se aplica às concessões de geração hidrelétrica destinadas à autoprodução, as quais poderão ser prorrogadas, a critério do poder concedente, uma única vez, pelo prazo de até 30 anos; e às concessões e autorizações referentes a empreendimentos de potência igual ou inferior a 3 MW.

**Prorrogação** – a prorrogação das concessões de geração de energia hidrelétrica destinadas à autoprodução deverá ser feita a título oneroso, sendo o pagamento pelo uso do bem público revertido em favor da modicidade de tarifas e preços, conforme regulamento do poder concedente.

A proporção dos ambientes de contratação regulada e de contratação livre deverá refletir as necessidades de energia elétrica de todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional (SIN) e compensar o fato de que as cotas de garantia física de energia e de potência estabelecidas pela Lei nº 12.783/2013 foram alocadas somente às concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

### Contratação Descentralizada pelas Concessionárias, Permissionárias e Autorizadas de Distribuição

Com vistas a garantir o atendimento à totalidade de seu mercado, as concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica do SIN poderão realizar leilões específicos para compra de energia elétrica.

Além dos leilões descentralizados e dos leilões definidos pela Lei nº 10.848/2004, os agentes de distribuição poderão promover processo licitatório para ajustes, em percentuais a serem definidos pelo Poder Concedente, que não poderão ser superiores a 5% de suas cargas, cujo prazo máximo de suprimento será de dois anos.

A opção pela contratação do fornecimento de energia elétrica passará a observar somente os seguintes requisitos de elegibilidade por parte dos consumidores: a) 2.000 kW de montante de uso contratado, a partir de 1° de janeiro de 2016; b) 1.000 kW de montante de uso contratado, a partir de 1° de janeiro de 2017; c) 500 kW de montante de uso contratado, a partir de 1° de janeiro de 2018; e d) enquadramento como unidade consumidora do Grupo A, para qualquer montante de uso contratado, a partir de 1° de janeiro de 2020.

A partir dessa última data, os consumidores responsáveis por unidades consumidoras enquadradas no Grupo B poderão contratar seu fornecimento, no todo ou em parte, com qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do SIN que comercialize energia elétrica proveniente de empreendimento de geração enquadrado como fonte incentivada.

A partir de 1° de janeiro de 2022, os consumidores responsáveis por unidades consumidoras enquadradas no Grupo B poderão contratar seu fornecimento, no todo ou em parte, com qualquer concessionário, permissionário ou autorizado de energia elétrica do SIN.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA

A proposta traz como principal vantagem a possibilidade de escolha do fornecedor de energia. Com isso, os consumidores não mais se submeteriam a uma única política de preços estabelecida pelo órgão regulador.

A opção de compra por parte dos consumidores aumenta o nível de competição entre os agentes de geração. Isto deve favorecer a exploração de outras fontes de energia, o uso mais racional dos recursos energéticos e a redução de custos.

Entretanto, para que esse ganho em competitividade se ultime, são necessários os seguintes ajustes:

a. Revisão do atual modelo de leilões para expansão do sistema elétrico. Será necessário formatar mecanismos de compartilhamento da responsabilidade de expansão do sistema entre distribuidoras e comercializadoras. Isto é, deverão ser definidas regras para que os agentes de geração possam garantir a expansão da oferta e obter o retorno necessário dos investimentos realizados, a fim de que não ocorra o risco de desabastecimento.

- b. Implantação de mecanismos de correção para as possíveis distorções no mercado das distribuidoras, provocadas pela migração de consumidores. Apesar da previsão de normas para descontratação de energia existente por parte das distribuidoras, uma migração maciça de consumidores tende a causar distorções, com reflexos no fluxo de caixa das empresas.
- c. Previsão de instrumentos para evitar aumento de tarifa para os consumidores que permanecerem cativos. Esse aumento é provável dada a manutenção dos custos fixos das distribuidoras com a contratação de energia elétrica, a perda de faturamento e possíveis distorções causadas por subsídios indiretos ao mercado livre.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD - CDC (aprovado o projeto) e CESP (aguarda constituição). SF.

**PL 6621/2016** (PLS 52/2013 do senador Eunício Oliveira - MDB/CE), que "Dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras, altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, a Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e a Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001, e dá outras providências".

Foco: estabelecimento do marco legal das Agências Reguladora.

#### PROJETO CONSTANTE DA PAUTA MÍNIMA. VIDE PÁGINA 40.

PL 7776/2017 do deputado João Paulo Papa (PSDB/SP), que "Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para conceder, durante cinco exercícios financeiros, créditos relativos à Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/Pasep) e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), de modo a estimular o aumento do volume de investimentos das pessoas jurídicas sujeitas ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (REISB)".

Foco: Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (REISB).



### O QUE É

Concede, durante cinco exercícios financeiros, créditos relativos ao PIS/Pasep e Cofins, para estimular o aumento e o volume de investimentos das pessoas jurídicas sujeitas ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (REISB), contados a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao de entrada.

A pessoa jurídica beneficiária do REISB que realizar investimento enquadrado em sustentabilidade e em eficiência dos sistemas de saneamento básico, com recursos próprios ou onerosos, poderá descontá-lo do valor devido à Contribuição para o PIS/ Pasep e Cofins.

Os créditos serão equivalentes à diferença entre os investimentos em saneamento básico realizados no segundo exercício anterior ao de fruição do crédito e o valor médio anual de investimentos da pessoa jurídica em saneamento básico no período de 2011 a 2015, sendo este último corrigido anualmente pela variação do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), tendo por base o mês de dezembro de 2015.

O crédito apurado não poderá ser superior ao menor dos seguintes limites: a) valor que seria devido no ano-calendário pela pessoa jurídica a título de Contribuição para o PIS/Pasep e de Cofins; e b) valor total dos investimentos em sustentabilidade e em eficiência dos sistemas de saneamento básico.

O valor dos créditos apurados não constitui receita bruta da pessoa jurídica, servindo somente para desconto do valor apurado a título de Contribuição para PIS/Pasep e Cofins.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

O baixo nível de investimentos do saneamento brasileiro é determinante na lenta expansão dos serviços. As metas definidas pelo Governo Federal não serão atendidas e um dos motivos para tal atraso é justamente o baixo nível de investimento no setor, que está aquém daquilo que seria necessário para cumprir as metas do saneamento.

Nesse contexto, é urgente que se regulamente o REISB com a criação do sistema de créditos para PIS-Cofins.

A expansão dos serviços de saneamento gera uma série de outras economias associadas a gastos com saúde e ausência de trabalhadores. O saneamento inadequado, por exemplo, está diretamente relacionado à propagação de epidemias no país.

Assim, o REISB, via o sistema de créditos, não só seria compensado pelo aumento na arrecadação de IR e CSLL como também por todas as externalidades positivas geradas pelo setor e, portanto, precisa ser urgentemente colocado em prática.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**CD -** CDU (aprovado o projeto), **CFT (aguarda parecer do relator, deputado João Paulo Kleinubing - PSD/SC)** e CCJC. SF.

**PL 9463/2018** do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e a Lei nº 5.899, de 5 de julho de 1973".

Foco: desestatização da Eletrobras.

### O QUE É

**Modalidade** – a desestatização será executada na modalidade de aumento do capital social mediante subscrição pública de ações ordinárias.

**Oferta secundária de ações** – o aumento de capital social poderá ser acompanhado de oferta pública secundária de ações de propriedade da União ou de empresa por ela controlada, direta ou indiretamente.

**Novas concessões de geração** – para a promoção da desestatização, a União fica autorizada a conceder, pelo prazo de 30 anos, novas outorgas de concessões de geração de energia elétrica sob titularidade ou controle, direto ou indireto, da Eletrobras.

#### Condições para a desestatização da Eletrobras

A desestatização fica condicionada à aprovação pela Assembleia-Geral das seguintes condições:

- a. celebração de novos contratos de concessão de geração;
- b. celebração de termo aditivo aos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica; e
- c. alteração do estatuto social com vistas:



- a criar ação preferencial de classe especial, de propriedade exclusiva da União (golden share), sem prejuízo dos direitos decorrentes da titularidade de ações ordinárias detidas pela União ou do direito de indicação de membros ao Conselho de Administração;
- impedir que qualquer acionista ou grupo de acionistas, brasileiro ou estrangeiro, possa exercer votos em número superior a 10% da quantidade de ações em que se dividir o capital votante da Eletrobras;
- vedar a realização de acordos de acionistas para o exercício de direito de voto, exceto para a formação de blocos com número de votos inferior ao limite de 10%;
- assegurar à União o direito de indicar membro adicional ao Conselho de Administração, além da indicação de membros em decorrência e na proporção da titularidade das ações ordinárias detidas por ela ou por outros entes da Administração Pública;
- a reestruturação societária para manter sob o controle, direto ou indireto, da União as empresas: 1) Eletrobras Termonuclear S.A. – Eletronuclear; e b) Itaipu Binacional;
- o desenvolvimento de programa de revitalização dos recursos hídricos da bacia do rio São Francisco, diretamente pela Eletrobras ou indiretamente, por meio de sua subsidiária Chesf;
- a manutenção dos direitos e obrigações relativos: 1) à primeira etapa do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa), que não poderão ser prorrogados; b) aos contratos de financiamento que utilizem recursos da Reserva Global de Reversão (RGR), celebrados até 17 de novembro de 2016; e c) ao Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica Luz para Todos, até 31 de dezembro de 2018; e
- a manutenção do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel), pelo prazo de quatro anos, contado a partir da desestatização.

**Golden share** - a ação preferencial de classe especial terá o poder de veto nas hipóteses de: a) liquidação; b) modificação do objeto, das sedes e da denominação social da Eletrobras e de suas subsidiárias; e c) alterações no estatuto social relacionadas ao votos de acionistas.

#### Condições para a nova outorga de concessão de geração:

- a. O pagamento de bonificação pela outorga de novos contratos de concessão de geração.
- b. A alteração do regime de exploração para produção independente.

c. O pagamento pela companhia de quota anual, em duodécimos, à Conta de Desenvolvimento Energético, correspondente a um terço da estimativa de valor adicionado à concessão pelos novos contratos.

O termo aditivo ao contrato de concessão de transmissão de energia elétrica preverá a incorporação à tarifa dos ativos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados, não depreciados ou não indenizados pelo poder concedente, existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela Aneel.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

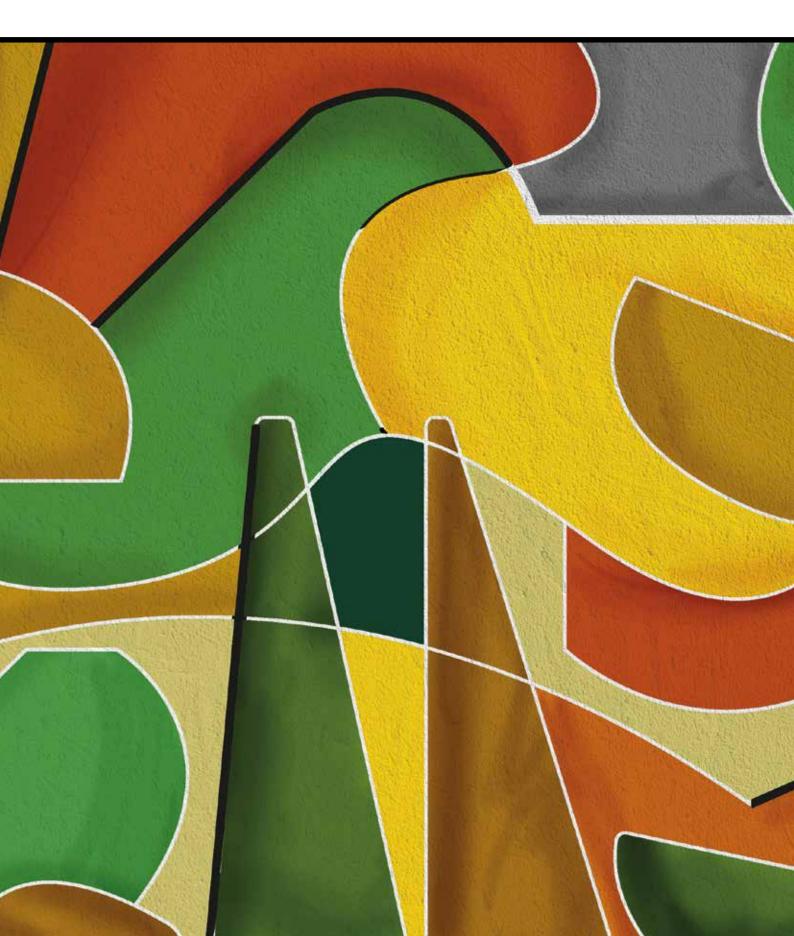
A concessão das atividades da Eletrobras e de suas subsidiárias à iniciativa privada trará vantagens competitivas ao país no médio prazo, considerando o aumento de eficiência no setor elétrico, diminuição dos custos do Governo e da ingerência política na gestão da empresa. Além disso, a concessão trará aumento de investimentos e a melhora no ambiente de negócios e, por consequência, o aumento da competitividade nos vários setores associados a geração, distribuição e transmissão de energia elétrica.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD - CESP (aguarda parecer do relator, deputado José Carlos Aleluia - DEM/BA). SF.



# Sistema Tributário



## Reformular o sistema tributário é condição necessária para o crescimento sustentável do país

O sistema tributário brasileiro é marcado por tributação excessiva e de má qualidade, que onera demasiadamente o produto nacional e inibe investimentos na atividade produtiva.

A carga tributária concentra-se em setores específicos da economia, sobretaxando o setor produtivo, especialmente o setor industrial, o que incentiva a informalidade. Persiste, ainda, a injustificada tributação sobre exportações e investimentos.

A competitividade dos produtos nacionais é prejudicada pela complexidade do sistema, que impõe elevados custos acessórios às empresas.

Tal situação requer reformulação e desburocratização do sistema tributário para adequá-lo à necessidade de aumento da competitividade das empresas nacionais e de maior crescimento do país, inclusive no que diz respeito à instabilidade na interpretação das normas tributárias, o que gera forte insegurança jurídica.

### Reforma Tributária

# É necessária uma reforma do sistema tributário com foco na competitividade, na simplificação e na desburocratização

A alta carga tributária obtida por meio de um sistema tributário que causa profundas distorções na economia é um dos principais obstáculos ao crescimento do produto interno bruto (PIB) brasileiro.

Além de elevada, a tributação no país é de alta complexidade e não há contraprestação adequada de serviços públicos e investimentos em infraestrutura econômica e social imprescindíveis ao desenvolvimento.

A agenda de competitividade da indústria exige um sistema tributário mais simples, transparente. Racionalizar o atual sistema tributário, adequando-o aos requisitos de competitividade e eficiência produtiva, é um passo crucial para que se alcance o crescimento sustentado, com fomento à produção, ao emprego e ao investimento.

#### É necessária uma reforma que:

- reduza a carga tributária excessiva sobre o setor produtivo;
- promova efetiva desoneração de exportações e investimentos;
- elimine a cumulatividade remanescente em alguns tributos;
- impeça o acúmulo de créditos tributários, especialmente nas exportações;
- elimine o cálculo por dentro na cobrança dos tributos indiretos;
- reduza a complexidade da legislação;
- diminua a quantidade de tributos e obrigações acessórias;
- garanta a compensação de créditos por débitos de qualquer natureza;
- elimine a guerra fiscal entre os entes federados;
- impeça o uso generalizado da substituição tributária;
- não aumente a carga tributária atual; e
- preveja as regras de transição que assegurem a manutenção dos direitos.

**PEC 31/2007** do deputado Virgílio Guimarães (PT/MG), que "Altera o Sistema Tributário Nacional, unifica a legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, dentre outras providências".

Foco: nova Proposta de Reforma Tributária.

Obs: apensados a este 17 projetos.

PROJETO CONSTANTE DA PAUTA MÍNIMA, VIDE PÁGINA 42.

# Carga tributária, criação de tributos e vinculação de receitas

A alta carga tributária, ainda, é fator inibidor do desenvolvimento do setor produtivo no Brasil

Em razão da elevada carga tributária e da complexidade do sistema tributário nacional, não são aceitáveis propostas que impliquem aumento da carga tributária ou criação de novos tributos, por mais meritórios que sejam os objetivos.

Há necessidade de um sistema mais simples – com redução do número de tributos e ampliação da base contributiva – que reduza o peso excessivo da tributação sobre determinados setores e a burocracia a ela associada.

É preciso desonerar, de forma ampla e efetiva, a produção, de modo a aumentar a competitividade e a eficiência econômica. A desoneração tributária da produção é indispensável em um cenário de baixo crescimento e de alta concorrência com produtos estrangeiros.

A desoneração deve atender a certos requisitos básicos, como foco na eficiência, aumento da competitividade das empresas, efetiva desoneração nas exportações, isonomia com os produtos importados, simplicidade de procedimentos e transparência.

A criação de novos tributos deve ser evitada, em especial aqueles com características danosas à competitividade, como, por exemplo, tributos sobre movimentações financeiras e/ou com característica de cumulatividade.



### Sistema Tributário

Por sua vez, a destinação compulsória de recursos tributários traz desvantagens, como congelamento de prioridades, incentivo à ineficiência – determinada pela garantia de recursos, independentemente do desempenho alcançado – e redução do espaço para ajustes na política fiscal.

A redução da carga tributária no Brasil deverá ser a resultante de vigorosa política de redução de gastos públicos e de Reforma Tributária voltada à eficiência e à racionalidade.

**PLS 588/2015** do senador Lindbergh Farias (PT/RJ), que "Altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para tributar os lucros e dividendos recebidos de pessoas jurídicas".

Foco: tributação de lucros e dividendos.

Obs.: tramita em conjunto com os PLSs 616 e 639/2015.

### O QUE É

O substitutivo apresentado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) determina a tributação de lucros e dividendos pagos ou creditados pelas pessoas jurídicas, com base no lucro real, presumido ou arbitrado, a partir de janeiro de 2017, da seguinte forma:

**Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)** – os lucros e dividendos auferidos por pessoa física residente no país ou residente ou domiciliada no exterior ficarão sob a alíquota de 15% e por beneficiário residente ou domiciliado em país ou dependência com tributação favorecida, sob a alíquota de 25%.

No caso de o beneficiário ser pessoa jurídica domiciliada no país, os lucros e dividendos serão computados na base de cálculo de IR e CSLL.

Forma de apuração do imposto de acordo com o beneficiário: a) beneficiário pessoa física residente no país – o imposto será considerado como antecipação e integrará a base de cálculo do IRPF na Declaração de Ajuste Anual do ano-calendário do recebimento; b) beneficiário pessoa jurídica tributada com base no lucro real – o imposto será considerado como antecipação compensável com o Imposto sobre a Renda que a pessoa jurídica tiver de recolher em razão de distribuição de lucros ou dividendos; e c) demais casos – o imposto será definitivo.

**Quotas e ações** – no caso de quotas ou ações distribuídas em decorrência de aumento de capital por incorporação de lucros apurados ou de reservas constituídas com esses lucros, o custo de aquisição será igual à parcela do lucro ou reserva capitalizado, que corresponder ao sócio ou acionista.

Não são dedutíveis na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL os lucros ou dividendos pagos ou creditados a beneficiários de qualquer espécie de ação, ainda que classificados como despesa financeira na escrituração comercial.

**Micro e pequenas empresas** – permanecem isentos do Imposto sobre a Renda os valores efetivamente pagos ou distribuídos ao titular ou a sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples.



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

A tributação de dividendos impactará negativamente a atividade econômica ao desestimular o investimento produtivo, uma vez que a distribuição do lucro é etapa final que teve início no investimento produtivo de risco. Esse investimento gera emprego, renda e tributos. Se depois de pagar salários, gerar renda à sociedade (trabalhadores, fornecedores) e ao Fisco, houver saldo a distribuir, esse será o lucro ou dividendos distribuídos. Não se trata, pois, de valor não tributado, mas sim de valor já tributado.

Dessa forma, a tributação de lucros e dividendos acarretará fuga de capitais (nacionais e estrangeiros), incrementará a já excessiva carga tributária, aumentará o custo do capital brasileiro e reduzirá o nível de empregos e salários, sem, entretanto, garantir melhoria na distribuição de renda ou na progressividade do sistema tributário.

### ONDE ESTÁ? COM QUEM?

SF – CAE (aguarda apreciação do parecer do relator, senador Jorge Viana – PT/AC, favorável ao projeto com substitutivo). CD.

**PLS 45/2016** da senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR), que "Altera o art. 9° da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para extinguir gradualmente a faculdade de a pessoa jurídica tributada com base no lucro real deduzir os juros sobre o capital próprio na apuração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido".

Foco: extinção, em etapas, da dedução de juros sobre capital próprio.



### O QUE É

Extingue, em etapas, a dedução dos juros sobre capital próprio (JCP) da seguinte forma:

- a. 50% da variação, pro rata die, da TJLP, em 2017;
- b. 25% da variação, pro rata die, da TJLP, em 2018; e
- c. 0% da variação, *pro rata die*, da TJLP para os períodos posteriores



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

A dedução dos juros sobre capital próprio permite às empresas remunerar o custo de oportunidade de seus sócios e gerar uma isonomia no tratamento entre o capital próprio das empresas e o capital de terceiros. Esse sistema tem como resultado o incremento das aplicações produtivas nas empresas brasileiras, capacitando-as a elevar o nível de investimentos, sem endividamento, com evidentes vantagens à geração de empregos e ao crescimento sustentado da economia.

Além disso, a alteração da atual sistemática que permite a dedução do lucro tributável de juros pagos ou creditados, a título de remuneração de capital próprio, importará aumento da base de cálculo do IR e da CSLL e, portanto, acréscimo da excessiva carga tributária brasileira.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF – CAE (aguarda apreciação do parecer da relatora, senadora Vanessa Grazziotin – PCdoB/AM, favorável ao projeto). CD.

**PLS-C 406/2016** da Comissão Diretora do SF, que "Altera dispositivos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), determina a reformulação do cadastro de que trata o inciso II do art.37 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e dá outras providências".

Foco: novas garantias aos contribuintes.

### ° O QUE É

O projeto altera o Código Tributário Nacional para fazer as seguintes alterações:

**Obrigações acessórias** – veda a exigência de obrigação acessória instituída ou ampliada após 30 de junho do mesmo exercício. Obrigações acessórias que impliquem sanções somente poderão ser instituídas mediante lei e deverão ser pautadas pelos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, respeitada a capacidade colaborativa dos respectivos sujeitos passivos e vedadas exigências abusivas.

**Dissolução irregular da Pessoa Jurídica** – a dissolução irregular da Pessoa Jurídica (PJ), para fins de imputação de responsabilidade aos sócios, somente poderá ser reconhecida se a PJ: a) deixar de apresentar à autoridade fiscal as declarações exigidas, por dois anos consecutivos, e não for localizada no endereço declarado à autoridade fiscal e, tendo sido notificada por edital para informar o endereço, não o fizer no prazo de 30 dias, contado da data da publicação do edital; e b) for inexistente de fato.

**Responsabilidade tributária de terceiros** – sempre que, na atividade de lançamento, se verificar a ocorrência de infração que implique responsabilidade tributária de terceiro pelo crédito tributário constituído, deverão ser descritos os respectivos fatos, apontado o fundamento legal da responsabilidade e notificado o responsável para defender-se. O responsável poderá apresentar impugnação e recurso quanto ao vínculo de responsabilidade e quanto ao crédito tributário.

O nome do responsável só poderá constar da inscrição em dívida ativa e da respectiva certidão, bem como só poderá ser notificado de protesto ou citado em execução fiscal, se a sua responsabilidade tiver sido apurada administrativamente.

#### Crédito do sujeito passivo decorrente de pagamento indevido de tributos

– o crédito do sujeito passivo, decorrente do pagamento indevido de tributos, será atualizado, desde a data do pagamento até a da restituição, em conformidade com os mesmos índices aplicáveis ao crédito tributário em mora. Essa regra aplica-se à compensação ou à devolução a qualquer título de créditos, relativos a tributos, inclusive os decorrentes de condenações judiciais da Fazenda Pública.

Compensação de débitos com a Fazenda Pública – a compensação será feita pelo próprio sujeito passivo e obrigatoriamente declarada à autoridade administrativa, sob pena de nulidade e abrangerá indistintamente todos os tributos do sujeito passivo. Somente serão admitidas exigências administrativas para o exercício do direito de compensar, se previstas em lei.

A compensação declarada pelo sujeito passivo extingue o crédito tributário, sob condição resolutória de não homologação expressa ou tácita pela Fazenda Pública, ou de ser por ela considerada não declarada, no prazo de cinco anos, contado da data

da declaração. Os precatórios, próprios ou adquiridos de terceiros, são compensáveis com créditos inscritos em Dívida Ativa, no âmbito do respectivo ente federativo.

Exigência para fiscalização da autoridade tributária – a fiscalização será precedida obrigatoriamente de ordem fundamentada e específica expedida pela administração tributária. A ordem conterá obrigatoriamente os seguintes elementos: a) numeração de identificação e controle; b) dados identificadores do sujeito passivo; c) competências e tributos a serem fiscalizados; d) prazo para realização do procedimento fiscal; e e) nome e matrícula das autoridades fiscais responsáveis pelo procedimento fiscal e seus respectivos telefones e endereços funcionais, para contato, bem como da autoridade fiscal responsável pela expedição da ordem.

Excetuam-se, exclusivamente, os casos de flagrante de contrabando, descaminho ou de outra prática de infração à legislação tributária e aduaneira, em que haja risco de subtração da prova.

**Certidão de débitos tributários** – será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito, respondendo, porém, todos os participantes no ato pelo tributo porventura devido, juros de mora e penalidades cabíveis, exceto as relativas a infrações cuja responsabilidade seja pessoal do infrator.

**Participação em licitações** – a existências de débitos tributários não impedirá o contribuinte de participar de licitações ou de contratar com a Administração Pública direta ou indireta, nem de praticar atos ou realizar negócios com pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

**Exceções:** a) essa regra não se aplica aos contribuintes declarados inaptos, nem afasta a exigência de regularidade fiscal para as atividades que a legislação exija registro especial de funcionamento; b) não exclui a possibilidade de a Administração Pública proceder à retenção de recursos ou exigir garantias na execução do contrato, visando à quitação do débito, observados os termos do respectivo edital.

**Prazos** – os prazos fixados no CTN ou na legislação tributária só se iniciam ou vencem em dia de expediente na repartição em que ocorra o processo ou deva ser praticado o ato.

Ressalvadas as matérias disciplinadas no processo administrativo fiscal, as decisões administrativas proferidas em petições ou recursos administrativos do contribuinte deverão ser proferidas no prazo máximo de 365 dias, contado da data do respectivo protocolo. Decorrido o prazo sem que seja proferida decisão administrativa, considera-se deferido ou homologado tacitamente o pleito do contribuinte, salvo em hipótese comprovada de dolo, fraude ou simulação, e sem prejuízo da apuração da responsabilidade de quem deu causa ao descumprimento do prazo.

Os Poderes Executivos de cada um dos entes consolidarão por decreto, até o dia 31 de dezembro de cada ano, a legislação vigente relativa a cada um dos tributos de sua competência. O descumprimento configura crime de responsabilidade.

**Cadastro Fiscal de Pessoas Jurídicas** – o CNPJ será o único cadastro fiscal de pessoas jurídicas da administração tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo vedada a exigência de inscrição, para fins fiscais, em qualquer outro cadastro. O CNPJ observará as seguintes regras:

- a. A inscrição da pessoa jurídica somente será negada, cancelada ou suspensa nos casos expressamente previstos em lei.
- b. O pedido de cancelamento da inscrição será obrigatoriamente deferido, sem prejuízo da responsabilidade pelo cumprimento das obrigações tributárias remanescentes, especialmente o pagamento dos tributos devidos.
- c. É vedada a exigência de documento ou de formalidade restritiva ou condicionante que exceda os requisitos indispensáveis à inscrição ou ao cancelamento, inclusive autorizações ou registros em órgãos estranhos à administração tributária.
- d. A inscrição não afasta outras exigências estabelecidas em lei, necessárias ao funcionamento da atividade econômica a ser explorada.
- e. A sua gestão será disciplinada em lei federal.

Determina que a concessão de recuperação judicial independe da apresentação da prova de quitação de todos os tributos.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

O projeto promove uma série de alterações importantes e necessárias no Código Tributário Nacional, desburocratizando e esclarecendo questões conflitantes que causam insegurança jurídica atualmente.

Nesse sentido, merecem apoio especialmente as seguintes medidas:

- a. Observância da noventena para as obrigações acessórias, permitindo que o contribuinte se adeque aos novos custos.
- b. Indicação dos responsáveis tributários no lançamento, permitindo a oportunidade de se defender tanto quanto ao fato apontado como gerador de sua responsabilidade quanto ao próprio débito em si.



### Sistema Tributário

- c. Atualização do indébito tributário pelos mesmos índices do crédito tributário, que é medida já adotada pela União e por alguns Estados, mas que ainda não é regra nacional aplicável a todos os entes.
- d. Disciplinamento da compensação de débitos com a Fazenda Pública, tornando desnecessária a existência de lei do próprio ente.
- e. Consolidação da legislação tributária a cada ano, dada a complexidade e o excesso de normas tributárias vigentes.
- f. Unificação dos cadastros no CNPJ de forma a garantir a desburocratização empresarial.
- g. Revogação da exigência de prova de quitação para obter recuperação judicial, para manutenção do fluxo regular da empresa, com geração de empregos, tributos e renda.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF – CCJ (aguarda nova designação de relator) e Plenário. CD.

PRS 61/2016 do senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES), que "Revoga a Resolução nº 13, de 25 de abril de 2012, do Senado Federal, que estabelece alíquotas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), nas operações interestaduais com bens e mercadorias importadas do exterior e dispõe sobre a compensação dos entes prejudicados pelos seus efeitos e a nulificação do processo legislativo respectivo".

Foco: revogação da unificação da alíquota do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importadas.

### O QUE É

Revoga resolução do Senado Federal que unifica alíquota do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados no exterior em 4%.



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

A proposição, ao revogar, com efeitos retroativos, a fixação em 4% da alíquota do ICMS-Importação, traz duas preocupações.

A primeira diz respeito aos efeitos positivos gerados pela uniformização da alíquota do ICMS-Importação, que representou resposta a reiteradas violações constitucionais perpetradas por alguns estados, que punham em risco o equilíbrio federativo e os valores constitucionais fundamentais, como a livre iniciativa e o emprego, e na prática acabou com a "guerra dos portos".

A segunda diz respeito aos efeitos retroativos de forma que os "entes da Federação prejudicados" sejam compensados pela fixação da alíquota em 4%. A ocorrência de efeitos retroativos poderá gerar graves incertezas às relações realizadas e consumadas sob a égide da Resolução nº 13/2012.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF – CAE (aguarda apreciação do parecer do relator, senador José Medeiros – PSD/MT, favorável ao projeto) e Plenário. CD.

**PLP 33/2015** do deputado Baleia Rossi (MDB/SP), que "Altera a Lista de serviços anexa à Lei Complementar n.º 116, de 2003, que relaciona atividades sujeitas ao Imposto sobre Serviços de qualquer natureza - ISS".

### O QUE É

Determina a incidência do ISS sobre os serviços de recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres não destinados à industrialização ou à comercialização.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

O Decreto-Lei nº 406/1968, em sua lista de serviços, fixava que o ISS não incidiria sobre os bens de encomenda, assim definidos como "objetos destinados à industrialização ou comercialização", permitindo, nesses casos, coerentemente, a incidência do ICMS.

Com a edição da Lei Complementar nº 116, de 2003, a lista anexa de serviços foi alterada e a descrição do item 14.05 substituiu o termo "objetos não destinados à industrialização ou comercialização" por "objetos quaisquer". O resultado de tal alteração é que os bens de encomenda passaram ao campo de incidência tanto do ICMS quanto do ISS, independentemente da destinação ou não da industrialização ou comercialização.

A aplicação daqueles serviços sobre objetos destinados à industrialização ou comercialização já está sujeita a incidência do ICMS e do IPI e, por isso, a cobrança do ISS gera dupla incidência sobre o mesmo fato gerador. A nova redação dada pelo projeto ao subitem 14.05 tem por objetivo pôr- fim a essa bitributação.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**CD – CFT (aguarda parecer do relator, deputado Lúcio Vieira Lima – MDB/BA**), CCJC e Plenário. SF.

**PLP 408/2017** do deputado Figueiredo (PDT/CE), que "Institui a contribuição social sobre aplicações financeiras".

Foco: instituição da Contribuição Social sobre aplicações financeiras.

### O QUE É

Institui a Contribuição Social sobre aplicações financeiras, destinada à manutenção da seguridade social. Serão tributados os rendimentos auferidos por pessoa física ou jurídica, em qualquer aplicação ou operação financeira de renda fixa, inclusive quando iniciada e encerrada no mesmo dia.

**Alíquotas** – a alíquota fixa que incidirá sobre o rendimento das aplicações será de 5% a cada semestre.

Além disso, incidirá alíquota complementar por ocasião do resgate, estabelecida de acordo com o prazo das aplicações, do seguinte modo:

- a. 7% para aplicações com prazo de até 180 dias;
- b. 6% para aplicações com prazo de 181 até 720 dias; e
- c. 5% para aplicações com prazo acima de 720 dias.

Operações de mútuo e de compra vinculada à revenda, no mercado secundário, tendo por objeto ouro, como ativo financeiro, ficam equiparadas às operações de renda fixa para fins de incidência da Contribuição Social sobre Aplicações Financeiras.

**Isenção da contribuição** – ficam isentas da Contribuição Social sobre aplicações financeiras, entre outras, as aplicações de pessoa física ou jurídica cujo valor global dos últimos dois anos for anteriores à data do resgate, seja igual ou inferior a:

- a. R\$ 50.000,00, em aplicações com prazo de até 180 dias;
- b. R\$ 75.000,00, em aplicações com prazo de 181 dias até 720 dias; e
- c. R\$ 100.000,00, em aplicações com prazo acima de 720 dias.

**Retenções e recolhimento da contribuição** – as retenções devem ser realizadas semestralmente e por ocasião do resgate.

São responsáveis pela retenção e pelo recolhimento da Contribuição Social sobre Aplicações Financeiras devidas: a) o administrador do fundo; e b) a fonte pagadora em relação às operações de financiamento realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas.

Os recolhimentos serão efetuados no último dia útil dos meses de maio e de novembro de cada ano, ou no resgate, se ocorrido em data anterior.

**Resgate de quotas** – a base de cálculo da Contribuição no resgate das quotas será a diferença positiva entre o valor original de aquisição da aplicação e o valor de cessão, liquidação ou resgate, líquido do IRRF.

As perdas apuradas no resgate de quotas poderão ser compensadas com ganhos auferidos em resgates posteriores, no mesmo fundo de investimento, de acordo com sistemática a ser definida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

**Lucro presumido ou arbitrado** – a base de cálculo da Contribuição Social sobre Aplicações Financeiras será excluída do lucro presumido ou arbitrado, para efeito de determinação da CSLL devida.



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

O projeto cria uma contribuição sobre aplicações financeiras que, atualmente, são tributadas pelo imposto de renda. Nesse sentido, a contribuição que se pretende criar possui base de cálculo idêntica à de outro tributo já discriminado na Constituição.

Assim, o projeto institui uma contribuição claramente inconstitucional, pois a Constituição Federal veda expressamente que tributos a serem instituídos pela União tenham fato gerador ou base de cálculo iguais aos dos tributos já previstos constitucionalmente.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**CD - CSSF (aguarda parecer do relator, deputado Laércio Oliveira - SD/SE),** CFT, CCJC e Plenário. SF.



**PL 8456/2017** do Poder Executivo, que "Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, quanto à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 8.218, de 29 de agosto de 1991, a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, a Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e a Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007".

Foco: compensação de Contribuições Sociais no eSocial e revogação da desoneração da folha de pagamentos.

### O QUE É

O projeto revoga a desoneração da folha de pagamentos para diversos setores da economia, mantendo no regime diferenciado apenas os setores de transporte de passageiros, construção civil e de obras de infraestrutura, e empresas de comunicação; altera sanções por descumprimento de obrigações contábeis e fiscais; e permite compensação de contribuições sociais para contribuintes que utilizem o eSocial.

#### Reoneração da Folha

Mantém o regime de desoneração da folha apenas para as empresas jornalísticas e de radiodifusão, empresas de transportes, de construção civil e de obras de infraestrutura. Para estes setores, estabelece que a alíquota da contribuição sobre a receita bruta será de:

- a. 1,5% para empresas jornalísticas e de radiodifusão sonora e de sons e imagens (atualmente essas empresas contribuem com 2,5%);
- b. 2% para as empresas de transporte de passageiros, nas modalidades rodoviária, ferroviária e metroferroviária (atualmente essas empresas contribuem com 3%); e
- c. mantém a alíquota vigente de 4,5% para as empresas do setor de construção civil e de construção de obras de infraestrutura.

A revogação da desoneração da folha obedecerá a anterioridade de 90 dias entre a publicação da lei e o aumento de tributação.

**Revogação do adicional da Cofins-Importação -** revoga a alíquota adicional de 1% da Cofins-Importação incidente sobre produtos importados que possuíam similares nacionais dentro do regime de desoneração da folha. A instituição do adicional sobre produtos importados buscava equilibrar a oneração imposta sobre o faturamento das empresas nacionais que poderiam optar pela contribuição sobre a receita bruta em substituição à contribuição sobre a folha de pagamentos.

#### Alteração de sanções por descumprimento de obrigações contábeis e fiscais

O projeto altera as sanções pelo descumprimento da obrigação de apresentar arquivos em meio digital e respectivos sistemas de processamento de dados. As multas serão aplicadas em função do faturamento bruto no período da escrituração. Quanto aos percentuais, ficam mantidos os valores da legislação vigente, de acordo com os seguintes critérios:

- a. 0,5% aos que não atenderem aos requisitos para a apresentação dos registros e respectivos arquivos;
- 5% sobre o valor da operação correspondente, limitada a 1% do valor da receita bruta da pessoa jurídica no período a que se refere a escrituração, aos que omitirem ou prestarem incorretamente as informações referentes aos registros e respectivos arquivos; e
- c. 0,2% por dia de atraso, calculada sobre a receita bruta da pessoa jurídica no período a que se refere a escrituração, limitada a 1% desta, aos que não cumprirem o prazo estabelecido para apresentação dos registros e respectivos arquivos.

Para as pessoas jurídicas que utilizarem o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), as multas serão reduzidas:

- a. à metade, quando a obrigação for cumprida após o prazo, mas antes de qualquer procedimento de ofício; e
- b. em 75% se a obrigação for cumprida no prazo fixado em intimação.

#### Compensação de Contribuições Sociais para contribuintes que utilizem o eSocial

Permite a compensação das contribuições previdenciárias de empresas, empregadores domésticos ou trabalhadores, quando efetuada pelo sujeito passivo que utilizar o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).

Nos casos em que houver restituição ou compensação de contribuições de empresas, empregadores domésticos ou trabalhadores, por pagamentos indevidos ou a maior, fica afastada a penalidade quando houver compensação indevida de créditos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Veda a compensação dos seguintes créditos:

- a. O crédito objeto de pedido de restituição ou ressarcimento e o crédito informado em declaração de compensação cuja confirmação de liquidez e certeza esteja sob procedimento fiscal;
- b. Os valores de quotas de salário-família e salário-maternidade; e



c. Os débitos relativos ao recolhimento mensal por estimativa do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA

É positiva a possibilidade de compensação de créditos de tributos federais com débitos previdenciários. Essa mudança na legislação reduzirá significativamente o problema de acúmulo de créditos por parte das empresas, sobretudo no setor industrial.

A CNI defende essa medida desde 2007, quando ocorreu a unificação da Secretaria da Receita Federal com a Secretaria da Receita Previdenciária, e a apresentou ao Governo Federal em diversas oportunidades. Em maio de 2016, a medida constou do documento "Agenda para o Brasil sair da crise: 2016-2018", entregue ao Presidente da República pela CNI.

É grande o número de empresas cujos créditos tributários, provenientes das aquisições de insumos, superam seus débitos tributários.

O resultado disso é o acúmulo de saldos credores de tributos por parte das empresas. Dessa forma, não há desoneração tributária integral das exportações e os saldos credores não utilizados se transformam em custos das empresas e reduzem a competitividade dos produtos nacionais. Com a alteração a ser realizada, aumentará o volume de débitos que as empresas poderão quitar com a utilização de créditos tributários, o que reduz significativamente o problema do acúmulo de saldos credores de tributos federais.

No entanto, cabe destacar que o projeto revoga o regime de desoneração da folha para diversos setores industriais. A retirada dos setores da indústria de transformação da alternativa da contribuição patronal para o INSS sobre o faturamento, retornando à sistemática da contribuição sobre a folha de salários, é uma medida que afeta o planejamento das empresas e terá impactos em seu desempenho.

A majoração da carga tributária das empresas excluídas do regime de desoneração da folha mostra-se contraproducente em um contexto de retração da atividade econômica, já que o benefício da desoneração da folha foi concedido justamente para estimular a economia e as contratações. Em especial, para os setores intensivos em mão de obra, que têm também uma função social de destaque, o desestímulo às contratações tende a se revelar ainda mais pernicioso – em verdade, quanto mais intensivo o setor em mão de obra, maior o prejuízo logrado em decorrência do aumento dos percentuais.

### ONDE ESTÁ? COM QUEM?

CD - CESP (aguarda parecer do relator, deputado Orlando Silva - PCdoB/SP). SF.

**PL 8835/2017** do deputado Nelson Marquezelli (PTB/SP), que "Retira o limite máximo de redução do lucro líquido ajustado para fins de compensação de prejuízos fiscais para determinação do imposto de renda e para fins de utilização de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido".

Foco: utilização integral de prejuízo fiscal para determinação do lucro real.

Obs.: apensado ao PL 4311/2012.

#### Y O QUE É

Determina que a partir de 1° de janeiro de 2019, para determinação do lucro real tributável, os prejuízos fiscais e as bases de cálculo negativas de anos anteriores poderão ser compensados integralmente, sem aplicação da trava de 30%.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

A elevação do limite para compensação dos prejuízos fiscais é uma medida importante para reduzir a carga tributária das empresas. O prejuízo sofrido por uma empresa em um dado ano não desaparece com a abertura de um novo período de apuração.

Portanto, o lucro em um exercício que vem cobrir prejuízos anteriores não revela a mesma capacidade contributiva daquele lucro que não tem por trás um histórico de resultados negativos, uma vez que servirá, a princípio, para refazer o patrimônio corroído pelos prejuízos passados, não constituindo, portanto, acréscimo e, sim, mera recomposição do patrimônio antes havido.

A elevação do limite para compensação dos prejuízos fiscais é uma medida importante para reduzir a carga tributária das empresas. Contribui para a reconstituição dos prejuízos sofridos e permite quitar os débitos tributários parcelados, incentiva o crescimento econômico, pois as empresas deixam de descapitalizar para investir.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD - Apensado ao PL 4311/2012: CD - CFT (aguarda parecer do relator, deputado Vicente Candido - PT/SP) e CCJC. SF.



### Desoneração das Exportações

A maior inserção do produto brasileiro no mercado externo exige desoneração integral das exportações

O crescimento das exportações deve ser prioridade estratégica para o desenvolvimento do país.

Produtos brasileiros exportados carregam tributos que prejudicam sua competitividade no exterior. A desoneração, quando existe, é parcial e limitada. A título de exemplo, o Reintegra, criado em 2011, contribui para o aumento da competitividade das exportações de manufaturados.

Exonerar tributos de produtos exportados é uma prática internacionalmente utilizada para garantir a competitividade de um país. A máxima da internacionalização das economias é que não se deve exportar impostos. A tributação das exportações é verdadeiro anacronismo.

É imprescindível a manutenção dos mecanismos atuais de desoneração das exportações em um contexto de vagarosa retomada da atividade econômica.

A legislação tributária deve ser aprimorada com o intuito de desonerar as exportações e, para tanto, torna-se necessário:

- definir uma solução permanente para compensação e ressarcimento dos créditos tributários na exportação;
- eliminar a cumulatividade de tributos ao longo da cadeia produtiva de bens e serviços exportados; e
- assegurar o aproveitamento de créditos de ICMS, PIS/Pasep e Cofins sobre ingresso, no estabelecimento, de energia ou de mercadorias destinadas ao seu próprio uso ou consumo e recebimento de serviços de comunicação.

**PLP 463/2017** (PLS-C 475/2017 da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal), que "Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para estabelecer critérios para isenção de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) sobre as exportações de serviços para o exterior do País".

Foco: não incidência do ISS sobre exportações de serviços quando o benefício do serviço se der no exterior e o pagamento for realizado no Brasil.

### O QUE É

Estabelece a não incidência do ISS sobre exportações de serviços quando os benefícios do serviço se verificam em território estrangeiro e há ingresso de divisas no país.

O local onde os benefícios do serviço são verificados independe do local onde o serviço é realizado.

Hoje, o critério para a incidência do ISS sobre exportações de serviços é o fato de o resultado ser verificado no Brasil, ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

A proposição é adequada e merece apoio. De fato, há na jurisprudência certa oscilação sobre a incidência do ISS sobre serviços exportados. O posicionamento atual do STJ é favorável aos contribuintes. Todavia, como o precedente não tem efeito vinculante sobre os demais tribunais, decisões em sentido contrário não são raras. Desse modo, a proposição legislativa vem em boa hora e atinge a finalidade de garantir a segurança jurídica ao clarear a atual redação da LC nº 116/2003.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF (aprovado o projeto). CD - CFT (aguarda designação de relator), CCJC e Plenário.

### Desburocratização Tributária

Deve-se buscar a ampliação dos prazos de recolhimento de tributos e a redução das obrigações acessórias

O estímulo às atividades formais requer medidas que viabilizem o pagamento de impostos e a desburocratização dos procedimentos, sem oneração excessiva das empresas. São essenciais medidas, como redução das obrigações acessórias, melhoria no parcelamento ordinário de débitos, ampliação das hipóteses de compensação de créditos tributários, em especial com débitos previdenciários, e aumento de prazos para o recolhimento dos tributos para permitir aumento de liquidez e capital de giro.



### Sistema Tributário

As obrigações acessórias precisam ser revistas para evitar a duplicidade no envio das informações, além de tornar as obrigações remanescentes mais simples. Devem ser evitadas também medidas, emanadas de órgãos da Administração Pública, que imponham obrigações acessórias ao setor produtivo sem considerar os custos adicionais decorrentes e a viabilidade operacional.

A legislação deve estabelecer, ainda, tratamento mais favorável, sempre que possível, ao contribuinte adimplente, como forma de atender ao princípio da isonomia fiscal.

O excesso de burocracia, especialmente na área tributária, é um dos principais entraves ao crescimento do país, na medida em que dificulta as operações e reduz a competitividade das empresas e incentiva a informalidade.

A burocracia em excesso gera custos para as empresas, para a sociedade e para o governo. Desburocratizar o sistema é a melhor forma de garantir desenvolvimento, sobretudo para os pequenos negócios.

**PLP 396/2014** do deputado Guilherme Campos (PSD/SP), que "Estabelece prazo de doze meses para a entrada em vigor dos dispositivos de lei ou dos atos administrativos que implicarem novos custos, de qualquer natureza, a serem suportados pelas pessoas jurídicas".

Foco: prazo para cumprimento de novos atos que implicarem custos.

Obs: apensados a este os PLPs 445/2014 e 184/2015.

## O QUE É

Estabelece prazo de 12 meses para as pessoas jurídicas se adaptarem ao cumprimento de leis ou atos administrativos que implicarem novos custos.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

A excessiva complexidade e a variação da legislação tributária brasileira comprometem a produtividade e a capacidade de gestão e planejamento do setor produtivo nacional. Embora o projeto de lei não impeça o aumento de custos proveniente de novas proposições legais, ele traz progressos à medida que permite que as empresas se adaptem ao cumprimento das leis em até um ano.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**CD – CFT (aguarda novo parecer do relator, Deputado Alfredo Kaefer – PSL/PR),** CCJC e Plenário. SF.

**PLP 373/2017** do deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA), que "Altera a Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001".

Foco: quebra de sigilo fiscal no âmbito administrativo.

Obs: apensado ao PLP 239/2016.

### O QUE É

Determina que, quando houver processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso para apuração de responsabilidade tributária, as instituições financeiras deverão apresentar à PGFN, mediante requisição escrita e preferencialmente enviada por meio eletrônico, todas as informações relativas às operações financeiras realizadas pelos usuários de seus serviços, bem como as informações relativas a seus documentos, livros e registros, inclusive os referentes a contas de depósitos e aplicações financeiras.



### NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE

A entrega de informações financeiras ao Fisco configura indevida quebra de sigilo bancário, cuja autorização depende de prévia decisão judicial.

O sigilo de dados e operações financeiras – incluindo-se a circulação das informações entre os órgãos da Administração para fins diversos daqueles para as quais foram originalmente obtidas – é um direito que figura como garantia individual.

Desse modo, sua flexibilização só pode ser permitida em situações excepcionais, em se tratando da Administração Pública, inclusive tributária; e mediante ordem judicial, em caso concreto e sempre devidamente fundamentada.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD - Apensado ao PLP 239/2016: CFT (aguarda parecer do relator, deputado Rodrigo Martins - PSB/PI), CCJC e Plenário. SF.



**PL 3268/2012** (PLS 492/2007 do senador Flexa Ribeiro - PSDB/PA), que "Altera o art. 26 da Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007, para incluir as contribuições previdenciárias no procedimento de compensação de iniciativa do contribuinte, previsto no art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996".

Foco: compensação de débitos tributários administrados pela SRFB. Obs: apensados a este 6 projetos.

### O QUE É

Permite a compensação de créditos apurados pelo contribuinte com débitos próprios, relativos a quaisquer impostos e contribuições, inclusive previdenciárias, administrados pela Receita Federal do Brasil.

A compensação poderá ser promovida por iniciativa do próprio contribuinte – por meio da declaração de créditos e débitos – ou de ofício pelo Fisco.



### **NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE**

O projeto permite a compensação de saldos credores de tributos federais com débitos com a Previdência Social. Dessa forma, equaciona um problema enfrentado pelas empresas, notadamente as exportadoras, que é o acúmulo de saldos credores de tributos federais.

O acúmulo de créditos significa aumento de custos e perda de competitividade dos produtos brasileiros em relação aos produzidos no exterior. Dessa forma, dificulta o aumento, ou mesmo a manutenção, das exportações brasileiras e dá vantagens às importações na competição pelo mercado interno.

A alteração proposta aumenta o volume de débitos das empresas passíveis de serem quitados com a utilização de créditos tributários e, praticamente, acaba com o problema do acúmulo de saldos credores.

Finalmente, é importante ressaltar que a compensação dos saldos credores em débitos previdenciários não retira recursos da Previdência Social, na medida em que os saldos credores são recursos das empresas que se encontram em poder do setor.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF (aprovado o projeto com emendas). **CD – CFT (aguarda parecer do novo relator, deputado Newton Cardoso Jr - MDB/MG)** CCJC e Plenário.

**PL 7965/2017** do deputado Carlos Bezerra (MDB/MT), que "Altera o art. 38 do Decreto-Lei n.º 1.598, de 26 de dezembro de 1977".

Foco: extensão de benefício fiscal para subscrição de valores mobiliários às empresas de responsabilidade limitada.

### O QUE É

Estende às empresas constituídas sob a modalidade societária de responsabilidade limitada, submetidas ao regime de apuração do imposto de renda e da CSLL com base no lucro real, presumido ou arbitrado, o regime tributário especial aplicável à subscrição de valores mobiliários, que atualmente é restrito às empresas sob a forma de companhia.

Desse modo, para efeitos de tributação, não serão computados na determinação do lucro real, presumido ou arbitrado:

- a. o ágio na emissão de ações ou quotas por preço superior ao valor nominal, ou a parte do preço de emissão de ações ou quotas sem valor nominal destinadas à formação de reservas de capital; e
- b. o lucro na venda de ações ou quotas em tesouraria.

O prejuízo na venda de ações ou quotas em tesouraria não será dedutível na determinação do lucro real, presumido ou arbitrado.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

A impossibilidade de utilização por parte das sociedades limitadas do regime especial aplicável à subscrição de valores mobiliários, que garante a não incidência do imposto de renda sobre a emissão de ações com ágio, prejudica número significativo de empresas, constituídas desta forma, notadamente as *startups*, que costumeiramente fazem uso deste tipo de organização societária. A iniciativa é louvável, pois resolve essa questão.

Entretanto, ao abarcar não só o lucro real, mas também as empresas submetidas ao lucro presumido e ao arbitrado, a proposta pode ter sua eficácia comprometida, pois, nesses casos, o eventual lucro apurado não importa para a formação da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, uma vez que deve ser considerada, para esse fim, a receita bruta da empresa.

CD - CFT (aguarda parecer da relatora, deputada Yeda Crusius - PSDB/RS) e CCJC. SF.

**PL 8682/2017** do deputado Jerônimo Goergen (PP/RS), que "Dispõe sobre incentivo à pontualidade no pagamento de tributos federais, institui o bônus de adimplência e dá outras providências".

Foco: reduções de penalidades para pagamento de tributos atrasados e instituição de bônus de adimplência.

## O QUE É

As pessoas jurídicas submetidas ao regime de tributação com base no lucro real ou presumido que, em razão de situações conjunturais alheias à sua vontade, não puderam recolher nos seus prazos os tributos federais administrados pela RFB, assim como a contribuição ao FGTS, poderão quitar os débitos com reduções das penalidades.

**Reduções** – as pessoas jurídicas que possuírem FGTS ou impostos devidos à Receita Federal poderão quitá-los com reduções observados os seguintes critérios:

- a. Redução de 80% da multa de mora e dos juros de mora no caso de o tributo ser recolhido fora do prazo regular, porém não superior a 30 dias contados do vencimento.
- b. Redução de 50% da multa de mora e dos juros de mora no caso de o tributo ser recolhido fora do prazo regular, com período de atraso entre 31 e 60 dias contados do vencimento.
- c. Redução de 25% da multa de mora e dos juros de mora, no caso de o tributo ser recolhido fora do prazo regular, com período de atraso entre 61 e 90 dias contados do vencimento.

O recolhimento do tributo realizado com atraso superior a 90 dias ficará sujeito à multa e aos juros de mora e outros acréscimos previstos na legislação de cada imposto ou contribuição.

**Estímulos à adimplência** – as pessoas jurídicas submetidas ao regime de tributação com base no lucro real ou presumido que recolherem em 12 meses os tributos dentro do prazo, poderão usufruir de bônus de adimplência, em forma de redução equivalente a 1,0% do valor de cada tributo a ser recolhido no mês. Essa redução será ampliada em 0,5%, a cada período de 12 meses de adimplência, até o limite máximo de 3%.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

A medida é importante para reduzir o ônus pelo recolhimento em atraso dos tributos federais até o máximo de 90 dias. Com o projeto, o contribuinte será estimulado a reaver a regularidade, favorecendo a pontualidade tributária, que deve ser encorajada como conduta de interesse público.

Cabe destacar que diversos fatores induzem à inadimplência tributária, dentre os quais destacam-se: as crises político-econômicas que favorecem o endividamento e a insolvência; a complexidade do sistema tributário e as dificuldades relacionadas aos prazos e às formas de recolhimento dos tributos; e o alto valor dos encargos incidentes sobre tributos recolhidos em atraso.

Nesse sentido o projeto é salutar, pois incentiva o contribuinte a aprimorar e manter sua regularidade fiscal ou reaver a regularidade.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD - Apensado ao PL 6604/2013: CFT (aguarda parecer do relator, deputado Newton Cardoso - MDB/MG) e CCJC. SF.

### Defesa do Contribuinte

### Eliminar distorções nas relações entre Fisco e contribuinte

É necessário fixar regras adequadas para as relações entre fiscos de todas as esferas e contribuinte capazes de conferir maior equilíbrio, razoabilidade, transparência e previsibilidade dos direitos e obrigações dos contribuintes.

As diferentes exigências e imposições dos Fiscos federal, estadual e municipal tornam o sistema tributário complexo e burocrático. A exigência excessiva de Certidões Negativas de Débito (CNDs) e os seus reduzidos prazos de validade são exemplos da falta de racionalidade das exigências burocráticas impostas aos contribuintes.

São necessários os seguintes aperfeiçoamentos:

- simplificar os procedimentos e reduzir a burocracia tributária;
- aprovar e implementar o Código de Contribuintes;



### Sistema Tributário

- coibir o uso de medidas provisórias em matéria tributária;
- simplificar o processo de concessão, ampliar o prazo de validade e impedir a exigência indevida e disponibilizar informações sobre os débitos e apontamentos que impedem a emissão das CNDs;
- conferir a devida independência ao contencioso administrativo fiscal, de modo a torná-lo imune à autoridade ministerial ou outras entidades do órgão fazendário;
- garantir a informação sobre a destinação dos recursos tributários;
- permitir a participação das entidades civis na elaboração das normas infralegais; e
- priorizar a fiscalização orientadora ao invés da adoção de mecanismos que estimulem autuações e aplicações de multas de forma indiscriminada.

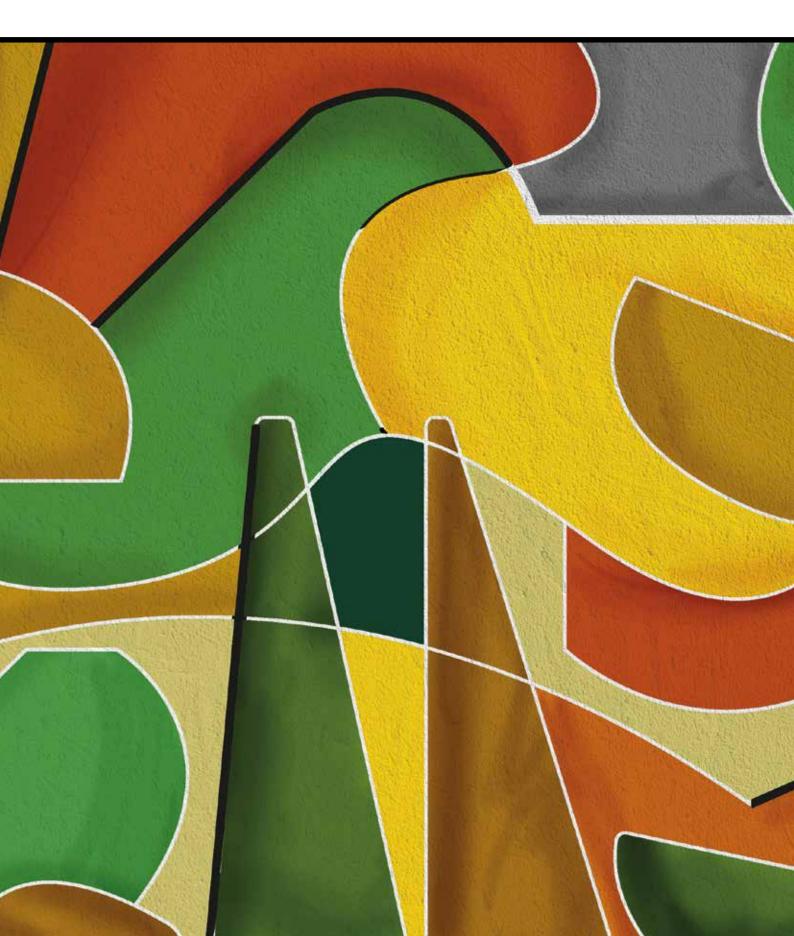
**PLS-C 298/2011** da senadora Kátia Abreu (Sem partido/TO), que "Estabelece normas gerais sobre direitos e garantias do contribuinte".

Foco: direitos e garantias do contribuinte.

PROJETO CONSTANTE DA PAUTA MÍNIMA. VIDE PÁGINA 46.



# Infraestrutura Social



## Infraestrutura social de qualidade é condição para o desenvolvimento do país

O desenvolvimento de um país requer o acesso de sua população a um sistema de saúde preventivo, curativo e emergencial de qualidade, a um sistema previdenciário autossustentável e a um sistema educacional de qualidade.

Transformar a infraestrutura social exige reformas capazes de:

- impedir a tendência de deterioração dos resultados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS);
- criar uma política educacional de Estado, compromissada com o longo prazo e com a qualidade; e
- tornar mais eficiente a gestão dos recursos públicos.

### Seguridade Social

O equilíbrio financeiro e atuarial é condição indispensável para equacionar a questão da fragilidade fiscal

De acordo com a Constituição Federal (art. 194) a "seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social".

A modernização e a desburocratização do sistema da seguridade social são fundamentais na busca do efetivo equilíbrio fiscal e do aumento do investimento e do crescimento do país.

São necessárias medidas que garantam a sustentabilidade desse sistema. Deve-se garantir aos trabalhadores a necessária proteção social, sem onerar o setor produtivo e sem perder de vista o estímulo à competitividade das empresas.

A Reforma da Previdência é importante para a manutenção do seu caráter solidário e universal. O equilíbrio do sistema e a consequente diminuição do déficit previdenciário dependem da adoção de critérios objetivos e da revisão de idade mínima para aposentadoria.

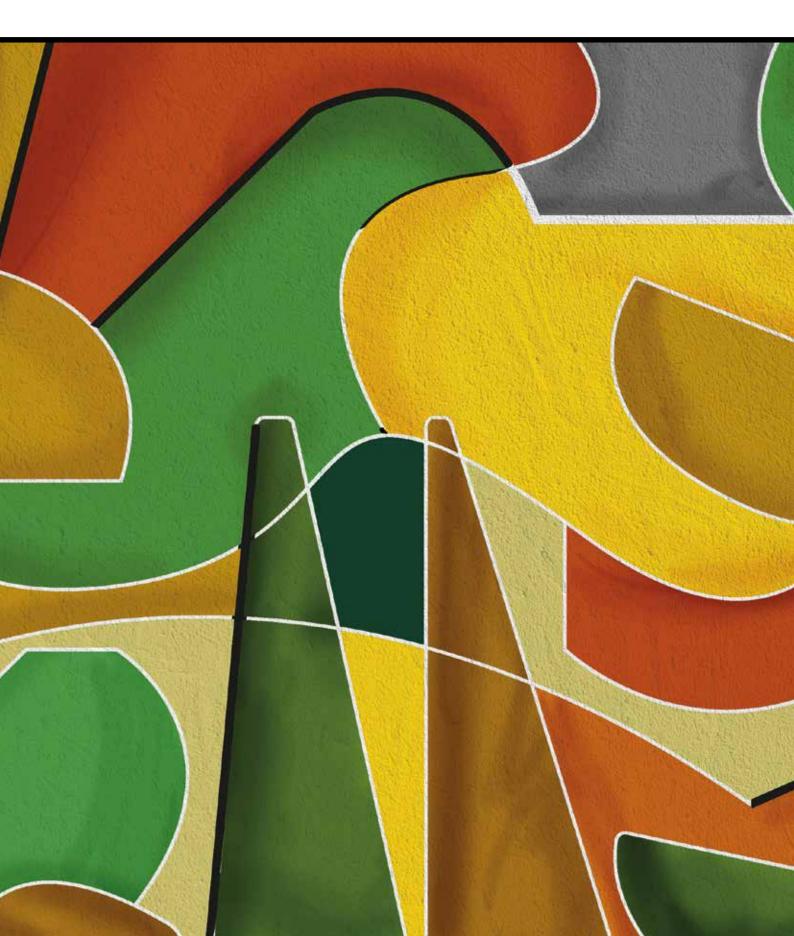
**PEC 287/2016** do Poder Executivo, que "Altera os arts. 37, 40, 109, 149, 167, 195, 201 e 203 da Constituição, para dispor sobre a seguridade social, estabelece regras de transição e dá outras providências".

Foco: Reforma da Previdência Social.

PROJETO CONSTANTE DA PAUTA MÍNIMA. VIDE PÁGINA 48.



# Interesse Setorial



**ECD 2/2017** (PLS 141/2013 do senador Vital do Rêgo – MDB/PB), que "Altera o art. 175 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer condições e restrições à adoção de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como instrumento conciliatório nos casos de infração à legislação e às demais normas aplicáveis às prestadoras de serviços de telecomunicações".

Foco: restrições à adoção de TAC aplicáveis às prestadoras de serviços de telecomunicações.

Obs: na CD, tramitou como PL 3434/2015.

## O QUE É

Adota o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) como instrumento conciliatório nos casos de infração às normas aplicáveis às prestadoras de serviços de telecomunicações.

**Garantia da ampla defesa** – nenhuma sanção será aplicada sem a oportunidade de prévia e ampla defesa e sem que seja oferecida à prestadora a oportunidade de reparar a conduta considerada irregular. Não serão imputados compromissos adicionais à prestadora que se propuser a firmar TAC antes da decisão de primeira instância nos processos administrativos instaurados para apuração da conduta irregular.

**Momento do TAC** – o compromisso de ajustar a conduta irregular poderá ser proposto a qualquer tempo pela prestadora.

**Vedações ao TAC** – não será admissível a adoção de TAC:

- a. se a infração for punível com declaração de inidoneidade;
- b. se a proposta apresentada possuir o mesmo objeto e abrangência de TAC vigente;
- c. se a prestadora reincidir no descumprimento do TAC;
- d. se a prestadora houver comprovadamente agido de má-fé ao cometer a infração ou durante o respectivo processo de apuração; e
- e. se a irregularidade apurada for referente a serviço de interesse restrito.

**Arquivamento dos processos administrativos** – serão arquivados os processos administrativos cujos objetos tiverem sido abrangidos por TAC devidamente firmado.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

O TAC é importante, pois introduz instrumento negocial, podendo melhorar os níveis de *compliance*, desestimular os descumprimentos futuros, reparar os danos rapidamente, antecipar a arrecadação de valores em litígio e converter as obrigações compensatórias em realização de investimentos. Sua celebração atende, ao mesmo tempo, aos interesses dos órgãos públicos, das prestadoras privadas e dos consumidores.

Além de ser o meio mais eficaz para controle do comportamento dos regulados, o TAC pode potencializar investimentos. Essa possibilidade é de grande valia, uma vez que o setor de telecomunicações é intensivo em capital e passa em constante demanda por investimentos.

Ainda que as obrigações não sejam de investimento, o TAC abre a possibilidade à Anatel de criar, em lugar da sanção pecuniária, obrigações de investimentos. Assim, será possível liberar recursos que antes ficariam retidos ao longo de processos sancionatórios.

Por fim, os compromissos firmados pelo TAC tendem a ser mais eficazes que as multas, pois permitem, por parte das operadoras, a realização de investimentos.

#### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF (aprovado o projeto com emendas). CD (aprovado o projeto com emendas) SF: Apreciação das emendas da CD - CCT (aguarda parecer do relator, senador Flexa Ribeiro - PSDB/PA), CAE, CCJ e Plenário.

**PLC 34/2015** (PL 4148/2008 do deputado Luis Carlos Heinze – PP/RS), que "Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005".

Foco: rotulagem de alimentos elaborados a partir de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs).

## O QUE É

Estabelece regras para a rotulagem de alimentos que contenham ou sejam produzidos a partir de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) ou derivados, na proporção mínima de 1% de sua composição final.

**Obrigatoriedade de informação** – estabelece que os rótulos dos alimentos e dos ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal, que se encaixem

na regra de rotulagem, deverão conter informação grafada de forma legível da natureza transgênica do alimento.

**Regras para a rotulagem** – a informação de que o produto contém ingrediente transgênico deve constar no rótulo de alimentos embalados na ausência do consumidor, bem como nos recipientes de produtos vendidos a granel, conforme regras do Regulamento Técnico de Rotulagem Geral de Alimentos Embalados.

**Alimentos que não contêm transgênicos** – faculta aos alimentos que não contenham OGMs a rotulagem "livre de transgênicos", caso comprovada, por meio de análise específica, a total ausência de OGMs.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

O projeto estabelece tratamento adequado e razoável para a questão da rotulagem de produtos com OGM em sua composição, garantindo o direito do consumidor a uma informação clara e sem dubiedades sobre a qualidade e a composição dos produtos.

Também confere maior segurança jurídica à indústria, ao evitar que a presença de traços de elementos transgênicos ocasionados pelo uso compartilhado de equipamentos de processamento possa ser caracterizada como omissão de informação.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD (aprovado o projeto com substitutivo). **SF** – CCT (rejeitado o projeto), CRA (aprovado o projeto com emenda), **CAS (aguarda apreciação do parecer da relatora, senadora Vanessa Grazziotin - PCdoB/AM, pela rejeição do projeto),** CMA e Plenário.

**PLC 10/2018** (PL 5851/2016 do deputado Valdir Colatto - MDB/SC), que "Disciplina o aproveitamento de carcaças de animais de produção e de outros resíduos animais no campo para fins agropecuários e industriais".

Foco: aproveitamento de carcaças de animais e resíduos animais na produção de ração animal.

## O QUE É

O substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados disciplina o aproveitamento de carcaças de animais de produção e resíduos animais no campo para fins agropecuários e industriais.

**Resíduos e carcaças** – define que os resíduos são compostos pelas carcaças de animais mortos em condições usuais, com exceção das mortes causadas por Doenças Animais de Notificação Obrigatória ao Serviço Veterinário Oficial. Deve-se assegurar que as carcaças e os demais resíduos animais sejam obtidos e estejam em condições apropriadas para sua destinação à Fábrica de Processamento de Resíduos Orgânicos.

**Reciclagem/utilização** – o processo de reciclagem deve gerar produtos sólidos, gordura e água, podendo os sólidos e as gorduras serem utilizados como ingredientes para fabricação de adubos, biodiesel, produtos de higiene e limpeza e para a indústria química, devendo a água e outros resíduos seguirem para o sistema de tratamento de efluentes.

**Fiscalização** – as Fábricas de Processamento de Resíduos Orgânicos devem ser inspecionadas pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF), pelo Serviço de Inspeção Estadual (SIE) ou pelo Serviço de Inspeção Municipal. O Mapa poderá realizar auditorias com o objetivo de avaliar a conformidade de controles e atividades efetuados pelo SIE e SIM.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA

O projeto original permitia a utilização de resíduos reciclados de animais na produção de ração animal, em oposição à legislação vigente, que preconiza a qualidade e inocuidade da matéria-prima e dos ingredientes utilizados para produção de rações e farinhas animais.

A redação aprovada na Câmara dos Deputados, contudo, avançou ao estabelecer que as carcaças de animais mortos e os demais resíduos poderão ser destinados como ingredientes para fabricação de adubos, biodiesel, produtos de higiene e limpeza e para a indústria química.

Deve-se, no entanto, deixar claro no texto que o resultado do processo de reciclagem que gera produtos sólidos e gordura não pode ser destinado à produção de farinhas e rações animais.

Ressalte-se que o Colégio Brasileiro de Nutrição Animal (CBNA) deliberou que as carcaças e produtos oriundos de animais mortos (aqueles não abatidos para utilização na cadeia alimentar) e lodo de flotação não devem ser aproveitados na elaboração de farinhas e gorduras para alimentação de animais de produção (aves, suínos, organismos aquáticos) e de companhia/pet food.

CD (aprovado o projeto com substitutivo). **SF - CMA (aguarda parecer do relator, senador Dário Berger - PSDB/SC)**, CAS, CRA e Plenário.

**PLS 378/2011** do senador Lindbergh Farias (PT/RJ), que "Altera a Lei nº 5811, de 11 de outubro de 1972, para garantir a todos os trabalhadores, efetivos ou comissionados, a jornada de turnos ininterruptos".

Foco: alterações de regras na jornada de trabalho do setor petrolífero.

## O QUE É

Amplia para todos os trabalhadores que estejam em regime de embarque e confinamento, independentemente da atividade exercida, os benefícios da Lei nº 5.811/1972, que dispõe sobre o regime de trabalho dos empregados nas atividades de exploração, perfuração, produção e refinação de petróleo, industrialização do xisto, indústria petroquímica e transporte de petróleo e seus derivados por meio de dutos.

Além disso, estabelece a redução do trabalho efetivo de 12 para 6 horas na jornada de sobreaviso, assegurando a jornada constitucional de turnos ininterruptos de revezamento, e aumenta de 24 para 36 horas consecutivas o repouso do empregado que permaneceu num período de sobreaviso.



### NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE

A legislação trabalhista aplicada ao setor encontra-se consolidada, visto que a jornada de trabalho de 12 horas em regime de revezamento aplicada à categoria dos petroleiros foi recepcionada pela Constituição de 1988, conforme posicionamento pacificado pelo TST na Súmula 391. Assim, as mudanças sugeridas pela proposição, além da elevação de custos, acarretam insegurança jurídica e, com isso, promoverão a fuga de investimentos no setor e a consequente redução do número de empregos diretos e indiretos.

Ao modificar o regime de trabalho e de revezamento, a proposição desconsidera as peculiaridades das atividades desenvolvidas na indústria de petróleo e gás, bem como os benefícios conferidos aos trabalhadores em razão da atipicidade da atividade, afetando a operacionalização da atividade, visto que exigirá a realização da troca de equipe a cada seis horas prejudicando a qualidade do ambiente de trabalho e a saúde do trabalhador, além de aumentar o risco operacional e afetar a competitividade do setor.

Ainda, deve-se considerar impactos como: o expressivo aumento do número de pessoas embarcadas e confinadas; a falta de espaço para acomodação adequada de todos os trabalhadores; o aumento do *stress* pelo maior tempo de ociosidade em ambiente confinado; a impossibilidade de instalação, nas atuais unidades marítimas, de novos equipamentos de salvatagem; o aumento dos riscos de acidente; a dificuldade para manutenção e estabilidade de processos operacionais; e, por fim, uma maior exposição de segurança na logística de transporte desses trabalhadores para as plataformas.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF - CAE (aguarda apreciação do parecer do relator, senador Paulo Rocha - PT/PA, favorável ao projeto), CI e CAS. CD.

**PLS 139/2012** do senador Paulo Davim (PV/RN), que "Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para proibir a venda de produtos de tabaco nos locais que especifica".

Foco: restrições à venda de produtos fumígeros nos locais que especifica.

Obs: tramita em conjunto com 10 PLSs.

### O QUE É

Inclui entre os locais onde é proibida a comercialização de produtos fumígeros as dependências de: a) posto de gasolina; b) local de venda ou consumo de alimento; c) supermercado; d) loja de conveniência; e e) banca de jornal.



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

A Lei nº 9.294/1996, criada para regulamentar o dispositivo 220 da Constituição Federal e restringir o uso e a propaganda dos produtos de tabaco, já proíbe a comercialização em estabelecimentos de ensino, saúde e em órgãos ou entidades da Administração Pública.

A proposta restringe radicalmente os pontos de venda de produtos fumígeros e praticamente fulmina a atividade econômica de comercialização desses produtos, o que é inconstitucional por violar o princípio da livre iniciativa, previsão garantida no art. 170 da Constituição Federal.

O projeto fere também o princípio da razoabilidade, pois a fabricação e a comercialização de fumígeros é uma atividade econômica legalizada no Brasil.

### ONDE ESTÁ? COM QUEM?

**SF** – CAS (aprovado o projeto), CAE (rejeitado o projeto), **CCJ (aguarda parecer do relator, Sen. Romero Jucá – MDB/RR)**, CRE, CRA e CMA. CD.

**PLS 50/2013** do senador Paulo Davim (PV/RN), que "Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para aumentar a segurança de produtos de puericultura e para vedar a produção, a importação, a distribuição e a doação de andador infantil".

Foco: estabelecimento de novas regras para produtos de puericultura e andadores infantis.

## O QUE É

Altera a lei que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e a de produtos de puericultura correlatos (Lei nº 11.265/2006), a fim de estabelecer medidas para minimizar riscos à saúde relacionados à utilização de outros produtos de puericultura e vedar a produção, a importação, a distribuição, a comercialização e a doação de andador infantil.

**Produtos de puericultura** – define como produtos de puericultura aqueles destinados a proporcionar segurança e a facilitar o sono, o relaxamento, a higiene, a alimentação, a locomoção e a sucção de lactentes e crianças de primeira infância, conforme regulamento. Excluem-se dessa definição mamadeiras, bicos, chupetas e outros produtos que possam interferir no aleitamento materno.

**Padrão de qualidade** – os produtos de puericultura deverão atender a padrões e requisitos de qualidade e de segurança, que serão revisados e atualizados periodicamente. Determina que a população será esclarecida acerca de riscos à saúde relacionados ao uso desses produtos. Os produtos de puericultura conterão instruções e orientações de uso claras, bem como advertências destinadas aos responsáveis pelos cuidados às crianças.

**Andador infantil** – veda a produção, a importação, a distribuição, a comercialização e a doação de andador infantil. Determina que a população será esclarecida acerca de riscos à saúde relacionados ao uso de andador infantil, incentivando a destruição e o descarte dos equipamentos existentes. O órgão competente do Poder Público estabelecerá a proibição ou a restrição de uso de outros produtos de puericultura considerados danosos à saúde do público-alvo.



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

O projeto é incompatível com o princípio da livre iniciativa consagrado no texto constitucional. O legislador propõe uma solução drástica e de difícil implantação e fiscalização, sem apresentar embasamento científico capaz de comprovar os riscos da utilização do andador infantil.

Em contrapartida, o setor já se mobilizou para comprovar a segurança do produto dentro de sua funcionalidade especificada. A pedido do setor produtivo, o andador infantil consta como prioridade no Plano de Ação Quadrienal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro). Comissão técnica, composta por todas as partes interessadas, será instaurada com o objetivo de manter a imparcialidade no processo de regulamentação que atestará a segurança do andador. Para que o processo seja completo, em paralelo aos estudos para a regulamentação, será elaborada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) norma com o procedimento para ensaios dos produtos. Os ensaios deverão prever mais do que a utilização convencional deles.

O projeto prevê, ainda, que o órgão governamental estabelecerá a proibição ou a restrição de uso dos produtos de puericultura, o que se afigura interferência excessiva do Estado, afetando o planejamento e a estratégia do setor no mercado.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**SF** – CMA (aprovado o projeto com emendas), CAE (rejeitado o projeto) e **CDH (aguarda apreciação do parecer da relatora, senadora Angela Portela – PT/RR, pela rejeição do projeto)**. CD.

**PLS 300/2014** da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), que "Dispõe sobre o exercício da profissão de soprador, moldador e modelador de vidros e afins".

Foco: regulamenta o exercício da profissão de soprador, moldador e modelador de vidros.

## O QUE É

Disciplina quem poderá executar as atividades de soprador, moldador e modelador de vidros e dispõe sobre as responsabilidades deste profissional.

**Definição** – o soprador, moldador e modelador de vidros e afins são os profissionais responsáveis, sem prejuízo da competência de outros profissionais correlatos, por:

- a. planejamento e execução de atividades de sopro, moldagem e modelagem de vidro fundido ou incandescente e materiais afins:
- b. produção de peças artístico-artesanais, objetos e utensílios de vidro ou materiais afins, de forma manual ou por meio de equipamentos de vidraria; e
- c. controle de qualidade de processos de produção e produtos de vidro e materiais afins.

**Exercício da profissão** – podem exercer o ofício de soprador, moldador e modelador de vidros e afins:

- a. os portadores de certificado de curso técnico específico expedido por instituição de ensino oficial ou reconhecida pelo Ministério da Educação;
- b. os portadores de certificado de curso de formação específico, com carga horária mínima de 200 horas-aula, expedido por instituição de ensino oficial ou reconhecida pelo Ministério da Educação; e
- c. os trabalhadores que já o exerçam à data de entrada em vigor desta lei.

As hipóteses de restrição para exercício da profissão de soprador, moldador e modelador de vidros não se aplicam aos profissionais que trabalhem exclusivamente na produção manual de peças artístico-artesanais obtidas por sopro, moldagem ou modelagem de vidro fundido ou incandescente e materiais afins.



### NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE

No Brasil, a maior parte da produção de vidro advém de grandes empresas, que, de modo geral, desenvolvem a própria tecnologia. A indústria vidreira reconhece a importância do conhecimento técnico especializado de sua mão de obra e o impacto dessa formação na segurança do trabalhador.

Na produção do vidro, deve-se atentar para as altas temperaturas utilizadas na formatação do produto, bem como para a especificidade de máquinas e equipamentos que exigem a intervenção humana e expõem a risco guem não estiver habilitado para essa atividade.

Essa preocupação com a segurança fez com que a formação de mão de obra nas vidrarias fosse feita internamente, dadas as diferentes configurações de máquinas fornos e tecnologias.

Todo o processo de aprendizado do conhecimento vidreiro é ligado ao equipamento utilizado na fabricação e, por essa razão, o treinamento interno é o mais indicado. Os profissionais passam por treinamento teórico e prático, evoluindo em diversas etapas na empresa, são monitorados e efetuam reciclagens anuais.

Não existem, atualmente, cursos técnicos para vidreiros ministrados por instituições de ensino oficial e nem por outras reconhecidas pelo Ministério da Educação. Assim, há um distanciamento entre o projeto e a prática na realidade do mercado de trabalho do setor vidreiro.

Outro ponto preocupante é a possibilidade da criação de cursos objetivando somente angariar recursos, onerando a indústria e não trazendo reais vantagens para o setor e para os consumidores.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF - CCJ\* (aguarda designação de relator) e CAS\* (aguarda apreciação do parecer da relatora, senadora Rose de Freitas - MDB/ES, pela aprovação do projeto). CD.

\* A CCJ irá se pronunciar a requerimento aprovado na CAS (que tem sua tramitação sobrestada).

**PLS 769/2015** do senador José Serra (PSDB/SP), que "Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências".

Foco: restrições à publicidade, à embalagem, aos aromatizantes e ao consumo no trânsito de produtos fumígenos.

#### Y O QUE É

Proíbe qualquer forma de propaganda, publicidade, promoção ou patrocínio de produtos fumígenos nos locais de venda.

**Padronização de embalagem** – obriga a padronização das embalagens dos cigarros, com as advertências sobre riscos e prejuízos do fumo, conforme regulamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

**Substâncias aromatizantes** – proíbe o uso de substâncias sintéticas e naturais que possam conferir, intensificar, modificar ou realçar o sabor ou o aroma de cigarros ou outros produtos fumígenos.

**Sanção para o ato de fumar em veículos** – altera, também, o Código de Trânsito Brasileiro para punir com multa o motorista que fumar ou permitir passageiro que fume em veículo que esteja transportando menores de 18 anos.



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

O projeto traz sérias medidas restritivas ao tabaco, acarretando prejuízos econômicos que seriam sentidos em toda a cadeia produtiva. Isto porque, com a competição se dando apenas no preço, devido à comoditização do produto (proibição de marcas e da exibição), as empresas teriam seus custos pressionados, tendo que obrigatoriamente reduzir custos de produção, incluindo o valor pago aos fumicultores, o que impactará diretamente milhares de empregos na lavoura do tabaco.

Ademais, a aprovação do projeto sufocará as fabricantes legais e favorecerá empresas clandestinas e o contrabando, gerando perdas para a cadeia produtiva do tabaco, fabricantes, varejistas, o Estado – com a queda da arrecadação de tributos – e à sociedade – devido ao aumento do desemprego e da criminalidade.

Por fim, a fabricação de cigarros gera mais de 2 milhões de empregos diretos e indiretos ao longo da cadeia de produção, os quais seriam ameaçados pelo aumento do contrabando, além do prejuízo na comercialização para os mais de 400 mil varejistas que comercializam atualmente cigarros no Brasil.

### ONDE ESTÁ? COM QUEM?

SF – CFTC (aguarda parecer do relator, senador Cristóvam Buarque - PPS/DF), CAS e CCJ. CD.

PLS 258/2016 da Comissão Diretoria do SF, que "Institui o Código Brasileiro de Aeronáutica".

Foco: Código Nacional de Aeronáutica.

Obs: tramita em conjunto com 24PLSs.



## $\stackrel{\cap}{\mathbf{O}}$ QUE É

Institui o Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA). Entre as principais determinações, destacam-se:

**Autoridade de aviação civil** – é competência da autoridade de aviação civil regular e fiscalizar a aviação civil, a infraestrutura aeronáutica e a infraestrutura aeroportuária, incluindo as emissões de poluentes e os planos de zoneamento de ruídos. Além de outras disposições, estabelecerá condições para o uso de aeronaves experimentais pelo fabricante da aeronave.

**Audiências públicas** – as alterações de atos normativos que impliquem afetação de direitos, interesses ou obrigações de agentes econômicos, trabalhadores do setor ou usuários da infraestrutura aeronáutica ou de serviços aéreos devem ser precedidas de audiência pública, convocada pelo agente regulador mediante aviso publicado no **Diário Oficial da União (DOU)**, com prazo mínimo de 30 dias de antecedência. Faculta ao agente regulador instituir um processo de consulta anterior à fase de audiência pública, no qual os interessados são convidados a buscar uma proposta de consenso, a ser posteriormente submetida à audiência pública.

**Processo de decisão regulatória** – o processo de decisão do agente regulador deve demonstrar, de maneira fundamentada, de que modo a norma a ser editada se relaciona, de um lado, com os dados obtidos na fase de audiência pública e, por outro, com a observância dos requisitos da legalidade, da razoabilidade, da proporcionalidade, da segurança jurídica, da motivação e da eficiência.

**Regime de administração aeroportuária** – a construção, a administração e a exploração de aeródromos civis em regime público serão realizadas diretamente pela União ou mediante concessão, para pessoa jurídica de direito privado ou, ainda, mediante convênio de delegação para pessoa jurídica de direito público interno, para consórcio público ou para entidade sob controle estatal federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.

**Fabricação de aeronaves experimentais** – veda a fabricação ou a montagem de aeronaves experimentais: a) em série, com finalidade econômica, por pessoa jurídica ou física, ressalvados casos excepcionais definidos pela autoridade de aviação civil; e b) de construção amadora, além dos limites estabelecidos pela autoridade de aviação civil.

**Certificação** – assegura às pessoas jurídicas que demonstrem qualificação técnica a obtenção de certificado de organização de projeto ou de certificado de organização de fabricação.

O certificado de organização de projeto tem por finalidade atestar que seu detentor possui um sistema capaz de desenvolver projetos de aeronaves, motores, hélices ou

demais partes, peças e componentes aeronáuticos que cumprem com os requisitos e padrões de segurança estabelecidos pela autoridade de aviação civil.

Já o certificado de organização de fabricação tem por finalidade atestar que seu detentor possui um sistema de fabricação e controle que assegure que toda unidade fabricada estará conforme o projeto de tipo aprovado.

**Revisão de aeronaves** – todo proprietário, explorador ou operador de aeronave deve executar ou fazer executar os serviços de revisão, reparo e manutenção de aeronaves, motores, hélices e demais produtos aeronáuticos em pessoas jurídicas certificadas, ou em conformidade com as regras estabelecidas em regulamento emitido pela autoridade de aviação civil, a fim de manter a aeronavegabilidade do produto aeronáutico.

**Sistema de indústria aeronáutica** – o sistema de indústria aeronáutica abrange as atividades econômicas de elaboração de projeto, fabricação, reparo e manutenção de aeronaves, suas partes, peças e componentes, e demais produtos aeronáuticos, inclusive os destinados ao gerenciamento do espaço aéreo. O exercício das atividades de elaboração de projetos, fabricação, revisão, reparo e manutenção dependem de prévia autorização da autoridade competente, formalizada mediante a expedição de certificado de homologação.

**Registro dos projetos** – projetos de construção, quando por conta do próprio fabricante, ou os contratos de construção quando por conta de quem a tenha contratado deverão ser inscritos no Registro de Aviação Civil Brasileiro.

**Contrato de construção** – o contrato de construção de aeronave deverá ser inscrito no Registro de Aviação Civil Brasileiro. O contrato deverá ser submetido à fiscalização da autoridade de aviação civil, que estabelecerá as normas e condições de construção.

**Propriedade da aeronave** – o contratante que encomendou a construção da aeronave, uma vez inscrito o seu contrato no Registro de Aviação Civil Brasileiro, adquire, originariamente, a propriedade da aeronave, podendo dela dispor e reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua.

**Hipoteca** – poderão ser objeto de hipoteca aeronaves, motores, partes e acessórios de aeronaves, inclusive aquelas em construção.

**Reserva do mercado doméstico** – os serviços de transporte aéreo público regular doméstico são reservados às pessoas jurídicas brasileiras com sede e administração no país.

**Serviços aéreos especializados** – os interessados em obter a autorização para exploração de serviços aéreos especializados poderão requerê-la à autoridade de aviação civil a qualquer tempo, na forma do regulamento. A autorização somente será dada a empresas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no país.

**Responsabilidade do construtor aeronáutico** – os construtores aeronáuticos respondem por danos decorrentes de defeitos ou falhas no projeto ou na construção de aeronaves.

O disposto também se aplica aos construtores de aeronaves não tripuladas, que se obrigam a instalar todos os equipamentos necessários a criar mecanismos de segurança redundantes de forma a evitar danos a pessoas ou bens na superfície, conforme regulamento expedido pela autoridade de aviação civil.

**Ilícitos administrativos** – constituem ilícitos administrativos as condutas que violem as normas legais ou regulamentares que disciplinam, entre outros, a elaboração de projetos e a fabricação, o reparo e a manutenção de aeronaves, suas partes, peças e componentes e dos demais produtos aeronáuticos.

**Prazos extintivos** – decai em seis meses, contados da tradição da aeronave ou a partir do conhecimento, a pretensão para haver abatimento do preço da aeronave adquirida com vício oculto, ou para rescindir o contrato e reaver o preço pago, acrescido de perdas e danos.



### NOSSA POSIÇÃO CONVERGENTE COM RESSALVA

A mudança do Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA) mostra-se não somente necessária, mas, sobretudo, urgente, já que essa lei, que rege a dinâmica indústria aeroespacial, tem grande impacto na competitividade do setor frente aos competidores internacionais. Não obstante a sua importância, a lei – publicada em 1986 e, portanto, antes mesmo de nossa Carta Magna – encontra-se, em sua maior parte, defasada, não endereçando adequadamente as necessidades da sociedade e da economia brasileiras.

A fim de aprimorar o CBA, devem-se atribuir ao código instrumentos para o aumento da eficiência na certificação de produtos aeronáuticos, previsão que garanta o acesso à área aeroportuária aos fabricantes e oficinas de manutenção de aeronaves.

Ademais, o texto não é claro quanto ao fato de que aeroportos de uso particular e os aeroportos civis explorados em regime privado não são universalidades equiparadas a bem públicos federais.

SF – CESP (aguarda apreciação do parecer do relator, Sen. José Maranhão – MDB/PB, favorável com substitutivo) e Plenário. CD.

PLS 297/2016 do senador Cidinho Santos (PR/MT), que "Revoga a alínea ¿c¿ do inciso I do § 3º do art. 31 da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, para alterar a sistemática de cálculo do crédito presumido da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) das produtoras de biodiesel".

Foco: revogação de benefício fiscal para aquisição de óleo de soja utilizado na produção de biodiesel.

## O QUE É

Revoga a disposição que permite a pessoa jurídica subtrair o valor da aquisição de óleo de soja utilizado como insumo na produção de biodiesel do montante do crédito presumido da contribuição ao PIS/Pasep e Cofins.



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

O projeto confere tratamento tributário não isonômico a empresas produtoras de biodiesel e, consequentemente, cria distorções nas condições competitivas entre empresas integradas (produzem óleo e o refinam para biodiesel) e não integradas (adquirem o óleo no mercado e o refinam para biodiesel). O texto proposto elimina o desconto de 2,4975% referente ao crédito presumido de PIS/Pasep e Cofins do óleo de soja adquirido por usinas não integradas para a produção de biodiesel.

Vale ressaltar, contudo, que esse desconto se faz necessário porque a empresa que vendeu o óleo para o produtor de biodiesel já auferiu o crédito e o absorveu na sua composição de custos e preços.

O desconto evita duplicação do crédito e a perda de isonomia tributária entre usinas integradas e não integradas. Trata-se, portanto, de elemento para garantir equidade competitiva em qualquer ambiente produtivo.

Por fim, cabe ressaltar que, embora produzam um produto em comum (o biodiesel), usinas integradas e não integradas possuem estruturas de negócio distintas e, por essa razão, estão naturalmente sujeitas a ambientes diferentes de operação, inclusive no que diz respeito a aspectos tributários.

**SF – CRA (aguarda parecer da relatora, Sen. Fátima Bezerra - PT/RN)** e CAE. CD.

**PLS 243/2017** da senadora Rose de Freitas (MDB/ES), que "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para determinar que os fabricantes de produtos industrializados utilizem plásticos biodegradáveis como insumo".

Foco: obrigação de uso de plástico biodegradável.

### O QUE É

Determina que os fabricantes industriais devem utilizar plástico biodegradável como insumo na produção de suas mercadorias e veda a adição de metais pesados na fabricação de plásticos oxibiodegradáveis.



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

O projeto não faz distinção entre os tipos de materiais e produtos plásticos existentes, ou seja, de acordo com o PL, todos os produtos industrializados deverão ser fabricados com plásticos biodegradáveis, não levando em consideração as funcionalidades dos produtos, nem tampouco as características intrínsecas dos materiais plásticos.

Nesse sentido, o projeto não é conveniente, pois cria uma reserva de mercado, o que, por si só, não é recomendável. Adicionalmente, não se leva em consideração que os materiais oxibiodegradáveis resultam da adição de aditivos aos materiais plásticos que levam à sua fragmentação ao serem expostos à luz do sol. Ou seja, eles não se degradam, somente se fragmentam gerando uma poluição invisível e sistêmica.

Já em relação aos plásticos efetivamente biodegradáveis, a produção mundial não seria capaz de atender nem 20% da demanda do mercado brasileiro, o que demonstra a inviabilidade técnica e operacional da proposta.

SF - CMA (aguarda parecer do relator, senador Roberto Muniz - PP/BA). CD.

PLP 470/2018 (PLS-C 32/2018 do senador Eunício Oliveira – MDB/CE), que "Institui a obrigatoriedade da instalação, em 180 dias, de bloqueadores de sinais de telecomunicação para telefones celulares e estabelece a aplicação dos recursos do FUNPEN na instalação, custeio e manutenção do bloqueio de sinais de telecomunicação para telefones celulares, radiotransmissores e outros meios, em estabelecimentos penitenciários e análogos".

Foco: obrigatoriedade de instalação de bloqueadores de sinais.

Obs: apensado a este o PLP 345/2017.

## O QUE É

Obriga a instalação de bloqueadores de sinais de telecomunicações para telefones celulares, radiotransmissores e outros meios em estabelecimentos penitenciários e análogos.

**Prazo** – determina que, em 180 dias, a contar da publicação da lei, sejam instalados pela União, com a colaboração dos Estados e do Distrito Federal, bloqueadores de sinais para telefones celulares, radiotransmissores e outros meios de telecomunicação.

**Recursos** – os recursos do Funpen serão aplicados também na instalação, no custeio e na manutenção de bloqueadores de sinais de telecomunicação para telefones celulares, radiotransmissores e outros meios, em estabelecimentos penitenciários, unidades de internação e outros análogos do sistema penitenciário nacional.

**Acesso a informações e tecnologias** – as prestadoras de serviços de telecomunicações franquearão acesso irrestrito a todas as informações e tecnologias necessárias para que os órgãos gestores do sistema prisional possam impedir o acesso às telecomunicações, colaborando para a implementação de soluções tecnológicas viáveis, eficazes e eficientes.

**Concessão e renovação de outorga** – a concessão de novas outorgas para prestação de serviços de telecomunicações móveis de interesse coletivo, bem como a renovação das atuais, é condicionada à obrigação de instalação, custeio e manutenção de bloqueadores de sinais de tele e radiocomunicações em estabelecimentos prisionais.

**Custeio e manutenção** – no caso de a instalação de bloqueadores ter sido feita pelo Poder Público, caberá às prestadoras, a partir da renovação da outorga, o custeio e a manutenção desses equipamentos.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA

O projeto tem o louvável intuito de reduzir a atuação do crime organizado no país, impedindo que quadrilhas sejam comandadas de dentro dos presídios. Nos termos do projeto original, o Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) terá a obrigação de financiar o bloqueio do funcionamento das redes de telecomunicações dentro dos presídios. Trata-se de importante medida para modernização e aprimoramento do sistema penitenciário nacional, razão pela qual merece apoio do setor produtivo.

Contudo o texto aprovado no Senado Federal imputa às empresas de telefonia o ônus de custeio, manutenção e instalação dos equipamentos de bloqueio. Tal medida traz conteúdo frontalmente contrário aos princípios de livre iniciativa, defesa dos usuários e da obrigação de manutenção adequada do serviço público, previstos na Constituição Federal.

Conforme já decidiu o STF (RE 648622 AgR/DF), a intervenção estatal na economia, mediante a regulamentação e a regulação de setores econômicos, deve respeitar todos os princípios e fundamentos da ordem econômica, direcionando-se à proibição na criação de embaraços ao exercício da atividade econômica, a qual, por sua vez, deve estar fundada no respeito a consumidores e usuários de serviços públicos.

A imposição dessas obrigações representa medida de extrema e indevida restrição ao exercício da prestação de tais serviços. O próprio constituinte, na previsão das modalidades de concessão, permissão e autorização para os serviços de telecomunicações, conferiu ao legislador ordinário e ao órgão regulador competente a elasticidade necessária para assegurar a preponderância dos princípios de liberdade econômica.

A modelagem do setor de telefonia exige dos autorizatários a prestação de qualidade dos sinais radiocomunicativos, inclusive com a imposição de sanções por eventual inadimplemento dessas obrigações. Por essa razão, propostas legislativas que não observem essas diretrizes padecem de vício de constitucionalidade e seu cumprimento torna-se juridicamente impossível.

As medidas de bloqueio, ao atingirem uma gama de usuários, acabam por fulminar a norma constitucional que consagra o dever de adequação dos serviços públicos, na medida em que privam, por completo, a fruição de atividades essenciais ao exercício do direito fundamental de livre comunicação.

Desta feita, a responsabilidade de instalação e manutenção de bloqueadores de sinal em presídios somente pode ser imputada ao Estado e nunca aos particulares – diretriz observada pelo projeto original.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF (aprovado o projeto com emendas). **CD - CCTCI (aguarda designação de relator),** CSPCCO (aprovado o projeto com emenda), CFT (aprovado o projeto, adotando a emenda da CSPCCO), CCJC e Plenário.

**PLP 312/2013** do deputado João Dado (SD/SP), que "Altera a Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, que 'dispõe sobre critérios e prazos de crédito das parcelas do produto da arrecadação de impostos de competência dos Estados e de transferências por estes recebidos, pertencentes aos Municípios, e dá outras providências'".

Foco: regulamentação do rateio do valor adicionado gerado pela atividade sucroalcooleira para fins de cálculo da cota-parte do ICMS destinada aos municípios.

## O QUE É

Disciplina o rateio do valor adicionado gerado pela atividade sucroalcooleira para fins de cálculo da cota-parte do ICMS destinada aos municípios. Estabelece que, no caso das atividades de usinas produtoras de açúcar e de álcool que se estendam por territórios de mais de um município, o valor adicionado deverá ser rateado entre os municípios, proporcionalmente à área de cana-de-açúcar plantada em cada um deles. Essa forma de rateio aplica-se, também, à geração de energia da queima do bagaço da cana-de-açúcar.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVAS

A proposição apresenta solução para modificar a distribuição de benefícios gerados por plantas industriais integradas a grandes áreas de plantio que abrangem diversos municípios. A melhor distribuição dos valores gerados pela atividade econômica da indústria, para fins de cálculo da cota-parte do ICMS, reduz tensões com municípios que possuem grande parte de seus territórios ocupados por plantações, sem um retorno econômico proporcional.

Essa mudança fortaleceria a prestação de serviços desses municípios, o que reduziria a pressão sobre a indústria para realização de investimentos adicionais e ampliando a atratividade para a implantação e expansão de atividades agrícolas e de silvicultura integradas a plantas industriais.

Pelas razões expostas é que a CNI apoia que a proposta de reestruturação do rateio do valor adicionado não se restrinja ao setor sucroalcooleiro, abrangendo também setores da agroindústria que possuem produção verticalizada e integrada à produção agropecuária e florestal.

### ONDE ESTÁ? COM QUEM?

CD - CFT (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Júlio Cesar - PSD/PI, favorável ao projeto com emenda), CCJC e Plenário. SF.

**PL 5921/2001** do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR), que "Acrescenta parágrafo ao art. 37, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que 'dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências'".

Foco: caracterização de publicidade abusiva para crianças.

## O QUE É

O substitutivo aprovado nas Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) consideram abusiva a publicidade que seja capaz de induzir a criança a desrespeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família e que estimule o consumo excessivo, além das hipóteses já previstas no Código de Defesa do Consumidor.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

O texto original do projeto e o substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor interferem de forma negativa no processo de desenvolvimento econômico, especialmente no segmento da indústria de brinquedos, ao desconsiderarem que a publicidade nesse segmento é suficientemente regulamentada e fiscalizada pelos órgãos públicos competentes.

As agências de propaganda têm órgão regulador – o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar) – cuja atribuição é, justamente, impedir a propaganda enganosa ou a indução de atividades e práticas não condizentes com a ética e os bons costumes.

Contudo o substitutivo aprovado nas Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) promove alterações adequadas no projeto, preservando o livre exercício da atividade econômica, a livre manifestação do pensamento e a liberdade de informação. O texto adotado por essas Comissões define, de forma categórica, o conceito legal do que se entende por publicidade abusiva direcionada às crianças e aos adolescentes, possibilitando aos órgãos fiscalizadores competentes exercerem adequadamente o controle nesse campo publicitário específico.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**CD** – CDEICS (aprovado o projeto com substitutivo), CCTCI (aprovado o projeto com substitutivo), CDC (aprovado o projeto com substitutivo), e CCJC (expirado prazo na comissão) e **Plenário (aguarda inclusão na Ordem do Dia)**. SF.

PL 6299/2002 (PLS 526/1999 do senador Blairo Maggi – PP/MT), que "Altera os arts 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências".

Foco: registro prévio de agrotóxicos.

Obs: apensados a este, 28 projetos.

### O QUE É

Altera a lei que trata de agrotóxicos para dispor que o registro prévio do agrotóxico será o do princípio ativo.

Estabelece que será reconhecida a similaridade quando se tratar de produto substancialmente equivalente com suas características físicas, químicas e toxicológicas.

Atribui competência à União para legislar sobre destruição de embalagem dos defensivos agrícolas.



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

A definição de que o registro prévio do agrotóxico será o do princípio ativo, exclui a obrigatoriedade de registro individual dos produtos técnicos e dos produtos formulados.

A proposta contradiz a própria lei, pois o registro do princípio ativo pode englobar vários produtos técnicos e formulados, enquanto a Lei nº 7.802/1989 exige a individualização do registro prévio por produto para que possam ser produzidos, exportados, importados, comercializados e utilizados, se previamente registrados conforme as diretrizes e exigências dos órgãos federais responsáveis pelos setores de saúde, do meio ambiente e da agricultura.

Sobre o reconhecimento da similaridade conforme as características físicas, químicas e toxicológicas também há contradição, pois os critérios definidos pelo Decreto nº 4.074/2002 e, atualmente praticados para verificação da similaridade, são baseados em diversas características que não apenas as características físicas, químicas e toxicológicas.

Atualmente e de forma satisfatória, o registro de produtos equivalentes observa os critérios da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), sem prejuízo do atendimento a normas complementares estabelecidas pelos órgãos responsáveis pelos setores de agricultura, saúde e meio ambiente.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

SF (aprovado o projeto com substitutivo). **CD – CESP (aguarda parecer do relator, deputado Luiz Nishimori - PR/PR),** CCJC e Plenário.

**PL 2045/2011** do deputado Penna (PV/SP), que "Dispõe sobre a coleta e a destinação ambientalmente adequada de resíduos tecnológicos".

Foco: logística reversa de resíduos tecnológicos.

Obs: apensados a este 7 projetos.



Estabelece normas sobre a coleta e a destinação ambientalmente adequadas de resíduos tecnológicos, ao vedar o descarte desses materiais nos lixos domiciliar, comercial ou industrial.

Destinação ambientalmente adequada dos resíduos tecnológicos – a destinação ambientalmente adequada dos resíduos tecnológicos é de responsabilidade das empresas que fabricam, importam e comercializam produtos que gerem esse tipo de resíduo. Essas empresas ficam obrigadas a: a) operacionalizar o sistema de retorno dos produtos após o uso pelo consumidor; b) viabilizar postos de entrega de produtos usados; c) conscientizar o consumidor sobre os riscos à saúde e ao meio ambiente do descarte inadequado; e d) promover a reutilização, a reciclagem, a recuperação ou a disposição final ambientalmente adequada a fim de evitar riscos à saúde pública e minimizar os impactos ambientais.

**Ações de cooperação** – permite a fabricantes, importadores e comerciantes de produtos que geram resíduos tecnológicos atuarem em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis ou recicláveis.

**Resíduos tecnológicos** – consideram-se como resíduos tecnológicos: i) pilhas e as baterias portáteis, as baterias de chumbo-ácido, automotivas e industriais, as pilhas e as baterias dos sistemas de aparelhos de telefones celulares; ii) computadores e os seus equipamentos periféricos; iii) televisores e outros equipamentos que contenham tubos de raios catódicos; iv) eletrodomésticos e os eletroeletrônicos que contenham metais pesados ou outras substâncias tóxicas; e v) lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista.

**Informações no rótulo** – os produtos listados deverão apresentar símbolo que informe ao consumidor que seus resíduos se submetem a regime especial de coleta.

**Prazos** – os prazos para implantação do sistema de coleta e destinação ambientalmente adequadas de resíduos tecnológicos comercializados anualmente no Brasil serão: a) 2 anos para 30% do volume dos produtos; b) 3 anos para 50% do volume dos produtos; c) 5 anos para 80% do volume dos produtos; e d) 7 anos para, pelo menos, 95% do volume dos produtos.

**Sanções** – as pessoas físicas ou jurídicas que não cumprirem com a destinação ambientalmente adequada dos resíduos tecnológicos serão penalizadas pelas sanções previstas na Lei de Crimes Ambientais.



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

Os acordos setoriais representam o elemento central para a estruturação da logística reversa. São os espaços legítimos em que os diferentes setores envolvidos podem acordar sobre o compartilhamento das responsabilidades, dos custos e da dinâmica de implantação do processo.

Nesse sentido, o projeto reverte a lógica da Política Nacional de Resíduos Sólidos ao estabelecer, por lei, como ocorrerá o compartilhamento destas responsabilidades. Isso é um precedente que enfraquece não só o acordo de resíduos eletroeletrônicos, que se encontra em fase final de revisão pelo Comitê Orientador de Logística Reversa (Cori), como todos os demais processos em andamento.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD – CDEICS (rejeitado o projeto), CMADS (aprovado o projeto com substitutivo), CCJC (aguarda parecer do relator, Deputado Evandro Gussi – PV/SP) e Plenário. SF

**PL 2117/2011** do deputado Penna (PV/SP), que "Dispõe sobre a criação do Plano de Desenvolvimento Energético Integrado e do Fundo de Energia Alternativa".

Foco: criação do Plano de Desenvolvimento Energético Integrado e do Fundo de Energia Alternativa.

## O QUE É

Institui o Plano de Desenvolvimento Energético Integrado e o Fundo de Energia Alternativa.

Plano de Desenvolvimento Energético Integrado – este plano tem como objetivos: a) articular a atuação coordenada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com a participação da iniciativa privada, para promover o aumento da produção de biogás, biodiesel e de energia elétrica proveniente de fontes alternativas renováveis; b) propiciar a geração de empregos e de renda na produção de energia renovável, contribuindo para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento social das populações urbanas e rurais; e c) criar condições para a produção dos biocombustíveis pela agricultura familiar.

Na consecução dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Energético Integrado, participarão centros de pesquisa, universidades e concessionárias de serviços públicos, por intermédio de projetos de pesquisa, desenvolvimento e produção concernentes a biogás, biodiesel e outras fontes alternativas renováveis de energia.

O plano deverá definir diretrizes e coordenar a elaboração de programas abrangendo, entre outros: a) o estímulo à produção de biogás e biodiesel, incluída a realizada a partir de esgotos sanitários, bem como à geração de energia elétrica proveniente de fontes de energia alternativa renovável; b) a substituição gradativa dos combustíveis fósseis por fontes renováveis em frotas de transporte coletivo e veículos de propriedade

de órgãos e entidades públicos; c) a identificação das potencialidades para obtenção de créditos de carbono decorrentes da produção de biogás, biodiesel e de energia elétrica proveniente de fontes de energia alternativa renovável no âmbito do plano; e d) avaliação da viabilidade econômica da substituição da energia elétrica pela termossolar para aquecimento de água, especialmente em habitações de interesse social, bem como em redes públicas de saúde e de ensino.

Fundo de Energia Alternativa – este fundo que tem o propósito de financiar programas e projetos no âmbito do Plano de Desenvolvimento Energético Integrado será constituído por recursos tais como: a) orçamentários a ele especificamente destinados; b) obtidos com a comercialização de créditos de carbono decorrentes de projetos implantados no âmbito do Plano de Desenvolvimento Energético Integrado; c) 30%, no mínimo, dos que o MME recebe a título de compensação financeira pelo uso de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica; e d) 15%, no mínimo, dos arrecadados a título da Reserva Global de Reversão pela Lei que institui a Aneel e disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica.



### NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA

A criação de um Plano de Desenvolvimento Energético Integrado, tendo por base a expansão da matriz energética renovável, está afinada com o princípio do desenvolvimento sustentável. Trata-se de política pública plural, que será construída com a participação do Poder Público e também de agentes econômicos privados. O desenvolvimento de um parque energético baseado em fontes renováveis vem, harmonicamente, ao encontro dos compromissos que o Brasil assumiu, em tratados internacionais, no sentido da redução de efluentes poluidores. A concessão de benefícios a centrais eólicas, por exemplo, fomentará o desenvolvimento de uma matriz energética com reduzidos impactos ambientais, renovável, a preços módicos e atraentes para o setor produtivo.

O mercado energético caminha para inovações tecnológicas e o uso de fontes limpas. Dessa forma, o projeto original poderá ser aprimorado para contemplar, não somente o fomento às fontes de aero e fotogeradores, mas também a autoprodução de energia, regulamentando a mini e microgeração distribuída, pois, além de contribuírem para um futuro sustentável, essas novas formas de geração de energia também colaboram para a agricultura, além de favorecer a segurança energética, reduzir as perdas elétricas no sistema de transmissão e distribuição e auxiliarem com a modicidade tarifária.

CD - CMADS (aguarda parecer do relator, deputado Nilto Tatto - PT/SP), CME, CFT e CCJC. SF.

**PL 5608/2013** do deputado Rogério Carvalho (PT/SE), que "Regulamenta a publicidade infantil de alimentos".

Foco: proibição de publicidade infantil de alimentos com baixo valor nutricional.

Obs: apensado ao PL 4815/2009.

## O QUE É

Proíbe a publicidade, dirigida às crianças, de alimentos e bebidas com baixo teor nutritivo e alto teor de açúcar, gorduras saturadas ou sódio. Qualquer tipo de veiculação de marca ou produto em programas infantis é entendida como publicidade.

**Regras de veiculação** – proíbe a veiculação de publicidade no período compreendido entre 6 horas e 21 horas, no rádio e na televisão. A publicidade durante o horário permitido deverá vir seguida deadvertência pública sobre os males causados pela obesidade.

**Celebridades** – veda a presença de celebridades ou personagens infantis na comercialização.

**Sanções** – estabelece as seguintes sanções: a) multa; b) suspensão da veiculação da publicidade; e c) imposição de contrapropaganda.

Proíbe a publicidade, dirigida às crianças, de alimentos e bebidas com baixo teor nutritivo e alto teor de açúcar, gorduras saturadas ou sódio.



### **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

A proibição da publicidade infantil de alimentos com baixo valor nutricional afronta os princípios constitucionais inspiradores da livre atividade econômica, que prestigiam a economia de mercado, a liberdade de expressão e informação.

Ademais, o controle dos alimentos e bebidas é realizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que são estruturados e tecnicamente competentes para esta finalidade.

O objetivo do projeto é combater a obesidade, que deve ser entendida como um fenômeno de causas multifatoriais, não se restringindo à ingestão de determinado alimento. A melhor solução para o controle da obesidade é a melhoria nutricional dos alimentos, como vem fazendo a indústria de alimentos através de Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Ministério da Saúde (MS).

Ressalte-se que é papel do Poder Público a implementação de políticas públicas que garantam a saúde de todos, focadas em educação alimentar alinhada ao estímulo da prática de atividades físicas, como forma eficaz de desenvolver hábitos de vida saudáveis.

No que concerne à concessão de brindes em conjunto com alimentos, trata-se de técnica de *marketing* que goza de garantia constitucional da liberdade de iniciativa econômica, perfeitamente conciliável com a defesa do consumidor, que está protegido de publicidade enganosa ou abusiva. Tais práticas fortalecem a competitividade, beneficiando o consumidor com a ampliação de suas possibilidades de escolha.

### **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD – Apensado ao PL 4815/2009: CSSF (aguarda novo parecer da relatora, deputada. Benedita da Silva – PT/RJ), CDC, CCJC e Plenário. SF.

**PL 7064/2014** do deputado Alexandre Roso (PSB/RS), que "Dispõe sobre o recolhimento de medicamentos vencidos e a devolução de medicamentos excedentes ainda em validade, e dá outras providências".

Foco: recolhimento de medicamentos vencidos e devolução de medicamentos excedentes ainda em validade.

Obs: apensado ao PL 2121/2011.

### O QUE É

Estabelece normas gerais disciplinadoras do recolhimento de medicamentos vencidos e da devolução de medicamentos excedentes, ainda, em validade.

O substitutivo aprovado na CDEICS altera a PNRS para incluir a logística reversa obrigatória de medicamentos inservíveis.

**Logística reversa** – inclui na Política Nacional de Resíduos Sólidos a logística reversa de resíduos de medicamentos de uso humano, em desuso ou impróprios para o consumo, provenientes de domicílios, em suas respectivas embalagens primárias.

**Repartição de custos** – determina que fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos serão responsáveis pelos custos decorrentes da implantação do sistema de logística reversa.

**Classificação de risco** – autoridade competente disporá em ato próprio sobre a classificação de risco e a destinação ambientalmente adequada de produtos e embalagens.



# NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVAS

A CNI defende a estabilidade da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e a prevalência dos acordos setoriais como instrumento legítimo de definição do compartilhamento dos custos e das obrigações entre os setores responsáveis por implantar os sistemas de logística reversa.

Contudo o texto aprovado na CDEICS, ao incluir o sistema de logística reversa de medicamento na PNRS, apresenta uma solução equilibrada que não invade as disposições reservadas aos acordos setoriais, conforme resultado de amplo debate com a participação dos segmentos diretamente envolvidos no processo.

# **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**CD – apensado ao PL 2121/2011:** CDEICS (aprovado o projeto com substitutivo), **CSSF** (aguarda parecer do relator, deputado Dr. Sinval Malheiros - PODE/SP), CMADS e CCJC. SF.

**PL 1220/2015** do deputado Celso Russomanno (PRB/SP), que "Regulamenta a desistência do contrato de incorporação imobiliária com a retenção de até 10% (dez por cento) do valor pago por parte da incorporadora".

Foco: desistência do contrato de compra e venda de imóveis adquiridos na planta.

# O QUE É

Estabelece regras para a desistência do contrato de incorporação imobiliária e fixa o valor de retenção por parte da incorporadora.

**Valor da retenção pela desistência do negócio** – faculta à incorporadora, nos contratos de compra e venda de imóveis adquiridos na planta, a retenção do valor de até 10% do valor pago pelo adquirente desistente do negócio, incluindo a taxa de corretagem.

**Devolução do valor retido** – estabelece, em relação à devolução do valor retido, que: a) o prazo para devolução da quantia ao adquirente será de 30 dias úteis contados da notificação, acrescidos de correção monetária sobre cada um dos pagamentos e juros de 1% ao mês; b) a totalidade da quantia deverá ser devolvida de uma só vez no prazo de 30 dias; e c) a incorporadora poderá descontar os valores devidos da quantia total a ser devolvida ao adquirente inadimplente.

Não será devida a retenção na hipótese de rescisão de contrato por culpa inexcusável da incorporadora.

**Desistência** – o adquirente poderá desistir da compra do imóvel a qualquer momento e a incorporadora poderá reter eventuais prejuízos caso o adquirente já usufrua do imóvel.

Autoriza o adquirente a requerer a devolução proporcional da quantia paga ao incorporador e à instituição financeira na hipótese de a incorporadora obter financiamento do imóvel junto à instituição financeira.



# NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVA

A indústria acompanha com preocupação o aumento da incidência do distrato no mercado imobiliário e defende mudanças visando dar maior clareza ao fixado pela legislação e estabelecer isonomia no tratamento oferecido às partes. As entidades representativas da Indústria da Construção e do Mercado Imobiliário apuraram junto a seus associados, em alguns empreendimentos, a ocorrência de distrato em níveis elevadíssimos.

Ao programarem o empreendimento, as empresas contraem empréstimos para obter os recursos necessários à execução das obras. Esses instrumentos pressupõem um mínimo de unidades vendidas ao longo do tempo, como lastro, e, quando essas metas não são atingidas, a liberação de parcelas do financiamento à produção e, consequentemente, o andamento das obras ficam prejudicados, comprometendo a conclusão e o prazo de entrega dos empreendimentos.

A deterioração do cenário econômico nacional, com retração no acesso ao crédito pelo consumidor, é fator relevante nesse cenário; mas também o uso de brechas na legislação pelo comprador aprofunda o problema. As decisões judiciais têm sido tomadas sem considerar despesas efetivamente decorridas em função da venda efetivada. É preciso considerar que as despesas associadas à venda existiram e devem ser arcadas por quem descumpre o contrato. Se o contrato é rompido sem ressarcimento, esse custo acaba onerando o empreendimento e prejudicando os demais compradores, criando uma grave distorção.

Ao considerar que a proposta original não propicia um regramento objetivo que favoreça a segurança jurídica para a relação contratual entre o empreendedor e o adquirente do imóvel, o relator da matéria na Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) apresentou texto substitutivo adequado, ao estabelecer direitos e deveres, de forma clara, ao incorporador e adquirente no caso de desistência da compra de imóvel na planta. Além disso, trouxe uma inovação ao regrar, de maneira também equilibrada, a resilição contratual nos imóveis objeto de parcelamento de solo urbano, iniciativa que merece total apoio.

# **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD - CDC (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado José Stédile - PSB/RS, favorável ao projeto com substitutivo) e CCJC. SF.

**PL 1565/2015** do deputado Irajá Abreu (PSD/TO), que "Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para estender ao maquinário utilizado na atividade de silvicultura, (nas operações: supressão, preparo de solo, plantio, tratos silviculturais, colheita, transporte e beneficiamento) o tratamento tributário e as condições de crédito concedidas ao maquinário agrícola e pecuário".

Foco: incentivos fiscais e creditícios para maquinário utilizado na silvicultura.

# O QUE É

O projeto altera a Política Agrícola Nacional para estender ao maquinário utilizado na atividade de silvicultura o tratamento tributário e as condições de crédito concedidas ao maquinário agrícola e pecuário. A emenda aprovada na Comissão de Agricultura condiciona o benefício fiscal à regularidade da propriedade nos termos do Código Florestal.



## NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

A proposição visa conferir segurança jurídica ao setor de florestas plantadas para o acesso às desonerações tributárias e aos incentivos creditícios para aquisição de maquinário, hoje assegurados ao setor agrícola. Apesar de a redação da lei que dispõe sobre as diretrizes da política agrícola brasileira incluir as atividades florestais, o projeto evita interpretações restritivas à extensão dos benefícios concedidos ao setor.

A iniciativa vem em boa hora, pois, recentemente, o Decreto nº 8.375/2014 instituiu a Política Agrícola para Florestas Plantadas, incluindo-a formalmente no âmbito das políticas públicas setoriais do agronegócio nacional. A emenda aprovada na Comissão de Agricultura condiciona o benefício tributário à regularidade ambiental da propriedade, nos termos do Código Florestal.

## **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD – CAPADR (aprovado o projeto com emenda), CFT (aguarda parecer do relator, deputado Leonardo Quintão – MDB/MG) e CCJC. SF

**PL 2079/2015** do deputado Jerônimo Goergen (PP/RS), que "Inclui no rol de crimes hediondos o roubo, furto, receptação e contrabando de defensivos agrícolas".

Foco: inclui no rol de crimes hediondos o roubo, furto, receptação e contrabando de defensivos agrícolas.

Obs: apensado a este o PL 4689/2016.



Inclui os crimes de roubo, furto, receptação e contrabando de defensivos agrícolas no rol de crimes hediondos.



## NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

O precedente da inclusão de falsificação de remédios no rol de crimes hediondos foi determinante na redução da escalada desses crimes. Infelizmente, há uma quantidade expressiva no mercado de defensivos agrícolas falsificados/contrabandeados, por meio da incisiva ação de organizações criminosas, o que pode resultar em graves riscos ao agronegócio brasileiro.

## ONDE ESTÁ? COM QUEM?

CD - CCJC (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Alceu Moreira - MDB/RS, favorável ao projeto com substitutivo) e Plenário. SF.

**PL 2222/2015** do deputado Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), que "Altera a Lei n.º 11.445, de 05 de janeiro de 2007, para estimular o descarte adequado de resíduos sólidos por meio de desconto na conta de esgoto residencial da pessoa física; e a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, para incluir a obrigatoriedade de logística reversa de óleos e gorduras de origem vegetal ou animal usados".

Foco: obrigatoriedade de logística reversa de óleos e gorduras de origem vegetal e animal.

# O QUE É

O projeto inclui na Política Nacional de Resíduos Sólidos a obrigação legal de implantação de sistema de logística reversa para óleos e gorduras usados, de origem vegetal ou animal. Também prevê descontos na taxa cobrada pela prestação de serviço público de esgotamento sanitário para usuários que promoverem o descarte ambientalmente adequado desse material.



# NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE COM RESSALVA

A imposição de implantação de sistemas de logística reversa por meio de lei tem pouca efetividade, pois não é possível impor a determinado setor ônus e encargos em detrimento de outros setores, sem a definição de acordos prévios. Essa construção passa necessariamente pelos acordos setoriais, que devem contar com o aval do Poder Público e conferem legitimidade e viabilidade política, econômica e operacional à implantação dos sistemas de logística reversa. Além disso, impor somente à indústria a responsabilidade pela logística reversa não garante que o consumidor de óleo irá descartar o resíduo da forma correta.

Nesse sentido, o projeto não contribui para a melhoria do panorama de gestão de resíduos sólidos, pois impõe o estabelecimento de um sistema de logística reversa, independentemente da viabilidade econômica e técnica da proposta e das iniciativas já em andamento, conduzidas pelo setor.

Ademais, a obrigatoriedade da logística reversa gera insegurança jurídica ao ambiente regulatório do setor de saneamento, pois, além de colocar em risco o equilíbrio econômico-financeiro de contratos em andamento, também impõe parâmetro de ajuste tarifário, que possui questionável viabilidade técnica e de aplicação.

Melhor seria que o projeto remetesse a solução do problema para os municípios no âmbito dos planos municipais de gestão de resíduos e de suas competências regulatórias sobre serviços sob sua titularidade.

# **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD – CDU (aprovado o projeto com substitutivo), CDEICS (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Renato Molling - PP/RS, que adota o substitutivo aprovado na CDU), CMADS, CFT e CCJC. SF.

**PL 2293/2015** do deputado Goulart (PSD/SP), que "Dispõe sobre a proibição de espuma de poliestireno (isopor) em embalagens de alimentos e copos térmicos em todo o território nacional e dá outras providências".

Foco: proibição do uso de isopor em embalagens de alimentos e copos.

Obs: apensados a este os PLs 3346/2015 e 5482/2016.

# O QUE É

Proíbe o uso de espuma de poliestireno (isopor) nas bandejas para acondicionamento de alimentos *in natura* ou processados e de copos térmicos para bebidas quentes em todos os estabelecimentos comerciais do país.

Permite o uso de papel-cartão encerado com resina de origem vegetal e plásticos moldados, sendo que as embalagens e os copos deverão conter a simbologia correspondente ao material reciclável utilizado, podendo ser gravado no molde ou constar na etiqueta adesiva.

O descumprimento do disposto na presente lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades: a) advertência; b) multa de R\$500,00 e apreensão da mercadoria, aplicada em caso de reincidência e em dobro após nova reincidência; e c) cassação da licença de funcionamento, para o caso de a infração persistir após a terceira reincidência.



## **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

O projeto não soluciona o problema dos resíduos gerados, apenas modificando embalagens de isopor por embalagens plásticas ou de papel. É inegável, portanto, que há uma escolha política por determinado produto, absolutamente incompatível com o livre exercício de atividade econômica, previsto e garantido constitucionalmente.

O banimento do isopor (EPS) pode ser considerado um retrocesso, pois o produto apresenta grande importância na economia brasileira. O uso de embalagens de EPS preserva a qualidade dos alimentos, possibilitando que produtos animais e vegetais sejam conservados, otimizando seus ciclos de vida, já que retarda sua decomposição.

Ademais, o isopor não constitui substrato ou alimento para o desenvolvimento de microrganismos, razão pela qual pode entrar em contato direto com os produtos alimentares sem alterar suas características.

A reciclagem do EPS é uma realidade, viável técnica e economicamente, que já ocorre na prática por meio de diversas empresas líderes no mercado de embalagens. A indústria de reciclagem de EPS tem faturamento de R\$86 milhões e emprega 1.400 pessoas.

#### ONDE ESTÁ? COM QUEM?

**CD – CMADS (aguarda parecer do relator, deputado Carlos Gomes - PRB/RS),** CDEICS, CSSF e CCJC. SF.

**PL 2902/2015** da deputada Soraya Santos (MDB/RJ), que "Institui a padronização de tamanho de peças de vestuário".

Foco: padronização do tamanho das peças de vestuário.

#### Y O QUE É

Institui a padronização do tamanho das peças de vestuário e confere ao Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (Conmetro) a responsabilidade de elaborar e expedir regulamento técnico que disponha sobre padronização do tamanho das peças de vestuário adulto e infantil, discriminado por sexo, quando for o caso.

O Conmetro terá 180 dias, a contar da data de publicação da lei, para publicar o regulamento técnico, que deverá ser revisado a cada dez anos com base em estudos antropométricos da população brasileira.



## **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

A padronização dos tamanhos deve ser compreendida como uma das estratégias de atuação e diferencial competitivo das empresas. Com esse foco, o tema abordado pelo projeto deve ser objeto de pesquisas, projetos e estudos antropométricos, que visem compreender, cada vez melhor, o corpo dos brasileiros e brasileiras, aprimorando o referencial de tamanhos. A padronização mal conduzida pode acarretar desconforto, insegurança, ineficiência e problemas estéticos para o consumidor.

As normas de padronização não podem interferir, de forma restritiva, na criação do produto, considerando aspectos ergonômicos, funcionais e estéticos de acordo com o modelo a interpretar e, especialmente, o tecido a ser utilizado. As tendências de moda promovem um processo dinâmico de seleção de volumes, que devem adequar suas bases de modelagem às alterações requeridas e aos materiais disponíveis.

Faz-se necessária maior discussão no âmbito infralegal. Vincular a padronização em lei é enfraquecer a relevância da matéria e desconsiderar seu dinamismo, podendo inclusive inviabilizar a produção.

Ressalta-se, por fim, que a proposta é inconstitucional, pois define novas atribuições para o Conmetro, que é um órgão público da Administração Federal. Quaisquer inovações em termos de competências de órgãos públicos federais devem ser por projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo, ou por meio de decreto, na hipótese de não haver aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

## ONDE ESTÁ? COM QUEM?

CD – CDEICS (aprovado o projeto) e CCJC (aguarda parecer do relator, deputado Luiz Fernando Faria - PP/MG). SF.

**PL 3372/2015** do deputado Fausto Pinato (PP/SP), que "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro para dispor sobre veículos ciclomotores-leves e ciclomotores-leves elétricos".

Foco: regulamentação de ciclomotores leves.



# O QUE É

Estabelece como competência dos órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios, no âmbito de sua circunscrição:

- a. registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores com motor de combustão interna ou elétrico;
- b. fiscalizar e controlar o processo de formação de candidatos à obtenção da autorização para conduzir ciclomotores; e
- c. emitir autorização para condução de ciclomotores.

**Cadastro de ciclomotores** – determina que os ciclomotores, com motor a combustão ou elétrico, deverão ser registrados em sistema de cadastro específico dos Municípios.

**Autorização para condução** – o candidato à obtenção de autorização para condução de ciclomotores deve comparecer a, no mínimo, 2 horas de curso teórico-técnico, presencial ou semipresencial, e 3 horas no curso de prática de direção veicular.



# **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

A proposta devolve aos municípios a atribuição de regulamentar os veículos ciclomotores leves e/ou elétricos que, desde 1º de agosto de 2015, estão obrigados ao registro e licenciamento perante às autoridades estaduais (Detran e Ciretran), assim como qualquer veículo automotor em circulação nas vias públicas do país.

Ao devolver a competência de registro e licenciamento aos municípios, repete-se a situação que havia antes em que, por omissão ou falta de condições, milhares de cidades brasileiras não regulamentaram o registro e licenciamento de ciclomotores, impedindo que os agentes públicos pudessem fiscalizar seu tráfego em vias públicas, autuar condutores e apreender os veículos que tivessem cometido algum tipo de infração.

Destaca-se que, por se tratar de veículo automotor que utiliza as mesmas vias de circulação que os demais veículos, os ciclomotores devem estar submetidos às mesmas regras de trânsito dos demais veículos. Portanto, não faz sentido exigir que o motociclista habilitado na categoria "A" passe por 30 horas de aulas teóricas e práticas, enquanto o condutor de ciclomotor passe apenas por 3 horas, conforme previsto no texto do referido projeto. Tal medida coloca em risco a segurança das pessoas que trafegam em vias públicas.

É preciso considerar que o trânsito brasileiro é extremamente violento, sendo as maiores vítimas pedestres e motociclistas. Diante disso, não se pode defender a perda de segurança, de controle e de exigências mínimas para circulação de veículos, pois isto seria expor, ainda mais, a população aos riscos diários do trânsito urbano.

# **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**CD -** CVT (aprovado o projeto com substitutivo) e **CCJC (aguarda parecer do relator, deputado Hildo Rocha - MDB/MA).** SF.

**PL 4967/2016** do deputado Luiz Lauro Filho (PSB/SP), que "Altera a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para exigir que os impressos de propaganda distribuídos em locais públicos sejam feitos com material reciclado e biodegradável".

Foco: exigência de propaganda impressa em material reciclado.

# O QUE É

Altera a Lei de Resíduos Sólidos para estabelecer que os panfletos de propaganda distribuídos em vias públicas serão confeccionados em material reciclado e biodegradável e deverão exibir a seguinte mensagem: "Não jogue este impresso na via pública. Descarte-o adequadamente no lixo".



# **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

A simples alteração do tipo de material utilizado na fabricação dos encartes publicitários não diminuirá o descarte incorreto ou mesmo evitará o entupimento das redes de drenagem, uma vez que papéis reciclados/biodegradáveis, caso acumulados, também podem obstruir as redes de escoamento.

Deve-se priorizar a realização de um trabalho de conscientização ambiental a partir da inserção, nos materiais impressos, da expressão "Não jogue este impresso na via pública. Descarte-o adequadamente no lixo", como proposto pelo projeto de lei.

Ademais, o papel reciclado encontrado no mercado brasileiro é, atualmente, mais caro que o papel virgem. Logo, a exigência prevista na proposta influenciará negativamente nos custos da indústria gráfica – que já enfrenta as dificuldades inerentes a um quadro de retração econômica.

Os papéis reciclados/biodegradáveis comuns não são brancos e, por isso, sua utilização pela indústria gráfica (principalmente em trabalhos que tenham por foco a finalidade de cor) compromete, sobremaneira, a qualidade do produto final. Além disso, não há uma Norma Regulamentadora para o gerenciamento de cor utilizando esse papel.



Por fim, destaca-se que a atual produção nacional de papéis reciclados/biodegradáveis não é suficiente para atender ao "novo mercado" que seria criado pelo projeto de lei – ou seja, sendo aprovada a proposição, a indústria gráfica teria grande dificuldade para encontrar fornecedores.

## **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD - CDU (aguarda parecer do relator, Dep. Alex Manente - PPS/SP), CMADS e CCJC. SF

**PL 5522/2016** do deputado Vanderlei Macris (PSDB/SP), que "Torna obrigatória, na rotulagem de alimentos industrializados, a exposição clara e destacada da quantidade de carboidratos, sal, açúcar e gordura utilizados em sua formulação".

Foco: obrigatoriedade de exposição em rótulos sobre a composição de alimentos industrializados.

Obs: apensados a este, os PLs 6770/2016 e 7621/2017.

# ○ O QUE É

O substitutivo da Comissão de Defesa do Consumidor estabelece regras para a rotulagem frontal de alimentos com quantidades elevadas de carboidratos, açúcar, de gordura saturada, de gordura trans e de sódio.

**Quadro informativo na embalagem** – adicionalmente às demais exigências estabelecidas na legislação para a rotulagem de alimentos industrializados, ficam os fabricantes desses produtos obrigados a veicular mensagem escrita, em quadro informativo de fácil e destacada visualização na parte frontal da embalagem do produto, informando a presença de adoçantes artificiais e álcoois de açúcar no respectivo produto, bem como as quantidades totais e os percentuais de carboidratos, açúcar, gordura saturada, gordura trans e sódio contidas na composição do alimento.

**Alertas** – caso a quantidade dos nutrientes elencados apresente níveis superiores aos recomendados para o consumo humano, é obrigatória a inscrição de alerta na embalagem para cada caso respectivo, quais sejam: a) "Muita açúcar"; b) "Muita gordura saturada"; c) "Muita gordura trans"; d) "Muito sódio"; e) "Muitos carboidratos", e, ainda, "Contém adoçante', se o alimento apresentar adoçantes artificiais na sua composição.

**Campanhas de divulgação** – nas campanhas de divulgação de produto alimentício que contenha excesso de carboidrato, açúcar, gordura saturada, gordura trans, sódio, conservantes e produtos contraindicados na composição do respectivo alimento para

crianças com idade inferior a 6 anos, deverão ser rigorosamente observados os devidos alertas para os responsáveis, mediante a divulgação destacada dos riscos para a saúde do consumo excessivo de tal alimento, permitindo a fácil compreensão, observados os termos do regulamento.

**Regulamentação** – norma específica do órgão competente responsável regulamentará o disposto na lei.



## **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

A questão nutricional ocupa hoje um lugar de destaque no contexto mundial e é evidente a importância de promover mudanças práticas que auxiliem as pessoas no dia a dia. No entanto a construção de novas políticas voltadas ao consumidor deve ter função educativa e respeitar suas necessidades individuais.

A adoção de modelos proibitivos, alarmistas e de difícil compreensão não só deixa a desejar no quesito informação, como dificulta a escolha na hora de comprar o alimento. Desse modo, vê-se que a matéria veiculada no projeto merece contemplar as premissas do Modelo em Cores de Rotulagem Nutricional Frontal, por ser esse o modelo mais sustentável, que mais informa e se adéqua à realidade e às necessidades da população brasileira e, ainda, o que mais contribui para uma dieta nutricionalmente adequada.

# **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

**CD -** CDC (aprovado o projeto com substitutivo), **CDEICS (aguarda parecer do relator, deputado Lucas Vergílio - SD/GO)**, CSSF e CCJC. SF.

**PL 5811/2016** do deputado Moses Rodrigues (MDB/CE), que "Dispõe sobre a aplicação de recursos em pesquisa, desenvolvimento e inovação em fontes renováveis de energia pelos contratados para pesquisa e lavra de petróleo e gás natural".

Foco: incentivos à pesquisa e a adoção de novas tecnologias na área de fontes renováveis de energia.



# O QUE É

Determina que, nos casos de grande volume de produção ou de grande rentabilidade das atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, os contratados serão obrigados a realizar despesas com pesquisa, desenvolvimento e inovação em montante equivalente a 1% do valor bruto da produção de cada campo, sendo 50% desse montante destinados a fontes renováveis de energia.

Acresce entre as finalidades da Agência Nacional do Petróleo (ANP) estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias na área de fontes renováveis de energia.



# NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE

O direcionamento dos recursos de P&D de livre escolha das empresas petrolíferas para outros temas trará forte impacto ao desenvolvimento da indústria de óleo e gás no Brasil. O texto proposto promove uma redução no investimento direto em P,D&I na indústria de petróleo e gás, que necessita de investimento contínuo para manter e alavancar sua capacidade de produção e superar seus variados desafios tecnológicos.

Vale destacar que o investimento em pesquisa em energias alternativas já é contemplado pela Aneel por meio de seu programa de P&D, que tem como objetivo promover inovações para fazer frente aos desafios tecnológicos e de mercado das empresas de energia elétrica, incentivando, estimulando e viabilizando o ciclo completo da cadeia da inovação em tecnologia. Esse investimento é relevante para o setor elétrico brasileiro, abordando desde a Pesquisa Básica Dirigida até o Aprimoramento e Aplicação Real, desenvolvendo conhecimentos e transformando-os em resultados práticos, em benefício da sociedade e provocando uma melhora no desempenho do próprio setor elétrico. Já existe, também, a obrigação de investimento em projetos de eficiência energética, para atender aos objetivos de redução dos impactos relacionados ao uso da energia.

A restrição de temas para investimento em P&D trará impactos extremamente danosos ao desenvolvimento da produção na maior província petrolífera do país, os campos do pré-sal. A produção no pré-sal requereu grandes investimentos no desenvolvimento de tecnologia e seu sucesso está intrinsicamente relacionado a essa inciativa. É prejudicial a transferência desses recursos, hoje à disposição das empresas petrolíferas, para outras áreas de conhecimento (que inclusive já são agraciadas por parte desses recursos) nas proporções definidas pelo projeto de lei.

# **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD - CMADS (aguarda parecer do relator, deputado Nilto Tatto - PT/SP), CME e CCJC. SF

PL 5994/2016 do deputado Marcus Pestana (PSDB/MG), que "Altera a Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que "define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências", para fixar os requisitos a serem observados para a dispensa de registro e internalização dos imunobiológicos, inseticidas, medicamentos e outros insumos estratégicos quando adquiridos por intermédio de organismos multilaterais internacionais, para uso em programas de saúde pública pelo Ministério da Saúde e suas entidades vinculadas".

Foco: requisitos para que a Anvisa possa dispensar de registro e internalizar insumos estratégicos.

# O QUE É

São requisitos para que a Anvisa possa dispensar de registro os imunobiológicos, inseticidas, medicamentos e outros insumos estratégicos quando adquiridos por intermédio de organismos multilaterais internacionais, para uso em programas de saúde pública pelo Ministério da Saúde e suas entidades vinculadas: a) a ausência de produto devidamente registrado no Brasil, com os mesmos compostos ativos; e b) a impossibilidade de suprimento da demanda por produto registrado e comercializado no Brasil.

São requisitos para que a Anvisa possa internalizar os produtos dispensados de registro: a) a avaliação e a emissão de parecer favorável conclusivo pela agência sobre a comprovação da segurança, da eficácia e da qualidade do produto; b) a comprovação de que o produto apresenta registro no país de origem ou no país onde está sendo comercializado; e c) a comprovação de que o fornecedor e o detentor de registro do produto estejam no pleno exercício de seus direitos legais.



## NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

O Fundo Rotativo para Fornecimento de Produtos Estratégicos para a Saúde, da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), tem tido papel fundamental no atendimento de demandas específicas, de países com dificuldades de acesso a produtos críticos para a saúde pública, tais como medicamentos, inseticidas e *kits* para diagnósticos. Essa dificuldade é resultado da inexistência, ou insuficiência desses produtos e o seu fornecimento auxilia na proteção da população em relação às piores doenças já conhecidas no mundo, tais como poliomielite, sarampo, febre amarela, rotavírus, HPV, entre tantas outras.

Diante do dever de proteger a população, é notória a importância de o Estado poder se valer de mecanismos que permitam a contenção e a solução das situações excepcionais de saúde pública, de caráter endêmico ou pandêmico e/ou de urgência, que coloquem em risco a população.

Com esse objetivo, o Governo Federal editou medida provisória que alterou a lei que criou a Anvisa, para facultar a dispensa pela agência do registro dos imunobiológicos, inseticidas, medicamentos e outros insumos estratégicos, quando adquiridos por intermédio de organismos multilaterais internacionais, para uso em programas de saúde pública pelo Ministério da Saúde e por suas entidades vinculadas.

No entanto o Ministério da Saúde, por meio da Anvisa, tem aplicado essa prerrogativa legal sem que tenham sido definidos os requisitos pertinentes para que a agência dispense de registro e internalize esses produtos, deixando espaço para a insegurança jurídica, em detrimento das indústrias regularmente estabelecidas no Brasil, sujeitas a uma das mais altas cargas tributárias do mundo.

Nesse sentido, faz-se necessária a inclusão de requisitos a serem observados tanto para a dispensação de registro, quanto para a internalização desses produtos em território nacional, como propõe o projeto de lei em questão.

# ONDE ESTÁ? COM QUEM?

CD – CSSF (aprovado o projeto) e CCJC (aguarda designação de relator). SF

**PL 6346/2016** da deputada Mariana Carvalho (PSDB/RO), que "Dispõe sobre a utilização de materiais plásticos e de isopor em bandejas, copos, pratos, talheres e outros utensílios descartáveis para o acondicionamento de alimentos".

Foco: utilização de material biodegradável na composição de utensílios destinados ao contato direto com alimentos.

Obs.: apensado ao PL 612/2007.

# O QUE É

Obriga a utilização de materiais biodegradáveis na composição de bandejas, copos, pratos, talheres e outros utensílios descartáveis de plástico e de isopor destinados ao contato direto com alimentos.

Define o prazo de até quatro anos para que a composição desses produtos contenha, no mínimo, 50% de material biodegradável.



# NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE

A proposta possui uma série de fragilidades técnicas e operacionais que indicam que não foi feita uma análise acurada de seu impacto regulatório nem de sua viabilidade. Propor que os materiais tenham até 50% de resinas biodegradáveis não leva em consideração que não há disponibilidade desse material no Brasil e no mundo para atender a tal demanda.

Outro aspecto que demonstra que a proposição é inadequada é o fato de que a mistura proposta inviabiliza a reciclagem do plástico comum, 100% reciclável, e impede que os materiais sejam efetivamente biodegradáveis. Isso acarretaria em sensíveis prejuízos às cadeias produtivas de reciclagem.

Por fim, a biodegradação de resinas depende de estruturas de compostagem para que seja efetiva. Essas estruturas são ausentes no Brasil, o que também contribui para que a proposta seja inócua, do ponto de vista prático.

## **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD: Apensado ao PL 612/2007 – CDEICS (aprovado o projeto com substitutivo), CMADS (aguarda parecer do relator, deputado Nilton Tatto – PT/SP), CCJC e Plenário. SF.

**PL 6881/2017** do deputado Ricardo Izar (PP/SP), que "Proíbe o uso de fogos de artifício com estampido".

Foco: proibição do uso de fogos de artifício com estouros e estampidos.



#### Y O QUE É

Proíbe o uso de fogos de artifício que causem poluição sonora como estouros e estampidos. Estende-se a todo o território nacional, em recintos fechados e ambientes abertos, em áreas públicas e locais privados.

**Pena** – detenção, de 3 meses a 1 ano, e multa, podendo ser aplicada em dobro em caso de reincidência.



# **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

Os fogos de artifício com efeito sonoro (estouro ou estampido) fazem parte da tradição cultural, religiosa e esportiva dos brasileiros. Comemorações com fogos de estampido em Festas Juninas, finais de campeonato de futebol e nas festas da Padroeira do Brasil (Nossa Sra. Aparecida) são alguns exemplos do uso desse tipo de artefato pirotécnico por milhares de brasileiros.

A indústria pirotécnica brasileira é considerada a segunda maior do mundo, ficando atrás somente da China, e segundo minucioso estudo realizado pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL) estima-se que "cerca de 190 mil pessoas vivem direta ou indiretamente da indústria pirotécnica".

Por fim, é importante destacar que os fogos de artifício utilizados no Brasil são controlados pelo Exército Brasileiro e submetidos a criteriosos testes de qualidade e funcionamento antes de serem autorizados para o comércio.

A esmagadora maioria dos acidentes com fogos de artifício pelo usuário está relacionada ao não atendimento às instruções grafadas na embalagem da fabricante somado ao efeito de bebidas alcoólicas.

## ONDE ESTÁ? COM QUEM?

CD - CMADS (aguarda apreciação do parecer do relator, deputado Valdir Colatto - MDB/SC, pela rejeição do projeto), CCJC e Plenário. SF.

**PL 6910/2017** do deputado Victor Leandre (PSD/MA), que "Altera a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, para estabelecer condições aplicáveis à comercialização de pescados e de seus derivados destinados à alimentação humana".

Foco: condições aplicáveis à comercialização de pescados e de seus derivados destinados à alimentação humana.

Obs: apensado ao PL 3988/2012.

# O QUE É

Estabelece requisitos para comercialização de pescados e seus derivados, quando destinados à alimentação humana.

Os pescados frescos ou resfriados poderão ser comercializados a granel ou pré-medidos e embalados. Já os pescados congelados somente poderão ser comercializados pré-medidos e embalados.

Nos rótulos de pescados e derivados embalados ou em placas afixadas junto aos produtos comercializados a granel, deverão constar, entre outros dados exigidos em lei ou em regulamento, as seguintes informações:

- a. o nome vulgar e a denominação científica da espécie;
- b. a origem do pescado, especificando se foi capturado em seu *habitat* natural (produto da pesca extrativa) ou se foi criado em cativeiro (produto da aquicultura);
- c. se o produto contém ou pode conter resíduos de medicamentos antimicrobianos, de metais pesados ou de outros contaminantes orgânicos ou inorgânicos, identificando-os, se for o caso;
- d. se o aspecto visual do produto foi ou pode ter sido alterado pelo emprego de corante natural ou sintético e, em caso afirmativo, sua denominação, composição e quantidade; e
- e. o teor de lipídeos (gorduras saturadas, insaturadas e totais) por unidade de massa (quilograma) de produto e, se for o caso, o teor de ácidos graxos carboxílicos poli-insaturados denominados ômega 3.

As informações deverão ser apresentadas de forma clara e precisa, em língua portuguesa, grafadas em caracteres que possibilitem sua fácil visualização e leitura pelo consumidor.

O descumprimento implica responsabilidade e sujeita o infrator a sanções.



# NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE COM RESSALVAS

O projeto é meritório ao regulamentar as formas de comercialização dos pescados e derivados.

No entanto, quanto às informações que devem constar no rótulo, há que se considerar que o tema é amplamente amparado pela legislação nacional e internacional aplicável aos alimentos.

Quanto à rotulagem de alimentos pescados, encontram-se, em vigência no Brasil, normas do Inmetro (Portarias nº 157/2002, 248/2008 e 38/2010); do Mapa (IN nº 21/2017 e Portaria 185/1997); do Ministério da Saúde (Resolução nº 4/1988); e da Anvisa (RDC nº 42/2013).

Portanto, é desnecessário tratar do tema em Projeto de Lei, sob pena de se criar barreiras técnicas não tarifarias a produtos brasileiros, considerando-se, inclusive, normativas harmonizadas no âmbito do Mercosul.

## **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD - Apensado ao PL 3988/2012: CDEICS (aguarda novo parecer do relator, deputado Aureo - SD/RJ), CDC e CCJC. SF.

**PL 6950/2017** do deputado Leandre (PV/PR), que "Acrescenta o inciso VI ao art. 32 da lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015".

Foco: priorização na aquisição de imóvel que considere os princípios do desenho universal.

# O QUE É

Altera a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência para estabelecer que os imóveis destinados às pessoas com deficiência, no âmbito dos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, deverão adotar, nos projetos, tipologias construtivas que considerem os princípios do desenho universal.



# **NOSSA POSIÇÃO: DIVERGENTE**

A proposta impõe custo adicional aos programas públicos de moradia social. Vale ressaltar que, apesar de 3% das unidades do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) serem adaptadas às pessoas com deficiência, apenas cerca de 1,5% são comercializadas para esse público, na faixa 1 do PMCMV (renda de R\$1.800 por mês). Nas demais faixas, a porcentagem é menor ainda.

O aumento dos custos das unidades do programa, caso 100% das unidades tivessem que atender ao desenho universal, levaria à exclusão significativa da possibilidade de compra de moradia pelas famílias na Faixa 1,5 (renda até R\$2.600,00) e na Faixa 2 (renda até R\$3.600,00).

Ademais, não há norma técnica adequada que estabeleça os critérios e padrões técnicos do conceito do desenho universal. Hoje o conceito existente sobre o desenho universal (ABNT NBR 9050) não está suficientemente objetivo para aplicação em obras e projetos arquitetônicos. Apesar da referida norma técnica dispor sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, ela não confere critérios objetivos e segurança jurídica para aplicação pelo gestor público em programas habitacionais.

Além disso, o Desenho Universal foi vetado em julho de 2015 na Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015), em função dos impactos no orçamento do PMCMV. Estima-se que o desenho universal representa um acréscimo de 10% de área e de cerca 8% nos custos dos empreendimentos.

# **ONDE ESTÁ? COM QUEM?**

CD - CDU (aguarda novo parecer do relator, deputado Júlio Lopes - PP/RJ), CPD e CCJC. SF.

**PL 7203/2017** da deputada Laura Carneiro (Sem partido/RJ), que "Altera a Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, acrescentando os beneficiários e segmentos do setor espacial brasileiro contemplados no Regime Especial para a Indústria Aeroespacial".

Foco: ampliação dos beneficiários do Regime Especial para a Indústria Aeroespacial (Retaero).

# O QUE É

Inclui entre os beneficiários do Regime Espacial para a Indústria Aeronáutica Brasileira (Retaero), a pessoa jurídica que produza bens ou preste serviços relativos a atividades espaciais no país, isoladamente ou em conjunto, relacionados aos seguintes segmentos:

- Infraestrutura de solo destinada às atividades espaciais no Brasil: a) concepção, desenvolvimento e projeto; b) construção, manutenção, integração e avaliação de componentes, c) partes e instalações; e d) prestação de serviços de lançamento, monitoramento e controle.
- Veículos lançadores de satélites: a) concepção, desenvolvimento e projeto; e b) fabricação, integração, montagem e testes.
- Satélites: a) concepção, desenvolvimento e projeto; b) fabricação, integração, montagem e testes; e c) operação, controle e processamento de dados.

No parecer aprovado na Comissão de Desenvolvimento Econômico foi incluída a determinação de que, no caso da pessoa jurídica que produza bens ou preste serviços relativos a atividades espaciais no país, a habilitação ao Retaero pode ser realizada em até dez anos, contados da data da vigência desta lei.

Os benefícios previstos nesta lei podem ser utilizados pela pessoa jurídica que produza bens ou preste serviços relativos a atividades espaciais no país nas aquisições e importações realizadas no período de 5 anos, contados da data de habilitação no Retaero.



# NOSSA POSIÇÃO: CONVERGENTE

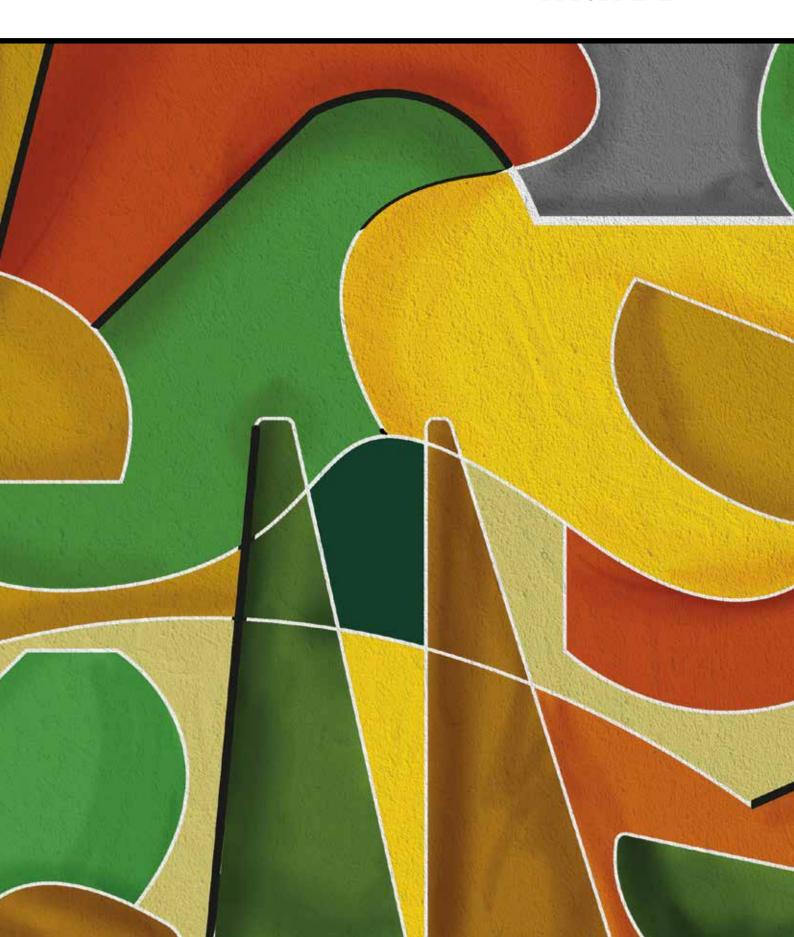
Para a indústria nacional, a inclusão dos três segmentos de beneficiários do Retaero amplia o potencial de adesão das empresas em áreas estratégicas do país. No Rio Grande do Sul, em particular, já existem indústrias com projetos desenvolvidos em vários estágios de maturidade, envolvendo tecnologia e inovação voltada aos satélites, incluindo nanossatélites ou satélites de pequeno porte. No que se refere à infraestrutura de solo, pode-se descortinar novos nichos de mercado para indústrias ofertantes de partes de componentes.

## ONDE ESTÁ? COM QUEM?

**CD -** CDEICS (aprovado o projeto com substitutivo), **CFT (aguarda designação de relator)** e CCJC. SF.



# Índice



PAUTA MÍNIMA	18
REGULAMENTAÇÃO DE ECONOMIA	19
Desconsideração da Personalidade Jurídica	
PLC 69/2014 (PL 3401/2008 do deputado Bruno Araújo – PSDB/P	'E)19
Tratamento de dados pessoais	
PLS 330/2013 do senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE)	21
Nova Lei de Licitações	
PL 6814/2017 (PLS 559/2013 da Comissão de Modernização da Lei de Licitações e Contratos do SF)	25
Recomposição dos vetos ao Código de Ciência, Tecnologia e Inovação	
PLS 226/2016 do senador Jorge Viana (PT/AC)	27
Alterações na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas	
PLP 341/2017 do deputado Jorginho Mello (PR/SC)	28
Prorrogação da redução do IR nas áreas da Sudam e Sudene	
PLS 656/2015 do senador Eunício Oliveira (MDB/PE)	31
QUESTÕES INSTITUCIONAIS	32
Regulamentação do Lobby	
PL 1202/2007 do deputado Carlos Zarattini (PT/SP)	32
MEIO AMBIENTE	34
Licenciamento Ambiental	
PL 3729/2004 do deputado Luciano Zica (PV/SP)	34
LEGISLAÇÃO TRABALHISTA	37
Competência para embargar ou interditar estabelecimento	
PL 6897/2013 do deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	37
Aperfeiçoamento da NR 12	
PDS 43/2015 do senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	39
INFRAESTRUTURA	40
Marco Legal das Agências Reguladoras	
PL 6621/2016 (PLS 52/2013 do senador Eunício Oliveira - MDB/CE	<u>:</u> ) 40
SISTEMA TRIBUTÁRIO	42
Nova Proposta de Reforma Tributária	
PEC 31/2007 do deputado Virgílio Guimarães (PT/MG)	42

Direitos e Garantias do Contrib	uinte	
PLS-C 298/2011 da senado	ora Kátia Abreu (Sem partido/TO)	46
INFRAESTRUTURA SOCIAL		48
Reforma da Previdência		
PEC 287/2016 do Poder Ex	xecutivo	48
REGULAMENTAÇÃO DA ECONON	ЛIA	52
DIREITO DE PROPRIEDADE E CON	ITRATOS	54
*PLC 69/2014 (PL 3401/20	008 do deputado Bruno Araújo – PSDB/PE)	54
*PLS 330/2013 do senado	r Antônio Carlos Valadares (PSB/SE)	54
PLS 441/2017 do senador	José Medeiros (Podemos/MT)	54
PL 333/1999 do deputado	Antônio Kandir (PSDB/SP)	56
PL 2289/2007 do deputad	o Beto Faro (PT/PA)	58
PL 7477/2014 do deputad	o Antonio Balhmann (PDT/CE)	60
PL 3406/2015 (PLS 316/20	13 do senador Paulo Paim – PT/RS)	62
PL 4860/2016 da deputad	a Christiane de Souza Yared (PR/PR)	63
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	013 da Comissão de Modernização tratos do SF)	67
DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO,	TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO	67
*PLS 226/2016 do senado	r Jorge Viana (PT/AC)	68
PLS-C 315/2017 do senado	or Otto Alencar (PSD/BA)	68
PL 139/1999 do deputado	Alberto Goldman (PSDB/SP)	70
PL 827/2015 do deputado	Dilceu Sperafico (PP/PR)	72
COMÉRCIO EXTERIOR E NEGOCI	AÇÕES INTERNACIONAIS	75
EMS ao PL 717/2003 do d	eputado Antônio Carlos Mendes Thame (PV/SP).	76
	ão de Relações Exteriores e	77
	ão de Relações Exteriores e	81
MICROEMPRESAS E EMPRESAS D	DE PEQUENO PORTE	82
PLP 471/2018 (PLS-C 476/	2017 da Comissão de Assuntos deral)	

	PLP 351/2013 do deputado Eduardo da Fonte (PP/PE)	84
	PLP 329/2016 do deputado Laercio Oliveira (SD/SE)	85
	*PLP 341/2017 do deputado Jorginho Mello (PR/SC)	86
INTE	GRAÇÃO NACIONAL	86
	*PLS 656/2015 do senador Eunício Oliveira (MDB/PE)	87
	PL 1241/2015 do deputado Jorge Côrte Real (PTB/PE)	87
	PL 5992/2016 do deputado Jorge Côrte Real (PTB/PE)	88
RELA	AÇÕES DE CONSUMO	92
	PL 2010/2011 (PLS 536/2009 do senador Paulo Paim – PT/RS)	93
	PL 1412/2015 da deputada Maria Helena (PSB/RR)	94
OHEST	ÕES INSTITUCIONAIS	0.0
QUEST	PLS 487/2013 do senador Renan Calheiros (MDB/AL)	
	PLS 320/2017 do senador Roberto Muniz (PP/BA)	
	PLS 423/2017 da CPI da Previdência do Senado Federal	
	*PL 1202/2007 do deputado Carlos Zarattini (PT/SP)	
	PL 7448/2017 (PLS 349/2015 do senador Antonio Anastasia – PSDB/MG)	
	PL 9623/2018 da deputada Tereza Cristina (DEM/MG)	
MEIO A	AMBIENTE	111
IVIEIO F	MPV 809/2017 do Poder Executivo	
	PLS 368/2012 da senadora Ana Amélia (PP/RS)	
	PLS 276/2013 do senador Blairo Maggi (PP/MT)	
	PLS 214/2015 do senador Alvaro Dias (Podemos/PR)	
	PLS 428/2015 do senador Valdir Raupp (MDB/RO)	
	PLS 495/2017 do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)	
	PLP 404/2014 do deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA)	
	*PL 3729/2004 do deputado Luciano Zica (PV/SP)	
	PL 2732/2011 do deputado Arnaldo Jardim (PPS/SP)	
	PL 25/2015 do deputado Sarney Filho (PV/MA)	
	PL 5262/2016 do deputado Sarney Filho (PV/MA)	

	PL 5370/2016 do deputado Toninho Pinheiro (PP/MG)	130
	PL 8631/2017 do deputado Nilto Tatto (PT/SP)	131
	MSC 245/2012 do Poder Executivo.	132
LEGISL	AÇÃO TRABALHISTA	134
SISTE	EMA DE NEGOCIAÇÃO E CONCILIAÇÃO	136
	PLS 252/2017 do senador Paulo Paim (PT/RS)	136
ADIC	CIONAIS	137
	PLS 294/2008 do senador Paulo Paim (PT/RS)	138
SEGI	JRANÇA E SAÚDE DO TRABALHO	139
	PLS 58/2014 do senador Paulo Paim (PT/RS)	140
	*PL 6897/2013 do deputado Onyx Lorenzoni (DEM/RS)	141
	PL 811/2015 do deputado Jorge Côrte Real (PTB/PE)	141
	*PDS 43/2015 do senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB)	142
DISP	ENSA	142
	PLS 173/2015 da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	143
	PL 6630/2016 do deputado Tampinha (PSD/MT)	144
	MSC 59/2008 do Poder Executivo	145
JUST	IÇA DO TRABALHO	147
	PLS 432/2013 da Comissão ATN nº 2	148
	PL 5140/2005 do deputado Marcelo Barbieri (MDB/SP)	149
	PL 1981/2015 do deputado Silvio Costa (Avante/PE)	150
OUT	ras modalidades de contratos	152
	PLS 138/2017 do senador Armando Monteiro (PTB/PE)	153
	PL 1231/2015 do deputado Vicentinho Júnior (PR/TO)	154
	PL 5260/2016 do deputado Carlos Bezerra (PSD/MT)	156
BENE	FÍCIOS	157
	PLS 79/2015 do senador Eduardo Amorim (PSDB/SE)	158
FGTS	)	159
	PLC 103/2015 (PL 4566/2008, da Comissão do Logislação	

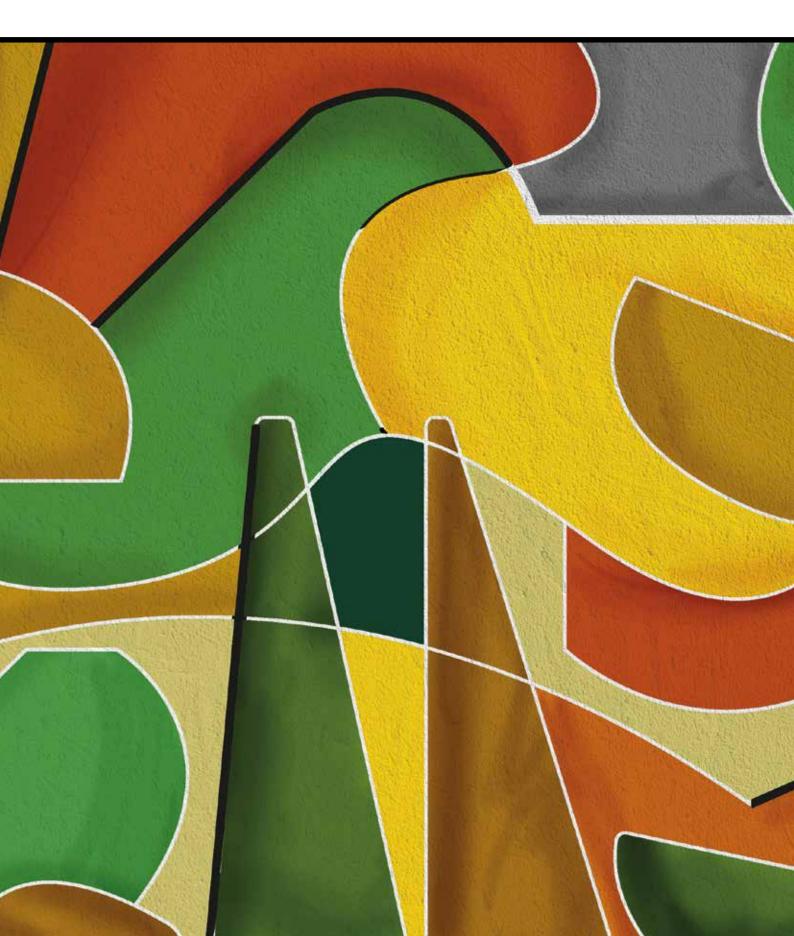
Participativa do Senado Federal)	160
PLP 340/2017 do Poder Executivo	160
RELAÇÕES INDIVIDUAIS DE TRABALHO	162
PLP 28/2015 do deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS)	162
PL 7946/2017 do deputado Roberto de Lucena (PV/SP)	163
CUSTO DE FINANCIAMENTO	166
PLP 441/2017 (PLS-C 212/2017 do senador Dalirio Beber – PSDB/SC)	168
PL 4085/2015 do deputado Jorge Côrte Real (PTB/PE)	171
INFRAESTRUTURA	174
PLC 8/2013 (PL 1023/2011 do deputado Esperidião Amin (PP/SC)	176
PLC 79/2016 (PL 3453/2015 do deputado Daniel Vilela (MDB/GO)	177
PLC 121/2017 (PL 528/2015 do deputado Assis do Couto - PT/PR)	178
PLS 401/2013 do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)	180
PLS 352/2016 do senador Dalírio Beber (PSDB/SC)	181
PL 6407/2013 do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PV/SP)	182
PL 1917/2015 do deputado Marcelo Squassoni (PRB/SP)	187
*PL 6621/2016 (PLS 52/2013 do senador Eunício Oliveira - MDB/CE)	189
PL 7776/2017 do deputado João Paulo Papa (PSDB/SP)	189
PL 9463/2018 do Poder Executivo	191
SISTEMA TRIBUTÁRIO	194
REFORMA TRIBUTÁRIA	196
*PEC 31/2007 do deputado Virgílio Guimarães (PT/MG)	197
CARGA TRIBUTÁRIA, CRIAÇÃO DE TRIBUTOS E VINCULAÇÃO DE RECEITAS	197
PLS 588/2015 do senador Lindbergh Farias (PT/RJ)	198
PLS 45/2016 da senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR)	199
PLS-C 406/2016 da Comissão Diretora do SF	200

	PRS 61/2016 do senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES)	204
	PLP 33/2015 do deputado Baleia Rossi (MDB/SP)	205
	PLP 408/2017 do deputado Figueiredo (PDT/CE)	206
	PL 8456/2017 do Poder Executivo	208
	PL 8835/2017 do deputado Nelson Marquezelli (PTB/SP)	211
DESC	NERAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES	212
	PLP 463/2017 (PLS-C 475/2017 da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal)	212
DESB	UROCRATIZAÇÃO TRIBUTÁRIA	213
	PLP 396/2014 do deputado Guilherme Campos (PSD/SP)	214
	PLP 373/2017 do deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA)	215
	PL 3268/2012 (PLS 492/2007 do senador Flexa Ribeiro - PSDB/PA)	216
	PL 7965/2017 do deputado Carlos Bezerra (MDB/MT)	217
	PL 8682/2017 do deputado Jerônimo Goergen (PP/RS)	218
DEFE	SA DO CONTRIBUINTE	219
	*PLS-C 298/2011 da senadora Kátia Abreu (Sem partido/TO)	220
INFRAE	STRUTURA SOCIAL	222
SEGL	IRIDADE SOCIAL	224
	*PEC 287/2016 do Poder Executivo	224
INTERES	SSE SETORIAL	226
	ECD 2/2017 (PLS 141/2013 do senador Vital do Rêgo – MDB/PB)	227
	PLC 34/2015 (PL 4148/2008 do deputado Luis Carlos Heinze – PP/RS)	228
	PLC 10/2018 (PL 5851/2016 do deputado Valdir Colatto - MDB/SC)	229
	PLS 378/2011 do senador Lindbergh Farias (PT/RJ)	231
	PLS 139/2012 do senador Paulo Davim (PV/RN)	232
	PLS 50/2013 do senador Paulo Davim (PV/RN)	233
	PLS 300/2014 da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)	234
	PLS 769/2015 do senador José Serra (PSDB/SP)	236
	PLS 258/2016 da Comissão Diretoria do SF	237
	PLS 297/2016 do senador Cidinho Santos (PR/MT)	241

PLS 243/2017 da senadora Rose de Freitas (MDB/ES)	242
PLP 470/2018 (PLS-C 32/2018 do senador Eunício Oliveira – MDB/CE)	243
PLP 312/2013 do deputado João Dado (SD/SP)	245
PL 5921/2001 do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)	246
PL 6299/2002 (PLS 526/1999 do senador Blairo Maggi – PP/MT)	247
PL 2045/2011 do deputado Penna (PV/SP)	248
PL 2117/2011 do deputado Penna (PV/SP)	250
PL 5608/2013 do deputado Rogério Carvalho (PT/SE)	252
PL 7064/2014 do deputado Alexandre Roso (PSB/RS)	253
PL 1220/2015 do deputado Celso Russomanno (PRB/SP)	254
PL 1565/2015 do deputado Irajá Abreu (PSD/TO)	256
PL 2079/2015 do deputado Jerônimo Goergen (PP/RS)	257
PL 2222/2015 do deputado Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB)	258
PL 2293/2015 do deputado Goulart (PSD/SP)	259
PL 2902/2015 da deputada Soraya Santos (MDB/RJ)	260
PL 3372/2015 do deputado Fausto Pinato (PP/SP)	
PL 4967/2016 do deputado Luiz Lauro Filho (PSB/SP)	263
PL 5522/2016 do deputado Vanderlei Macris (PSDB/SP)	264
PL 5811/2016 do deputado Moses Rodrigues (MDB/CE)	265
PL 5994/2016 do deputado Marcus Pestana (PSDB/MG)	267
PL 6346/2016 da deputada Mariana Carvalho (PSDB/RO)	268
PL 6881/2017 do deputado Ricardo Izar (PP/SP)	269
PL 6910/2017 do deputado Victor Leandre (PSD/MA)	270
PL 6950/2017 do deputado Leandre (PV/PR)	272
PL 7203/2017 da deputada Laura Carneiro (Sem partido/RI)	273

<sup>\* =</sup> Projetos que compõem a Pauta Mínima 2018.

# Lista de Colaboradores



# Federações das Indústrias

#### Federação das Indústrias do Estado do Acre - FIEAC

Presidente: José Adriano Ribeiro da Silva

**Contato Parlamentar** 

Vera Lúcia Marques de Lima – Analista Legislativa e Coordenadora da Agenda Legislativa – vera.lima@fieac.org.br

Assurbanipal Barbary de Mesquita – Assessor de Relações Institucionais – assur@fieac.org.br

Avenida Ceará, 3727 – Bairro 7º BEC CEP 69918-108 – Rio Branco/AC

Tel.: (68) 3212 4264 / 4202

#### Federação das Indústrias do Estado de Alagoas – FIEA

**Presidente:** José Carlos Lyra de Andrade – jclyra@fiea.org.br

Av. Fernandes Lima, 385, 5° andar, Ed. Casa da Indústria – "Napoleão Barbosa" – Farol CEP 57055-902 – Maceió/AL

Tel.: (82) 2121 3002 / 3003 - Fax: (82) 2121 3022 - 2121 3083

#### **Contato Parlamentar**

João Barbosa Neto – Assessoria Parlamentar – assespltda@ig.com.br

Rua José Gonçalves dos Santos, 204 – Farol

CEP 57050-400 - Maceió/AL

Tel.: (82) 3338 2525 – Fax: (82) 3338 2929

#### Federação das Indústrias do Estado do Amapá – FIEAP

**Presidente:** Joziane Araújo Nascimento – jozibrasil@hotmail.com

Av. Padre Júlio Maria Lombaerd, 2000 – Bairro Santa Rita

CEP 68900-030 - Macapá/AP

#### Federação das Indústrias do Estado do Amazonas – FIEAM

**Presidente:** Antônio Carlos da Silva – presidencia@fieam.org.br

Chefe de Gabinete: Sergio Melo de Oliveira – sergio.melo@fieam.org.br

Tel.: (92) 3186 6504 / 6500 e 3234 3930 – Fax: (92) 3232 9949

#### **Contato Parlamentar**

Nelson Azevedo dos Santos – 1º Vice-Presidente – nelson.azevedo@fieam.org.br

Av. Joaquim Nabuco, 1919 - Centro

CEP 69020-031 - Manaus/AM

Tel.: (92) 3186 6503 / 6646 / 6516 - Fax: (92) 3622 6383

Saleh Mahmud Abu Hamdeh – Representante da FIEAM em Brasília – saleh@hamdeh.com.br

Tel.: (61) 3307 6745 e Cel.: (61) 99165 1798



#### Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB

Presidente: Antônio Ricardo Alvarez Alban – presidencia@fieb.org.br

#### **Contato Parlamentar**

Vladson Bahia Menezes – Diretor Executivo – vladson@fieb.org.br

Isana Souto Santos – Assessora de Desenvolvimento do Negócio – isanass@fieb.org.br

Cinthia Maria de Freitas – Advogada Sênior – cinthia.m@fieb.org.br

Maurício West Pedrão – Assessor de Estudos Técnicos – mwp@fieb.org.br

Rua Edístio Pondé, 342, 4º andar – STIEP

CEP 41770-395 - Salvador/BA

Tel.: (71) 3343 1354 / 1385 / 1232 / 1264 – Fax: (71) 3879 1616

#### Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC

**Presidente:** Jorge Alberto Vieira Studart Gomes – presidencia@sfiec.org.br

Tel.: (85) 3421 5403 / 5404 / 5405

#### **Contato Parlamentar**

Sérgio Lopes – Chefe do Gabinete de Relações Institucionais da Presidência e Gerente do Núcleo de Assuntos Legislativos (NUAL) – srlopes@sfiec.org.br e gabinete\_fiec@sfiec.org.br Tel.: (85) 3421 5409 / 5410

Av. Barão de Studart, 1980 – 5° andar – Bairro Aldeota

CEP 60120-024 - Fortaleza/CE

#### Federação das Indústrias do Distrito Federal – FIBRA

**Presidente:** Jamal Jorge Bittar – presidencia@sistemafibra.org.br

#### **Contato Parlamentar**

Susana da Silva Tostes – Gerente de Assuntos Institucionais e Governamentais – susana.tostes@sistemafibra.org.br

Walid de Melo Pires Sariedine - Diretor de Assuntos Institucionais e Governamentais – walid.sariedine@sistemafibra.org.br

SIA Trecho 03, Lote 225, 2º andar – Gerência de Assuntos Institucionais e Governamentais CEP 71200-030 – Brasília/DF

Tel.: (61) 3362 6116

#### Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo – FINDES

Presidente: Leonardo Souza Rogério de Castro – presidencia@findes.org.br

#### **Contato Parlamentar**

Egídio Malanquini – Presidente do Conselho Temático de Assuntos Legislativos – egidiomalanquini@cafevistalinda.com.br

Solange Resende – Analista de Assuntos Institucionais – sresende@findes.org.br

Av. Nossa Senhora da Penha, 2053, 8º andar – Ed. Findes – Santa Lúcia

CEP 29056-913 – Vitória/ES

Tel.: (27) 3334 5624 – Fax: (27) 3334 5733

#### Federação das Indústrias do Estado de Goiás - FIEG

**Presidente:** Pedro Alves de Oliveira – presidencia@sistemafieg.org.br

#### **Contato Parlamentar**

Geórgia Prudêncio Zenha – Assessora Legislativa – georgia.fieg@sistemafieg.org.br Andrea Aurora Guedes Vecci - Assessora Legislativa - andreavecci@sistemafieg.org.br Avenida Araguaia, nº 1544, Ed. Albano Franco, Casa da Indústria – Setor Leste – Vila Nova CEP 74645-070 – Goiânia/GO

Tel.: (62) 3219 1300 / 1366 / 1368 – Fax: (62) 3229 2975

#### Federação das Indústrias do Estado do Maranhão - FIEMA

Presidente: Edílson Baldez das Neves – presidencia@fiema.org.br

Tel.: (98) 3212 1818 - Fax: (98) 3212 1814

Claudio Donizete de Azevedo – Presidente do Conselho Temático de Assuntos Legislativos – claudioazevedo@sifema.com.br

Tel.: (98) 3246 6185

Albertino Leal de Barros Filho – Superintendente – albertinoleal@fiema.org.br

Tel.: (98) 3212 1862 - Cel.: (98) 99208 8988

#### Contato Parlamentar

Roberto Bastos da Silva – robertobastos@fiema.org.br

Tel.: (98) 3212 1827 - Fax: (98) 3212 1804

Av. Jerônimo de Albuquerque s/n°, 4° andar, Bairro Retorno da Cohama – Bequimão – Ed. Casa da Indústria Albano Franco

CEP 65060-645 - São Luís/MA

#### Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso – FIEMT

Presidente: Jandir José Milan – presidencia@fiemt.com.br

#### **Contato Parlamentar**

Celso Paulo Banazeski – Presidente do Conselho Temático de Assuntos Legislativos (COAL) - celsobanazeski@hotmail.com

Allan Batista Camilo – Coordenador da Unidade Estratégica de Defesa de Interesses e Relações Sindicais (UEDIRS) - allan.camilo@fiemt.com.br

Renan Silva Remigio Vieira – Assessor Legislativo da Unidade Estratégica de Desenvolvimento Associativo (UEDA) - uedirs.legislativo@fiemt.com.br

Av. Historiador Rubens de Mendonça, 4193, Edifício Casa da Indústria – Centro Político Administrativo

CEP 78049-940 - Cuiabá/MT

Tel.: (65) 3611 1503 / 3611 1676 / 3611 1530

#### Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul - FIEMS

Presidente: Sergio Marcolino Longen – gabinete@fiems.org.br

#### **Contato Parlamentar**

Cláudio Alves – Diretor Corporativo do Sistema FIEMS – claudio@sfiems.com.br

Av. Afonso Pena, 1206, 5° Andar, Ed. Casa da Indústria – Centro

CEP 79005-901 – Campo Grande/MS

Tel.: (67) 3389 9051

#### Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG

**Presidente:** Olavo Machado Júnior – gabinete@fiemg.com.br

Tel.: (31) 3263 4451 / 4452 - Fax: (31) 3225 6201

**Contato Parlamentar** – Assessoria de Assuntos Legislativos FIEMG

Sergio Eduardo Araujo – Assessor da Presidência – searaujo@fiemg.com.br

Paola de Almeida Ferreira – Advogada – paola@fiemg.com.br

Av. do Contorno, 4456 – 10° andar – Bairro Funcionários

CEP 30110-916 – Belo Horizonte/MG

Tel.: (31) 3263 4494 – (31) 3263 4367

**Contato Parlamentar** – Escritório de Representação da FIEMG em Brasília

Getúlio Guimarães – Assessor da Presidência – getuliog@fiemg.com.br

Gercilene Nunes – Analista de Assuntos Legislativos – gnunes@fiemg.com.br

SBN Quadra 01 Bloco B – Sala 803 – Ed. CNC

CEP 70041-902 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3328 0218

#### Federação das Indústrias do Estado do Pará - FIEPA

**Presidente:** José Conrado Azevedo Santos – presidencia@fiepa.org.br Chefe de Gabinete da Presidência: Fabio Contente – fabio@fiepa.org.br

#### **Contato Parlamentar**

Jarbas Pinto de Souza Porto – Assessor Parlamentar – jarbasporto10@hotmail.com

Travessa Quintino Bocaiúva, 1588, 8º andar, Bloco B – Nazaré

CEP 66035-190 - Belém/PA

Tel.: (91) 4009 4806 / 4807

www.fiepa.org.br

#### Federação das Indústrias do Estado da Paraíba - FIEP

Presidente: Francisco de Assis Benevides Gadelha - fiepb@fiepb.org.br

Rua Manoel Guimarães, 195, 6º andar, Ed. Agostinho Velloso da Silveira - Bairro José Pinheiro

CEP 58407-363 - Campina Grande/PB

Tel.: (83) 2101 5300 / 5326

#### **Contato Parlamentar**

André Ribeiro Barbosa – Procurador Jurídico - andreribeiro@fiepb.org.br

Tel.: (83) 2101 5339 - Cel.: (83) 99984 2305

Juliana Maria Brasil Dantas - Diretora - julianamdantas@hotmail.com

Telefax: (83) 3321 2818 - Cel.: (83) 99984 7252

#### Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP

Presidente: Edson Luiz Campagnolo – presidencia@sistemafiepr.org.br

Tel.: (41) 3271 7770 e 3271 7769 – Fax: (41) 3271 7487

Vice-Presidente e Coordenador do Conselho Temático de Assuntos Legislativos:

José Eugenio Souza de Bueno Gizzi – gizzi@uol.com.br

Tel.: (41) 3353 7162

#### **Contato Parlamentar**

Letícia Yumi de Rezende – Coordenadora do Núcleo de Assuntos Legislativos-

leticia.rezende@sistemafiep.org.br

Av. Cândido de Abreu, 200, 7º andar – Centro Cívico

CEP 80530-902 - Curitiba/PR

Tel.: (41) 3271 9061

#### Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco - FIEPE

**Presidente:** Ricardo Essinger – presi@fiepe.org.br

Tel.: (81) 3412 8467 - Fax: (81) 3231 6302

#### **Contato Parlamentar**

Abraão Rodrigues Lira – Gerência de Relações Industriais (GERI) – arodrigues@fiepe.org.br

Tel.: (81) 3412 8477/8465

Roger Bold Queiroz – Gerência de Relações Industriais (GERI) – rqueiroz@fiepe.org.br

Tel.: (81) 3412 8364

Mirella Ferreira Lima Falcão de Menezes - Analista Jurídico da Gerência de Relações Industriais - mmenezes@fiepe.org.br

Tel.: (81) 3412 8448

Av. Cruz Cabugá, 767, 5° andar – Ed. Casa da Indústria – Bairro Santo Amaro

CEP 50040-000 - Recife/PE



# Federação das Indústrias do Estado do Piauí - FIEPI

**Presidente:** Antonio José de Moraes Souza Filho – presidencia@fiepi.com.br Av. Industrial Gil Martins, 1810, Ed. Albano Franco, 9° andar – Bairro Redenção CEP 64017-650 – Teresina/Pl

Tel.: (86) 3218 1395

#### **Contato Parlamentar**

Ewerton Negri – Diretor de Relações Institucionais – ewertonnegri@fiepi.com.br e assessoriapresidencia3@fiepi.com.br

Av. Gil Martins, 1810, Ed. Albano Franco, 9º Andar – Bairro Redenção

CEP 64017-650 - Teresina/PI

Tel.: (86) 3218 5700 - Cel.: (86) 99426 3882

Site: www.fiepi.com.br

# Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN

**Presidente:** Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira – presidencia@firjan.com.br Vice-Presidente Executivo: Ricardo Carvalho Maia – rimaia@firjan.com.br

Av. Graça Aranha, nº. 01, 12° andar – Centro

CEP 20030-002 - Rio de Janeiro/RJ

Tel.: (21) 2563 4120 / 4121 - Fax: (21) 2262 8780

# **Contato Parlamentar**

Márcio Fortes de Almeida – Assessor Chefe de Relações Institucionais – mafalmeida@firjan.com.br Patrícia Nepomuceno – Coordenadora de Relações Institucionais – pnepomuceno@firjan.com.br Setor Comercial Norte, Quadra 02, Bl. A – Ed. Corporate, Sala 301

CEP 70712-900 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3218 8100 / 3328 6373 / 3328 0719

Gisela Pimenta Gadelha Dantas – Gerente Geral Jurídico – ggadelha@firjan.com.br

Av. Graça Aranha, n° 01, 11° Andar – Centro

CEP 20030-002 - Rio de Janeiro/RJ

Tel.: (21) 2563 4418 / 4440 - Fax: (21) 2533 2696

Flavia Ayd Loretti Henrici – Gerente Jurídica de Defesa de Interesses Coletivos –

fhenrici@firjan.com.br

Av. Graça Aranha, n° 01, 11° Andar – Centro

CEP 20030-002 - Rio de Janeiro/RJ

Tel.: (21) 2563 2515 - Fax: (21) 2533 2696

# Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Norte - FIERN

Presidente: Amaro Sales de Araújo – presidencia@fiern.org.br

Av. Senador Salgado Filho, 2860, 8º andar – Ed. Engº Fernando Bezerra – Casa da Indústria – Lagoa Nova

CEP 59075-900 - Natal/RN

Tel.: (84) 3204 6262 / 6265 - Fax: (84) 3204 6278

#### Contato Parlamentar

Felipe Hollanda Godeiro – Assessor Parlamentar – felipegodeiro@fiern.org.br Ernani Bandeira de Melo Neto – Assessor Técnico Corporativo da Presidência ernanibandeira@fiern.org.br

Geraldo Ramos dos Santos Neto – Assessor Parlamentar – geraldoneto@fiern.org.br Av. Senador Salgado Filho, 2860, 3° andar – Ed. Engº Fernando Bezerra – Casa da Indústria –

Lagoa Nova

CEP 59075-900 - Natal/RN

Tel.: (84) 3204 6241 / 6220 e 3234 7842

# Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – FIERGS

**Presidente:** Gilberto Porcello Petry – presidente@fiergs.org.br

Coordenador do Conselho Articulação Parlamentar (COAP): Claudio Affonso Amoretti Bier

# **Contato Parlamentar**

Vanessa Campos de Souza – Gerente Técnica/GETEC – vanessa.campos@fiergs.org.br Yara Pereira – Executiva do Conselho de Articulação Parlamentar (COAP) – yara.pereira@fiergs.org.br Av. Assis Brasil, 8787 – Bairro Sarandi CEP 91140-001 – Porto Alegre/RS

Tel.: (51) 3347 8787 / 8720 / 8427 / 8674 – Fax: (51) 3347 8789

# Federação das Indústrias do Estado de Rondônia - FIERO

Presidente: Marcelo Thomé da Silva de Almeida – presidencia@fiero.org.br

### **Contato Parlamentar**

Gilberto Baptista – Superintendente – gilberto.baptista@fiero.org.br

Rua Rui Barbosa, 1112 – Bairro Arigolândia

CEP 76801-186 - Porto Velho/RO

Tel.: (69) 3216 3457 / 3458

# Federação das Indústrias do Estado de Roraima - FIER

Presidente: Rivaldo Fernandes Neves – gab.fierr@sesi.org.br

#### **Contato Parlamentar**

Maclison Leandro Carvalho das Chagas - Assessor Contábil – gab.fierr@sesi.org.br

Av. Benjamin Constant, nº 876 – Centro

CEP 69301-020 - Boa Vista/RR

Tel.: (95) 4009 5353 – Fax: (95) 3224 1557



# Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC

Presidente: Glauco José Côrte – presidente@fiesc.com.br

#### **Contato Parlamentar**

Adriana Abraham Sánchez – Especialista – Legislativo e Tributário – Unidade de Competitividade

Industrial-COI-as an chez@fiesc.com.br

Tel.: (48) 3231 4283 - Fax: (48) 3231 4390

Felipe de Sousa Lima Sene – Analista de Assuntos Legislativos – Unidade de Competitividade

Industrial – COI – felipe.sene@fiesc.com.br

Tel.: (48) 3231 4391 - Ramal: 24391

Rodovia Admar Gonzaga, 2765 – Itacorubi

CEP 88034-001 – Florianópolis/SC

www.fiescnet.com.br

# Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP

Presidente: Paulo Antonio Skaf – presidencia@fiesp.com.br

Av. Paulista, 1313, 14° andar – Bairro Bela Vista

CEP 01311-923 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 3549 4304 / 4399 – Fax: (11) 3549 4537

Silvia Bartolassi – Assessora da Presidência

Tel.: (11) 3549-4304

#### **Contato Parlamentar**

Marcos Lima – Chefe do Escritório em Brasília – marcos.lima@fiesp.com.br

SCN Quadra 02, Bl. A – Ed. Corporate Center – Sala 301

CEP 70712-900 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3039 1332 - Fax: (61) 3039 1334

Luciana Nunes Freire – Núcleo de Acompanhamento Legislativo – NAL –

Diretora Executiva Jurídica – Ifreire@fiesp.com.br

Av. Paulista, 1313, 6° andar – Bairro Bela Vista

CEP 01311-923 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 3549 4414

# Federação das Indústrias do Estado de Sergipe – FIES

Presidente: Eduardo Prado de Oliveira – fies@fies.org.br

#### Contato Parlamentar

Alexandre César Coutinho Conrado Dantas – Secretário Executivo – alexandre.cesar@fies.org.br

Luís Paulo Dias Miranda – Coordenador do Gabinete de Defesa de Interesses –

luis.paulo@fies.org.br

Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 826 s/nº – Edifício Albano Franco – 3º Pavimento –

Centro Administrativo Dr. Augusto Franco – Bairro Capucho

CEP 49081-015 – Aracaju/SE

Tel.: (79) 3226 7477 / 7492 / 7488 – Fax: (79) 3226 7493

# Federação das Indústrias do Estado do Tocantins – FIETO

Presidente: Roberto Magno Martins Pires – presidencia@sistemafieto.com.br

Telefones: (63) 3229 5747

# **Contato Parlamentar**

Sérgio Carlos Ferreira Tavares – Vice-Presidente – sergiotavares@sistemafieto.com.br

Tel.: (63) 3229 5786 / (63) 99942 8236

Amanda Araújo Barbosa Peres – Gerente da Unidade de Desenvolvimento Industrial -

 ${\sf UNIDES-amanda@sistemafieto.com.br}$ 

Tel.: (63) 3229 5786 / (63) 98138 0406

Quadra 104 Sul – Rua SE 03 – Lote 34-A – Ed. Armando Monteiro Neto – Plano Diretor Sul

CEP 77020-016 – Palmas/TO

# Associações Nacionais de Indústrias

#### ABAL – Associação Brasileira do Alumínio

Presidente Executivo: Milton Rêgo – miltonrego@abal.org.br

Marli C. Chagas – Diretora de Mercado e Competitividade – marlichagas@abal.org.br

Valéria B. Lima – Gerente de Mercado e Competitividade – valerialima@abal.org.br

Rua Humberto I, 220 – 4° andar – Vila Mariana

CEP 04018-030 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 5904 6450

# ABDIB – Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base

Presidente do Conselho de Administração: Gilberto Peralta – gilberto.peralta@abdib.org.br

Presidente Executivo: Venilton Tadini – tadini@abdib.org.br

Vice-Presidente Executivo: Ralph Lima Terra – ralphterra@abdib.org.br

#### **Contato Parlamentar**

Ralph Lima Terra – Vice-Presidente Executivo – ralphterra@abdib.org.br

Praça Monteiro Lobato, 36 – Butantã

CEP 05506-030 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 3094 1973 - Fax: (11) 3094 1970

# ABFA – Associação Brasileira da Indústria de Ferramentas em Geral, Usinagem e Artefatos de Ferro e Metais

Presidente: Claudio José Camacho – presidencia@abfa.org.br e abfa@abfa.org.br

Av. Paulista, 1313 – 7° Andar – Conj. 707

CEP 01311-923 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 3251 5411 – Fax: (11) 3251 5192

#### **Contato Parlamentar**

Carlos Martins – Presidente Executivo – cmartins@abfa.org.br

Av. Paulista, 1313 – 7° Andar – Conj. 707

CEP 01311-923 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 3251 5411 – Fax: (11) 3251 5192

Halim José Abud Neto – Assessor Legislativo / Relações Governamentais – halimabud@gmail.com

Alameda Santos, 1940 – 9° andar – Jardim Paulista

CEP 01418-102 - São Paulo/SP

Telefax: (11) 2050 3434 - Cel.: (11) 97693 7003

#### ABIA – Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação

Presidente: Edmundo Klotz – presidente@abia.org.br e dejur@abia.org.br

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1478 – 11° Andar

CEP 01451-001 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 3030 1388 / 1353 - Fax: (11) 3814 6688

#### **Contato Parlamentar**

Carla Bencke – abiabsb@abia.org.br, carla@foco-legislativo.com.br SCN Quadra 01, Bloco F, Sala 128, Ed. América Office Tower CEP 70711-905 – Brasília/DF

CEI 70711-303 — BIASIIIA/D

Telefax: (61) 3327 1289

# ABIAPE – Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia

Presidente: Mário Luiz Menel da Cunha – menel@abiape.com.br

Vice-Presidente de Energia: Cristiano Abijaode Amaral – cristiano@abiape.com.br

# **Contato Parlamentar**

Marcelo Moraes – Vice-Presidente de Relações Institucionais e Sustentabilidade – marcelo@abiape.com.br

SCN Qd. 04 – Sala 101 – Ed. Centro Empresarial Varig

CEP 70714-900 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3326 7122 - Fax: (61) 3327 0925

# ABICALÇADOS – Associação Brasileira das Indústrias de Calçados

**Presidente do Conselho Deliberativo:** Rosnei Alfredo da Silva – ralfredo@bibi.com.br **Presidente:** Heitor Klein – heitor@abicalcados.com.br – abicalcados@abicalcados.com.br

#### **Contato Parlamentar**

Suély Vilma Mühl – Advogada - suely@abicalcados.com.br

Tel.: (51) 98226 2541

Rua Julio de Castilhos, 561 – Centro CEP 93510-130 – Novo Hamburgo/RS

Tel.: (51) 3594 7011

# ABIFER – Associação Brasileira da Indústria Ferroviária

**Presidente:** Vicente Abate – abifer@abifer.org.br

Assessor da Presidência: Nelson Rodrigues – nelsonrodrigues@abifer.org.br

**Contato Parlamentar** 

João Caramez – ALESP – jcaramez@al.sp.gov.br

Tel.: (11) 3886 6632 / 3886

Itamar Borges – itamarborges@al.sp.gov.br

Tel.: (11) 3886 6852 / 3886 6857

Av. Paulista, 1313 – 8° andar – Conjunto 801

CEP 01311-923 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 3289 1667 – Fax (11) 3171 2286



# ABIFINA – Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades

**Presidente:** Ogari Pacheco – presidencia@abifina.org.br

**Contato Parlamentar** 

Odilon Costa - Diretor de Relações Institucionais

Fernanda Costa - Analista Técnica

Av. Churchill, N° 129 – Sala 1102 – Centro

CEP 20020-050 - Rio de Janeiro/RJ

Tel.: (21) 3125 1400

# ABIFUMO – Associação Brasileira da Indústria do Fumo

Conselho Deliberativo – abifumo@abifumo.org.br

# **Contato Parlamentar**

Carlos Fernando Costa Galant – Diretor Executivo – galant@abifumo.org.br SHS Quadra 06, Conjunto A, Bloco E, Sala 826/827, Edifício Business Center Park CEP 70322-915 – Brasília/DF

Tel.: (61) 3322 1367 - Fax: (61) 3224 6111

# ABIGRAF Nacional – Associação Brasileira da Indústria Gráfica

**Presidente:** Levi Ceregato – abigraf@abigraf.org.br

#### **Contato Parlamentar**

Nilsea Borelli R. de Oliveira – nborelli@abigraf.org.br

Rua do Paraíso, 529 – Bairro Paraíso

CEP 04103-000 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 3232 4500 – Fax: (11) 3232 4507

# ABIIS – Aliança Brasileira da Indústria Inovadora em Saúde

Diretora Presidente: Lilian Orofino – presidente@abiis.org.br e/ou lilian.orofino@bsci.com

#### **Contato Parlamentar**

José Márcio Cerqueira Gomes – Diretor Executivo – diretoria@abiis.org.br

CLN 309, Bloco A, Sala 211 – Asa Norte

CEP 70755-510 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3033 4402

# ABIMAQ – Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos

Presidente do Conselho de Administração: João Carlos Marchesan – presidencia@abimaq.org.br

Presidente Executivo: José Velloso Dias Cardoso – presidencia@abimaq.org.br

**Contato Parlamentar** 

Germano Rigotto – Diretor de Ação Política – presidencia@abimaq.org.br

Walter Filippetti – Diretor Executivo de Relações Governamentais – relgov@abimag.org.br

Eduardo Galvão – Gerente Executivo de Relações Governamentais – eduardo.galvao@abimag.org.br

Av. Jabaquara, 2925, 7° Andar – Planalto Paulista

CEP 04045-902 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 5582 5716 / 5717 / 5707 – Fax: (11) 5582 6300

# ABINEE – Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica

**Presidente Executivo:** Humberto Barbato Neto – hbarbato@abinee.org.br e presidencia@abinee.org.br

Rosangela Luzzim – Secretária da Presidência (PRE) - rosangela@abinee.org.br

Tel.: (11) 2175 0008 - Fax: (11) 2175 0005

Avenida Paulista, 1313, 7° Andar, Conjunto 703

CEP 01311-923 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 2175 0001 / 0008 - Fax: (11) 2175 0005

#### **Contato Parlamentar**

Roberto Barbieri – Assessor de Coordenação da Área de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica da ABINEE – roberto@abinee.org.br

Tel.: (11) 2175 0012

Avenida Paulista, 1313 – 7° Andar – Cj. 703

CEP 01311-923 - São Paulo/SP

Kelly Caporalli - Assessora de Coordenação da Área de Telecomunicações da ABINEE – kelly@abinee.org.br

Avenida Paulista, 1313 – 7° andar – conjunto 703

CEP: 01311-923 - São Paulo - SP

Tel.: (11) 2175 0013

Daniel da Silva Antunes – Gerente de Relações Governamentais – daniel.abinee@uol.com.br Eduardo Dias – Assistente de Relações Governamentais da ABINEE/BSB – edabinee@uol.com.br

SBS Quadra 02, Bloco E, 13° Andar, Sala 1302, Ed. Prime Business Convenience

CEP 70070-120 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3225 2015 - Fax: (61) 3326 4847

Site: www.abinee.org.br



# ABIOVE – Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais

Presidente do Conselho: Martus Tavares – abiove@abiove.org.br

Avenida Vereador José Diniz, 3707, Conjunto 73, 7º Andar

CEP 04603-004 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 5536 0733 - Fax: (11) 5536 9816

#### **Contato Parlamentar**

Márcio Maciel - Gerente de Relações Institucionais - marcio@abiove.org.br

SHN, Qd. 1, Conj A, Bloco D, Edifício Fusion, sala 809, Asa Norte

CEP 70701-040 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3253 5765

# ABIP – Associação Brasileira da Indústria de Panificação e Confeitaria

**Presidente:** José Batista de Oliveira – assessoria@abip.org.br, secretaria@abip.org.br, batistabhz@yahoo.com.br

#### **Contato Parlamentar**

Giovani Assis Mendonça – Diretor Executivo – giovani@abip.org.br

SHN Quadra 02, Bloco H, nº 30, Loja 55, Sobreloja – Mix Metropolitan Flat

CEP 70992-905 - Brasília/DF

Telefax: (61) 3327 3332 / 3226 - Cel.: (61) 99834 6369

#### ABIPLA – Associação Brasileira das Indústrias de Produtos de Limpeza e Afins

Presidente: Antonio Candido Prataviera Calcagnotto - presidente@abipla.org.br

Rua do Paraíso, 139, 5º andar CEP 04103-000 – São Paulo/SP

Tel.: (11) 3816 3405 / 2762 - Fax: (11) 3031 6578

#### **Contato Parlamentar**

Maria Elisa Fudaba Curcio – mariaelisa.curcio@abipla.org.br

Cel.: (11) 99963 8110

#### ABIPLAST – Associação Brasileira da Indústria do Plástico

**Presidente:** José Ricardo Roriz Coelho – jrroriz@abiplast.org.br

Diretor Superintendente: Paulo Henrique Rangel Teixeira – phrteixeira@abiplast.org.br

Assessora de Diretoria: Suzete Martucci Gabos Naal – suzete@abiplast.org.br

#### **Contato Parlamentar**

Francisco Salazar – Consultor de Relações Internacionais – comex@abiplast.org.br

Gilmar do Amaral – Consultor de Relações Trabalhistas e Meio Ambiente – trabalhista@abiplast.org.br

Eduardo Berkovitz – Consultor Institucional – institucional@abiplast.org.br

Paula Pariz – Gestora de Projetos – paula@abiplast.org.br

Av. Paulista, 2439, 8º Andar, Cj. 81/82 – Cerqueira César

CEP 01311-936 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 3060 9688

# ABIQUIM - Associação Brasileira da Indústria Química

Presidente Executivo: Fernando Figueiredo – presidencia@abiquim.org.br e figueiredo@abiquim.org.br

#### **Contato Parlamentar**

Marina Rocchi Martins Mattar – Diretora de Assuntos Institucionais e Sustentabilidade – marina.mattar@abiquim.org.br

Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco C, 4º Andar – Vila Olímpia

CEP 04551-065 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 2148 4707 / 4703 – Fax: (11) 2148 4760

# ABIR - Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas Não Alcoólicas

**Presidente:** Alexandre Kruel Jobim – ajobim@abir.org.br

#### **Contato Parlamentar**

Carlos Henrique Fernandes e Silva – Diretor Jurídico e de Relações Institucionais – csilva@abir.org.br SHIS QI 07 Conjunto 09 Casa 01 – Lago Sul

CEP 71615-290 – Brasília/DF

Tel.: (61) 3364 4544

# ABIT - Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção

Presidente do Conselho de Administração: Fernando Valente Pimentel – pimentel@abit.org.br

Escritório São Paulo: Rua Marquês de Itú, 968 – Vila Buarque

CEP 01223-000 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 3823 6100 - Fax: (11) 3823 6122

#### **Contato Parlamentar**

Leonardo Abranches – Assessor de Relações Governamentais – leonardo@abit.org.br

Luiza Lorenzetti – Analista de Sustentabilidade e Inovação – luiza@abit.org.br

Mateus Salles – Assessor de Relações Governamentais – mateus@abit.org.br

Patrícia Pedrosa – Coordenadora de Defesa Comercial – patricia@abit.org.br

Haroldo Silva – Economista – haroldo@abit.org.br

Rosane Ramos – Advogada – rosane@abit.org.br

Escritório Brasília: SCN Quadra 02, Ed. Corporate, Sala 301

CEP 70712-900 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3034 8827

# ABIVIDRO - Associação Técnica Brasileira das Indústrias Automáticas de Vidro

Presidente: Leopoldo Garces Castiella – thamiris@abividro.org.br

#### Contato Parlamentar

Lucien Belmonte – Superintendente – lucien@abividro.org.br Avenida Angélica, 2491, 16° andar, conjunto 162 – Consolação

CEP 01227-200 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 3255 3363



#### ABPA – Associação Brasileira de Proteína Animal

**Presidente:** Francisco Turra – francisco.turra@abpa-br.org

**Contato Parlamentar** 

Ariel Antônio Mendes – Diretor – ariel.mendes@abpa-br.org

Av. Brigadeiro Faria Lima nº 1912 - Conj. 20L

CEP 01452-001 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 3095 3120

# ABRACE – Associação Brasileira de Grandes Consumidores e Indústrias de Energia

Presidente: Edvaldo Alves de Santana – edvaldo@abrace.org.br

#### **Contato Parlamentar**

Daniela Coutinho – Gerente de RI e Comunicação – daniela@abrace.org.br

SBN Qd. 01, Bl. B – n° 14 Sl. 701/702 – Ed. CNC

CEP 70041-902 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3878 3500

# ABRACEEL - Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia

**Presidente:** Reginaldo Almeida de Medeiros – reginaldo@abraceel.com.br

#### **Contato Parlamentar**

Frederico Rodrigues - Diretor de Relações Institucionais - frederico@abraceel.com.br

Alexandre Lopes – Diretor Técnico – alexandrelopes@abraceel.com.br

Amanda Ferraz – Relações Institucionais – amanda@abraceel.com.br

Ângela de Oliveira – Relações Institucionais – angela@abraceel.com.br

Bernardo Sicsú – Diretoria Técnica – bernardo@abraceel.com.br

Yasmin Oliveira - Diretoria Técnica - yasmin@abraceel.com.br

SHS Q. 6 - Conj. A - Bloco C - Sala 1707 - Brasil 21

CEP 70322-915 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3223 0081

# ABRACICLO – Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores,

Motonetas, Bicicletas e Similares

**Presidente:** Marcos Z. Fermanian – abraciclo@abraciclo.com.br / presidencia@abraciclo.com.br

**Diretor Executivo:** José Eduardo Gonçalves – joseduardo@abraciclo.com.br Rua Américo Brasiliense, 2171 – Cj. 907 a 910 – Chácara Santo Antônio

CEP 04715-005 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 5181 0222

# **Contato Parlamentar**

Tiago Mello – Supervisor de Relações Institucionais Brasília – abraciclodf@abraciclo.com.br Fernanda D. Saraiva – Assistente de Relações Institucionais Brasília – administrativodf@abraciclo.com.br

SHN Qd. 02 - Ed. Executive Office Tower - Salas 1006 e 1007

CEP 70702-906 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3033 4745

Site: www.abraciclo.com.br – E-mail: abraciclo@abraciclo.com.br

#### ABRAFAS – Associação Brasileira de Produtores de Fibras Artificiais e Sintéticas

Presidente: Renato Boaventura – abrafas@abrafas.org.br

#### **Contato Parlamentar**

José Eduardo Cintra de Oliveira – Diretor Executivo – abrafas@abrafas.org.br

Rua Marquês de Itú, 968 – Vila Buarque

CEP 01223-000 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 3823 6161 – Fax: (11) 3825 0865

# ABRAFATI – Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas

Presidente Executivo: Antonio Carlos de Oliveira – abrafati@abrafati.com.br

Assessora da Presidência: Clelia Pinheiro – clelia@abrafati.com.br

#### **Contato Parlamentar**

Marcelo André Bulgueroni – Assessor Jurídico – marcelo@abrafati.com.br Av. Dr. Cardoso de Mello, 1.340, 13° Andar, Conjunto 131 – Vila Olímpia CEP 04548-004 – São Paulo/SP

Tel.: (11) 4083 0509



#### ABRAMAT – Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção

**Presidente Executivo –** Rodrigo Navarro – rodrigo.navarro@abramat.org.br

#### **Contato Parlamentar**

Presidente Executivo – Rodrigo Navarro – rodrigo.navarro@abramat.org.br Av. Paulista, 1159 - 2° andar - Conjunto 212/213 – Cerqueira César

CEP 01311-921 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 3549 3480

# ABRAVIDRO - Associação Brasileira de Distribuidores e Processadores de Vidros Planos

Presidente: José Domingos Seixas - abravidro@abravidro.org.br

#### Contato Parlamentar

lara Bentes – Superintendente - ibentes@abravidro.org.br Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 615 - Água Branca CEP 05001-200 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 3873 9908

# ABRINQ - Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos

Presidente: Synésio Batista da Costa – abring1@abring.com.br

#### **Contato Parlamentar**

Renato Alves dos Santos – renajornalista@gmail.com

Avenida Santo Amaro, 1386, 3º Andar – Vila Nova Conceição

CEP 04506-001 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 3238 1950 – Fax: (11) 3238 1951

# AEB - Associação de Comércio Exterior do Brasil

Presidente: José Augusto de Castro – presidencia@aeb.org.br

Secretária: Marcia Motta Tel.: (21) 2544 0180 / 0048

### **Contato Parlamentar**

Carlos Eduardo Collares Moreira Portella – Vice-Presidente Executivo – vicepresidencia@aeb.org.br

Tel.: (21) 2544 0180 / 2544 0048 / 2262 8907 (dir)

Marcelo Menezes Alves – Assessor da Vice-Presidência – eventos@aeb.org.br

Tel.: (21) 2544 0180 / 0048

Av. General Justo, 335, 5° Andar – Centro

CEP 20021-130 - Rio de Janeiro/RJ

# AGROBIO – Associação das Empresas de Biotecnologia da Agricultura e Agroindústria

Presidente: Geraldo Ubirajara Berger – presidencia@agrobio.org.br

Rua Cubatão, nº 86 – Conjunto 907 – Bairro Vila Mariana

CEP 04013-000 - São Paulo/SP

#### Contato Parlamentar

Eliane H. Kay – Diretora Executiva – eliane.kay@agrobio.org.br

Tel.: (11) 3149 2500 - Fax: (11) 3149 2507

# AIAB – Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil

**Diretor-Presidente:** Walter Bartels – presidencia@aiab.org.br

Rua José Alves dos Santos, 281, Sala 203 – 2º andar – Jardim Satélite

CEP 12230-081 – São José dos Campos/SP Tel.: (12) 3931 2721 – Fax: (12) 3933 0657

#### Contato Parlamentar

Paulo Brum Ferreira - Embraer - paulo.brum@embraer.com.br

Renata Santos Marques - Embraer - renata.marques@embraer.com.br

Beatriz Nogueira da Gama Henry – Embraer - beatriz.henry@embraer.com.br

Cel Paulo Henrique Gabriel – Avibras - kanaluga@gmail.com

Eduardo Leonetti Lopes – Avibras - eduardo.leonetti@avibras.com.br

SHS, Quadra 6, Conjunto A, Bloco C, Sala 1310 – Edifício Brasil 21 – Business Center

CEP 70322-915 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3255 3563 - Cel.: (61) 98228 0440 - Fax: (61) 3255 3599

# ALANAC – Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais

**Diretor Presidente:** Fernando de Castro Marques

Diretor Executivo: Henrique Uchio Tada – henriquetada@alanac.org.br

**Contato Parlamentar** 

Henrique Uchio Tada - Diretor Executivo – henriquetada@alanac.org.br

Rua Sansão Alves dos Santos, 433 – 8º andar – Brooklin Paulista

CEP 04571-090 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 5506 8522

# ANDEF – Associação Nacional de Defesa Vegetal

**Diretor Executivo:** Mário Von Zuben – diretoria@andef.com.br

Umbelino Lobo - Tel.: (61) 3364 1355

Avenida Roque Petroni Júnior, 850, 19° andar, Torre B, Jardim das Acácias

CEP 04707-000 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 3087 5033



#### ANFAVEA – Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

Presidente: Antonio Megale – anfavea@anfavea.com.br e diretoria@anfavea.com.br

Avenida Indianópolis, 496 – Bairro Moema

CEP 04062-900 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 2193 7800 - Fax: (11) 2193 7821/7825

#### **Contato Parlamentar:**

Leandro Araújo – Coordenador de Relações Governamentais – leandro@anfavea.com.br

SHIS QI 15, Conjunto 14, Casa 05 – Lago Sul

CEP 71635-340 - Brasília/DF

Tel.: (61) 2191 1400

# ANICER – Associação Nacional da Indústria Cerâmica

Presidente: Natel Henrique Farias de Moraes – presidencia@anicer.com.br

Daiana Admiral da Silva Garcia - Assessora Executiva – presidencia@anicer.com.br

Tel.: (21) 2524-0128

#### **Contato Parlamentar**

Sandra de Carvalho – Coordenadora – coordenacao@anicer.com.br

Telefax: (21) 2524 0128

Rua Santa Luzia, 651, 12° Andar – Centro

CEP 20030-041 - Rio de Janeiro/RJ

#### ANIP – Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos

**Presidente:** Klaus Curt Muller – secretaria@anip.org.br

Av. Cidade Jardim, 377 – 6° andar – Itaim Bibi

CEP 01453-900 - São Paulo/SP

# **Contato Parlamentar**

Marcelo Luis Del Grande Pricoli – Secretário Executivo – marcelo.pricoli@anip.org.br

Tel.: (11) 5503 5400

#### APICE – Associação pela Indústria e Comércio Esportivo

Diretora Presidente: Marina Egydio de Carvalho – marina.carvalho@apicebrasil.org.br

**Contato Parlamentar** 

Ariela Simoni - Relações Institucionais - ariela.simoni@apicebrasil.org.br

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1460, Conj. 113

Vila Olímpia – São Paulo/SP

CEP 04548-005 Tel.: (11) 3774 2626

# APINE – Presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica

Presidente: Guilherme Jorge Velho – apine@apine.com.br

**Contato Parlamentar** 

Josiani Gomes Napolitano – josiani@apine.com.br

Luiz Felipe Brito - luizfelipe@apine.com.br

Tel.: (61) 3226 3130

SHS Qd. 06 Ed. Business Center Tower – Brasil XXI, Bloco C – Sala 212

CEP 70322-915 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3224 6731 - (61) 3226 3130

# CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção

Presidente: José Carlos Rodrigues Martins – presidencia@cbic.org.br

#### **Contato Parlamentar**

Luis Henrique Macedo Cidade – Coordenador de Relações Institucionais – luis.cidade@cbic.org.br

SBN, Quadra 01 – Bloco I - 4º Andar - Edifício Armando Monteiro Neto

CEP 70711-903 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3327 1013 – Fax: (61) 3327 1393

# CervBrasil - Associação Brasileira da Indústria de Cerveja

Diretor-Geral: Paulo de Tarso Petroni – paulo.petroni@cervbrasil.org.br

#### **Contato Parlamentar**

Marco Antonio Lage – mlage@grupopetropolis.com.br Gustavo Barbosa – gustavo.barbosa@cervbrasil.org.br Av. General Furtado Nascimento, 740, cj. 51, Alto de Pinheiros CEP 05465-070 – São Paulo/SP

#### CICB – Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil

**Presidente:** José Fernando Bello – secretaria.cicb@brazilianleather.com.br

SAUS – Qd. 01 – Bloco N – Salas 408/409 – Ed. Terra Brasilis

CEP 70070-941 – Brasília/DF

Tel.: (61) 3224 1867- Fax: (61) 3323 7943



#### ELETROS - Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos

**Diretor-Presidente:** Lourival Kiçula – Ikicula@eletros.org.br

Diretora Administrativa: Cristina Fabrini – Tel.: (11) 3556 8803 – cristina@eletros.org.br

Secretária: Káthia Cristina de Azevedo Gomes – Tel.: (11) 3556 8815 – adm\_eletros@eletros.org.br

#### **Contato Parlamentar**

Cristiane Foja – Tel.: (11) 3556 8806 – juridico@eletros.org.br

Rua Alexandre Dumas, 1901, Bloco B, 4º andar, Bairro Chácara Santo Antônio

CEP 04717-004 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 3556 8821 – Fax: (11) 3556 8805

### FARMABRASIL - Grupo FarmaBrasil

Presidente Executivo: Reginaldo Braga Arcuri – rarcuri@grupofarmabrasil.com.br

Vice-Presidente Executiva: Adriana Diaferia – adriana.diaferia@grupofarmabrasil.com.br

#### **Contato Parlamentar**

Joel de Hollanda – jdehollanda@uol.com.br

Tatiana Siqueira Nogueira – tatiana.nogueira@grupofarmabrasil.com.br

SBS - Qd 02 - Bl. E - 15° Andar, Salas 1501/1502 - Ed. Prime

CEP 70070-120 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3224 2003

#### IBÁ - Indústria Brasileira de Árvores

Presidente: Elizabeth de Carvalhaes – elizabeth.carvalhaes@iba.org

Rua Olimpíadas, 66 – 9° Andar – Vila Olímpia

CEP 04551-000 – São Paulo/SP

Tel.: (11) 3018 7804 - Fax: (11) 3018 7813

#### **Contato Parlamentar**

Beatriz Palatinus Milliet – beatriz.milliet@iba.org

Rua Olimpíadas, 66 – 9° Andar – Vila Olímpia

CEP 04551-000 – São Paulo/SP

Tel.: (11) 3018 2782/7802 - Fax: (11) 3018 7813

#### IBP – Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis

**Presidente:** Jorge Marques de Toledo Camargo – jorge.camargo@ibp.org.br Assistentes: mariana.francelino@ibp.org.br e caroline.aragao@ibp.org.br

Conselheiro Emérito: Joao Carlos De Lucca – joao.deluca@barraenergia.com.br

#### **Contato Parlamentar**

Milton Costa – Secretário-Geral – milton.costa@ibp.org.br

Assistente: mariana.francelino@ibp.org.br e caroline.aragao@ibp.org.br

Antonio Guimarães – Secretário Executivo de E&P – antonio.guimaraes@ibp.org.br

Pedro Alem Filho – Gerente Executivo de Políticas Industriais – pedro.alem@ibp.org.br

Assistente: meike.thrum@ibp.org.br

Avenida Almirante Barroso, 52 – 21° e 26° Andares

CEP 20031-918 - Rio de Janeiro/RJ

Tel.: (21) 2112 9002 / 2112 9003

# IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração

Diretor-Presidente: Walter Batista Alvarenga – walter.alvarenga@ibram.org.br

Secretária: Cristianne Oliveira – cristianne.batista@ibram.org.br

#### **Contato Parlamentar**

Elena Renovato – Assessora Técnica – elena.ascencao@ibram.org.br

SHIS QL 12, Conjunto 0 (zero), Casa 04 – Lago Sul

CEP 71630-205 – Brasília/DF

Telefax: (61) 3364 7202

www.portaldamineracao.com.br

# **INSTITUTO AÇO BRASIL**

Presidente Executivo: Marco Polo de Mello Lopes – marcopolo@acobrasil.org.br

Presidente do Conselho Diretor: Alexandre de Campos Lyra – acobrasil@acobrasil.org.br;

margarete@acobrasil.org.br

Avenida Rio Branco, 108, 29 Andar CEP 20040-001 – Rio de Janeiro/RJ

Tel.: (21) 3445 6300 – Fax: (21) 3445 6312

#### **Contato Parlamentar**

Débora Oliveira – Diretora de Imagem e Comunicação – debora.oliveira@acobrasil.org.br

Avenida Rio Branco, 108, 29° Andar

CEP 20040-001 - Rio de Janeiro/RJ

Tel.: (21) 3445 6300 - Fax: (21) 2262 2234

Mario Sergio Ainsworth da Fonseca Ferreira Lopes – Gerente de Assuntos Legislativos e Trabalhistas – mariosergio.lopes@acobrasil.org.br

SCS Qd. 04 – Bloco A – 5° andar – Ed. Brasal II

CEP 70304-909 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3533 2100 - Fax: (61) 3533 2122

# INTERFARMA – Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa

Presidente Executivo: Antônio Britto Filho – antonio.britto@interfarma.org.br

#### **Contato Parlamentar**

Tatiane Garcia Schofield – tatiane@interfarma.org.br

Rua Verbo Divino, 1488, Conjunto 7A, 7º Andar – Chácara Santo Antônio

CEP 04719-904 – São Paulo/SP

Tel.: (11) 5180 3487



# SIMEFRE – Sindicato Interestadual da Indústria de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários

Presidente: José Antônio Fernandes Martins – simefre@simefre.org.br

#### **Contato Parlamentar**

Francisco Petrini - Diretor Executivo - simefre@simefre.org.br

Av. Paulista, 1313 – 8° Andar – Conjunto 801

CEP 01311-923 - São Paulo/SP

Telefax: (11) 3289 9166

# SINDICERV – Sindicato Nacional da Indústria de Cerveja

#### **Contato Parlamentar**

Vice-Presidente: Disraelli Galvão Guimarães – disraelli.galvao@ambev.com.br

SAUS Qd. 01 Bloco M, Edifício Libertas, Salas 407/412

CEP 70070-935 – Brasília/DF Telefone: (61) 2108 8301

# SINDICOM – Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes

Presidente Executivo: Leonardo Gadotti Filho – sindicom@sindicom.com.br

#### **Contato Parlamentar**

Marcus Vinicius Galvani - galvani@sindicom.com.br Av. Almirante Barroso, nº 52, Sala 2002, Centro

CEP 20031-918 - Rio de Janeiro/RJ

Tel.: (21) 2122 7676 / 7677

# SINDIPEÇAS – Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores e ABIPEÇAS – Associação Brasileira da Indústria de Autopeças

**Presidente:** Dan loschpe – presidencia@sindipecas.org.br e rsilva@sindipecas.org.br

Luciano Pedregal – Assessor de Relações Governamentais e Institucionais

Avenida Santo Amaro, 1386 – Vila Nova Conceição

CEP 04506-001 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 3848 4810

### **Contato Parlamentar**

Delile Guerra de Macêdo Junior – Assessor de Relações Governamentais e Institucionais – dguerra@sindipecas.org.br

Luana Soares Portela Cavalcante – Analista de Relações Governamentais e Institucionais – sindipdf@sindipecas.org.br

SHS Quadra 6, Lote 01, Bloco E, Sala 912 – Ed. Brasil 21

CEP 70322-915 – Brasília/DF

Tel.: (61) 3322 0017 / 3322 0109

# SINDIRAÇÕES – Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação

Presidente: Roberto Ignácio Betancourt – sindiracoes@sindiracoes.org.br

Vice-Presidente Executivo: Ariovaldo Zani – ariovaldo.ceo@sindiracoes.org.br

Av. Paulista, 1313 – 10° Andar – Conjuntos 1050 e 1060 – Bela Vista

CEP 01311-923 – São Paulo/SP Telefax: (11) 3541 1212 Ramal 6

Contato Parlamentar – Seccional Brasília

Carlos Alberto Pereira de Albuquerque – Relações Institucionais e Governamentais – brasilia@sindiracoes.org.br

Tel.: (61) 3037 8811 - Cel.: (61) 99391 2759 / 99628 6884

# SINDITELEBRASIL – Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço

Móvel, Celular e Pessoal

Presidente Executivo: Eduardo Levy Cardoso Moreira – levy@sinditelebrasil.org.br

**Contato Parlamentar** 

Mariana Brasil – mariana.brasil@sinditelebrasil.org.br

Danuza Tenório – danuza@sinditelebrasil.org.br

SCN Quadra 01, Bloco F, nº 79 – 8º Andar

CEP 70711-905 - Brasília/DF

Tel.: (61) 2105 7455 / 3367 6556 - Fax: (61) 2105 7450

www.sinditelebrasil.org.br

# SINDIVEG – Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal

**Presidente:** Julio Borges Garcia – sindiveg@sindiveg.org.br

Av. Iraí, 393 – 14° andar – Moema CEP 04082-001 – São Paulo/SP

Tel.: (11) 5094 5533

Contato Parlamentar

Silvia de Toledo Fagnani - silvia@sindiveg.org.br

Tel.: (11) 5094 5538

### SINFERBASE – Sindicato Nacional da Indústria da Extração de Ferro e Metais

Presidente: Walter Batista Alvarenga - walter.alvarenga@ibram.org.br

Secretária: Cristianne Oliveira - cristianne.batista@ibram.org.br

**Contato Parlamentar** 

Antonio Naegele Lannes Júnior – antonio.lannes@vale.com

SHIS QL 12 – Conj. 0 (zero) – Casa 4 – Lago Sul

CEP 71630-205 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3364 7299



# SINICON – Sindicato Nacional da Indústria de Construção Pesada

Presidente Executivo: Evaristo Pinheiro – sinicon@sinicon.org.br

Rua Debret, n° 23, Conjunto 1201/07 – Centro

CEP 20030-080 - Rio de Janeiro/RJ

Tel.: (21) 2210 1322

#### **Contato Parlamentar**

Havilá da Nóbrega – Diretor de Relações Institucionais – havila.nobrega@sinicon.org.br

Tel.: (61) 3223 3161

Tatiane Ollé Colman – Assessora Jurídica – tatiane@sinicon.org.br

Rua Debret, 23 – Conjunto 1201 a 1207 – Centro

CEP 20030-080 - Rio de Janeiro/RJ

Tel.: (21) 2210 1322

# ÚNICA – União da Indústria de Cana-de-Açúcar

Presidente: Elizabeth Farina – regina.bittar@unica.com.br

Av. Brigadeiro Faria Lima, 2179 – 9° Andar – Jardim Paulistano

CEP 01452-000 - São Paulo/SP

Tel.: (11) 2588 0330 ou 3093 4949

Diretor Executivo: Eduardo Leão de Sousa - eduardo@unica.com.br

SHN – Quadra 2, Bloco F – Executive Office Tower – Salas 1618/1619

CEP 70702-000 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3037 6820

#### **Contato Parlamentar**

Noelle Rocha – noelle.rocha@unica.com.br

SHN – Quadra 2 – Bloco F, Executive Office Tower – Salas 1618/1619

CEP 70702-000 - Brasília/DF

Tel.: (61) 3037 6820

# Confederação Nacional da Indústria - CNI

#### Presidência

Robson Braga de Andrade Presidente

# Diretoria de Educação e Tecnologia

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti Diretor de Educação e Tecnologia

# Diretoria de Políticas e Estratégia

José Augusto Coelho Fernandes Diretor de Políticas e Estratégia

#### Diretoria de Desenvolvimento Industrial

Carlos Eduardo Abijaodi
Diretor de Desenvolvimento Industrial

#### Diretoria de Relações Institucionais

*Mônica Messenberg Guimarães* Diretora de Relações Institucionais

# Gerência Executiva de Assuntos Legislativos

*Marcos Borges de Castro*Gerente Executivo de Assuntos Legislativos

Godofredo Franco Diniz Gerente Executivo Adjunto de Assuntos Legislativos

# Superintendência de Tecnologia da Informação

Augusto Antonio Carelli Filho Superintendente de TI

#### Gerência Executiva de Assuntos Internacionais

*Diego Zancan Bonomo*Gerente Executivo de Assuntos Internacionais

# Gerência Executiva de Infraestrutura

Wagner Ferreira Cardoso
Gerente Executivo de Infraestrutura

#### Gerência Executiva de Política Industrial

João Emilio Padovani Gonçalves Gerente Executivo de Política Industrial

# Gerência Executiva de Relacionamento com o Poder Executivo

Pablo Silva Cesário
Gerente Executivo de Relacionamento com o
Poder Executivo

# Gerência Executiva de Pesquisa e Competitividade

Renato da Fonseca Gerente Executivo de Pesquisa e Competitividade

#### Gerência Executiva de Políticas Econômicas

Flavio Pinheiro de Castelo Branco Gerente Executivo de Políticas Econômicas

### Gerência Executiva de Relações do Trabalho

*Sylvia Lorena Teixeira de Sousa* Gerente Executiva de Relações do Trabalho

#### Diretoria Jurídica

Hélio José Ferreira Rocha Diretor Jurídico

Cassio Augusto Muniz Borges Superintendente Jurídico

Sidney Ferreira Batalha Gerente Executivo de Operações Jurídicas

Fabiola Pasini Gerente de Consultoria

Jose Virgilio de Oliveira Molinar Gerente de Contratos e Licitações

*Christiane Pantoja*Gerente de Contencioso



# Conselhos Temáticos Permanentes

Conselho Temático de Assuntos Legislativo (CAL)

Presidente: Paulo Afonso Ferreira

Conselho Temático de Agroindústria (COAGRO)

Presidente: José Carlos Lyra de Andrade

Conselho Temático de Educação (COED) Presidente: Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira

Conselho Temático de Infraestrutura (COINFRA)

Presidente: Olavo Machado Júnior

Conselho Temático de Integração Internacional (COINTER)

Presidente: Paulo Gilberto Fernandes Tigre

Conselho Temático de Meio Ambiente (COEMA)

Presidente: Marcos Guerra

Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa (COMPEM)

Presidente: Amaro Sales de Araújo

Conselho Temático de Política Econômica (COPEC)

Presidente: Paulo Antonio Skaf

Conselho Temático de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico (COPIN)

Presidente: Glauco José Côrte

Conselho Temático de Relações do Trabalho e Desenvolvimento Social (CRT)

Presidente: Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan

# Agenda Legislativa da Indústria

#### CNI

# DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - DRI

Mônica Messenberg Guimarães Diretora de Relações Institucionais

#### **UNIDADE DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS - COAL**

*Marcos Borges de Castro Gerente Executivo de Assuntos Legislativos* 

Godofredo Franco Diniz Gerente Executivo Adjunto de Assuntos Legislativos

# Gerência de Estudos e Formulação

Frederico Gonçalves Cezar Gerente de Estudos e Formulação

# Gerência de Articulação no Senado Federal

Pedro Aloysio Kloeckner Gerente de Articulação no Senado Federal

# Gerência de Articulação na Câmara dos Deputados

Beatriz Lima Gerente de Articulação na Câmara dos Deputados

# Gerência de Informação e Comunicação

Brenda Parada Granados Gerente de Informação e Comunicação

# Lista de Colaboradores

# **Equipe Técnica**

Ana Maria Santos Fidelis

Andrea Haggstram

Angela Rodrigues Borges Anna Henriquetta Faria Peres

Antonio Firmino Matos

Antonio Marrocos Júnior

Beatriz Nunes

Bruna Brandão

Bruna Guimarães Lopes

Caio Oliveira

Diana Pereira dos Santos

Edileusa Batista da Silva

Eduardo Albuquerque Sant'Anna

Elisa Melo

Fabrício dos Santos Zastawny

Guilherme Queiroz Santos Amorim

Henrique Borges

lanaê Faraj

Marcelo Arguelles

Maria Auxiliadora Sobral de Menezes

Marília Altoé Braga Patrícia Araújo

Silvana Sartori de Melo Simone Vieira Santana

Suelen Araújo Costa Rodrigues

Taísa Dib de Barros Rosa

# **Estagiários**

Ana Luisa Massot Levi de Oliveira

Hércules Nunes Junior

lago Vieira do Nascimento Santos

João Francisco Passos Crisóstomo

# DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO - DIRCOM

Carlos Alberto Barreiros Diretor de Comunicação

# Gerência Executiva de Publicidade e Propaganda – GEXPP

Carla Gonçalves

Gerente-Executiva de Publicidade e Propaganda

Walner de Oliveira

Produção Editorial

# DIRETORIA DE SERVIÇOS CORPORATIVOS - DSC

Fernando Augusto Trivellato

Diretor de Serviços Corporativos

# Área de Administração, Documentação e Informação – ADINF

Maurício Vasconcelos de Carvalho Gerente-Executivo de Administração, Documentação e Informação

Alberto Nemoto Yamaguti Normalização

# Danúzia Queiroz

Revisão e copydesk

# **IComunicação**

Produção editorial e revisão de layout





CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

